

AS EXPERIÊNCIAS DA PRÁTICA EM
EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA REDESCOLA

COMPARTILHANDO LIÇÕES E APRENDIZADOS



89 AUTORES, DE NORTE A SUL DO BRASIL, DIALOGAM SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS
NA FORMAÇÃO DE SANITARISTAS COM ENFOQUE NA INTERPROFISSIONALIDADE

ORGANIZADORAS
ROSA MARIA PINHEIRO SOUZA
ALICE MEDEIROS LIMA

AS EXPERIÊNCIAS DA PRÁTICA EM
EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA REDESCOLA

COMPARTILHANDO LIÇÕES E APRENDIZADOS



89 AUTORES, DE NORTE A SUL DO BRASIL, DIALOGAM SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS
NA FORMAÇÃO DE SANITARISTAS COM ENFOQUE NA INTERPROFISSIONALIDADE

REDESCOLA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ministério da Saúde

Ministra

Nísia Verônica Trindade Lima

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)

Secretária

Isabela Cardoso de Matos Pinto

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Presidente em exercício

Mario Moreira

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)

Diretor

Marco Antonio Carneiro Menezes

Vice-diretora da Escola de Governo em Saúde (VDEGS)

Marismary Horsth De Seta

Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola)

Coordenação da Secretaria Técnica e Executiva

Rosa Maria Pinheiro Souza

Equipe da Secretaria Técnica e Executiva

Alice Medeiros Lima

Cristiane Saade Rocco

Francisco Gaston Salazar Munoz

Gustavo Torres Nunes

Rosângela Costa Carvalho

Apoio da Vice-direção da Escola de Governo em Saúde

Edilene da Silva Cardoso Mendes

Marcelo Costa

Edição

ENSP/RedEscola

Edição de texto

PH de Noronha

Projeto gráfico e design

André Hippertt

Revisão

Olga de Mello

Catálogo na fonte

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Biblioteca de Saúde Pública

S729e Souza, Rosa Maria Pinheiro (Org.)
As experiências da prática em Educação Interprofissional na RedEscola. Compartilhando lições e aprendizados / organizado por Rosa Maria Pinheiro Souza e Alice Medeiros Lima. — Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz, ENSP, RedEscola, 2023.
312 p. : il. color. ; graf. ; mapas ; tab.

ISBN: 978-65-89501-22-0

1. Escolas de Saúde Pública. 2. Educação Profissional em Saúde Pública. 3. Capacitação de Recursos Humanos em Saúde. 4. Sanitaristas. 5. Sistema Único de Saúde. 6. Educação Interprofissional. 7. Educação Permanente em Saúde. I. Lima, Alice Medeiros (Org.). II. Título.

CDD – 22.ed. – 610.7

AGRADECIMENTOS

Esta publicação é a síntese de sentimentos inspiradores, emocionantes e, sem sombra de dúvida, muito instigantes, que afloraram durante as apresentações das experiências compartilhadas pelos coordenadores dos **Cursos de Especialização em Saúde Pública**, dentro do enfoque da Educação Interprofissional (EIP), durante o Ciclo de Seminários Regionais realizado no período de 26 a 28 de maio de 2021.

A elaboração deste livro aconteceu durante a pandemia. Tempos duros, difíceis, muitas vidas se perderam no caminho — amigos, parentes, docentes, alunos...

Gostaríamos de agradecer ao conjunto e a cada um individualmente. Aos coordenadores e apoiadores dos cursos em todos os estados brasileiros e aos autores e autoras deste livro, que não arrefeceram na luta e que, com dedicação e resiliência, aceitaram o desafio de compartilhar experiências recentes e conhecimentos que estão sendo produzidos, com muito entusiasmo, dedicação e solidariedade. É esse o espírito da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública, a RedEscola!

Agradecemos também a toda a equipe da Secretaria Técnica e Executiva da RedEscola, pela tenacidade e pela busca incessante das melhores condições técnicas e operacionais para a concretude desse trabalho.

Especialmente, agradecemos ao prof. Francisco Salazar, que,

desde o princípio, acreditou na potencialidade da ideia dessa publicação e que não poupou entusiasmo e colaboração, sempre muito fecunda, na busca da qualidade da gestão e dos processos formativos em Saúde Pública.

Por fim, agradecemos a oportunidade de organizarmos este livro e, assim, contribuir para dar maior visibilidade aos esforços que vêm sendo empreendidos pelas instituições formadoras que integram a RedEscola, na formação em Saúde Pública, no e para o SUS, com a introdução dos aportes da Educação Interprofissional para o desenvolvimento das práticas colaborativas na saúde.

ROSA MARIA PINHEIRO SOUZA

ALICE MEDEIROS LIMA

IN MEMORIAM

Dedicamos esta publicação a todas e todos que nos deixaram prematuramente no período de realização do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, com abordagem interprofissional.

JEIZE MARÇAL DOS SANTOS

Discente da Universidade Federal do Acre

LEÔNIA NAYARA DA COSTA AZEVEDO

Discente da Universidade Federal da Paraíba

MARCOS BRAGAN

Docente da Universidade Federal de Roraima

RAPHAEL FLORINDO AMORIM

Docente da Universidade Federal de Roraima

SALETTE MARIA ALVES DE AZEVEDO CARVALHO

Discente da Universidade Federal do Maranhão

AUTORES

ALICE MEDEIROS LIMA (ORGANIZADORA)

Enfermeira. Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Saúde Mental e Psicanálise pela UFF. Membro da Secretaria Técnica e Executiva da RedEscola. Assessora Técnica no Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio de Janeiro e docente na Universidade Estácio de Sá.

ALICE WERNECK MASSOTE

Socióloga. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Analista de Educação e Pesquisa em Saúde na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG).

AMANDA NATHALE SOARES

Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela UFMG. Analista de Educação e Pesquisa em Saúde na ESP-MG.

ANA MARIA MENEZES NEIVA EULÁLIO AMORIM

Psicóloga. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Saúde Pública pela UFPI/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP); em Gestão de Recursos Humanos em Saúde pela Universidade de Brasília (UnB); em Planejamento Estratégico e Gestão em Saúde pela ENSP/Fiocruz; em Processos, Educação em Saúde em Metodologia Ativa e Gestão de Competências pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) do Hospital Sírio Libanês. Diretora da Unidade de Planejamento (DUP) da Secretaria Estadual de Saúde do Piauí (Sesapi).

ANA PAULA CORRÊA GIRARDI

Pedagoga. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Técnica em Assuntos Educacionais e Culturais da Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso (SES-MT). Técnica da Coordenadoria de Gestão Pedagógica e docente da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESPMT).

ANÍSIA VALÉRIA CHAVES SILVA

Psicóloga. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Analista de Educação e Pesquisa em Saúde na ESP-MG.

APARECIDA DE CÁSSIA RABETTI

Médica. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Medicina de Família e Comunidade (MFC); em Clínica Médica e Cardiologia; e em Processos de Ensino em Saúde. Coordena o Programa de Residência em MFC da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e os Núcleos de Pós-Graduação e de Residências em Saúde da Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC/SES).

BÁRBARA PATRÍCIA DA SILVA LIMA

Fonoaudióloga. Doutora em Ciências (Área de Concentração: Ensino na Saúde) pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM/Unicamp). Mestre em Ensino na Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas (FAMED/Ufal). *Fellow* FAIMER Brasil. Professora adjunta do Núcleo de Ciências Humanas, Sociais e Políticas Públicas do Centro de Ciências Integradoras da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Nucisp/CCI/Uncisal).

BELA FEIMAN SAPIERTEIN SILVA

Assistente social pela PUC-SP. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Assistente social na Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo (1988-2017). Já atuou como professora/tutora na Faculdade Pitágoras e na Univix (ES) e como coordenadora e apoio pedagógico em curso de especialização pela RedEscola/ENSP/Fiocruz e pelo ICEPI/SESA-ES. É docente no Programa de Residências Multiprofissionais do ICEPI/SESA-ES.

CADIDJA DAYANE SOUSA DO CARMO

Cirurgiã-dentista. Mestre e doutora em Odontologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora Adjunta do Departamento de Odontologia I da UFMA. Coordenadora de Produção Técnico-Científica e Inovação da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS/DTED/UFMA).

CAIQUE DE MOURA COSTA

Sanitarista pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/Ufba). Especialista em Planejamento e Gestão em Saúde e mestrando em Saúde Coletiva (ISC/Ufba). Técnico na Coordenação Pedagógica, Estudos, Pesquisas e Tecnologias Educacionais da Escola de Saúde Pública da Bahia (Copepte/ESPBA/Superh/Sesab).

CAMILA DEL TREGIO ESTEVES

Psicóloga e linguista. Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Impactos da Violência na Saúde pela ENSP/Fiocruz. Membro da equipe da Divisão de Ensino Superior da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP).

CAROLINA PEREIRA DE JESUS PIANCÓ

Jornalista e produtora cultural pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Especialista em Comunicação Organizacional pela Faculdade 2 de Julho (F2J). Técnica na Copepte/ESPBA/Superh/Sesab. Especialista em Saúde Pública pela ESPBA Professor Jorge Novis.

CELIA ADRIANA NICLOTTI

Fonoaudióloga. Doutora e Mestre em Saúde Coletiva pela UFSC. Especialista em Saúde – Sanitarista da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul. Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde pela Fiocruz. Formação Integrada Multiprofissional em Educação Permanente em Saúde pela UFRGS.

CÉLIA MARIA BORGES DA SILVA SANTANA

Assistente social. Doutoranda em Saúde Pública pelo Instituto Aggeu Magalhães (IAM) da Fiocruz Pernambuco. Mestra em Educação para Docência na área da Saúde pela Faculdade Pernambucana de Saúde. Diretora-geral da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco.

CLAUDIA CRISTIANE MOURA SILVA SOUZA

Mestre em Saúde Coletiva pelo ISC/Ufba. Especialista em Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Micropolítica e Gestão em Saúde pela UFF. Coordenadora de Planejamento e Regionalização da Escola de Saúde Pública da Bahia (CPR/ESPBA/Superh/Sesab)

CLÁUDIA RHINOW HUMPHREYS ESQUINAZI

Enfermeira pela UFPR. Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali/SC). Especialista em Enfermagem do Trabalho e em Saúde Coletiva pela PUC-PR; em Educação Profissional na Área de Saúde pela ENSP/Fiocruz; em Processos Educacionais na Saúde com ênfase em Avaliação de Competências pelo IEP/HSL; e em Mediação de Processos Educacionais na Modalidade Digital pela Faculdade São Leopoldo Mandic (SP). Atua na Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP/SESA/PR).

CRISTIANO GIL REGIS

Enfermeiro. Docente da Universidade Federal do Acre (Ufac), Campus Cruzeiro do Sul. Membro da Rede Brasileira de Educação e Trabalho Interprofissional em Saúde.

DANIELE CARVALHO CASTRO

Psicóloga graduada pela Faculdade Pio Décimo. Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (Fanese) e mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Formação Clínica no Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro (Ifen). Analista educacional da Escola de Saúde Pública do Estado de Sergipe (ESP-SE/Funesa).

DANIELE DE ARAÚJO TRAVASSOS

Assistente social. Especialista em Gestão do Trabalho e Educação em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Especialista em Educação em Saúde para Preceptores do SUS pelo Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa. Servidora pública efetiva e assessora especial da Diretoria-Geral da Fundação Estadual de Saúde de Sergipe (Funesa).

DARA ANDRADE FELIPE

Psicóloga. Doutoranda e mestre em Saúde Pública pelo IAM/Fiocruz. Especialista em Saúde da Família pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade de Pernambuco (UPE). Coordenadora da Educação Profissional da Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (Esppe), Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco.

DEYSIANNE COSTA DAS CHAGAS

Nutricionista. Mestre e doutora em Saúde Coletiva pela UFMA. Professora adjunta do curso de Nutrição e do Programa Profissional de Pós-Graduação em Saúde da Família (PPGSF) da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (Renasf) da UFMA. Coordenadora da equipe de Gestão de Projetos da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS/DTED/UFMA).

DIEGO VINICIUS PACHECO DE ARAUJO

Enfermeiro. Especializando em Enfermagem do Trabalho. Mestre em Ciências da Saúde. Docente em graduação e pós-graduação. Diretor de Ensino Superior da Escola de Saúde Pública do Estado do Amapá. Conselheiro no Coren-AP e membro do Conselho Municipal de Saúde de Macapá. Coordenador dos GTs de Processos Éticos e de Educação e Pesquisa do Coren-AP. Presidente do grupo de voluntários HumanizArte.

EDISON BUENO

Graduação em Medicina e doutorado em Saúde Coletiva pela Unicamp. Professor Doutor da Unicamp, onde coordena a área de Saúde Comunitária. Docente do mestrado em Saúde Coletiva da FCM/Unicamp. Docente do Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade da FCM/Unicamp. Atua principalmente nos seguintes temas: mudanças na Saúde, modelo assistencial, trabalho em saúde, qualidade dos serviços e sistemas de Saúde.

ELISIANE GOMES BONFIM

Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela UFRGS. Mestre em Enfermagem pela UFRGS. Docente do Departamento de Enfermagem da UFPI. Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP/UFPI).

EMIDIO MARQUES DE MATOS NETO

Profissional de Educação Física. Doutor em Biologia de Sistemas pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Ciência dos Alimentos pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF/USP). Professor adjunto da UFPI. Membro do Comitê de Ética de Pesquisa da UFPI. Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (UFPI). Líder do Grupo Interprofissional de Pesquisa em Saúde do Idoso (Gippesi). Orientador do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (Renasf). Orientador da Liga Acadêmica de Geriatria e Gerontologia do Piauí (LAGG). Conselheiro Estadual de Saúde do Piauí.

ERYKA NÁDJA MARQUES RUFINO

Graduada em Fisioterapia pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo. Especialista em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, pela UFMG. Especialista em Gestão da Clínica pelo Instituto Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês. Mestra em Educação Profissional em Saúde pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/ Fiocruz. Coordenadora local do curso de pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública, desenvolvido em parceria entre RedEscola/Fiocruz, ETSUS-TO e Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduanda em Medicina pela Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (Fesar).

EWERTON WILLIAM GOMES BRITO

Cirurgião-dentista. Doutor em Ciências da Saúde pela UFRN. Professor adjunto e vice-chefe do Departamento de Saúde Coletiva da UFRN.

FÁBIO LUIZ ALVES

Graduação em Medicina pela Universidade de Taubaté. Especialização em Saúde Pública e Mestrado em Saúde Coletiva na área de Política, Gestão e Planejamento em Saúde pelo Departamento de Saúde Coletiva/FCM/Unicamp. Médico professor auxiliar de Ensino e Pesquisa concursado na Unicamp. Médico sanitário do Hospital de Clínicas da Unicamp. Médico sanitário e professor auxiliar no Departamento de Saúde Coletiva/FCM/Unicamp.

FABIOLA SANDINI BRAGA

Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Especialista em Gestão Pedagógica pela UFMG e em Processos Educacionais em Saúde pelo Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês. Diretora da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde (ETSUS-TO). Atuou como apoiadora pedagógica do curso de pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública desenvolvido em parceria por RedEscola/Fiocruz, ETSUS-TO e UFT.

FERNANDA JORGE MACIEL

Fonoaudióloga. Mestre em Saúde Pública pela UFMG. Analista de Educação e Pesquisa em Saúde na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.

GABRIEL RODRIGUES MARTINS DE FREITAS

Farmacêutico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e Doutor em Ciências Farmacêuticas pela UFRGS. Docente do Departamento de Ciências Farmacêuticas e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenador do Centro de Informação sobre Medicamentos (CIM-UFPB).

GISLENE APARECIDA LACERDA

Psicóloga. Mestre em Psicologia pela PUC-MG. Analista de Educação e Pesquisa em Saúde na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.

GÍSSIA GOMES GALVÃO

Médica do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CSEGSF/ENSP/Fiocruz). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde (Nutes/UFRJ). Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj). Tecnologista em Saúde Pública. Membro do Colegiado do **Curso de Especialização em Saúde Pública** (CESP/ENSP) e coordenadora do curso Educação Permanente: Saúde e Educação em uma perspectiva integradora, do CDEAD/ENSP.

HERLEIS MARIA DE ALMEIDA CHAGAS

Enfermeira. Doutora em Ciências e mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). Professora adjunta da Ufac. Coordenadora da Residência Multiprofissional Integrada em Saúde da Família e Comunidade (RMISFC/Ufac). Coordenadora local do mestrado profissional em Enfermagem, parceria entre UFF e Ufac.

IOLANDA NOGUEIRA DE SOUSA

Graduada em Odontologia. Especialista em Formação Docente em Educação Profissional Técnica na Área de Saúde (ENSP/Fiocruz). Especialista e mestra em Saúde Coletiva (ISC/Ufba). Coordenadora do curso de especialização em Saúde Pública da Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (COFTEPG/ESPBA/Superh/Sesab).

JOÃO ANDRÉ TAVARES ALVARES DA SILVA

Enfermeiro. Mestre em Enfermagem pela UFMG. Analista de Educação e Pesquisa em Saúde na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.

JUAN MENDES DA SILVA

Enfermeiro, especialista em Terapia Intensiva, Regulação em Saúde e Gestão e Docência do Ensino Superior. Docente de graduação e pós-graduação. Foi gerente dos Serviços de Enfermagem do Hospital de Emergência do Amapá e do Núcleo de Pós-Graduação e Residência em Saúde da Escola de Saúde Pública do Estado do Amapá. Foi diretor do Hospital de Clínicas Alberto Lima (HCAL). Secretário Estadual de Saúde no Estado do Amapá.

JÚLIO CESAR SCHWEICKRARDT

Graduação em Ciências Sociais e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Pesquisador e chefe do Laboratório de História, Políticas Públicas e Saúde na Amazônia (LAHPSA), do Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia).

KARLA MENESES RODRIGUES

Nutricionista. Doutora e mestre em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Especialização em Saúde do Trabalhador pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz). Tecnologista em Saúde Pública. Coordenadora adjunta da Residência Multiprofissional em Saúde do Trabalhador e do **Curso de Especialização em Saúde Pública** da ENSP/Fiocruz.

KELEN CRISTINA DE ALMEIDA BARP

Enfermeira pela UFSC. Especialista em Emergência Pré-Hospitalar pelo Instituto Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Isepe). Coordenadora da Unidade Descentralizada de Vigilância Epidemiológica da Gerência Regional de Saúde de Florianópolis (SES/SC).

LAVÍNIA ARAGÃO TRIGO DE LOUREIRO

Psicóloga sanitária. Especialista em Processos Educacionais na Saúde com ênfase em Metodologia Ativa de Ensino Aprendizagem e em aprendizagem significativa (IEP Sírio Libanês); em Formação Docente na área de Vigilância em Saúde (ENSP/Fiocruz); em Gestão em Saúde (ENSP/Fiocruz); e em Gestão em Saúde Pública e da Família (Fanese). Coordenadora Estadual de Vigilância Epidemiológica/SES Sergipe.

LEDRONETE SILVESTRE

Enfermeira. Mestre em Enfermagem pela UFSC. Especialista em Enfermagem do Trabalho (UFSC); em Preceptoría no SUS (Proadi-SUS); em Direito Sanitário (Fiocruz); e em Terapias Pró-oxidativas e Fisiologia Humana Aplicada (Fapop). Coordenou a Escola de Saúde Pública de Santa Catarina Prof. Osvaldo de Oliveira Maciel (SES/SC). Atuou na Coordenação Estadual de Segurança do Paciente (SUV/SES/SC).

LENILMA BENTO DE ARAÚJO MENESES

Enfermeira. Professora associada I do Departamento de Enfermagem Clínica da UFPB. Doutora em Enfermagem pela UFPB. Secretária Geral da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn Nacional). Líder do Grupo de Educação, Ensino, Pesquisa e Trabalho em Saúde Coletiva (Gepesc/CNPq). Professora e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (CCS/UFPB).

LÍGIA LUCENA GONÇALVES MEDINA

Fisioterapeuta. Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Especialista em Saúde da Família pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e em Gestão para Resultados pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE). Assessora técnica da Diretoria de Educação e Extensão da Escola de Saúde Pública do Ceará (Deduc/ESP/CE).

LUANA FERREIRA DA SILVA

Graduada em Administração pela UFT, atua como secretária-executiva local no curso de pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública, desenvolvido em parceria entre RedEscola/Fiocruz, ETSUS-TO e UFT.

LUCIA DA SILVA VILARINHO

Assistente Social. Professora associada da UFPI. Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Prodemá-UFPI. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Especialista em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP-UFPI). Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI.

LUCIANA VIEIRA TAVERNARD

Fisioterapeuta. Doutora em Ciências e Tecnologias em Saúde pela UnB e pela University of Toronto (U of T, Canadá). Mestre em Ciências Médicas pela UnB. MBA em Economia e Avaliação de Tecnologias em Saúde pelo Hospital Alemão Oswaldo Cruz (SP). Especialista em Gestão de Emergências do SUS pelo Hospital Sírio Libanês (SP). Subsecretária de Saúde da SES/GO.

MARCIA NAOMI SANTOS HIGASHIJIMA

Psicóloga. Doutoranda em Psicossociologia e Ecologia Social pela UFRJ. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Saúde Pública e Gestão em Saúde (UFMS). Sanitarista na Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul. Gerente de Educação Permanente em Gestão e Atenção à Saúde na Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (Gepas/ESP/MS) e coordenadora dos cursos de pós-graduação em Saúde Pública, Saúde Mental e Atenção Psicossocial e Saúde do Trabalhador.

MARGARETE PEREIRA CAVALCANTE

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Serviço Social pela UFPB. Docente aposentada da Ufal. Docente colaboradora do Núcleo de Saúde Pública da Ufal (NUSP/Famed).

MARGARETH ROSE GOMES GARCIA

Enfermeira. Doutora em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Mestre em Saúde Coletiva pelo IMS/Uerj. Tecnologista em Saúde Pública. Membro do Colegiado dos cursos de Especialização em Saúde Pública (Cesp/ENSP) e de Residência em Medicina de Família e Comunidade (RMFC) do Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CSEGSF/ENSP).

MARIA CLAUDIA SOUZA MATIAS

Psicóloga. Doutora e Mestre em Saúde Coletiva e especialista em Saúde da Família pela UFSC. Apoiadora Institucional pela ENSP/Fiocruz. Apoiadora institucional do MEC para a Supervisão Acadêmica do Programa Mais Médicos. Coordenadora da Política de Gestão Estratégica e Participativa na Secretaria de Promoção de Saúde de Blumenau.

MARIA ÉLIDA MACHADO

Enfermeira. Mestre em Enfermagem (UFRGS). Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (Uerj). Docente da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS) na área de Metodologia de Pesquisa em Saúde. Tutora da Residência Integrada em Saúde (ESP/RS). Membro da Coordenação do **Curso de Especialização em Saúde Pública** (ESP/RS).

MARIA ESTELA DA COSTA MASCARENHAS

Mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Pedagoga pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Assessora pedagógica da Universidade do Estado do Pará (Uepa, 1980/2022). Atuando na Pós-Graduação da Uepa, no **Curso de Especialização em Saúde Pública**, em parceria com a ENSP/Fiocruz.

MARIA JALILA VIEIRA DE FIGUEIRÊDO LEITE

Cirurgiã-dentista. Doutora em Saúde Coletiva pela UFRN. Professora e diretora de Ensino da Escola de Saúde da UFRN.

MARILIA SANTOS FONTOURA

Enfermeira pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (EEUFBA). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Mestre em Educação pela Ufba. Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Ufba. Diretora da Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA/Superh/Sesab)

MATEUS SILVA DE SOUZA

Cirurgião dentista. Mestre em Odontologia pela Ufam. Especialista em Saúde Coletiva pela Faculdade de Odontologia São Leopoldo Mandic (SLMANDIC) e Implantodontia pela Associação Brasileira de Odontologia – Seção Amazonas (ABO/Amazonas). Cirurgião dentista geral na Secretaria de Saúde de Manaus (Semsu). Membro técnico da Gerência de Ensino da Diretoria de Gestão da Educação na Saúde na Escola de Saúde Pública de Manaus (Esap/Semsu).

MILLENE MOURA ALVES PEREIRA

Enfermeira pela EEUFBA. Sanitarista pela Escola Estadual de Saúde Pública (ESPBA/Sesab). Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC/Ufba). Coordenadora da Coordenação de Formação Técnica e pós-graduada (Coftepg/ESPBA/Superh/Sesab).

NAPOLEÃO BRAUN GUIMARÃES

Graduado em Medicina pela UFPA. Especialista em Medicina do Trabalho e Medicina de Família e Comunidade pela Uepa. Professor de Saúde Coletiva do Departamento de Saúde Comunitária da Uepa. Coordenador do Internato do Curso de Medicina da Uepa.

NATHALIA HALAX ORFÃO

Enfermeira. Pós-doutora em Saúde Pública em Região de Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP). Docente do Departamento de Medicina da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Vice-diretora do Núcleo de Saúde/UNIR. Coordenadora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública/UNIR.

NINA ROSA FERREIRA SOARES

Assistente Social. Mestre em Educação Pública pelo Instituto de Educação da UFMT. Especialista em Saúde Pública (ESPMT/ISC/UFMT). Servidora da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso, na Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (Coepe/ESPMT).

ORIVALDO FLORENCIO DE SOUZA

Educador Físico. Doutor em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor Associado na Ufac.

OSMAR DE OLIVEIRA CARDOSO

Farmacêutico. Doutor em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP) e mestre em Ciências pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP/USP). Professor associado do Departamento de Bioquímica e Farmacologia da UFPI. Orientador do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Comunidade da UFPI. Vice-coordenador do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UFPI. Conselheiro Estadual de Saúde do Piauí.

OTACÍLIO BATISTA DE SOUSA NÉTTO

Professor assistente do curso de Odontologia da UFPI. Doutorando em Clínica Médica pela Unicamp. Professor orientador da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva da UFPI. Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UFPI. Conselheiro Estadual de Saúde do Piauí.

PABLO GUILHERME CALDARELLI

Cirurgião-dentista pela Universidade Estadual de Londrina ((UEL). Especialista em Saúde Coletiva e da Família (Unicamp); em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); em Informática em Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde (ENSP/Fiocruz). Mestre em Odontologia em Saúde Coletiva e Doutor em Odontologia (Unicamp). Apoiador pedagógico local do **Curso de Especialização em Saúde Pública** da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP/RedEscola/ENSP/Fiocruz). Professor da UEL e coordenador acadêmico da Universidade Positivo (UP).

PAOLA TRINDADE GARCIA

Fisioterapeuta. Mestre e Doutora em Saúde Coletiva pela UFMA. Professora Adjunta do Departamento de Saúde Pública da UFMA. Faz parte do Programa Profissional de Pós-Graduação em Saúde da Família (PPGSF) da Renasf/UFMA e coordena a equipe de Produção Pedagógica da UNA-SUS/UFMA.

PAULINA VILAR CARVALHO

Assistente Social e licenciada em História. Conselheira Estadual de Saúde de Sergipe - Titular (CES/SE). Coordenadora de Educação Permanente da Escola de Saúde Pública do Estado de Sergipe (ESP-SE/Funesa). Atuou como apoiadora pedagógica na primeira turma do **Curso de Especialização em Saúde Pública** de Sergipe, mediante cooperação técnica entre ENSP/Fiocruz e SGTES/MS.

PÉTALA TUANI CANDIDO DE OLIVEIRA SALVADOR

Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela UFRN, com período sanduíche na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Portugal. Professora da Escola de Saúde da UFRN. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da UFRN.

PETROCELLI FABIANO MARCELINA

Graduado em Biblioteconomia pela UFSC, Especialista em Gestão em Saúde pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Técnico em Enfermagem pela Escola Técnica Bom Jesus, Palhoça (SC). Atualmente integra a equipe técnica do Núcleo de Formação Técnica da Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC/SES).

PRISCILA MARIA STOLSES BERGAMO FRANCISCO

Bacharel em Estatística pelo Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (IMECC) da Unicamp. Mestrado e doutorado na área de Epidemiologia, pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp; pós-doutorado em Saúde Coletiva pela Fapesp. Desenvolve estudos nas seguintes linhas de pesquisa: análise de saúde, desigualdades sociais e inquéritos populacionais; métodos epidemiológicos aplicados a sistemas e serviços de Saúde; envelhecimento e doenças crônicas.

PRISCILA MEYENBERG CUNHA SADE

Enfermeira. Doutora e mestre em Enfermagem pela UFPR. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão e Práticas em Saúde (GPPGPS) do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGEnf) da UFPR. Promotora de Saúde Profissional. Coordenadora da Divisão de Ensino Superior da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP), vinculada à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA/PR).

RAFAEL AFONSO DA SILVA

Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais – Geral pela Unicamp. Doutorado e mestrado em Sociologia pela Unicamp. Foi professor no Centro Universitário Fundação Santo André (SP). Profissional de Apoio a Ensino, Pesquisa e Extensão em Sociologia na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp.

RAFAEL DA COSTA VELOSO

Comunicólogo. Especialista em Cibercultura pela Faculdade de Comunicação da Ufba. Especializando em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública da Bahia (ESPBA/Sesab). Coordenador pedagógico, estudos, pesquisas e tecnologias educacionais da ESPBA/Sesab. Especialista em Saúde Pública pela ESPBA Professor Jorge Novis.

RAFAELA TRONCHA CAMARGO

Fisioterapeuta e Bacharel em Direito. Especialista em Análise e Terapêutica do Movimento Humano Aplicado à Fisioterapia pela Universidade Estadual de Goiás. Especialista em Gestão de Emergências do SUS pelo Hospital Sírio Libanês.

REJANE CHRISTINE DE SOUSA QUEIROZ

Formada em Odontologia. Mestre e doutora em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Professora associada do Departamento de Saúde Pública da UFMA. Faz parte dos programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PGSC) da UFMA e Programa Profissional de Pós-Graduação em Saúde da Família (PPGSF) da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (Renasf).

RENATA JUNQUEIRA PEREIRA

Cirurgiã dentista. Mestre e doutora em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Professora associada do Departamento de Saúde Pública da UFMA. Atua nos programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PGSC) e Profissional em Saúde da Família (PPGSF) da Renasf/UFMA.

ROBERTO TEIXEIRA DE LIMA

Nutricionista. Docente Associado da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Saúde Pública pela USP. Mestre em Saúde Pública pela UFPE. Coordenador do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC/CCS/UFPB). Pesquisador em avaliação de serviços e de políticas de saúde.

RODRIGO MARTINS DA COSTA

Farmacêutico. Mestre em Ciência Política pela UFMG. Especialista em Políticas e Gestão da Saúde na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.

ROSA MARIA PINHEIRO SOUZA (ORGANIZADORA)

Economista. Doutora em Saúde Coletiva pelo IMS/Uerj. Mestre em Ciências pela ENSP/Fiocruz. Coordenadora da Secretaria Técnica e Executiva da RedEscola e coordenadora nacional do Projeto Formação em Saúde Pública na Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública: Uma Abordagem Interprofissional.

RUBENS BEDRICOW

Graduação em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Especialista em Clínica Médica (1995). Especialização em Saúde da Família (Unicamp, 2006). Doutorado (2013) e mestrado em Saúde Coletiva (FCM/Unicamp). Livre docência na área de Saúde Comunitária (FCM/Unicamp). Médico generalista (Prefeitura Municipal de Campinas, 2002-2018). Áreas de interesse: extensão universitária, saúde coletiva, saúde da família, história da medicina, educação médica e bioética.

SILVIA CRISTINA VIANA SILVA

Graduada em Enfermagem. Mestre e doutora em Políticas Públicas pela UFMA. Docente do Departamento de Saúde Pública (UFMA). Enfermeira da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão. Conselheira de Saúde em São Luís (MA). Presidenta da Associação Brasileira de Enfermagem, seção Maranhão.

SUELY DO NASCIMENTO SILVA

Assistente Social. Mestre em Saúde Pública pela UFSC. Especialista em Serviço Social na Saúde. Coordenadora adjunta no Núcleo de Saúde Pública (Nusp/Famed/Ufal). Coordenadora do Projeto de Práticas Integrativas de Cuidados à Saúde (PICS) da Famed/Ufal.

SYLVIA HELENA SOUZA DA SILVA BATISTA

Professora. Formação em Psicologia e livre docente em Ensino em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Doutora e mestre em Educação - Psicologia da Educação pela PUC-SP. Professora Associada IV do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade, Instituto Saúde e Sociedade/Campus Baixada Santista, da Unifesp.

TALITA LIMA DO NASCIMENTO

Enfermeira. Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem da Unifesp. Mestre em Avaliação de Tecnologias em Saúde pelo Instituto Nacional de Cardiologia. Professora adjunta da Universidade Federal do Acre (Ufac). Coordenadora do Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Ufac.

TÁRCIA MILLENE DE ALMEIDA COSTA BARRETO

Enfermeira. Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Roraima (Pronat/UFRR). Mestre em Ciências da Saúde pela Procisa/UFRR. Professora do curso de Enfermagem e do curso de pós-graduação em Saúde e Biodiversidade da UFRR.

TEREZA ANGÉLICA LOPES DE ASSIS

Mestre em Ensino em Saúde pela Ufal. Especialista em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília (UnB). Docente na Faculdade de Medicina da Ufal. Coordenadora do Núcleo Docente Estruturante da Famed/Ufal. Colaboradora do Núcleo de Saúde Pública da Ufal (NUSP/Famed)

THAIS LACERDA E SILVA

Fisioterapeuta. Doutora em Saúde Pública pela Fiocruz/Rio de Janeiro. Analista de Educação e Pesquisa em Saúde na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais.

VIVIANE L. CASSIMIRO MEIRELES

Enfermeira. Mestre em Atenção à Saúde pela PUC-Goiás. Especialista em Unidade de Terapia Intensiva e em Auditoria e Gestão de Serviços de Saúde. Analista em Saúde. Docente da Escola de Ciências Sociais e da Saúde na PUC-Goiás. Superintendente da Escola de Saúde de Goiás na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.

WALESKA FERREIRA DE ALBUQUERQUE

Farmacêutica. Doutora pela UFPI em Ciência Animal e mestre pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Professora associada II da UFPI, lotada na Coordenação do Curso de Farmácia. Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP/UFPI). Membro do Grupo Interprofissional de Pesquisa em Saúde do Idoso (Gippesi). Coordenadora da Liga Acadêmica Interprofissional da Saúde do Idoso (Laisi).



SUMÁRIO

Mensagem Das Organizadoras	29
Epígrafe	31
Prefácio	32
Apresentação	36
Introdução	39
A RedEscola e a Educação Interprofissional no Brasil: contribuições desde a formação de sanitaristas	47
NORTE & CENTRO-OESTE	67
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MANAUS	
A interprofissionalidade como fio condutor da formação	68
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO AMAPÁ	
Aprendizagem cotidiana e comprometida com os coletivos	74
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	
Instigar o pensamento investigativo, crítico e reflexivo sobre a realidade	82
DEPARTAMENTO DE SAÚDE E MEDICINA COMUNITÁRIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
Atenção integral ao cidadão, numa abordagem humanística, holística e ética	89
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	
O desenvolvimento de atributos, competências e habilidades para a prática colaborativa	94
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	
A escuta qualificada dos alunos como estratégia pedagógica	101
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	
ESCOLA TOCANTINENSE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS	
Projetos de intervenção construídos com base nos pressupostos da Educação Interprofissional	106
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Formação crítico-reflexiva de profissionais voltada para o fortalecimento do SUS	115

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DR. JORGE DAVID NASSER, MATO GROSSO DO SUL	
A cada encontro, uma acolhida que produz reflexão, convivência em grupo e pertencimento	122
<hr/>	
ESCOLA DE SAÚDE DE GOIÁS	
Prática colaborativa exige integração de profissionais com vivências	131
<hr/>	
COMENTÁRIO - ESPECIALISTA CONVIDADO	
Educação Interprofissional no Norte e no Centro-Oeste: experiências que nos passaram, nos aconteceram e nos tocaram	138
<hr/>	
SUL & SUDESTE	148
<hr/>	
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
Reformulação da matriz curricular e incorporação das bases da Educação Interprofissional na formação de sanitaristas	149
<hr/>	
INSTITUTO CAPIXABA DE ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO	
Entender a interprofissionalidade como um ato de resistência	157
<hr/>	
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL	
A produção de conhecimento pela teorização a partir dos problemas cotidianos	168
<hr/>	
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA (ENSP/FIOCRUZ, RJ)	
Revisitar o passado para entender o presente	177
<hr/>	
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARANÁ	
Nova formação em Saúde Pública sob a lógica da EIP para superar a histórica segmentação do trabalho em Saúde	190
<hr/>	
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SANTA CATARINA	
A busca de um novo olhar sobre o SUS a partir da reflexão sobre a própria prática dos discentes	200
<hr/>	
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP	
A potência transformadora dos projetos de intervenção: uma contribuição para o SUS	206
<hr/>	
COMENTÁRIO - ESPECIALISTA CONVIDADO	
Reflexões sobre a EIP a partir da experiência dos cursos com ênfase em interprofissionalidade nas regiões Sudeste e Sul	213

NÚCLEO DE SAÚDE PÚBLICA**FACULDADE DE MEDICINA****UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

O aprender e o ensinar incorporados aos espaços de trabalho para transformar as práticas profissionais

224

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ**PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES**

Produção de conhecimentos estratégicos para responder às necessidades da Saúde Pública

234

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

A experiência de docentes e discentes como suporte ao processo ativo de ensino e de aprendizagem

241

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE****UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Desenvolver o pensamento investigativo, crítico e reflexivo sobre a realidade política e social da Saúde

249

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA BAHIA PROFESSOR JORGE NOVIS

Interprofissionalidade: diferentes percepções e a produção de sentidos e conhecimentos para a melhoria da assistência

258

ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO

Invenções educativas para transformações no trabalho a partir da Educação Interprofissional

269

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA****ESCOLA DE SAÚDE**

Formação de sanitaristas que contribuam para a transformação da realidade no trabalho em Saúde

278

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

Qualificar profissionais do SUS em EIP para atuar na regionalização e organização das redes de atenção à saúde

287

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE PÚBLICA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Integração Ensino-Serviço-Comunidade para formar profissionais capazes de responder às complexas demandas de saúde

296

COMENTÁRIO - ESPECIALISTA CONVIDADO

Saberes necessários a práticas formativas na perspectiva da Educação Interprofissional: notas em partilha

304

Esta publicação foi concebida por muitas mãos durante a pandemia, uma ocasião em que tivemos que inventar novos modos de viver a vida. Está organizada em três grandes blocos, com 30 capítulos elaborados por 89 autores que se dedicaram entusiasticamente a contribuir para que aquele desejo nascido no desenrolar do Ciclo de Seminários Regionais, integrado por três eventos, tomasse forma e sentido e hoje ganhasse o espaço ampliado merecido pelas experiências aqui compartilhadas.

Organizar uma coletânea dessa magnitude é tarefa árdua, sem dúvida, e requer interação e confiança de todos os envolvidos. Entre arranjos e rearranjos, muitos movimentos foram executados para tornar essa etapa prazerosa, pródiga de interações e plena de conhecimentos.

Os três blocos de artigos estão divididos de acordo com a ordem de realização dos Seminários Regionais, que reuniu os estados por grupos de regiões:

- **Norte e Centro-Oeste**, em 26 de maio de 2021
- **Sul e Sudeste**, em 27 de maio de 2021
- **Nordeste**, 28 de maio de 2021

Para introduzir as experiências trazidas pelo coletivo de autores e autoras, produzimos um capítulo de introdução que

versa sobre a trajetória da RedEscola no que tange às questões da Educação Interprofissional, apresentando um resgate do projeto **Nova Formação em Saúde Pública: Uma Abordagem Interprofissional** e de seus desdobramentos:

- Os **Cursos de Especialização em Saúde Pública**, contemplando os 26 estados da federação.
- A pesquisa **A Educação Interprofissional: Construindo Evidências a partir da Nova Formação em Saúde Pública**.
- E o seminário **As Experiências da Prática em Educação Interprofissional na RedEscola: compartilhando lições e aprendizados**, que deu título a este trabalho.

No primeiro bloco, temos as contribuições dos autores das instituições formadoras das Regiões Norte e Centro-Oeste. No segundo, se encontram os autores das Regiões Sul e Sudeste e, por fim, no último bloco, as contribuições das instituições formadoras da Região Nordeste.

Ao fim de cada bloco, estão os comentários dos docentes convidados, que, com suas respectivas experiências e distintos olhares, deram contribuições inestimáveis durante o processo interativo e dialógico que marcou os seminários, conferindo qualidade e brilho em todas as sessões. Tal como nos ensina Paulo Freire, quando afirma que ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, da boniteza e da alegria.

ROSA MARIA PINHEIRO SOUZA

ALICE MEDEIROS LIMA

*Com quantas profissões se funda um novo espaço
O das interprofissões
Com quantos passos, pensamentos e ações se
desenha uma nova formação
Sanitaristas no 21
No Piauí, esboçamos e fizemos mais que um curso
Na pauta, uma rede escola,
Um cenário de muitas escolas e uma rosa,
Todas as rodas de conversas e existências,
Partidas e partilhas
Versos, reverso e avessos
Bordado:
Universidades, professores e trabalhadores
E no contrafluxo, as duras perdas de uma pandemia
A cidade do SUS em desafio
Um respiro: a dignidade da Integração Ensino – Serviço
Comunidade de práticas de verdade,
Mãos e inteligências em comunhão
Compromissos firmados,
Por todos os lados e significados, a defesa da vida.*

OTACÍLIO BATISTA DE SOUSA NETTO

Professor assistente do curso de Odontologia
da Universidade Federal do Piauí

PREFÁCIO

PROF^a DR^a JAQUELINE ALCÂNTARA MARCELINO DA SILVA

Departamento de Enfermagem da Universidade
Federal de São Carlos (UFSCar)
Coordenadora da Rede Brasileira de Educação
e Trabalho Interprofissional em Saúde (ReBETIS)

Avanços na construção da prática interprofissional colaborativa requerem a reorientação das práticas e da formação de profissionais de Saúde na perspectiva da interprofissionalidade (IP). A Educação Interprofissional em Saúde (EIP) é estimulada globalmente para formar profissionais capazes de responder às complexas e crescentes necessidades de saúde, em busca de melhores resultados nos cuidados aos usuários, nas experiências dos trabalhadores e no fortalecimento dos sistemas de Saúde.

As marcantes iniquidades, vulnerabilidades sociais, econômicas e sanitárias presentes na sociedade brasileira reforçam a urgência de práticas de Saúde interprofissionais, pautadas no modelo da determinação social do processo-saúde-doença, centrado nas necessidades dos usuários e articuladas entre

equipes intra e intersetorialmente. Nesse contexto, busca-se o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) universal, integral, equânime e resolutivo para a garantia do direito à saúde e à vida.

Os anseios mencionados alinham-se ao compromisso com a formação de sanitaristas para o SUS, ancorados em conhecimentos da Saúde Pública e Coletiva e das Ciências Sociais. Profissionais estimulados a estabelecer intervenções individuais e coletivas com bases territoriais, comunitárias, voltadas à integralidade para superar a lógica biomédica hegemônica e a fragmentação das práticas de saúde.

Articular a formação de sanitaristas com a EIP é um projeto audacioso, que exige profundos e constantes investimentos nos **Cursos de Especialização em Saúde Pública**, com ênfase na interprofissionalidade, vinculados à Rede de Escolas Brasileiras de Saúde Pública (RedEscola), que envolveu 26 estados brasileiros.

Os capítulos desta obra relatam esforços para a introdução da interprofissionalidade no referido curso de especialização da RedEscola, que envolveram principalmente o alinhamento teórico conceitual, a exigência da interprofissionalidade em trabalhos de conclusão de curso e a busca pela introdução do conceito em alguns projetos pedagógicos.

É importante salientar que, para a construção de experiências formativas na lógica da EIP, é preciso que a intencionalidade para a formação interprofissional esteja presente de modo explícito desde o planejamento do curso, em seus objetivos, com a introdução do marco teórico-conceitual e metodológico da Educação Interprofissional em Saúde até sua implementação e avaliação, de modo que demonstre e favoreça o compromisso

com o preparo para o trabalho em equipe e a colaboração interprofissional centrada nas necessidades de usuários, famílias e comunidades. Os processos avaliativos tornarão possível o aprimoramento contínuo das iniciativas formativas e a identificação de subsídios necessários para a sustentabilidade da EIP.

A introdução das competências interprofissionais colaborativas na formação, com vivências educativas interativas e articuladas, possibilita a abertura de caminhos para a ressignificação das práticas profissionais hegemônicas fragmentadas, assimétricas, competitivas e centradas nos interesses dos profissionais. Tal processo favorece o fortalecimento da comunicação interprofissional, das competências profissionais específicas, o reconhecimento e a valorização dos diferentes papéis de cada profissão, além de levar a avanços na socialização profissional com espaço para identidades interprofissionais específicas e com deslocamento do foco das ações de Saúde para a centralidade dos usuários. Desse modo, a construção da interprofissionalidade exige mais do que a presença de profissões de diferentes áreas nos mesmos espaços físicos, atividades e cursos.

No movimento da EIP para transformar a formação e as práticas de Saúde são fundamentais a parceria ensino-serviço-comunidade e o desenvolvimento docente para a Educação Interprofissional, incluindo os trabalhadores preceptores como parceiros da construção das iniciativas de EIP no SUS, como rede saúde-escola.

Os atravessamentos relatados nesta obra, assim como os que afetaram a vida de todos os brasileiros durante a pandemia da Covid-19, descortinaram as profundas desigualdades sociais, econômicas e sanitárias deste país continental. Ao mesmo tem-

po, deixaram marcas com perdas, saudade, processos de adoecimento, mas também aprendizados que mobilizam a luta incessante por uma sociedade mais justa, solidária, humanitária, democrática, com melhores condições de trabalho, valorização e reconhecimento do trabalho em equipe e da colaboração interprofissional na Saúde para lidar com situações imprevisíveis e complexas.

Que as experiências relatadas nesta obra inspirem e estimulem a continuidade de investimentos na EIP no contexto da pós-graduação, com apoio institucional e a busca incessante por sua sustentabilidade e fortalecimento com integração entre os sistemas de Saúde e educacional. Que as sementes lançadas para o trabalho de sanitaristas voltados à interprofissionalidade promovam possibilidades de ressignificar a formação e o trabalho, comprometidos com o SUS e as necessidades dos usuários.

APRESENTAÇÃO

MARCO ANTÔNIO CARNEIRO MENEZES

Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.
ENSP/Fiocruz

MARISMARY HORSTH DE SETA

Vice-Diretora da Escola de Governo em Saúde.
VDEGS/ENSP/Fiocruz

Durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, a saúde foi caracterizada como “*a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde*”.

O direito à saúde na Constituição de 1988 foi forjado nas lutas por Democracia e Justiça Social, e ainda hoje carece de efetiva concretização. Com dimensões continentais, o Brasil é marcado por diversidade social, cultural e econômica. Paralelamente, apresenta grandes potências para produção de vida, ao mesmo tempo que é assolado por profunda desigualdade entre regiões, classes sociais e grupos populacionais específicos – negros, mulheres, pessoas com deficiência, populações de territórios vulnerabilizados e LGBTQIA+.

Como direito, a saúde deve ser assegurada pelo Estado mediante políticas sociais e econômicas e acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Como aparato institucional, o Sistema Único de Saúde (SUS) ultrapassa o âmbito dos serviços que prestam assistência, configurando-se como sistema orientado pela concepção ampliada de saúde, a despeito da sua construção ter apresentado momentos de grave inflexão e de contrarreformas, mormente a partir de 2016.

A Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) aposta na concretização dos princípios doutrinários e diretrizes do SUS e reconhece o período atual como sendo de crise do regime de acumulação capitalista, acirrada por crises política, ética, ambiental e hídrica, bem como pelas emergências sanitárias, que tendem a ser mais frequentes. O compromisso ético, político e epistemológico da instituição implica em se basear nas necessidades e demandas da maior parte da população, que mais depende do SUS público, universal e de qualidade.

A ENSP reconhece a conexão entre ações de formação, pesquisa e extensão. Cada componente da RedEscola é protagonista na atuação voltada para seu território, do qual é parte integrante, e na interação com as populações.

Nesta obra, podemos mergulhar nas experiências dos **Cursos de Especialização em Saúde Pública** com foco na abordagem da Educação Interprofissional (EIP). Objetos do projeto Nova Formação em Saúde Pública: Uma Abordagem Interprofissional – fruto de uma parceria entre a ENSP e Secretaria da Gestão no Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SG-TES/MS) –, esses cursos possibilitaram à RedEscola um prota-

gonismo vigoroso na introdução da EIP na pós-graduação *lato sensu*. No Ciclo de Seminários Regionais, de 26 a 28 de maio de 2021, foi possível (re)conhecer ações e movimentos resultantes dessa formação.

A publicação de *Compartilhando Lições e Aprendizados: A experiência da prática em Educação Interprofissional na RedEscola* nos faz viajar de Norte a Sul do país. Entre sentimentos e aprendizados, sua leitura aponta que a EIP se constitui em potente estratégia para o fortalecimento do SUS, tornando explícito que a aposta nas interfaces entre Educação Permanente (EP) e EIP é imprescindível na qualificação para um efetivo trabalho em equipe.

A mudança de práticas – rompendo com modelos hegemônicos e tradicionais de formação e de atuação em Saúde – é urgente para avançarmos na superação da fragmentação do sistema e das condutas equivocadas e/ou repetitivas, para assim promover dignidade, integralidade e cidadania.

Esta publicação nos inspira a seguir numa direção a favor do ensino, da ciência, da coletividade e dos laços que se formam no caminho, permeados pela certeza de que a incorporação da EIP nos processos formativos contribui significativamente para o desenvolvimento de competências profissionais tão necessárias à melhoria da qualidade da atenção à saúde e para se alcançar um desenvolvimento socioambiental mais saudável e sustentável.

Este livro nasce do interesse em compartilhar uma experiência transformadora, orientada pela estratégia da Educação Interprofissional, visando à prática colaborativa na Saúde. Em 30 capítulos, reúne um elenco de autoras e autores, de instituições formadoras de todos os estados brasileiros, que relatam experiências, vivências, lições e aprendizados construídos coletivamente durante o desenvolvimento da formação de sanitaristas.

Além dos textos de abertura, o livro está organizado em três blocos regionais. O primeiro bloco traz 11 capítulos de autores das instituições formadoras das Regiões Centro-Oeste e Norte. No segundo bloco, as Regiões Sudeste e Sul são representadas em sete capítulos. E, no terceiro, relativo ao Nordeste, temos nove capítulos. Ao fim de cada bloco, há um comentário escrito por um convidado externo, docente com larga experiência na temática central da publicação.

É possível ver, ao longo desses três blocos, a grande diversidade de situações e experiências vivenciadas/construídas por docentes, discentes e gestores da capacitação em Saúde de cada estado. E também os louváveis esforços de cada instituição e de seus profissionais – em meio ao inesperado, doloroso e desastroso momento da pandemia de Covid-19 – para explorar esse novo e importante elemento na formação de sanitaristas, que conta com o

aval e a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O resultado, que vocês poderão apreciar neste livro, é um mosaico regional e nacional de experiências educativas, aprendizados, descobertas, autoconhecimento, imersão nos diferentes cenários de trabalho de cada região e ideias inovadoras, além do essencial desenvolvimento de novas perspectivas e esperanças para o atendimento à população brasileira em uma de suas necessidades mais básicas – a Saúde Pública.

Torna-se fundamental reconhecer que, embora a literatura sobre a Educação Interprofissional venha se expandindo nos últimos anos, no Brasil ainda persistem lacunas de conhecimento sobre o tema. Esta publicação vem, assim, associar-se àquelas que buscam divulgar e disseminar a importância, as potencialidades e os desafios da introdução da Educação Interprofissional para o exercício da prática colaborativa na Saúde, tão necessária ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nossa expectativa é de que os aportes aqui trazidos contribuam para estimular o debate e consolidar o enfoque da interprofissionalidade nos projetos pedagógicos, de forma que se traduzam de forma positiva e enriquecedora nos processos de formação de sanitaristas por todo o Brasil.

Esperamos que todos tenham uma boa leitura e que esta obra seja um estímulo à adoção da Educação Interprofissional como estratégia para o desenvolvimento do trabalho colaborativo na Saúde. A seguir, apresentamos um rápido resumo de cada capítulo dos três blocos.

BLOCO NORTE & CENTRO-OESTE

- Os autores da **Escola de Saúde Pública de Manaus** destacam a concepção do projeto pedagógico dentro da perspectiva da for-

mação de sanitaristas na abordagem da interprofissionalidade, apontando as peculiaridades regionais, marcadas por um território diferenciado e multiétnico.

- Já os autores da **Escola de Saúde Pública do Amapá** abordam a experiência como uma oportunidade extremamente importante para explorar o potencial dos profissionais da área e para a capacitação de recursos humanos em nível estadual, a partir de uma iniciativa inovadora de formação de sanitaristas.
- No capítulo do **Departamento de Saúde e Medicina Comunitária da Universidade do Estado do Pará**, os autores chamam atenção para a diversidade das graduações dos discentes entre Ciências Biológicas e Ciências Sociais, envolvendo participantes de duas capitais da Região Norte (Belém e Macapá), o que propiciou uma troca de experiências e aprendizagens na discussão do contexto biológico e social dos problemas sanitários brasileiros.
- A autora do capítulo da **Universidade Federal de Rondônia** destaca a contribuição da EIP no desenvolvimento de atributos, competências e habilidades para a prática colaborativa, a geração de novos conhecimentos e a atuação no território com suas especificidades locais. Além disso, aponta como a capacidade de convivência de diferentes profissionais – com formações heterogêneas e pela troca de ideias e experiências vividas individualmente – possibilitou o agir comunicativo, a articulação e a interlocução entre os diferentes saberes, profissões e redes de cuidado.
- O texto dos autores da **Universidade Federal de Roraima** pontua o grande desafio advindo da pandemia, tanto para discentes que estavam atuando nos serviços de Saúde quanto para os docentes, destacando as estratégias comunicacionais utilizadas pelos professores para tornar as aulas remotas motivacionais, atrativas e significativas, garantindo, assim, a adesão dos alunos ao curso.
- Já no capítulo dos autores da **Universidade Federal do Tocantins**, da **Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde** e da **Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas**, são ressaltados os distintos perfis profissiográficos entre os discentes, formados na educação tradicional, evidenciando a necessidade de superar os estilos de aprendizagem diferenciais e hierárquicos para o envolvimento dos alunos de forma mais igualitária e democrática. Nesse sentido, argumentam que os tutores (professores) tiveram um papel

fundamental, ao encorajar o engajamento ativo dos estudantes na EIP, como aprendizes adultos e sanitaristas críticos, reflexivos e aptos a desenvolver seus processos de trabalho com abordagem interprofissional.

- Os autores da **Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso** expõem como a temática da interprofissionalidade foi fundamental para que os egressos pudessem ter subsídios para realizar suas atividades em seus espaços de trabalho de forma mais consciente e concreta, apontando que a educação interprofissional favoreceu uma melhor colaboração entre os profissionais que compõem as equipes de Saúde.
- No vizinho Mato Grosso do Sul, a autora da **Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser** focaliza a experiência que envolveu as quatro macrorregiões de Saúde do estado, com estímulo à participação de diversas categorias profissionais, visando à formação de agentes transformadores, mediante o desenvolvimento de competências nas áreas de gestão, cuidado, educação e interprofissionalidade e ensino-aprendizado.
- No último texto das instituições formadoras do Centro-Oeste e do Norte, os autores da **Escola de Saúde de Goiás** trazem à luz elementos sobre o fato de que os egressos do curso passaram a ter preocupações muito mais coletivas do que individuais, adotando rotinas transformadoras de atuação e comprometidos com a implementação e o funcionamento do SUS. São pessoas que passaram a transcender a formação tradicional, clássica, para uma compreensão de interconexão e interdisciplinaridade, com predomínio das noções de cidadania e do direito à saúde.
- Encerrando o bloco, no capítulo intitulado “Educação Interprofissional em Saúde no Norte e Centro-Oeste do Brasil: experiências que nos passaram, nos aconteceram e nos tocaram”, a docente convidada para discutir as contribuições trazidas pelos expositores apresenta seus comentários a partir das perguntas norteadoras que orientaram o seminário de cada uma das instituições formadoras.

BLOCO SUL & SUDESTE

- Os autores da **Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais** relatam o processo de discussão e reformulação curricu-

lar do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, ativado pela proposta de incorporação das bases da EIP na formação de sanitárias, visando à composição de um currículo mais modular e menos disciplinar, juntamente com a construção de um maior diálogo entre docentes de temas/disciplinas afins, fortalecendo a docência compartilhada e colaborativa.

- No segundo capítulo do bloco, os autores do **Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação** da **Universidade Federal do Espírito Santo** relatam experiências vivenciadas durante a execução do curso, enfocando as ações que antecederam essa iniciativa e seus desdobramentos, bem como os desafios enfrentados durante pandemia de Covid-19.
- As autoras da **Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ENSP** (representando o Estado do Rio de Janeiro) discutem o que significa para a instituição, hoje, reatualizar o programa de ensino para um Sistema de Saúde de acesso universal, cujo trabalho interprofissional tem sido um aspecto primordial. Apontam ainda o desafio de pautar o debate sobre a interprofissionalidade (educação e trabalho) de forma a não naturalizar a multiprofissionalidade e a interprofissionalidade no programa de ensino e em sua própria missão institucional.
- O perfil dos selecionados para o curso, oriundos de 28 municípios do Estado de São Paulo, foi o tema desenvolvido pelos autores da **Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp**. As distintas graduações dos discentes resultaram em 33 projetos de intervenção com temas bastante diversificados: Vigilância em Saúde; Gestão de pessoas; Revisão de processos; Gestão do cuidado/clínica; Saúde do Trabalhador; Pandemia; Sistema de Informação; e Gestão em Saúde.
- Os autores da **Escola de Saúde Pública do Paraná** enfocam a reformulação da estrutura curricular e o ementário do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, em 2019, com a inclusão dos pressupostos e abordagens da EIP. Eles destacam os Portfólios Reflexivos como uma importante estratégia para a avaliação do desempenho dos estudantes, mas também para o estímulo da aprendizagem baseada em competências colaborativas – “o aprender fazendo” e o desafio foi romper com a cultura uniprofissional.
- Pela **Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul**, a autora relata como a EIP foi assumida como elemento norteador do **Curso**

de Especialização em Saúde Pública, com o desafio de qualificar profissionais para identificar problemas gerados, propondo estratégias de intervenção com base nos pressupostos da Saúde Coletiva e tendo a promoção da Saúde e da preservação do meio ambiente como estratégias prioritárias.

- **A Escola de Saúde Pública de Santa Catarina**, através de seus autores, aponta os desafios para a organização e implantação do curso, enfatizando a potência dos Planos de Intervenção e a incorporação das metodologias ativas de ensino-aprendizagem pautadas na Educação Interprofissional em outros processos formativos da instituição.

- Por fim, no capítulo “Reflexões sobre a EIP a partir da experiência dos cursos com ênfase em interprofissionalidade nas Regiões Sudeste e Sul”, o docente comentarista do bloco lança o seu olhar sobre as experiências trazidas pelos expositores das duas regiões, destacando o papel da RedEscola no estímulo à introdução da interprofissionalidade na formação de sanitaristas e tecendo comentários a partir de categorias de análise selecionadas, destacando ainda os aspectos que carecem ser aprimorados.

BLOCO NORDESTE

- Os autores do **Núcleo de Saúde Pública**, da **Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas**, ressaltam a metodologia utilizada para a elaboração dos Projetos de Intervenção em Saúde (PIS) como um dispositivo importante para identificar e analisar as diferentes realidades das práticas sanitárias e os elementos do processo de trabalho, visando à reorganização das ações nos serviços de Saúde e à socialização dos PIS nesse ambiente.

- Já os autores da **Escola de Saúde Pública da Bahia** Professor Jorge Novis relatam a decisão pela regionalização, a inclusão da EIP enquanto componente curricular e os desafios enfrentados, que requereram a busca permanente de estratégias pedagógicas que possibilitem romper com as formas antigas do trabalho fragmentado, contribuindo para uma lógica profissional mais colaborativa e socialmente integrada.

- A autora da **Escola de Saúde Pública do Ceará** Paulo Marcelo Martins Rodrigues destaca, por sua vez, as estratégias e dinâmicas utilizadas para adotar a abordagem da EIP na formação de

sanitaristas durante todo o processo formativo. Some-se a isso a oportunidade de reflexão sobre a capacitação dos profissionais, a prática interprofissional e a contribuição para a avaliação do percurso vivenciado e do trabalho em equipe como potencializador da construção da identidade profissional.

- Sobre a experiência da **Universidade Federal do Maranhão** na concepção e organização do curso, os autores destacam a estrutura de governança, mediante a constituição de uma câmara técnica composta por quatro docentes para apoio pedagógico e instrucional do curso e o aumento do protagonismo dos alunos na aprendizagem a partir da autonomia e das responsabilidades e da parceria entre o corpo docente e discente.
- No capítulo do **Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde**, da **Universidade Federal da Paraíba**, os autores apresentam a composição da equipe de governança do curso e o processo de trabalho responsável pela proposta político-pedagógica, constituída por oito módulos e 26 unidades de aprendizagens. Destacam ainda as estratégias pedagógicas utilizadas para favorecer a construção de uma proposta de intervenção alinhada a um processo de trabalho interprofissional e colaborativo.
- As autoras da **Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco** reforçam a relevância da inserção do referencial da Educação Interprofissional e a revisão da proposição pedagógica do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, tanto para o processo formativo dos sanitaristas quanto para o desenvolvimento institucional. Destacam ainda os desafios encontrados e apontam a necessidade de desenvolvimento de estratégias de EIP que impactem as equipes de trabalho dos discentes.
- A ênfase dada pelos autores do **Núcleo de Estudos em Saúde Pública** da **Universidade Federal do Piauí** se deve à constatação de que o curso fortaleceu a articulação entre ensino, serviço e comunidade, consolidando a atuação do núcleo no tripé universitário. Acrescentam que favoreceu a mudança no modo de pensar e fazer Saúde no Estado do Piauí e possibilitou a formação de profissionais críticos, reflexivos, pró-ativos e colaborativos – como agentes transformadores nos cenários diversos dos serviços e da gestão –, contribuindo também para a produção de conhecimento tecnicocientífico no âmbito social e de Saúde.

- Já no **Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva** da **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, os autores enfatizam o alinhamento do projeto à estratégia da educação permanente em Saúde e à priorização da EIP. Destacam ainda os componentes curriculares teóricos, as etapas dos projetos aplicativos e a concepção do curso fundamentada na formulação de competências profissionais comuns e colaborativas enquanto diretrizes de formação.
- Os **autores da Escola de Saúde Pública do Estado de Sergipe**, da **Fundação Estadual de Saúde** e da **Universidade Federal de Sergipe** destacam que a realização do curso foi pautada na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), com ênfase nas estratégias de EIP e práticas colaborativas, sendo concebida e executada mediante processo de cooperação técnica das três instituições com a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe.
- Finalizando o bloco, no capítulo intitulado “Saberes necessários a práticas formativas na perspectiva da Educação Interprofissional: notas em partilha”, a docente convidada tece seus comentários sistematizando os movimentos produzidos durante a realização do Seminário da Região Nordeste, dialogando com um potente referencial teórico que pontua os desafios e aponta caminhos de superação.

Acreditamos que esta obra coletiva possa representar um importante estímulo à adoção da Educação Interprofissional como estratégia para o desenvolvimento do trabalho colaborativo na Saúde. Esse é nosso objetivo maior.

Ficaremos muito felizes de receber o feedback de cada um de vocês, que pode ser encaminhado para nosso e-mail:

rededescolas@gmail.com

E esperamos que todos tenham uma boa leitura!

ROSA MARIA PINHEIRO SOUZA

ALICE MEDEIROS LIMA

A RedEscola e a Educação Interprofissional no Brasil: contribuições desde a formação de sanitaristas

Rosa Maria Pinheiro Souza
Alice Medeiros Lima

A Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola) é um espaço de diálogo entre instituições de ensino de Saúde no Brasil voltado para a implementação de estratégias de educação permanente, que busquem mudanças concretas nas práticas profissionais e na organização do trabalho, além de fortalecer o controle social.

A RedEscola atua no caminho da construção compartilhada e colaborativa, possibilitando trocas de saberes e experiências que visam o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

A estrutura da RedEscola é a que se segue:

- Secretaria Técnica Executiva.
- Grupo de Condução, composto por representantes de dez escolas.
- Conselho Consultivo, que envolve órgãos ligados ao Ministério da Saúde.

Esse corpo técnico se propõe a impulsionar os processos diretos da Rede, acompanhando sua evolução e sugerindo programas de renovação.

Atualmente, a RedEscola é composta por 59 instituições formadoras, integrando escolas ligadas aos sistemas estaduais e municipais de Saúde e universidades, distribuídas entre as cinco regiões do país.

Essa reunião de instituições promove o fortalecimento de vínculos já existentes e a criação de novos vínculos; olhares diferentes sobre o mesmo fenômeno; a capilaridade, a disseminação e a democratização das informações; a desarticulação da pirâmide clássica; o manejo de produtos relativamente uniformes, considerando o nível de autonomia; o alcance a lugares bastante heterogêneos; o respeito às singularidades locais; o sentimento de pertencimento ao trabalho em grupo; o fortalecimento de expertises; a superação do trabalho isolado, fragmentado, e da pulverização de esforços e recursos destinados à formação em saúde. (SOUZA, 2021)

A missão da RedEscola é articular e fortalecer as escolas e os centros formadores em Saúde Pública/Coletiva, mediante estratégias para o desenvolvimento de políticas e ações no âmbito da Educação na Saúde, visando à produção do conhecimento e à qualificação da força de trabalho no SUS.

Em relação à sua visão, a RedEscola busca ser reconhecida, nacionalmente, como ator político relevante no âmbito da Educação na Saúde, constituindo-se como referência para o desenvolvimento de políticas para o SUS e para a produção e circulação de conhecimento.

E dentro desta perspectiva a grande busca tem sido pela qualificação dos processos formativos no e para o SUS. Nesta

linha, seguem as atividades da RedEscola e dentre elas, as publicações, ilustrando essa afirmativa, o livro intitulado: “RedEscola e a Nova Formação em Saúde Pública” traz dentre outros aportes, a discussão sobre as metodologias ativas na formação em saúde, a compreensão sobre o que tem sido designado como metodologias ativas (RAMOS, 2018). Neste caminho, adverte para a necessidade de se responder em que medida a formação vem ao encontro das necessidades e demandas da população (SOUZA, 2018).

Cabe aqui destacar o projeto Nova formação em Saúde Pública: uma abordagem interprofissional, fruto de uma parceria entre a ENSP/Fiocruz e a SGTES/MS, com coordenação nacional da RedEscola. Essa iniciativa integra o Plano de Educação Interprofissional do Brasil: oferta de curso de especialização em Saúde Pública, com ênfase na EIP, na perspectiva de favorecer a adoção de práticas colaborativas na atenção à Saúde, ofertado por instituições formadoras parceiras da RedEscola, cuja meta será a formação de 650 novos sanitaristas dentro da concepção da Educação Interprofissional (2018).

Reeves (2016), ao se reportar sobre a origem da Educação Interprofissional, informa que, globalmente, por mais de três décadas, a política de Saúde tem identificado o papel principal da EIP na melhoria de sistemas e nos resultados da atenção. Porém, nos últimos dez anos, a EIP tem estado particularmente na vanguarda de muitas pesquisas, políticas e atividades regulatórias em nível internacional. Reeves (2016) recorda ainda o conceito de EIP apontado pelo Caipe (*Centre for the Advancement of Interprofessional Education*), em 2002, que define a Educação Interprofissional como duas ou mais profissões que aprendem com, de e sobre cada uma delas para melhorar a colaboração e a qualidade da assistência. E complementa que, como tal, essa definição engloba alunos de graduação e pós-graduação.

Dentre o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito desse projeto, a ênfase nesta publicação se concentra nas iniciativas de formação em Saúde Pública – no caso, os cursos de especialização com abordagem interprofissional, que vêm progressivamente sendo empreendidos para alcançar patamares de qualificação mais elevados. Tomamos como eixo condutor o Ciclo de Seminários Regionais intitulado *As Experiências da Prática em Educação Interprofissional na RedEscola: compartilhando lições e aprendizados*.

Antes de introduzir o Ciclo de Seminários Regionais, gênese dessa publicação, cabem breves considerações sobre o projeto **Nova Formação em Saúde Pública: Uma Abordagem Interprofissional**.

A iniciativa teve início em 2018, com previsão de encerramento para novembro de 2022. As delongas em sua execução ocorreram devido à pandemia de Covid-19, que assolou o mundo e afetou fortemente o Brasil. Julgamos válido destacar que os 26 estados foram contemplados com **Cursos de Especialização em Saúde Pública** com abordagem interprofissional, totalizando 31 cursos e 1.068 novos sanitaristas para o Brasil!

Esse projeto é uma tradução do compromisso da RedEscola com a formação em Saúde Pública de qualidade, trazendo resultados significativos em meio a um contexto nacional de grande fragilização do SUS, permitindo-nos (como nos ensina o legado de Paulo Freire) esperar e acreditar em mudanças, tendo em vista que nos colocamos em movimento constante de resistência, com aposta na educação e na formação.

Previamente à implantação dos cursos, foram realizadas as oficinas regionais com a participação de docentes experientes no domínio do ensino interprofissional, envolvendo os coordenadores

dos cursos e destacando o caráter inovador do projeto e a inserção da Educação Interprofissional na formação de sanitaristas. Além disso, houve incentivo à realização do curso **Educação Interprofissional em Saúde**, do Avasus, para o fortalecimento da formação docente nessa perspectiva. A iniciativa foi tão exitosa que se expandiu para os coordenadores dos cursos e até para os discentes, totalizando 526 participantes.

Nos 32 anos do SUS, temos ciência de que as políticas públicas de Saúde devem ser concebidas a partir das reais necessidades e demandas da população e, para contribuir com esse processo, a formação é essencial, sobretudo em Saúde Pública. O sanitarista é um ator essencial para o processo de fortalecimento do SUS, pois tem uma atuação pautada no território, com competência de análise de contexto e diagnóstico situacional, potencializando a atenção à saúde, evitando agravos e reduzindo hospitalizações desnecessárias. Para Costa (2016), tivemos avanços na perspectiva da formação e do trabalho em saúde, mas ainda temos desafios:

Na última década, induzidos por importantes políticas interministeriais, muitos problemas da formação profissional em saúde foram superados, na busca de reorientar a lógica do ensino na saúde. Foram importantes ganhos no fortalecimento da interação ensino, serviço e comunidade, adoção de estratégias metodológicas mais ativas e mudanças curriculares que incorporaram relevantes transformações na dinâmica da educação dos profissionais de saúde. Porém, é preciso ter clareza que, mesmo com os avanços obtidos, há resistência para o rompimento do modelo atual de formação, que reverbera na legitimação do atual modelo de Atenção à Saúde pautado na forte divisão do trabalho. Apesar dos ganhos expressivos atuais em várias vertentes, os profissionais continuam sendo formados separadamente, para no futuro trabalharem juntos, incoerência que traz importantes implicações para a qualidade da atenção oferecida no âmbito do SUS. (COSTA, 2016, p.197)

EIP EM NÚMEROS

650
sanitaristas
formados

Meta do projeto
(SGETS ENSP/Fiocruz)

4.238
alunos
inscritos

Em todo o
território nacional

1.308
matriculados

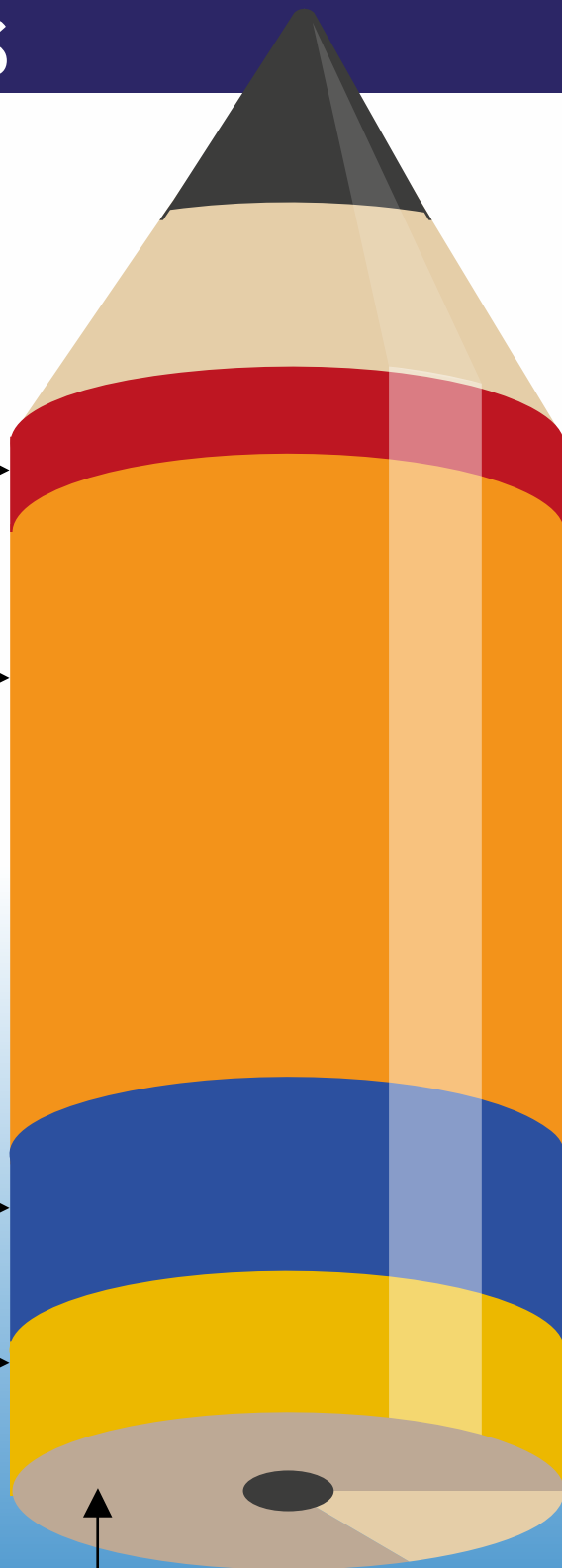
Em 31 turmas ofertadas
pelas Instituições Formadoras.

1.068
sanitaristas
formados

Com ênfase na
Interprofissionalidade

82%
de Taxa
de Aproveitamento

Razão entre matriculados e formados

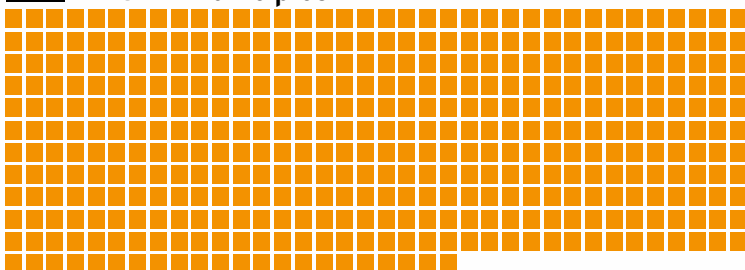


26
instituições
formadoras

Entre universidades
e escolas de Saúde



402 municípios



Estrutura de
Governança
Nacional

Capilaridade de Norte a Sul

Estrutura de Governança Local



30

Coordenadores
estaduais



27

Apoiadores
Pedagógicos



490

Docentes envolvidos na formação



452

Orientadores

7

integrantes

STE/ RedEscola

LINHA DO TEMPO - 15 ANOS DE REDESCOLA



NASCE A REDE
DE ESCOLAS

2008

REGESUS -
Inovações na
educação em
Saúde Pública com
diálogo e parceria

Rede de Ensino
para Gestão
Estratégica
do SUS

2009

Rede de Escolas e
Centros Formadores
em Saúde Pública/
Coletiva: Projetos
Estruturantes de
um novo ciclo de
fortalecimento
da Relação
Ensino-Serviço

"Pandemia,
Metamorfoses e
Ciência: aprendizados
e lições para a
educação e o trabalho
em saúde"

2010

"Acreditação
Pedagógica como
perspectiva da
Rede: Educação
com qualidade e
participação"

2011

"Gestão Escolar e
Acreditação Pedagógica
na Rede: Construindo
caminhos convergentes
e fortalecendo as
escolas.

"A Educação na
Saúde Indutora
de Justiça Social:
saberes
e vivências"



15 ANOS DA
REDESCOLA

2023

Lançamento de e-book e livro:
"As experiências da prática em
Educação Interprofissional na
RedEscola - Compartilhando lições
e aprendizados"

Pesquisa: A Educação
Interprofissional construindo
evidências a partir da Nova
Formação em Saúde Pública na
Rede Brasileira de Escolas de Saúde
Públicas (iniciada em 2021)

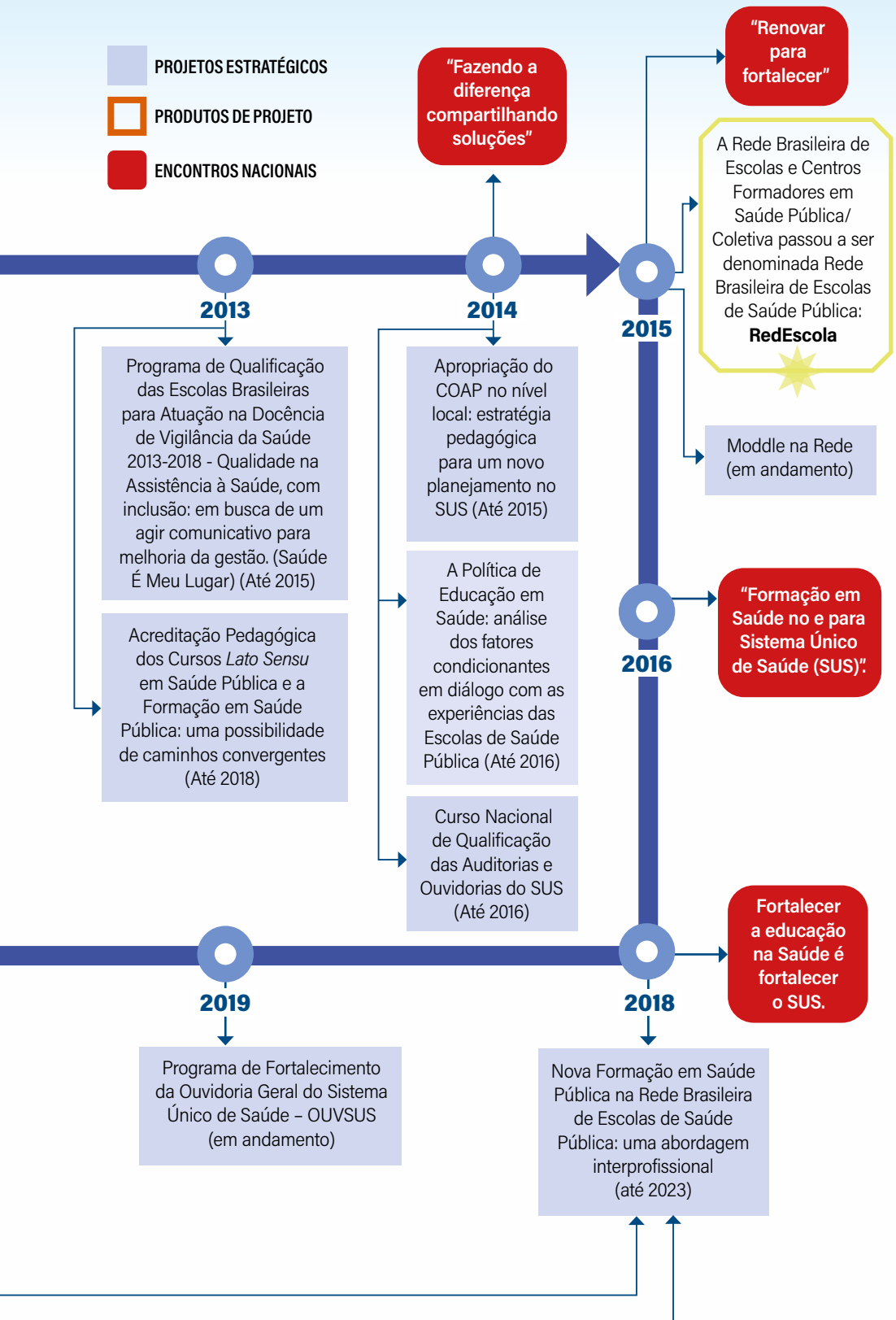
2021

Publicação: "A Educação
Interprofissional e o trabalho
colaborativo no enfrentamento
da pandemia da Covid-19"

Realização de três seminários regionais
online, sobre "As Experiências da Prática
em Educação Interprofissional na
RedEscola", com a participação de
instituições formadoras das regiões Norte/
Centro-Oeste, Sul/Sudeste e Nordeste.

2020

- PROJETOS ESTRATÉGICOS
- PRODUTOS DE PROJETO
- ENCONTROS NACIONAIS



Há que se destacar, também, a importância do sanitário na promoção de autonomia e protagonismo dos usuários do SUS, através de ações de educação em e na Saúde, acolhendo a comunidade e famílias que vivem em seus territórios de atuação. Portanto, formar sanitários é abrir mais uma passagem para a concretização dos princípios doutrinários do SUS e esse projeto seguiu e segue nesse propósito, ancorado na **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde** – PNEPS (Portaria nº198/2004).

A PNEPS potencializa a articulação e a integração entre as mais variadas categorias profissionais, a partir da valorização da Educação Permanente em Saúde (EPS), fortalecendo a perspectiva do trabalho em equipe e da formação constante de profissionais, além de viabilizar o aprendizado entre gestores, estudantes, trabalhadores de Saúde e população usuária dos serviços.

A EPS é uma estratégia político-pedagógica que toma como objeto os problemas e necessidades emanadas do processo de trabalho em saúde e incorpora o ensino, a atenção à saúde, a gestão do sistema e a participação e controle social no cotidiano do trabalho com vistas à produção de mudanças neste contexto. Objetiva, assim, a qualificação e aperfeiçoamento do processo de trabalho em vários níveis do sistema, orientando-se para a melhoria do acesso, qualidade e humanização na prestação de serviços e para o fortalecimento dos processos de gestão político-institucional do SUS, no âmbito federal, estadual e municipal. (BRASIL, 2018, p.18)

A RedEscola parte da premissa que sua atuação deve ser pautada nessa abordagem transversal, embasada na Educação Permanente (EPS) e nos preceitos da EIP, com seus aportes teóricos e metodológicos, estruturando-os nos cursos de especializa-

ção em Saúde Pública para a formação dos novos sanitaristas. (Souza, 2021).

Outra frente da RedEscola na busca pelo fortalecimento da EIP no país é a pesquisa **A Educação Interprofissional: construindo evidências a partir da Nova Formação em Saúde Pública**, que se encontra em andamento. A produção de evidências sobre a implementação da EIP no Brasil ainda é aquém do necessário. Por isso, a pesquisa busca destacar os avanços e desafios a partir do olhar do egresso e da coordenação pedagógica dos cursos. São dez instituições envolvidas, distribuídas de maneira paritária entre as cinco regiões do país, contando com a participação de 321 egressos e dez coordenadores, com intuito de avaliar o **Curso de Especialização em Saúde Pública** na abordagem da Educação Interprofissional.

Conforme mencionado anteriormente, como um desdobramento do projeto, promovemos o seminário **As experiências da prática em Educação Interprofissional na RedEscola: compartilhando lições e aprendizados**, realizado nos dias 26, 27 e 28 de maio de 2021 de forma remota, via plataforma Zoom, com ampla transmissão em todas as redes sociais da RedEscola, tendo a participação dos coordenadores dos **Cursos de Especialização em Saúde Pública** que fazem parte do projeto e de comentaristas externos com grande expertise em Educação Interprofissional. Travamos um importante diálogo com os participantes sobre os avanços e desafios dessa proposta, na tessitura e desenvolvimento do curso.

O objetivo do evento foi divulgar e compartilhar as experiências da prática interprofissional presentes nos **Cursos de Especialização em Saúde Pública** já concluídos e/ou que estavam

em desenvolvimento naquele momento. Destacamos que essa proposta teve como base o trabalho coletivo, envolvendo toda a comunidade acadêmica – docentes, coordenadores, apoiadores pedagógicos, discentes e egressos do **Curso de Especialização em Saúde Pública** –, reforçando a potência da atuação em rede e em parceria com as instituições formadoras que a compõem.

No sentido de orientar a participação dos coordenadores para o alcance dos objetivos, foram propostas pela coordenação do Seminário três perguntas norteadoras:

1. Como a EIP foi incorporada no Curso de Especialização em Saúde Pública?
2. Quais estratégias e dinâmicas foram utilizadas para adotar a abordagem da EIP na formação de sanitaristas?
3. Quais foram as dificuldades encontradas para assumir a EIP como uma estratégia orientadora da formação na Saúde Pública?



Os três dias de evento tiveram mediação da coordenadora da RedEscola, professora Rosa Souza, e a cada dia recebemos contribuições de um comentarista de excelência na área da Educação Interprofissional, entre eles Bárbara Patrícia da Silva Lima, professora da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal); Cristiano Gil Regis, professor da Ufac; e Sílvia Batista, docente da Unifesp (Campus Baixada Santista).

FONTE: Secretaria Técnica e Executiva da RedEscola, 2021

DIA 26/05/2021 - Regiões Norte e Centro-Oeste
 (9h às 12h - horário de Brasília)
 Docente/Camareira: Bárbara Patrícia da Silva Lima
 Professora da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNICISA)

REGIÃO NORTE

ACRE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
 Profª Nereida Maria de Almeida Chagas/Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Pública

AMAPÁ - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA - SESA/AP
 Prof. Wilson de Araújo Vianna/ Diretor de Educação Superior - EESAP

AMAZONAS - Escola de Saúde Pública de Manaus
 Prof. Adriano Santos/Coordenador do Curso de Especialização em Saúde Pública

PARÁ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
 Profª Napolita Helena Ortão/Coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde Pública (UNIP)

RORAIMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
 Profª Natália Helena Ortão/Coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde Pública (UNIP)

RORAIMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
 Profª Tarcia Milene de Almeida Costa/ Diretora
 Coordenadora de Especialização em Saúde Pública (UNIP)

TOCANTINS - ESCOLA TOCANTINENSE DO SUS
 Profª Fabiana Santini Braga/ Diretora do SUS - R e Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Pública

REGIÃO CENTRO-OESTE

GOIÁS - ESCOLA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA DE GOIÁS CÂNDIDO SANTIAGO
 Drª Luciana Vieira/ Coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde Pública (UNIP)

MATO GROSSO - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MATO GROSSO
 Profª Ana Paula Castro Girardi/Orientadora Pedagógica do Curso de Especialização em Saúde Pública

MATO GROSSO DO SUL - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DR. JORGE DAVID NASSEER
 Prof. Edgar Sobral/ Gestor do Serviço de Saúde

REDESCOLA **ENEP** **FIOCRUZ**

26 maio de 2021
 Região Norte e Centro-Oeste
 As Experiências da Prática em Educação Interprofissional na RedEscola:
COMPARTILHANDO LIÇÕES E APRENDIZADOS



REDESCOLA **ENEP** **FIOCRUZ**

FONTE: Secretaria Técnica e Executiva da RedEscola, 2021

No dia 26 de maio de 2021, o evento contemplou as regiões Norte e Centro-Oeste, das 9h às 12h, tendo como comentarista a professora Bárbara Patrícia da Silva Lima. Avaliamos que foi um encontro potente, com contribuições inestimáveis para a implementação e a consolidação da Educação Interprofissional, trazendo clareza e objetividade com vistas às práticas colaborativas em Saúde. A coordenadora do evento destacou que tivemos inúmeras evidências, a partir das falas dos expositores, da importância da EIP para o SUS.

A docente Bárbara Lima ressaltou a necessidade de resgate do conceito de Educação Interprofissional da Organização Mundial de Saúde (OMS), que mostra que a EIP ocorre quando os profissionais/estudantes de duas ou mais profissões aprendem sobre os outros, com os outros e entre si, para possibilitar a colaboração eficaz e melhorar os resultados na Saúde. Apontou que, nesse encontro, foi vivenciada a Educação Interprofissional a partir

das experiências relatadas, o que permitiu aprender sobre os outros, com os outros e entre si, com colaboração eficaz entre todos. Reforçou sua emoção ao testemunhar tantas experiências exitosas, num cenário tão duro de pandemia, com perda de milhares de vidas brasileiras diariamente, e parabenizou os novos sanitaristas, docentes e coordenadores pela resistência.

Para ilustrar sua argumentação, a comentarista mostrou um artesanato de sua região: uma rede com diferentes pontos e cores variadas simbolizando o que cada um faz na Educação Interprofissional, a partir do seu olhar, com sua potência, sua vivência, suas dificuldades e sua superação. Reforçou a fala de um participante de que a Educação Interprofissional é viável, mas não é simples, pois viemos de uma formação tecnicista e biologicista. A comentarista destacou também que é preciso “levantar e ir à luta”, e disse que é isso que todos fazem e fizeram.

Bárbara parabenizou mais de uma vez a RedEscola e as instituições de ensino por permitirem concretizar a iniciativa. E lembrou, por fim, que muitas competências colaborativas foram necessárias nesse contexto, sendo necessária divulgação e publicação dessa experiência.

Em 27 de maio de 2021, aconteceu o encontro com as regiões Sul e Sudeste, também das 9h às 12h, contando com os comentários do docente Cristiano Régis. Ele observou que, a partir das experiências exitosas apresentadas, muitos desafios foram superados no processo, destacando-se, por exemplo, poder conjugar a formação em Saúde Pública com a Educação Interprofissional, visando aprimorar a colaboração entre os profissionais após a conclusão do curso, e que eles sejam disseminadores das práticas colaborativas e da EIP.

O professor Cristiano Régis pontuou que, em meio à triste situação da pandemia no mundo todo, parecendo ainda mais intensa no Brasil, conseguimos espaços de fortalecimento do trabalho, do SUS e das instituições de ensino. E destacou que a proposta da RedEscola é inovadora e extremamente necessária para promover a reorientação da formação em Saúde Pública e Coletiva no Brasil.

DIA 27/05/2021 - Regiões Sul e Sudeste
(9h às 12h - horário de Brasília)
Docente: Cristiano Régis
Professor da Universidade Federal do Acre

REGIÃO SUL

PARANÁ - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARANÁ É CENTRO FORMADOR DE RECURSOS HUMANOS CAETANO MUNHIZ DA ROSA
Prof. Cibella Ribeiro Nunes/Phytophy Equivale/ESP - Coordenadora do Curso de Especialização da ESPP

RIO GRANDE DO SUL - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Prof. Maria Eliza Machado e Prof. Silvana Malta Azeite/Coordenadoras do Curso de Especialização em Saúde Pública da ESP-RS

SANTA CATARINA - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SANTA CATARINA
Prof. Letranete Silveira/Alta no Nucleo de Pós-Graduação da ESP-SC e Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Pública

REGIÃO SUDESTE

ESPIRITO SANTO - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO
Prof. Dora Felman Sapientin Silva/Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Pública

MINAS GERAIS - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Prof. Mislene Aparecida Lacerda/Analista em Educação e Pesquisa em Saúde e Briga na Coordenação de Educação e Trabalho em Saúde

SÃO PAULO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS-UNICAMP
Prof. Edisson Bueno/Chefe do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp

27 maio de 2021
Regiões Sul e Sudeste
As Experiências da Prática em Educação Interprofissional na RedEscola:
COMPARTILHANDO LIÇÕES E APRENDIZADOS

REDESCOLA
FIOCRUZ

FONTE: Secretaria Técnica e Executiva da RedEscola, 2021

Entre tantas reflexões e apontamentos, o docente observou o quão interessante foi constatar a incorporação da Educação Interprofissional nos currículos desses cursos. Prosseguiu apontando desafios enfrentados e refletiu sobre as dissimilaridades nas apresentações, importantes para compreender o avanço da EIP nas regiões Sul e Sudeste. Corroborou o entendimento de que a Educação Interprofissional acontece quando há estudantes ou membros de duas ou mais profissões aprendendo juntos – assim, os cursos que tiveram grande número de profissões já preenchiam esse requisito.

Explicou que isso não garante que os cursos aconteçam nos moldes da EIP, pois é necessário que os profissionais aprendam uns com os outros, a partir dos outros e entre si de forma interativa.

Régis apresentou algumas questões reflexivas:

- A turma com diversas profissões aprendeu de forma interativa?
- Os discentes aprenderam com o objetivo de melhorar o trabalho em equipe?
- Aprenderam de maneira a melhorar o trabalho interprofissional?
- Aprenderam de forma a trazer melhores resultados de Saúde?

Destacou que, se tudo isso ocorreu, de fato houve EIP. Ressaltou também que a EIP só vai acontecer com metodologias ativas, pois o ensino transmitido não dá conta dessa formação. E finalizou alertando que outro desafio importante foi a aplicação dos projetos de intervenção nos locais de trabalho e que sua avaliação é imprescindível, porque precisamos de evidências científicas para aprimorar a EIP e informar os resultados a instituições, profissionais e governos.

No dia 28 de maio de 2021, no mesmo horário, de 9h às 12h, o evento contemplou a Região Nordeste e teve como comentarista a professora Sylvia Batista, que lembrou o centenário de Paulo Freire e trouxe contribuições preciosas para as importantes experiências apresentadas. Ao longo do testemunho de cada convidado, comentou dois livros da autoria de Freire para ilustrar como as experiências trouxeram saberes na perspectiva da EIP em ato: “*Pedagogia da Autonomia*” e “*Ousadia: o cotidiano do professor*”.

A docente destacou que os saberes que vão abastecer a EIP pas-

sam pelos conhecimentos dos que estão no trabalho. E complementou afirmando que se a EIP não contribuir para o posicionamento dos professores, coordenadores, trabalhadores da Saúde e estudantes, ela perderá seu caráter transformador.

DIA 28/05/2021 - Região Nordeste
 (Pp. 04, 124 - Horário de Brasília)
 Docente/Comentarista: Sylvia Batista
 Professora da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (Campus Baixada Santista)

REGIÃO NORDESTE
 *MEDIADORA: marlenejulyana

RIO DE JANEIRO - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA (ENSP/FIOCRUZ)
 Profa. Marizete Pinheiro Arouca-Castro | Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Pública, Diretora do Curso de Pós-graduação em Saúde e Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Pública e de Pós-graduação em Saúde e Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Pública | FESP

REGIÃO NORDESTE

ALAGOAS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Profa. Dra. Rosângela Diniz Siqueira | Diretora do Curso de Especialização em Saúde Pública e Diretora do Curso de Pós-graduação em Saúde Pública | ANS/UFAL

BARRA - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA BARRA PROF. JORGE NOVES
 Profa. Mônica Santana Fontana | Diretora do Curso de Especialização em Saúde Pública e Coordenadora do Curso de Pós-graduação em Saúde Pública | FESP

CEARÁ - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ
 Profa. Lígia Lopes Sanchez | Diretora do Curso de Especialização em Saúde Pública

MARANHÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Profa. Sílvia Cristina Pires Silva | Diretora do Curso de Especialização em Saúde Pública

PARABÁ - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 Profa. Rosaura | Diretora do Curso de Especialização em Saúde Pública

PERNAMBUCO - ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO
 Profa. Dra. Patrícia | Diretora do Curso de Especialização em Saúde Pública

PIAUÍ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 Profa. Lucila da Silva Werneck | Diretora do Curso de Especialização em Saúde Pública

RIO GRANDE DO NORTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 Profa. Patrícia Inani Cavallari de Oliveira | Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Pública e Coordenadora do Curso de Pós-graduação em Saúde Pública | FESP

SERGIPE - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE FINESA
 Profa. Rosângela de Araújo Travençolo | Diretora do Curso de Especialização em Saúde Pública e Coordenadora do Curso de Especialização em Saúde Pública

28 maio de 2021
 Região Nordeste
 As Experiências da Prática em Educação Interprofissional na RedEscola:
COMPARTILHANDO LIÇÕES E APRENDIZADOS

Grid of video call participants including: Sílvia Cristina Pires Silva, Lígia Lopes Sanchez, Patrícia Inani Cavallari de Oliveira, Rosângela de Araújo Travençolo, and others.

Logos: REDESCOLA, ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA ENSP/FIOCRUZ, FIOCRUZ

FONTE: Secretaria Técnica e Executiva da RedEscola, 2021

Sylvia enfatizou a importância de um projeto político e ético com as pessoas na perspectiva da preservação da vida e acentuou que é preciso ter intencionalidade. Destacou também a necessidade de planejar e implementar, pois a EIP não se faz ocasionalmente, precisa do ânimo, da alegria e do desejo, além de demandar esse trabalho artesanal que foi partilhado no evento. Ela lembrou que a complexidade do trabalho o obriga a ser artesanal e que não há como executá-lo em linha de produção, pois cada experiência terá um pouco do inaugural e um tanto da história. Argumentou ainda que as propostas formativas não podem ser apartadas dos contextos sociais.

A comentarista registrou que estava encantada com a possibili-

dade de transformação das experiências abordadas e finalizou dizendo que não são tempos de alegrias, mas de resistência coletiva.

À GUIA DE REFLEXÕES

Os esforços empreendidos pela RedEscola/VDEGS/ENSP/Fiocruz para introdução e aprofundamento da Educação Interprofissional para o trabalho colaborativo na Saúde vêm contando com a participação de um conjunto de atores que atuam na docência e na pesquisa em Saúde Pública, tendo a Educação Interprofissional como uma alavanca para o efetivo exercício da ação colaborativa, transpondo o que costumamos rotineiramente chamar de trabalho em equipe, dentro de uma visão reducionista que significa trabalhar junto, sem necessariamente comunicar-se em direção ao trabalho efetivamente em equipe.

Corroborando com a importância do investimento em formação pautada na interprofissionalidade, visando às práticas colaborativas e o trabalho compartilhado, Peduzzi *et al.* (2013) trazem:

A tendência dos profissionais de cada área trabalhar de forma isolada e independente das demais expressa sua longa e intensa formação também isolada e circunscrita a sua própria área de atuação. Contudo, autores defendem que oportunidades de EIP contribuem para a formação de profissionais de saúde melhor preparados para uma atuação integrada em equipe, na qual a colaboração e o reconhecimento da interdependência das áreas predominam frente à competição e à fragmentação. (PEDUZZI *et al.*, 2013, p.978)

A abertura dos dirigentes das instituições formadoras para acolher esse projeto, o engajamento dos coordenadores e apoiadores pedagógicos (para os quais essa estratégia era até então desconhecida ou pouco conhecida) e a receptividade dos discentes construíram um ambiente favorável para sua implantação, que trouxe para todas

e todos um grande desafio que se tornou mais difícil ainda de ser superado com o advento e a eclosão da pandemia. A Covid-19 exigiu uma reengenharia das dinâmicas e estratégias pedagógicas pensadas e concebidas em um período absolutamente distinto.

A ideia de registrar esses eventos e esse conjunto de experiências, com suas diversidades e riquezas, se alinha ao contexto da construção histórica da introdução e do aprofundamento da Educação Interprofissional e Prática Colaborativa (EIPPC) nas instituições formadoras que integram a RedEscola, trazendo a tessitura de processos formativos mais próximos do atendimento às necessidades de

saúde da população, tendo como centralidade o usuário.

Esse seminário online contou com 179 participantes certificados, oriundos de todas as regiões brasileiras, alcançando 361 visualizações até novembro de 2022. O encontro suscitou reflexões sobre o que realizamos e interrogações sobre o que precisamos fazer. Contudo, o grande movimento promovido pelas apresentações das coordenadoras e coordenadores, enriquecidas pelas análises dos comentaristas – dentro do espírito de compartilhamento das experiências e das lições aprendidas, especialmente durante a pandemia – fez emergir as evidências do quão é imprescindível transformar o ensino para aprimorar as práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria nº 198 GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde,

Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 73 p.

CAIPE. Centre for the Advancement of Interprofessional Education. United Kingdom, 2002.

COSTA, Marcelo Viana da. A Educação Interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2016, v. 20, n. 56, pp. 197-198. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ccKCY4chZC-tb8pj9vQw8hcy/?lang=pt>. Acesso em: 6/10/2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa: OMS, 2012. Disponível em: https://www.educacioninterprofesional.org/sites/default/files/fulltext/2018/pub_oms_mar-co_acao_eip.pdf. Acesso em: 8 de outubro de 2022.

PEDUZZI, Marina *et al.* Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]**. 2013, v. 47, n. 04 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/JwHsjBzBgrs9BCLXr856tzD/?lang=pt#>. Acesso em: 7 de outubro de 2022.

RAMOS, Marise. Metodologias Ativas: entre movimentos, possibilidades e propósitos. **RedEscola e a Nova Formação em Saúde Pública**. / organizado por Rosa Maria Pinheiro Souza e Patrícia Pol Costa. – Rio de Janeiro, RJ: ENSP, RedEscola, 2017. 220 p. Disponível em: <https://redescola.ensp.fiocruz.br/redescola-e-nova-formacao-em-saude-publica>. Acesso em: 5 de outubro de 2022.

REEVES, Scott. *Why we need interprofessional education to improve the delivery of safe and effective care*. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2016, v. 20, n. 56 [], pp. 185-197. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0092>. Acesso em: 11 de outubro de 2022. ISSN 1807-5762.

SOUZA, Laís Alves de. Metodologias ativas na formação de profissionais de saúde: uma possibilidade para as necessidades da população? **RedEscola e a Nova Formação em Saúde Pública**. / organizado por Rosa Maria Pinheiro Souza e Patrícia Pol Costa. – Rio de Janeiro, RJ: ENSP, RedEscola, 2017. 220 p. Disponível em: <https://redescola.ensp.fiocruz.br/redescola-e-nova-formacao-em-saude-publica>. Acesso em: 5 de outubro de 2022.

SOUZA, Rosa Maria Pinheiro. **A Educação Interprofissional e o Trabalho Colaborativo no Enfrentamento da Pandemia de Covid-19**/ organizado por Rosa Maria Pinheiro Souza – Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, ENSP, RedEscola, 2021, 170 p. Disponível em: <https://redescola.ensp.fiocruz.br/publicacoes>. Acesso em: 6 de outubro de 2022.

NORTE & CENTRO-OESTE

SEMINÁRIO REALIZADO EM 26 DE MAIO DE 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO AMAPÁ

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MANAUS (AM)

ESCOLA DE SAÚDE DE GOIÁS

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DR. JORGE DAVID NASSER (MS)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

ESCOLA TOCANTINENSE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A interprofissionalidade como fio condutor da formação

Mateus Silva de Souza
Júlio Cesar Schweickardt

O projeto pedagógico do **Curso de Especialização em Saúde de Pública** Esap/ILMD Fiocruz Amazônia/RedEscola foi concebido com o objetivo de formar sanitaristas na perspectiva interprofissional. Um diferencial dessa formação decorreu da região em que vivem e trabalham os docentes e trabalhadores e trabalhadoras da Saúde. A proposta consistiu em dialogar com os modos de fazer gestão do cuidado em saúde num território diferenciado e multiétnico. Apesar de os profissionais atuarem na cidade de Manaus, ela é povoada por diferentes modos de viver e por diferentes cosmologias, pois também foi território do povo manáos.

Iniciado em 2019, com a oferta de 35 vagas para profissionais da Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) de Manaus, o curso teve como critério principal o tempo de serviço público. Havia participantes de diferentes setores da Semsa, desde o administrativo até as equipes da Atenção Básica, criando oportunidades para pessoas que nunca haviam cursado uma especialização.

Do mesmo modo, houve uma heterogeneidade na graduação dos discentes: Enfermagem, Administração, Farmácia, Letras, Odontologia, Psicologia, Saúde Coletiva, Serviço Social e Gestão Hospitalar. Ao fim do curso, aconteceu a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelos alunos, construído em formato de Projeto de Intervenção voltado para o território de Manaus. Assim, com êxito, 33 egressos (94%) obtiveram o título de especialista em Saúde Pública.

A interprofissionalidade foi o fio condutor da formação, envolvendo docentes, alunos e coordenação do curso, que tinham o mesmo desafio do trabalho colaborativo e compartilhado nos territórios da Saúde. O desafio da formação não é diferente da prática profissional, pois precisamos superar as barreiras que se interpõem nos processos de trabalho, especialmente quando o foco é o usuário. De fato, a interprofissionalidade se impõe numa nova estrutura interdisciplinar e intercultural que se materializa na transformação da produção de processos, ferramentas e organizações (PEREIRA, 2018).

Dessa forma, este trabalho relata as estratégias e dinâmicas utilizadas para abordar a Educação Interprofissional na formação dos sanitaristas.

A necessidade de construção de novas práticas de Saúde com o enfoque interprofissional precisa advir de um modelo de formação que fortaleça o sistema de Saúde (COSTA, 2017). Dessa maneira, buscaram-se diferentes estratégias percebidas na construção do projeto pedagógico do curso, na oficina de integração dos docentes e no plano de ensino das disciplinas.

Os eixos temáticos na formação buscaram a integração das áreas, envolvendo desde a gestão do cuidado até a vigilância

dos territórios. Observa-se também nesse contexto a variada formação do corpo docente distribuída nas diferentes disciplinas (Figura 1).

Para a integração do corpo docente na abordagem interprofissional, foi desenvolvida inicialmente uma oficina pedagógica, com carga horária de oito horas, cuja programação incluiu: acolhimento e abertura da oficina; RedEscola e EIP em Saúde Pública; **Curso de Especialização em Saúde Pública**: objetivos, grade curricular e perfil dos alunos; Plano de Ensino/Plano de Aula, avaliação das disciplinas e TCC (Projeto de Intervenção); cronograma de aulas; aula inaugural; bolsas (cadastro RedEscola/Fiotec); Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e metodologias ativas de aprendizagem.

Todos, coordenação e docentes, realizaram o curso de Educação Interprofissional em Saúde com carga horária de 30 horas, ofertado na plataforma Avasus, sob a coordenação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esse curso trouxe a discussão da EIP como abordagem estratégica no contexto da reorientação da formação e do trabalho em Saúde, apresentando seu histórico, bases teórico-conceituais e metodológicas e as competências que podem ser pensadas em iniciativas de Educação Interprofissional.

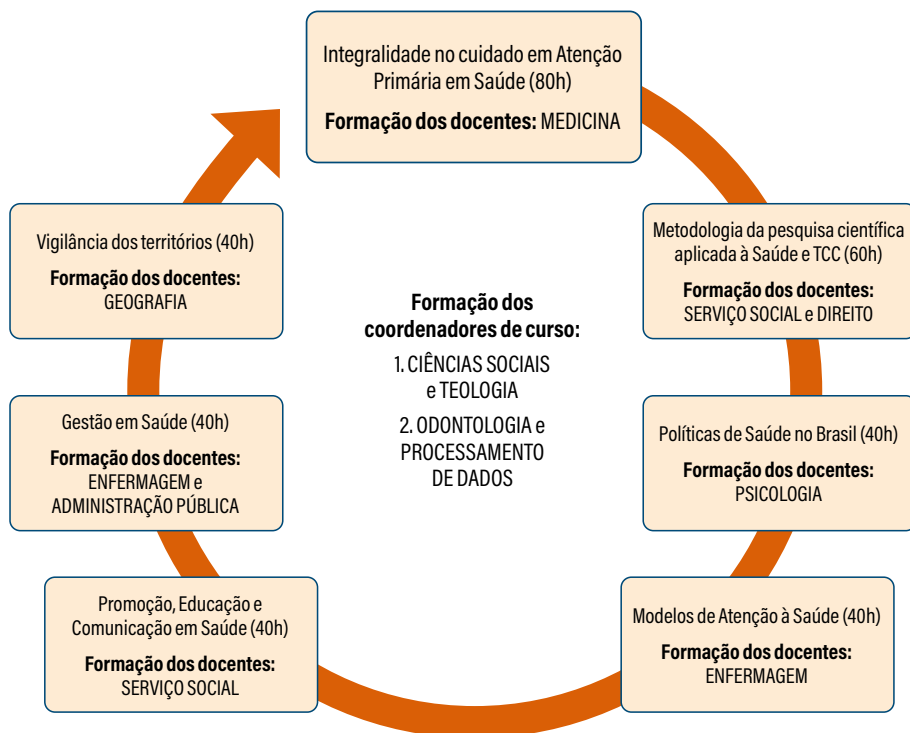


FIGURA 1. Eixos temáticos e área de formação dos docentes e coordenação do **Curso de Especialização em Saúde Pública** – Esap/ILMD Fiocruz Amazônia/RedEscola.

No contexto das disciplinas, uma das metodologias adotadas no eixo temático de Integralidade no Cuidado na Atenção Primária à Saúde foi a construção de portfólio ao fim de cada encontro. No quinto encontro da disciplina, foram abordadas as práticas interprofissionais de cuidado, momento no qual foi solicitado um portfólio que descrevesse seu aprendizado mais significativo sobre o tema da EIP e como foi construído – suas leituras, reflexões, opiniões, experiências, atividades no ambiente virtual de aprendizagem etc.

É possível observar, a partir dos portfólios dos alunos, trechos que enfatizavam a interprofissionalidade através de diferentes percepções (Quadro 1).

EMBASAMENTO TEÓRICO

“Nesse dia, abordamos o tema Educação Interprofissional em Saúde. Entende-se por Educação Interprofissional aquela que propõe aos profissionais em formação o trabalho em equipe e, ainda, enfatiza as práticas colaborativas como fator essencial para a melhoria na qualidade dos serviços de Saúde prestados aos usuários.” (Especializando 1)

“Na dinâmica de trabalho interdisciplinar, há uma dependência entre os profissionais para o tratamento evoluir, já no multiprofissional, cada um exerce seu papel de uma maneira separada, independente um do outro, trabalhando em paralelo, cada um na sua expertise.” (Especializando 2)

IDENTIFICAÇÃO DA INTERPROFISSIONALIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO

“Os professores também comentaram sobre a importância de fazer o curso interprofissional para melhorar os problemas de comunicação entre você e o usuário, melhorar a qualidade do trabalho com a equipe. Foi citado, por exemplo, também pelos professores, a pandemia do Covid-19, quando os profissionais de Saúde tiveram que fazer adaptação de atendimentos para os usuários, onde foi solicitado diretamente equipes interprofissionais para falar a mesma linguagem de prevenção contra o vírus Covid.” (Especializando 3)

“Na ESF que atuo conseguimos trabalhar a interprofissionalidade e nos reunimos uma vez por semana, traçando metas para um bom atendimento e avaliando os resultados. E como somos unidade inserida em UBS, contamos ainda com a colaboração de profissionais distintos, por exemplo: serviço social, odontólogo, endócrino. Isso enriquece muitíssimo nossa atuação na comunidade.” (Especializando 4)



REFLEXÕES ACERCA DA ATUAÇÃO INTERPROFISSIONAL

“Aulas como a de hoje e este curso que fizemos nos levam a refletir sobre nossa realidade. Até que ponto eu e minha equipe estamos trabalhando de maneira a garantir a integralidade do cuidado? Qual a resposta que estamos dando à sociedade no momento em que nos isolamos em nossos saberes e não discutimos e dividimos com os colegas e a comunidade a responsabilidade pela atenção prestada à população?”. (Especializando 5)

“... a Educação Interprofissional pode ser um caminho ideal para a formação de profissionais mais completos, íntegros e éticos.” (Especializando 6).

QUADRO 1. Percepção dos discentes quanto à abordagem interprofissional a partir das aulas do eixo Integralidade do Cuidado e do **Curso de Especialização em Saúde Pública** Esap/ILMD Fiocruz Amazônia/RedEscola, 2021.

Concluimos que o curso mobilizou alunos, docentes e coordenação para uma aprendizagem significativa, especialmente quando apresentaram os seus TCCs, que tinham como objetivo interferir na prática do trabalho nos mais diferentes territórios da cidade de Manaus. A especialização, diferentemente do *stricto sensu*, dialoga com o lugar de trabalho e da produção do cuidado. Portanto, os problemas do mundo da prática sempre invadem os debates da sala de aula.

Por fim, a formação de sanitaristas é um projeto de esperança, como nos ensina Freire (1996), como um verbo e uma ação em movimento para uma ampliação do cuidado e da inclusão de todas as pessoas na Saúde.

REFERÊNCIAS

1. COSTA, MV. A potência da Educação Interprofissional para o desenvolvimento de competências colaborativas no trabalho em saúde. IN TOASI, RFC (Org.). Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos? Porto Alegre: **Rede UNIDA**, 2017. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-vivencias-em-educacao-na-saude/vol-06-interprofissionalidade-e-formacao-na-saude-pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2022.
2. FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes Necessários à Prática Educativa. 36ed. São Paulo: Paz e Terra. Coleção Leitura. 1996.
3. PEREIRA, MF. Interprofissionalidade e Saúde: conexões e fronteiras em transformação. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**. v. 11. (Supl. 2), p. 1753-6, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/n8NtBdgykFDyKT49F85f/?lang=pt>. Acesso em: 2 de junho de 2022.

Aprendizagem cotidiana e comprometida com os coletivos

Diego Vinicius Pacheco de Araujo
Juan Mendes da Silva

Nas últimas décadas, as transformações sociais produziram impactos significativos nas esferas do trabalho e emprego e, com isso, as políticas educacionais têm dado espaço ao surgimento de novos modelos de formação e de novas profissões. Os vínculos emprego-formação se reforçaram e as formas de construção das categorias sociais constituíram áreas pertinentes das identificações sociais dos próprios indivíduos nos seus campos de atuação.

O espaço da Saúde Coletiva preocupa-se com a efetivação do Sistema Único de Saúde e dá ênfase à necessidade de formar profissionais qualificados para a transformação das práticas. A formação em Saúde, desde a criação do SUS, teve um olhar mais apurado dos governantes, com o investimento nos estudos das modalidades de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Esse olhar foi responsável pela expansão, heterogeneidade e diversidade desses cursos.

O Brasil tem 214 milhões de habitantes, sendo que o Amapá soma quase 1 milhão e Macapá é a 22ª capital mais populosa (IBGE 2019). O Estado é composto por 16 municípios e três Regiões de Saúde. O quadrilátero do cuidado em Saúde – ensino, gestão, trabalhadores e controle social – fez surgir, nas regiões, novos horizontes e práticas para enfrentamento da problemática dos territórios.

Por isso, é de suma importância a continuidade na implantação da **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde** no SUS, para que se observe avanços importantes nas formas de elaboração das ações de formação e qualificação dos trabalhadores. Os desafios permanecem nesse campo até atingirmos o objetivo que visa à construção de estratégias de educação em Saúde voltadas para a melhoria dos processos de trabalho e assistência à população.

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece o ordenamento da formação de recursos humanos na área de Saúde. O Governo do Estado do Amapá criou a Coordenadoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (CGTES) e a Escola de Saúde Pública, que têm, entre outros propósitos, a responsabilidade de atender a educação permanente dos trabalhadores e a regularização da modalidade de práticas de ensino de todos os estágios curriculares das instituições de ensino conveniadas com a Secretaria de Estado de Saúde (Sesa/AP).

A Educação Permanente em Saúde (EPS) traz como marco conceitual uma concepção de trabalho no SUS como aprendizagem cotidiana e comprometida com os coletivos. Os atores do cotidiano são os detentores da tomada de decisão sobre acolher, respeitar, ouvir, cuidar e responder com elevada qualidade. A



EPS reconhece o cotidiano como lugar de invenções, acolhimento de desafios e substituição criativa de modelos por práticas cooperativas, colaborativas, integradas e corajosas na arte de escutar a diversidade e a pluralidade do país.

A Sesa/AP, por intermédio da Escola de Saúde Pública, vem incentivando e apoiando a ampliação da formação dos profissionais da área. Assim, a possibilidade de aprofundar a parceria com a ENSP/RedEscola e participar de um programa interinstitucional de capacitação de pós-graduação, em nível de **Especialização em Saúde Pública**, foi extremamente importante para explorar o potencial dos profissionais da área, apoiando-os nos diferentes níveis de ensino e na formação de recursos humanos para o Estado do Amapá.

O programa formou e transformou sanitaristas com a capacidade de gerar novos conhecimentos e atuar no território como espaço privilegiado da Saúde Pública, tão necessária na Região Norte e, mais especificamente, no Amapá. Possibilitou, assim, redesenhar as bases da Saúde Pública e o fortalecimento na gestão com intervenções sanitárias e sociais que respondam às necessidades regionais e ampliem o comprometimento institucional e o desenvolvimento da Região Norte.

Novos trabalhos serão originados com o intuito de contribuir para a qualificação das práticas profissionais e da organização do trabalho nas instituições de saúde do SUS, trazendo como eixo integrador a Educação Interprofissional, na perspectiva de favorecer a adoção de práticas colaborativas na atenção à Saúde.

O objetivo geral do curso de pós-graduação em Saúde Pública foi proporcionar qualificação aos profissionais e trabalhadores do SUS, elencando a perspectiva da Educação Inter-

profissional e o comprometimento com o próprio processo de aprendizagem e com a transformação do trabalho em Saúde.

A Sesa/AP abriu chamada pública para oferta de 40 vagas para os profissionais vinculados ao SUS, nas esferas federal, estadual e municipal do Amapá, com curso superior de ensino reconhecido pelo MEC e distribuição aprovada e regulamentada pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB), Resolução nº 36/2019.

O curso de pós-graduação em Saúde Pública previu a formação de sanitaristas com visão ampla sobre o SUS, com a finalidade de melhoria da qualidade da gestão à assistência. Com isso, o ingresso de estudantes das mais diversas graduações é de grande valia. Todavia, o curso, na capital Macapá, teve 16 desistências e, no último módulo, a turma contou com 27 alunos cursando.

No conjunto de ingressantes, observaram-se 17 graduações distintas. Contudo, dadas as condições já explicitadas anteriormente, ao fim do curso detectou-se uma redução desse quantitativo para 12 graduações. Apesar dessa diminuição, o elenco de formações presentes no curso oportunizou um espaço privilegiado para a aprendizagem interprofissional, como se pode observar na Figura 1.

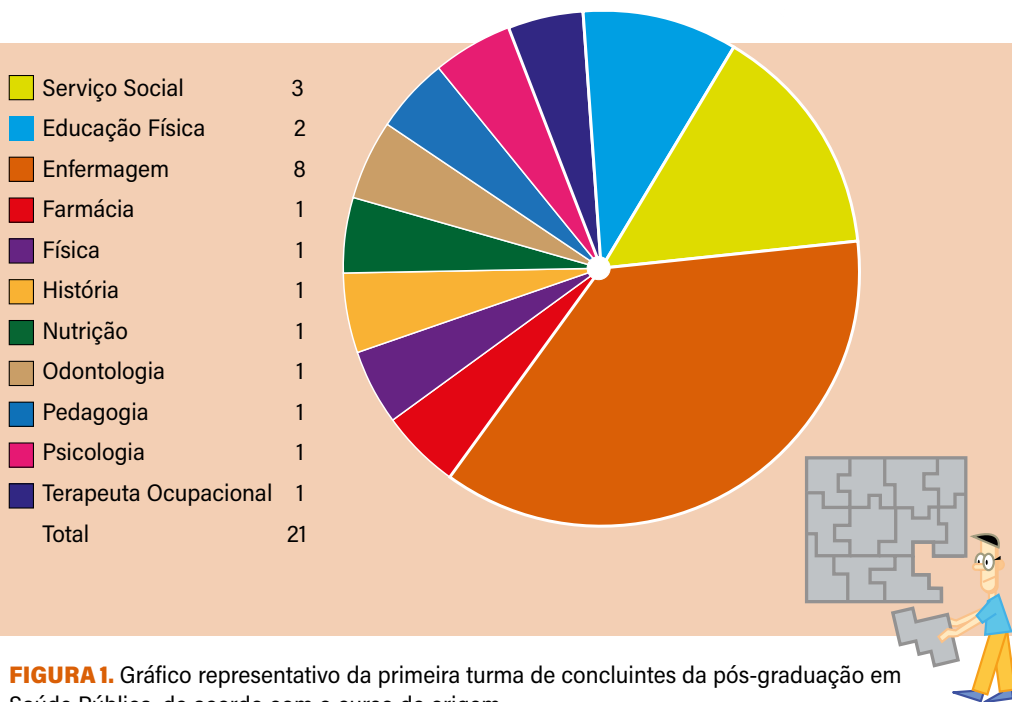


FIGURA 1. Gráfico representativo da primeira turma de concluintes da pós-graduação em Saúde Pública, de acordo com o curso de origem.

Apesar da importante heterogeneidade entre os cursos de graduação de origem desses estudantes, mais de 50% correspondiam a uma única formação: Enfermagem.

A Educação Interprofissional é viável, mas não simples, especialmente em uma cultura acadêmica na qual se valoriza a formação uniprofissional e o desenvolvimento de competências técnicas cada vez mais específicas, distanciando-se do todo. Essa proposta mais abrangente, que corrobora os princípios e diretrizes do SUS, é a base do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública.

A soma de entraves ao longo dos anos de execução do curso foi caracterizada como uma dificuldade, porque a grande maioria dos profissionais de Saúde do estado foi recrutada para estar na assistência e, durante a pandemia, acabou por fazer parte da linha de frente contra a Covid-19.

A Escola de Saúde Pública do Amapá (Espap) foi incluída na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Lei nº 2.212, de 14/7/2017, destinada a gerenciar e desenvolver as ações de educação em saúde no âmbito do SUS no Amapá. Porém, a Espap ainda não dispõe de espaço físico, mobília, equipamentos, acervo bibliográfico e estrutura administrativa adequados para seu funcionamento, estando em processo de instalação das atividades administrativas, mas com previsão para instalações adequadas para o fim de 2023. Tais circunstâncias inviabilizam a regularização de seu credenciamento como escola de governo junto aos órgãos competentes.

Essa regularização e o credenciamento da Espap são requisitos para a efetiva concretização de suas atribuições. A execução de cursos de pós-graduação *lato sensu* e do programa de residências em Saúde são os principais objetivos da escola.

Ao longo de pouco mais de quatro anos de funcionamento, a Espap tem efetuado ações pontuais de educação em Saúde. A regularização e a possibilidade de certificação dos concluintes das pós-graduações e dos residentes formados no Programa de Residência Uniprofissional em Enfermagem dependem de regular credenciamento da Espap no Conselho Estadual de Educação (CEE).

O curso é estruturado com as seguintes disciplinas:

- Metodologias Ativas (MA)
- Introdução à Saúde Pública (ISP)
- Projeto de Intervenção (I)
- Ciclos de Vida
- Projetos de Intervenção (II)
- Modelos de Atenção à Saúde

- Redes de Atenção à Saúde
- Seminários (TCC I)
- Sistemas de Informação
- Epidemiologia e Análise de Situação de Saúde (EASS)
- Vigilância em Saúde (VS)
- Financiamento do SUS e Participação Social (FPS)
- Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (GTES)
- Modelos de Gestão e Planejamento em Saúde (MGPS)
- Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II

O curso começou em agosto de 2019 e teria duração de 12 meses. Entretanto, em março de 2020, a pandemia do coronavírus suspendeu as aulas, que eram exclusivamente presenciais. No período de paralisação do curso, a Espap, por meio de seus diretores, e com a anuência do secretário de Saúde, implementou tratativas para viabilizar a certificação dos egressos junto à conceituada Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará (ESP/CE), a qual, pelo Acordo de Cooperação nº 002/2020, permitiu a execução de dois módulos didáticos, com a certificação daqueles que concluíram. Com todos os módulos teórico-práticos cumpridos, evidenciou-se a necessidade de concluir o curso, com a regular apresentação de trabalho de conclusão dos egressos.

Mesmo com evasão de estudantes por diversos motivos (inclusive por atuarem na linha de frente no combate à Covid-19), conseguimos, com êxito, em rede, finalizar o curso e possibilitar a formação de novos sanitaristas nesse estado tão rico e ao mesmo tempo com tantas possibilidades de aprimoramento do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento da Gestão da Educação na Saúde. **A Educação Permanente entra na roda: Polos de Educação Permanente em Saúde: conceitos e caminhos a percorrer**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007**. Brasília, v. 144, n. 162, 20 ago 2007. Seção 1, p.34–38

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. **Pesquisa nacional de saúde: 2019** : informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde : Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro : IBGE, 2020. 85p.

BRASIL. **Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DELGADO, Isabella Fernandes; MORAIS, Luciene de Oliveira; GUILAM, Maria Cristina Rodrigues; ESCOTT, Clarice Monteiro; GEISLER, Adriana Ribeiro Rice. **Avaliação institucional na perspectiva da educação: o modelo de auto avaliação da escola de governo Fiocruz**. Fiocruz/ Presidência Fiocruz , 2022

Instigar o pensamento investigativo, crítico e reflexivo sobre a realidade

Herleis Maria de Almeida Chagas
Talita Lima do Nascimento
Orivaldo Florencio de Souza

A inserção da perspectiva proposta pela Educação Interprofissional no currículo da pós-graduação *lato sensu* de Especialização em Saúde Pública desenvolvida pela Universidade Federal do Acre (Ufac) – em parceria com a RedEscola/Fiocruz – foi um desafio que impôs a necessidade de refletir sobre os processos formativos realizados para trabalhadores da Saúde.

Ao rever a trajetória dessa proposição, podemos tomar como base o Encontro Nacional da RedEscola em setembro de 2018 na ENSP/Fiocruz, que promoveu uma discussão sobre o fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde nos territórios, com o tema da EIP na Política Nacional de Educação na Saúde, sob o foco da qualificação dos profissionais e trabalhadores do SUS. Na ocasião, a RedEscola, através das instituições credenciadas, assumiu o compromisso de que a próxima oferta dos cursos de especialização em Saúde Pública iria abordar a temática da EIP.

A oferta do **Curso de Especialização em Saúde Pública** pela Ufac é parte de uma estratégia nacional, implementada pela RedEscola, visando à qualificação dos trabalhadores do SUS e o fortalecimento da capacidade gestora do sistema.

Após a formação de duas turmas, e antes de se iniciar a terceira, a Ufac aderiu ao movimento proposto pela RedEscola de inserir a abordagem da EIP, de forma transversal, no conteúdo curricular. O curso de pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública da Ufac foi concebido e estruturado de modo a contemplar e instigar o pensamento investigativo, crítico e reflexivo sobre a realidade política e social.

O curso apresenta os princípios e diretrizes do SUS como orientadores e balizadores do processo de ensino-aprendizagem, procurando assegurar uma formação ético-política com respeito à diversidade cultural, articulando Saúde, Educação, trabalho, teoria e prática e gestão e cuidado em Saúde.

Para tanto, adota metodologias de ensino e aprendizagem que buscam o desenvolvimento da autonomia dos especializandos na construção de seu conhecimento, com a oferta de cenários e métodos diferenciados, valorizando o compartilhamento de saberes e práticas, convergindo, desse modo, à perspectiva da Educação Interprofissional.

A mais conhecida definição sobre EIP em Saúde foi elaborada pelo Caipe, do Reino Unido: “A Educação Interprofissional ocorre quando duas ou mais profissões aprendem entre si, com e sobre as outras, para melhorar a colaboração e a qualidade dos cuidados” (CAIPE, 2002). No ano de 2010, a Organização Mundial de Saúde publica um documento para divulgar a Educação Interprofissional em Saúde e encorajar os países a adotarem essa

abordagem no processo de mudança da lógica de formação dos profissionais de Saúde, incorporando o conceito do Caipe (WHO, 2010). Nesse sentido, entende-se que a EIP na saúde passa a ser um meio de desafiar o contexto usual de formação e de superar os esquemas tradicionais de ensino (PEDUZZI, 2013).

Com o objetivo de aproximar os docentes da temática da EIP, foi realizada uma oficina, com a mediação de um especialista da área, que teve como produto a adequação de objetivos, conteúdos e avaliação com a abordagem de algumas competências da Educação Interprofissional nos ementários das disciplinas da grade curricular do curso. Durante as discussões, percebeu-se a necessidade de ampliar as estratégias de intervenções para favorecer uma melhor compreensão da dinâmica de trabalho interprofissional na prática docente.

Ao longo da oficina com os docentes, foi percebida a necessidade primária de um alinhamento conceitual sobre EIP, com a análise de suas dimensões/competências e as possibilidades de sua adoção em nosso cenário de formação, considerando o levantamento de limitações e potencialidades do contexto local, à luz da experiência vivenciada nas duas turmas anteriores.

Como estratégia adicional, foi acordado de que todos os atores envolvidos (coordenadores, apoio pedagógico, docentes e discentes) fizessem o curso **Educação Interprofissional na Saúde**, na plataforma Avasus, que tem o objetivo geral de promover uma primeira aproximação das bases teórico-conceituais e metodológicas da EIP em Saúde como fundamento para o desenvolvimento de competências colaborativas.

A primeira disciplina do curso e as primeiras aulas foram realizadas juntamente com um professor convidado especialista

em EIP, apresentando a perspectiva da abordagem e da formação interprofissional. Os discentes foram direcionados à plataforma Avasus, com recursos necessários à inscrição de todos os participantes do curso. Ao fim da primeira disciplina, 100% dos discentes apresentaram certificado de conclusão do curso ofertado pela Avasus, com 30 horas de carga horária.

Durante a execução da disciplina curricular de Práticas, os discentes elaboraram projetos de intervenção na modalidade de extensão abordando temas da interprofissionalidade, projetos esses que foram produzidos para subsidiar a elaboração dos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCCs) descritos em forma de relatos de experiências, conforme Quadro 1.

A experiência das ações de extensão através de diversas oficinas nos serviços, para fins de execução dos projetos de Saúde e posterior TCC, evidenciou que:

- Apesar de a equipe ter o conhecimento das necessidades da comunidade e ter algumas sugestões, não foi possível verificar uma prática colaborativa no sentido de organização do processo de trabalho que atenda às necessidades dos usuários.
- A dificuldade de comunicação em determinados momentos, principalmente quando se trata da gestão, não somente da unidade, mas também de autoridades maiores, além da escassez de recursos e de alguns profissionais específicos que seriam necessários para atender à comunidade.
- Há necessidade de avanço e de inovação das atividades de educação permanente para os profissionais de Saúde acerca da EIP.

Como resultados da adoção da EIP no currículo e das estratégias delineadas para o trabalho pedagógico nessa base, foram desenvolvidos projetos e TCCs com as temáticas e objetivos ex-

plicitados no Quadro 1. Ressalte-se que todos os projetos foram desenvolvidos conforme levantamento de necessidades nos serviços de Saúde ou mesmo em instituições formadoras.

TEMA DO TCC (RELATO DE EXPERIÊNCIA)	OBJETIVO
Interprofissionalidade entre profissionais de Saúde de uma policlínica de Rio Branco (AC) na atenção materno-infantil: uma assistência integral e resolutive.	Conhecer a percepção dos trabalhadores sobre Educação Interprofissional e fomentar a importância das práticas colaborativas para implantação de uma assistência integral e resolutive no âmbito da atenção materno-infantil.
Planejamento participativo e acompanhamento da Educação Interprofissional e de práticas colaborativas em uma instituição privada de ensino superior: relato de experiência.	Relatar o processo de planejamento e acompanhamento de uma disciplina com abordagem interprofissional nos cursos de graduação em Saúde de uma instituição privada de ensino superior.
Educação permanente em práticas colaborativas em uma unidade de Saúde da Família: relato de experiência.	Desenvolver ações de educação permanente sobre as práticas colaborativas no processo de trabalho para os profissionais de uma equipe de Saúde da Família (ESF).
O papel da equipe interprofissional no controle das infecções hospitalares na unidade de terapia intensiva/ Fundacre.	Implantar a nota técnica de precauções de contato para microrganismos multirresistentes na unidade de terapia intensiva do Hospital das Clínicas do Acre.
Referência e contrarreferência em serviços de diálise peritoneal em pacientes renais no Município de Rio Branco (AC): uma comunicação interprofissional.	Utilizar práticas colaborativas no trabalho em equipe, tomando por base a interprofissionalidade, para desenvolvimento de fluxo de atendimento de pacientes renais do serviço de diálise peritoneal.

QUADRO 1. Exemplos de projetos de extensão desenvolvidos pela 3ª Turma do Curso de Especialização em Saúde Pública da Ufac – ano de 2019.

A realização das oficinas permitiu a criação de um espaço de diálogo entre mediadores e profissionais, no qual a percepção de interprofissionalidade pôde ser construída com a participa-

ção das equipes de Saúde, apesar de, em alguns momentos, nem todos aderirem ao processo. O aprender junto sobre o trabalho em Saúde implica um fazer coletivo no cotidiano. Ao adotar uma postura de cooperação/colaboração em detrimento da competição e da concorrência, os profissionais se tornam aliados e desenvolvem entre si uma relação de respeito mútuo (RODRIGUES,2018).

Apesar de existirem na Ufac algumas estratégias para superar o modelo de formação uniprofissional, o processo de formação dos cursos da área da Saúde ainda é focado apenas nos conhecimentos específicos de cada profissão com base em paradigmas tradicionais. Contudo, destaca-se que essa característica não obstaculizou a adoção das estratégias de inserção da EIP por parte dos docentes e discentes participantes do curso, que se mostraram receptivos e com disponibilidade para um novo modelo de formação focado no trabalho interprofissional.

Embora ainda não seja possível dispor, de modo sistemático, dos resultados e efeitos do curso, a presença de grande parte desses especialistas nos diversos espaços e territórios de Saúde, nos municípios e em nível estadual do SUS no Acre, parece indicar o acerto da decisão política institucional, compartilhada entre Ministério da Saúde, RedEscola e Ufac, em investir nesse tipo de formação/especialização, com vistas a apoiar a inserção da prática colaborativa nos processos do trabalho em Saúde.

A equipe de gestão da formação e o corpo docente do curso da Ufac apontaram que a EIP é uma estratégia potente e essencial para a formação de profissionais que possam atuar de forma interprofissional nos processos de trabalho em equipe, contribuindo na melhoria contínua da qualidade das ações realizadas pelos times locais e no fortalecimento da gestão do cuidado no SUS.



REFERÊNCIAS

CAIPE. Centre for the Advancement of Interprofessional Education. United Kingdom: Center for The Advancement of Interprofessional Education – CAIPE, 2002.

PEDUZZI, Marina *et al.* **Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários.** Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2013, v. 47, n. 04 [Acessado 20 Maio 2022], pp. 977-983. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-623420130000400029>>. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420130000400029>.

RODRIGUES, Jean *et al.* **Perspectivas para a Educação Interprofissional em um hospital de trauma.** Atas :Investigação Qualitativa em Saúde, Volume 2, CIAIQ, 2018.

SOUZA, Alexandra. **Formação Profissional em Saúde na Perspectiva do Trabalho em Equipe e da Integralidade no Cuidado: Percepção do Estudante (Dissertação).** Universidade Federal de São Paulo: São Paulo, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Framework for Action on Interprofessional Education & Collaborative Practice.** Switzerland: World Health Organization Department of Human Resources for Health Geneva, 2010.

Atenção integral ao cidadão em uma abordagem humanística, holística e ética

Napoleão Braun Guimarães
Maria Estela da Costa Mascarenhas

O processo de formação profissional em Saúde encontra-se no momento histórico de reformas orientadas para o fortalecimento dos sistemas sanitários, com grandes desafios para este século. Nesse contexto, um dos mais expressivos obstáculos consiste em atender às complexas e dinâmicas necessidades de Saúde, tendo em vista que a reforma do modelo de atenção precisa vir acompanhada de um processo sólido de reorientação da formação, em movimento de interdependência (FREIRE FILHO, 2019).

Partindo da necessidade de formar profissionais de Saúde mais aptos à colaboração e com competências para a execução do efetivo trabalho em equipe é que a Educação Interprofissional (EIP) começa a ser valorizada em todo o mundo. Definida como a ocasião em que membros de duas ou mais profissões aprendem em conjunto, de forma interativa, com o propósito explícito de melhorar a colaboração e qualidade da atenção à saúde, a EIP apresenta marcos teóricos-conceituais e metodológicos capazes

de ajudar no processo de reorientação da formação e do trabalho dos profissionais do setor, com vistas à superação de importantes gargalos da realidade dos serviços de Saúde (FREIRE FILHO, 2019).

Globalmente, por mais de três décadas, a política de Saúde tem identificado o papel principal da EIP na melhoria de sistemas e nos resultados da atenção. Porém, particularmente nos últimos dez anos, essa prática tem estado na vanguarda de muitas pesquisas, políticas e atividades regulatórias em nível internacional. A EIP é definida como “duas ou mais profissões que aprendem com, de e sobre cada uma delas para melhorar a colaboração e a qualidade da assistência”. Como tal, essa definição engloba alunos de graduação e pós-graduação (REEVES, 2016).

A EIP trouxe mudanças na formação em Saúde, surgindo com o intuito de formar profissionais de diferentes áreas, capacitados na integralidade das necessidades de usuários e população. Ela visa o trabalho colaborativo, o qual articula equipes de diferentes serviços, elemento importante na qualidade da atenção à Saúde (SILVA, 2014).

O Departamento de Saúde e Medicina Comunitária da Uepa, reafirmando seu compromisso de agente formador de pessoal qualificado e integrante do Sistema de Saúde – através de um pensamento investigativo, crítico e reflexivo sobre a realidade política e social – propôs a realização do **Curso de Especialização em Saúde Pública** comprometido com um Sistema que expresse a atenção integral ao cidadão, numa abordagem humanística, holística e ética, contextualizada na realidade sócio-regional.

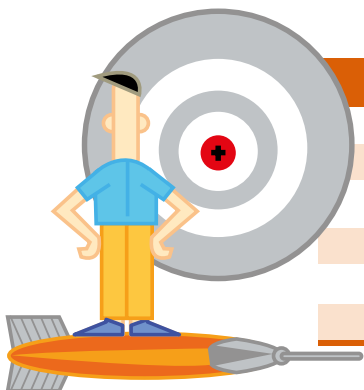
O curso teve como objetivo permitir aos profissionais ligados à Saúde Pública oportunidades de aperfeiçoamento com ênfase na abordagem interprofissional, proporcionando aos especia-

lizandos um cenário de aprendizagem diferenciado através da valorização do compartilhamento de saberes e práticas numa perspectiva interdisciplinar (UEPA, 2019).

A superação da justaposição, tanto de enfoques disciplinares quanto de perspectivas de diferentes profissões, requer a disseminação de experiências educacionais e de trabalho que viabilizem interações entre diferentes coletivos de pensamento, de modo a possibilitar a emergência de um estilo de pensamento interprofissional e práticas colaborativas. O objetivo é a prestação de serviços pelo desenvolvimento do ensino e da pesquisa, assim como da gestão com competência técnica e consciência crítica, atendendo à ansiedade de uma comunidade, sempre melhorando e aprimorando os seus conhecimentos e buscando a integração entre pesquisa e serviço.

Graduação em Ciências Biológicas	Quantidade	Graduação em Ciências Sociais	Quantidade
Biologia	1	Ciências Sociais	2
Biomedicina	1	Comunicação Social	1
Educação Física	1	História	1
Enfermagem	17	Pedagogia	1
Farmácia	1	Psicologia	1
Fisioterapia	4	Serviço Social	7
Medicina Veterinária	2	-	-
Nutrição	2	-	-
Odontologia	1	-	-
Terapia Ocupacional	1	-	-
Tecnólogo em			
Gestão de Saúde	1	-	-
Total	32	-	13

QUADRO 1. Distribuição dos alunos do Curso de Especialização da Uepa por área de atuação.



Município	Quantidade
Ananindeua (PA)	2
Belém (PA)	40
Benevides (PA)	1
Igarapé Açú (PA)	1
Macapá (AP)	1
Total	45

QUADRO 2. Distribuição dos pós-graduandos matriculados no curso de especialização da Uepa por município de vínculo.

Como	Meio
Educação Interprofissional em Saúde/Avasus	1 coordenador 1 assessoria pedagógica 45 alunos
Abordagem interprofissional	Projeto Pedagógico
Interprofissionalidade na Saúde	Primeiro módulo do curso
Seminário de Práticas Interprofissionais	Módulo final do curso – 39 sanitaristas

QUADRO 3. Incorporação da Educação Interprofissional no Curso de Formação de Sanitaristas da Uepa

FONTE: Projeto Pedagógico do Curso

Entre os 45 alunos do curso de especialização, havia 11 graduações em Ciências Biológicas e seis em Ciências Sociais. Eles eram oriundos de cinco municípios diferentes, sendo duas capitais, Belém e Macapá (Quadros I e II), o que propiciou ao curso uma troca de experiências e aprendizagens na discussão do contexto biológico e social dos problemas sanitários brasileiros.

Na Universidade do Estado do Pará, a aproximação com a Educação Interprofissional na Saúde aconteceu como uma atividade prévia ao processo formativo, com a participação do coordenador e da assessoria pedagógica, no curso **Educação Interprofissional em Saúde**, promovido pelas seguintes instituições

parceiras: SEDIS/MEC/UFRN/REIP/MPES/OPAS/LAIS/MS. Do mesmo modo, os 45 discentes, matriculados no **Curso de Especialização em Saúde Pública**, foram estimulados, no primeiro módulo que contemplou o tema Interprofissionalidade na Saúde, a participarem do curso, concluindo com êxito essa etapa.

O projeto pedagógico do curso de especialização contemplou várias estratégias metodológicas, tais como: aprendizagem baseada em problemas; dramatização; júri simulado; estudo de caso; mapa conceitual; estudo dirigido; e, culminando, o seminário final de defesa dos trabalhos de conclusão de curso, no qual foi estimulada a participação de profissionais de áreas diferentes nas pesquisas, relatos de experiências ou projetos de intervenção.

REFERÊNCIAS

COSTA, M. V. **Educação Interprofissional em Saúde**. Avasus – Conhecimento livre e aberto em saúde, UFRN, set 2019.

FREIRE FILHO, J. R *et al.* **Educação interprofissional nas políticas de reorientação da formação profissional em saúde no Brasil**. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, V. 43. N. Especial1, P. 86–96, ago 2019.

REEVES, Scott. **Porque precisamos da Educação Interprofissional para um cuidado efetivo e seguro**. Interface, Comunicação, saúde, Educação, Botucatu. 20 (56). P. 185–196, 2016.

UEPA. Projeto Pedagógico do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, Belém–Pa, out 2019.

UEPA. **Relatório Final do Curso de Especialização em Saúde Pública**. Belém–Pa, 2021.

O desenvolvimento de atributos, competências e habilidades para a prática colaborativa

Nathalia Halax Orfão

A experiência no desenvolvimento do curso de pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública desenvolvido na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no período de 2019 a 2020, em parceria com a RedEscola, possibilitou um espaço para conhecimento, discussão, aprofundamento e fortalecimento da Prática Colaborativa e da Educação Interprofissional (EIP), sendo este um novo perfil exigido para o desenvolvimento de competências e atuação no âmbito do SUS.

Há necessidade de mudanças no processo de trabalho, desde a formação dos profissionais, para que o manejo e a oferta do cuidado consistente, contínuo e confiável tenha como foco as necessidades de saúde, centradas no usuário e na população, considerando as interações sociais e a comunicação, com efetivação do diálogo entre a equipe, paciente e comunidade (UCHÔA-FIGUEIREDO *et al.*, 2022; SILVA *et al.*, 2015).

“A prática colaborativa acontece quando vários profissionais de Saúde com diferentes experiências profissionais trabalham com pacientes, famílias, cuidadores e comunidades para prestar assistência da mais alta qualidade. Ela permite que os profissionais de Saúde integrem qualquer indivíduo cujas habilidades possam auxiliar na conquista dos objetivos de saúde locais(...) e há evidências suficientes para mostrar que a Educação Interprofissional eficaz proporciona a prática colaborativa eficaz” (OMS, 2010, p. 07).

O apoio obtido durante o **Ciclo de Seminários Virtuais**, em formato regional, contribuiu para incrementar os debates a partir do compartilhamento de iniciativas e experiências utilizadas no desenvolvimento dos cursos de formação de sanitaristas, resgatando a importância do trabalho em rede e a ampliação da visão sobre o SUS a fim de melhorar a qualidade da gestão e da assistência.

Nessa perspectiva, a heterogeneidade de categorias profissionais entre os discentes/participantes, com diferentes formações, reforça que a integração é importante não apenas durante o processo de trabalho, mas também nas atividades de aprimoramento, treinamentos e educação permanente para efetivar a comunicação, visando ao cuidado ampliado e integral.

Quando a fragmentação do processo de trabalho é superada, nota-se a concretização do conceito da equipe colaborativa, na qual os profissionais atuam juntos com decisões compartilhadas, contribuindo na transformação de práticas com a melhoria do cuidado, acesso e qualidade dos serviços (UCHÔA-FIGUEIREDO *et al.*, 2022; PEDUZZI *et al.*, 2020; REEVES *et al.*, 2016; ZWARENSTEIN; GOLDMAN; REEVES, 2009).

A incorporação da EIP nas propostas executadas, em parti-

cular a vivência na coordenação do curso da única universidade pública do Estado de Rondônia, nos remete à reflexão sobre a necessidade de novas estratégias educativas da formação em Saúde, incluindo as adequações dos objetivos, conteúdos e instrumentos avaliativos. Isso permitirá a consolidação dessa incorporação a partir dos processos e das necessidades formativas, mesmo diante dos desafios e da complexidade requerida pela sinergia de indivíduos e elementos, sempre com o intuito de aumentar a resolutividade do trabalho em equipe, a integralidade do cuidado e a superação do modelo biomédico fragmentado (UCHÔA-FIGUEIREDO *et al.*, 2022).

Ao mesmo tempo, é essencial considerar que, mesmo diante do planejamento, o contexto externo, tal como a pandemia, interfere e exige uma reconfiguração da proposta inicial do curso, incluindo o método pedagógico utilizado, cujo apoio e suporte institucional tornam-se fundamentais no enfrentamento desse cenário. Não basta apenas incluir as disciplinas planejadas utilizando o computador, é preciso readequar as estratégias para o atendimento de seus objetivos, com uso de metodologias ativas, possibilitando a reflexão da multiplicidade de saberes e experiências vivenciadas e a transformação do meio a partir da percepção e da inserção do discente.

O perfil identificado inicialmente, que não exigia no edital do processo seletivo a vinculação do profissional com qualquer esfera de governo no SUS, na prática foi alterado. Muitos dos discentes passaram a atuar na linha de frente da Covid-19, assumindo contratos emergenciais, concomitantemente aos receios e medos de um agente desconhecido, de elevada transmissibilidade, letalidade e sem evidências de um tratamento específico.

Naquele cenário, o trabalho colaborativo tornou-se uma ferramenta evidentemente necessária para a atuação e o enfrentamento da pandemia.

Precisamos ainda considerar a formação desses profissionais no âmbito da pós-graduação do ponto de vista da motivação e do interesse, diante da descontinuidade das atividades acadêmicas, devido à interrupção do calendário pela instituição, juntamente com a priorização do trabalho/remuneração, com elevadas cargas horárias, o que, associada às dificuldades estruturais (como o acesso à internet), dificultaram sua participação e permanência no curso.

A fragilidade na rede de apoio diante das recomendações sanitárias (ou até mesmo antes) deve ser considerada como parte integrante do processo de formação e continuidade, na medida em que os filhos/as acompanhavam os pais durante os módulos de ensino-aprendizagem, pois eles/elas não tinham com quem deixá-los/las. Nesse aspecto, torna-se essencial a estrutura como retaguarda para facilitar a presença de filhos menores de idade nas salas de aula, junto aos pais e mães discentes, durante os cursos.

Não basta apenas ter domínio da teoria e saber ser professor. É necessário que o professor universitário tenha algo mais contundente na relação de pessoa a pessoa, estabelecendo um vínculo que ultrapasse os limites da relação pedagógica e alcance uma dimensão humana (POLETTI; SILVA; BATISTA, 2022, p. 132).

Na ótica dos docentes, é necessário estimular a reflexão sobre formação e prática dos saberes na atuação de rede. Porém, não foi possível concretizar o compartilhamento das experiências e a incorporação de oficinas pedagógicas de modo que pudessem contribuir com a integração das disciplinas

frente à variabilidade de categorias profissionais que constituíam o corpo docente, à transversalidade da EIP e à não fragmentação do processo ensino-aprendizagem.

Dentre os desafios encontrados para assumir a EIP como uma estratégia orientadora da formação na Saúde Pública, nos âmbitos individual, organizacional e institucional, podemos referir a não formação permanente dos docentes, abrangendo o conhecimento e manuseio das ferramentas tecnológicas; e a implementação de projetos de intervenção, uma vez que nem todos os discentes tinham vínculos empregatícios para sua inserção e efetivação dessas propostas, sem contar as dificuldades criadas pela pandemia.

O projeto de intervenção poderia contribuir para revisitar as especificidades e dificuldades vivenciadas nos serviços de Saúde, em relação ao aprimoramento/formação, além dos processos de trabalho, para superar a fragmentação desses processos para a prática colaborativa, transformando o contexto local.

Como estratégias e dinâmicas utilizadas para adotar a abordagem da EIP na formação de sanitaristas, identificamos alguns pontos que podem se caracterizar como potencializadores. Dentre eles:

1. A inserção na aula inaugural e durante o percurso do processo de ensino-aprendizagem com expertises na abordagem.
2. O reconhecimento da importância da inserção do controle social nos espaços de formação.
3. A realização do curso **Educação Interprofissional em Saúde**, com carga horária de 30 horas, na modalidade de Ensino à Distância (EaD), oferecido no Avasus, que foi obrigatório em uma das disciplinas do curso, contribuindo na qualificação dos princípios da EIP, inclusive para os docentes, pois permitiu maior proximidade com a abordagem.

4. A obrigatoriedade da inclusão da interprofissionalidade nas temáticas dos TCCs.
5. A inserção dos acadêmicos no processo de tomada de decisão, inclusive na readequação do calendário do curso, com ampliação de seu espaço de fala e participação.
6. Pensando na interprofissionalidade, os grupos que foram designados para cada orientador tinham diferentes formações, em consonância com a proposta desta abordagem.

A EIP contribuiu com o desenvolvimento de atributos, competências e habilidades para a prática colaborativa, até mesmo para a superação das dificuldades vivenciadas por eles, na geração de novos conhecimentos e atuação no território – que é um espaço privilegiado da Saúde Pública e que tem especificidades locais, mesmo ao considerarmos um único município.

A capacidade de convivência de diferentes profissionais, com troca de ideias e experiências individuais, possibilita o agir comunicativo, a articulação e a interlocução entre os diferentes saberes, profissões e redes de cuidado, para a realização de um trabalho colaborativo voltado à tomada de decisão conjunta e consolidação dos princípios e diretrizes do SUS.

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Marco para ação em Educação Interprofissional e prática colaborativa**. Genebra: OMS, 2010.

PEDUZZI, Marina; AGRELI, Heloíse Lima Fernandes; SILVA, Jaqueline Alcântara Marcelino da; SOUZA, Helton Saragor de. Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, supl.1, p. e0024678, 2020.

POLETTO, Patrícia Rios; SILVA, Carla Cilene Baptista da; BATISTA, Sylvania Helena Souza da Silva. **Desenvolvimento da docência para a Educação Interprofissional em saúde**. In: Batista, Nildo Alves; Uchôa-Figueiredo, Lúcia da Rocha (org.). Educação

Interprofissional no Brasil: formação e pesquisa, 1ª ed., Porto Alegre, RS, Editora Rede Unida, 2022, p. 132-148.

REEVES, Scoot. *Why we need interprofessional education to improve the delivery of safe and effective care*. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 56, p. 185-196, 2016.

SILVA, Jaqueline Alcântara Marcelino da; PEDUZZI, Marina; ORCHAD, Carole; LEONELLO, Valéria Marli. Educação interprofissional e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. **Rev Esc Enferm USP**, v. 49, n. esp2, p. 16-24, 2015.

UCHÔA-FIGUEIREDO, Lúcia da Rocha; SILVA, Cynthia Girundi da; SOERENSEN, Andrea Alves; FARIA, Natalia Milânio Sousa de; SILVA, Ivanete Pereira da. **Prática Interprofissional Colaborativa: reflexão do constructo à prática**. In: Batista, Nildo Alves; Uchôa-Figueiredo, Lúcia da Rocha (org.). Educação Interprofissional no Brasil: formação e pesquisa, 1ª ed., Porto Alegre, RS, Editora Rede Unida, 2022, p. 36-62.

ZWARENSTEIN, Merrick; GOLDMAN, Joanne; REEVES Scoot. *Interprofessional collaboration: effects of practice-based interventions on professional practice and healthcare outcomes*. Cochrane Database Syst Rev., v. 3, p. CD000072, 2009.

A escuta qualificada dos alunos como estratégia pedagógica

Tárcia Millene de Almeida Costa Barreto

O curso de pós-graduação *lato sensu* em **Saúde Pública** da Universidade Federal de Roraima (UFRR) teve como principal objetivo a formação de profissionais sanitari-
tas, contribuindo para a qualificação das práticas profis-
sionais e de organização do trabalho nas instituições, alinhan-
do-as com os princípios e diretrizes do SUS e com práticas que
representem uma renovação da oferta de serviços e da organi-
zação do Sistema no território, trazendo como eixo integrador a
Educação Interprofissional (EIP) na perspectiva de favorecer a
adoção de práticas colaborativas.

Resgatando o conceito de EIP, temos que é uma atividade que envolve dois ou mais profissionais que aprendem juntos de modo interativo para melhorar a colaboração e a qualidade da atenção à Saúde (REEVES, 2016).

O tema central deste estudo é a Educação Interprofissional na formação de sanitaristas, uma vez que, na EIP, as profissões aprendem conjuntamente sobre o trabalho coletivo e as especi-

ficidades de cada área profissional, com foco nas necessidades de Saúde de usuários e população, com a finalidade de melhorar as respostas e a qualidade dos serviços.

No cenário nacional, a EIP ainda é pouco difundida e os resultados de sua implantação, pouco conhecidos. Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de descrever as estratégias e dinâmicas utilizadas para implementação da EIP como prática de ensino na pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública da UFRR, bem como as principais dificuldades enfrentadas no seu transcurso.

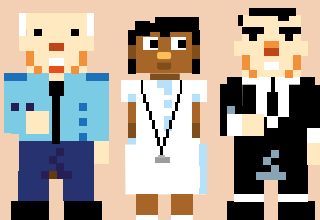
A EIP foi incorporada no plano político pedagógico de nosso curso e implantada como estratégia transversal em todos os módulos. Os professores receberam prévia formação sobre a temática (o que viabilizou a construção de seus planos de ensino) e os alunos tiveram orientação sobre como a estratégia seria implementada.

Arelado ao preparo do grupo para utilização da EIP, fomos agraciados pela multiplicidade de perfis profissionais de nossos discentes, como se observa na figura 1.

FIGURA 1.
Perfil de formação básica dos sanitaristas da primeira turma da **Especialização em Saúde Pública** da UFRR.



FONTE:
Autoria própria, 2022



Muito embora a formação básica majoritária dos discentes tenha sido a Enfermagem, a presença de outras formações foi responsável por garantir a articulação entre os saberes, assim como os cargos e funções exercidos por esses profissionais, tendo em vista que todos atuavam em serviços de Saúde e alguns eram gestores, garantindo o melhor debate formativo. Nosso curso contou com 12 docentes com formação em Enfermagem, Antropologia, Odontologia, Fisioterapia e Direito.

Conforme WHO (2010), os profissionais com diferentes formações articulam seu saber específico uns com os outros na organização do trabalho e possibilitam compartilhar as ações e delegar atividades a seus colegas, nos moldes de uma prática colaborativa. Além disso, garantem a qualidade da comunicação entre os diferentes profissionais envolvidos no cuidado e na resoluibilidade dos serviços e na efetividade da atenção à saúde. Esses aspectos foram facilmente notados no transcurso das aulas.

Além disso, todos os módulos do curso foram ministrados com uso de metodologias ativas, tais como sala de aula invertida, cine viagem e TBL (*Team-Based Learning*), por considerarmos mais apropriadas para o alcance dos objetivos pedagógicos. Isso porque, apesar de a EIP possibilitar o aprendizado compartilhado e de forma interativa, entre estudantes ou profissionais de diferentes áreas sua operacionalização pode apresentar dificuldades e acarretar dúvidas e tensões (PEDUZZI, *et al.*, 2013).

Coadunando com nossa proposta, Miguel *et al.* (2018) afirmam que a metodologia ativa é um sistema de avaliação composto de eixos cognitivos, psicomotor e afetivo, articulados, contínuos e sistemáticos, capaz de promover o ensino da EIP.

Nosso curso foi iniciado em abril de 2021, em meio à pande-

mia da Covid-19, sendo necessária a adoção de estratégias de ensino remoto em 100% do curso, com encontros síncronos e assíncronos. Observamos a baixa adesão dos alunos aos encontros síncronos, embora eles acontecessem em fins de semana, por serem profissionais que estavam atuando nos serviços de Saúde e com limitação de horários, o que exigiu diversas flexibilizações no transcorrer do curso.

Assim como descrito por Appenzeller *et al.* (2020), nossa garantia do sucesso da ferramenta de ensino remoto como estratégia pedagógica só foi possível com a escuta qualificada dos alunos sobre suas dificuldades, através da aproximação com os mesmos via grupos de WhatsApp e mensagens eletrônicas, que foram um pilar fundamental para acompanhar e identificar precocemente as dificuldades dos discentes. Aponta-se, nesse sentido, um maior protagonismo dos alunos em relação ao ensino remoto emergencial.

Já o desafio do docente no processo de ensino remoto foi pautado na dificuldade do uso de novas tecnologias e no modo de deixar as aulas mais motivacionais, atrativas e significativas para os discentes.

Outra questão que merece destaque foi o fato de os discentes serem profissionais vinculados aos serviços de Saúde, muitos já atuando no cenário estritamente prático há anos e sem conhecimento das estratégias da prática colaborativa. Nesse ponto, os professores foram desafiados a produzir estratégias de inovação para alcance do objetivo do curso, reforçando os conceitos envolvidos e fortalecendo os debates.

A análise dos resultados permitiu identificar o conceito central de EIP como sendo o aprendizado sobre os outros, com os

outros e entre si. Mostrou que a percepção de docentes e discentes sobre a EIP requer e, ao mesmo tempo, promove mudanças nos modelos de práticas e de formação dos profissionais de Saúde, visto que se constitui em uma prática colaborativa com foco no usuário, e não mais nos serviços e profissionais.

Todos os movimentos desprendidos pelo grupo foram positivos para o alcance da formação dos 26 sanitaristas, que certamente irão assegurar maior resolutividade aos serviços prestados e qualidade à atenção à saúde. E os desafios serviram de fortalecimento para agendas futuras em torno da EIP na Universidade Federal de Roraima.

REFERÊNCIAS

APPENZELLER, Simone *et al.* Novos Tempos, Novos Desafios: Estratégias para Equidade de Acesso ao Ensino Remoto Emergencial. **Revista Brasileira de Educação Médica** [online]. 2020, v. 44, n. Suppl 01 [Acessado 21 Maio 2022], e155. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200420>>. Epub 02 Out 2020. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200420>.

MIGUEL, Edson Arpini *et al.* Trajetória e implementação de disciplina interprofissional para cursos da área de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2018, v. 22, n. Suppl 2 [Acessado 21 Maio 2022], pp. 1763-1776. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0576>>. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0576>.

PEDUZZI, Marina *et al.* Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2013, v. 47, n. 04 [Acessado 21 Maio 2022], pp. 977-983. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-623420130000400029>>. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420130000400029>.

REEVES, Scott. **Porque precisamos da Educação Interprofissional para um cuidado efetivo e seguro.** *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 20, n. 56, p. 185-197, jan./mar. 2016. Disponível em: Scielo

WHO. World Health Organization. **Framework for action on interprofessional education & collaborative practice.** Geneva: WHO; 2010.

Projetos de intervenção construídos com base nos pressupostos da Educação Interprofissional

Renata Junqueira Pereira
Eryka Nádja Marques Rufino
Luana Ferreira da Silva
Fabíola Sandini Braga

Diante de necessidades de saúde cada vez mais dinâmicas e exigentes, faz-se necessária uma assistência integrada, centrada no usuário, com forte colaboração entre as diferentes abordagens profissionais, para a melhoria da qualidade de vida dos usuários dos serviços à população (CAIPE, 2011).

Na atualidade, aos desafios das realidades do trabalho e da formação em Saúde, soma-se a interprofissionalidade. Surge, assim, o conceito de Educação Interprofissional, definida como a “formação para o efetivo trabalho em equipe e para as práticas colaborativas” (BARR; LOW, 2013, p. 4).

A EIP pode promover colaborações no sentido de formar profissionais mais eficientes e mais efetivos em resposta aos proble-

mas cada vez mais complexos e crescentes entre pessoas, famílias e comunidades. À medida que os trabalhadores em Saúde reveem as relações entre suas profissões, aumentam o entendimento mútuo e exploram meios de associar seus conhecimentos para melhorar a prestação de serviços, a segurança do paciente e a qualidade do cuidado (WHO, 2010).

Dessa forma, entende-se que a abordagem estimuladora do processo compartilhado e interativo de aprendizagem, para a melhoria da colaboração e da qualidade da atenção à saúde dos indivíduos, se torna estratégica. Emerge a necessidade de uma formação profissional mais coerente com as necessidades de fortalecimento dos serviços de Saúde, centrada na colaboração mais próxima entre as diferentes categorias profissionais (IPEC, 2011).

Nesse sentido, a EIP em Saúde é compreendida como a oportunidade educacional em que membros de duas ou mais profissões aprendem em conjunto, de forma articulada, com o propósito explícito de melhorar a colaboração e a qualidade da atenção à saúde (REEVES, 2016).

Por sua vez, o trabalho interprofissional é entendido como a integração de diferentes profissionais para oferta de serviços capazes de atender “as necessidades de saúde, cada vez mais dinâmicas e complexas” (BARR; LOW, 2013, p. 4), de forma integral, como uma resposta à histórica fragmentação dos atos em Saúde.

Diante do exposto, o objetivo do presente capítulo foi descrever a experiência da EIP baseada em trabalho em Saúde, num curso de formação, em nível de pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública.

O curso de especialização *lato sensu* é ofertado desde 2016, numa parceria entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT),

a Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde (ETSUS-TO) e a Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (Fesp), sob supervisão e fomento da RedEscola/Fiocruz. Diante das necessidades locais de formação de profissionais para atuação no SUS, a proposta do curso surgiu como uma das estratégias para fortalecer a educação permanente em Saúde, com foco na interprofissionalidade e, assim, contribuir para reflexão sobre o atual modelo de atenção praticado por muitos dos profissionais da rede de atenção do SUS em Palmas e no Tocantins.

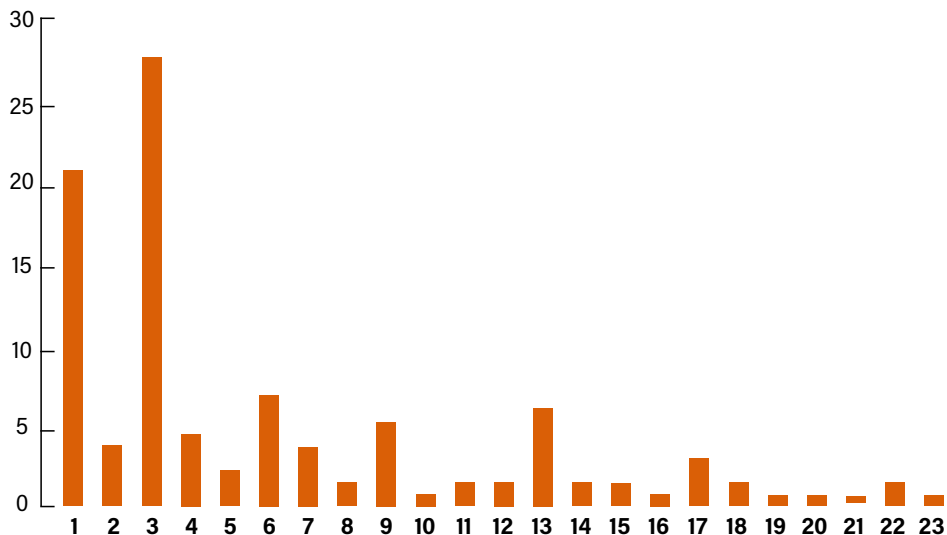
Foram ofertadas três turmas do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, com 45 vagas em cada uma. Na primeira turma, foram efetivadas 42 matrículas; na segunda todas as vagas foram preenchidas; e, na terceira, se matricularam 44 alunos, totalizando 131 profissionais capacitados em nível de pós-graduação *lato sensu*.

Foram capacitados profissionais de 19 municípios tocantinenses, a maioria oriundos da capital, Palmas (74,8%), e de municípios de seu entorno – Miracema, Dianópolis e Guaraí (10,7%).

Dentre os perfis profissionais dos discentes, há participantes de 23 categorias profissionais diferentes, conforme o Gráfico 1.

GRÁFICO 1.

Categorias profissionais às quais pertenciam os egressos do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, 2020.



CATEGORIAS PROFISSIONAIS

Legenda: 1 - Enfermagem; 2 - Biomedicina; 3 - Serviço Social; 4 - Gestão Pública; 5 - Biologia; 6 - Odontologia; 7 - Pedagogia; 8 - Gestão de Recursos Humanos; 9 - Farmácia; 10 - Educação Física; 11 - Administração; 12 - Nutrição; 13 - Fisioterapia; 14 - Fonoaudiologia; 15 - Letras; 16 - Engenharia de Alimentos; 17 - Psicologia; 18 - Direito; 19 - Relações Internacionais; 20 - Medicina Veterinária; 21 - Jornalismo; 22 - Ciências Contábeis; 23 - Estética.

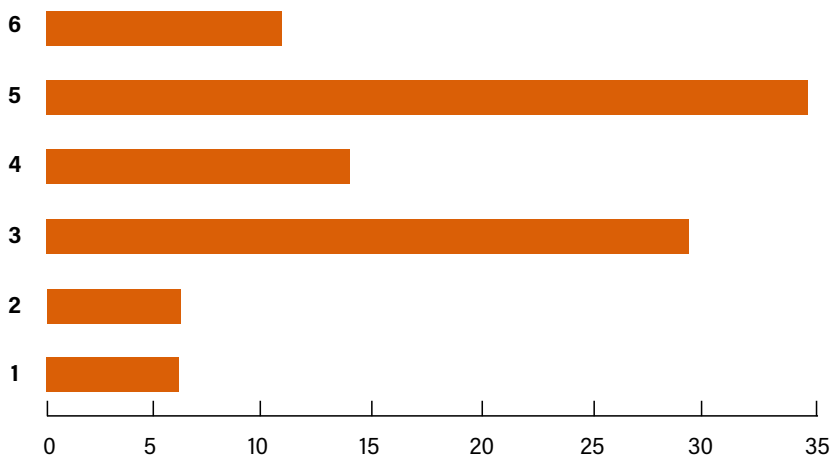
Registramos os mais diferentes perfis profissionais dentre os egressos do curso, com predominância de assistentes sociais (27,7%), enfermeiros (20,8%), odontólogos (6,9%), fisioterapeutas (6,2%) e farmacêuticos (5,4%).

Quanto ao local de atuação desses egressos, observa-se que a maioria trabalhava junto às secretarias municipais de Saúde, na atenção básica, em centros de Saúde da comunidade (34,4%), seguidos dos trabalhadores de unidades hospitalares estaduais (29,0%), da gestão pública estadual e municipal (13,7%) e dos

profissionais do laboratório central do Estado do Tocantins (10,7%), conforme o Gráfico 2.

GRÁFICO 2.

Locais de exercício profissional dos egressos do
Curso de Especialização em Saúde Pública, 2020.



LOCAIS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Legenda: 1 - Escolas ETSUS e UFT; 2 - Hemocentro; 3 - Hospitais Estaduais; 4 - Gestão Pública Estadual e Municipal; 5 - Centros de Saúde da Comunidade; 6 - Laboratório Central do Estado do Tocantins.

Observam-se perfis profissiográficos bastante distintos entre os egressos das turmas do curso. Sabe-se do desafio de inserir a EIP em cursos de pós-qualificação. Além disso, a maioria dos discentes que recebemos se graduou na educação tradicional. Dessa forma, foi necessário superar os estilos de aprendizagem diferenciais e hierárquicos, antes de estarem preparados para se engajar de forma mais igualitária e democrática.

Os tutores (professores) foram fundamentais ao encorajarem

o engajamento ativo dos estudantes na EIP, como aprendizes adultos. A preparação foi essencial para que os estudantes entendessem o processo de aprendizagem interprofissional e as expectativas de seus mentores.

Dentre os objetivos do curso estavam melhorar o conhecimento, as habilidades, as atitudes e o comportamento que facilitariam o trabalho interprofissional efetivo.

Para tal, as reuniões dos grupos eram realizadas em um ambiente informal e seguro, com o apoio de um facilitador treinado. Foram estabelecidas metas de aprendizagem práticas e factíveis que pudessem levar a mudanças e melhorias na prática atual. Foram realizadas atividades que incrementassem as habilidades de trabalho em equipe e utilizassem a convivência em grupos de diferentes profissionais, com os quais os discentes interagissem na prestação de serviços. Buscou-se a expansão do conhecimento discente sobre as diferentes agências envolvidas na prestação de serviços e foram explorados meios para trabalhar juntos mais efetiva e eficientemente (BARR; LOW, 2013).

As atividades para o desenvolvimento dos conteúdos dos módulos foram voltadas para a EIP, utilizando-se aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem experimental, estudos de casos, workshops e pesquisa colaborativa (DAHLGREN, 2009; LOW; STONE, 2009; FOLEY, 2012).

A EIP baseada em trabalho foi o pilar da construção dos TCCs. Pensados como projetos de intervenção na realidade cotidiana dos pequenos grupos de discentes que os construíram, também denominados projetos aplicativos, os TCCs foram construídos nos pressupostos da EIP baseada em trabalho e articulada às pesquisas apreciativa e colaborativa, para facilitar mudanças na

forma como os serviços são prestados (LOW, 1998). Nessa construção do TCC também se objetivou, além do desenvolvimento profissional contínuo, o envolvimento e a colaboração do serviço com os prestadores de educação local.

Diante da realização do curso de especialização *lato sensu* em Saúde Pública, a formação de novos sanitaristas com abordagem interprofissional desvelou diferentes visões sobre a formação e o trabalho em equipe interprofissional. Assim, foi necessário refletirmos sobre a formação em Saúde considerando a dinâmica exigida sobre a atuação na área, seu forte caráter relacional e a pujança do trabalho em equipe, que, segundo Peduzzi (2013), em certos momentos, alguns profissionais podem até direcionar o trabalho pelas suas especificidades, mas o resultado final é produto da intensa relação pessoal e profissional que acontece com o trabalho na Saúde.

Esse processo nos possibilitou visualizar que a formação uniprofissional é fator limitante aos pressupostos da EIP. Com isso, torna-se evidente a necessidade de buscar implantar os processos formativos a fim de integrar a EIP como basilar para a adoção de práticas profissionais cada vez mais colaborativas, de modo que suscite no profissional a incessante procura por iniciativas mais resolutivas nos serviços de Saúde.

Para a abordagem assistencial de forma interprofissional junto ao usuário, necessitamos adotar estratégias de formação compartilhada que possam subsidiar e desenvolver o trabalho de forma a fortalecer os preceitos da EIP, a fim de melhorar a capacidade para o trabalho em equipe dos profissionais de Saúde. Com isso, torna-se imprescindível a utilização das estratégias de formação interprofissional, ferramenta esta que se consolida

como caminho no desenvolvimento de competências que visam a melhorar e fortalecer a colaboração no trabalho em Saúde.

Transformações como essas já vêm sendo suscitadas desde o processo de idealização e construção do SUS, as quais, ao longo da caminhada, se incorporam a importantes marcos teóricos na mudança da lógica assistencial, partindo do processo de formação em Saúde. Faz-se necessária a capacitação de profissionais conscientes das necessidades atuais do usuário, assim como o trabalho em equipe.

Os tempos estão mudando e, com a maturidade do SUS, precisamos sair da “caixinha” do modelo hospitalocêntrico e pensar no paciente e na equipe como um todo, cada um com sua função, mas não menos importantes no processo. É imprescindível a fala de Merhy (1999) quando diz que, nos domínios “da saúde, o objeto não é a cura, ou a promoção e proteção da saúde, e sim a produção do cuidado”, e que, por meio desse, almejamos atingir a cura e a saúde, que são de fato nosso objetivo final.

Para tanto, como fruto do exitoso trabalho desenvolvido nessa parceria, houve a entrega ao Sistema Único de Saúde no Estado do Tocantins de 131 novos sanitaristas críticos, reflexivos e aptos a desenvolverem seus processos de trabalho com abordagem interprofissional.

REFERÊNCIAS

BARR, H; LOW, H. **Introdução à Educação Interprofissional**. [S.l.]: CAIPE, 2013. 40 p. ISBN 978-0-9571382-1-6. Disponível em: https://www.observatoriorh.org/sites/default/files/webfiles/fulltext/2018/pub_caipe_intro_eip_po.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

CENTRE FOR THE ADVANCEMENT OF INTERPROFESSIONAL EDUCATION. **Principles of Interprofessional Education**. CAIPE, 2011. Disponível em: <https://www.caipe.org/download/barr-low-2011-principles-interprofessional-education/>. Acesso em: 15 maio 2022.

DAHLGREN, L. *Interprofessional and problem-based learning: a marriage made in heaven?* **Journal of Interprofessional Care**, v. 23, n. 5, p. 448-54, 2009.

FOLEY, T. **Putting 'Sharing is Caring' into Practice**. **Journal of the Irish College of General Practitioners**, v. 29, n.5, p. 14-15, 2012.

INTERPROFESSIONAL EDUCATION COLLABORATIVE EXPERT PANEL - IPEC. **Core competencies for interprofessional collaborative practice: report of an expert panel**. Washington D.C.: Interprofessional Education Collaborative, 2011. 56 p. Disponível em: <https://www.aacom.org/docs/default-source/insideome/ccrpt05-10-11.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

LOW, H. **Developing and Enhancing Skills to Facilitate Teaching in Interprofessional Education: Report of the joint national workshop**. English National Board for Nursing, Central Council for Education and Training in Social Work and College of Occupational Therapy, 1998.

LOW, H.; STONE, J. *Using workshops as a tool to deliver interprofessional learning*. **Journal of Practice Teaching and Learning**, v. 9, n. 3, p. 26-46, 2009.

MERHY, E. E. **O ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde**. Campinas: [s.n.], 1999. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/ato_cuidar.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

PEDUZZI, M. *et al.* Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 977-83, 2013. DOI: 10.1590/S0080-623420130000400029. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/JwHsjBzBgrs9BCLXr856tzD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2022.

REEVES, S. *Why we need interprofessional education to improve the delivery of safe and effective care*. **Interface**, v. 20, n. 56, p. 185-96, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/VrvpZyszPQ6hrVp7SFhj6XF/?lang=en>. Acesso em: 7 jun. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Framework for action on interprofessional education & collaborative practice**. Geneva: World Health Organization, 2010. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70185/WHO_HRH_HPN_10.3_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 maio 2022.

Formação crítico-reflexiva de profissionais voltada para o fortalecimento do SUS

Ana Paula Corrêa Girardi
Nina Rosa Ferreira Soares

Em 2019, a Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso (ESPMT), em parceria com a RedEscola, lançou a terceira edição do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, dessa vez com a inserção do tema transversal Interprofissionalidade.

Destinado a profissionais do SUS de todo o estado, o curso aconteceu na capital, Cuiabá, e teve carga horária de 370 horas. Foram selecionados 40 alunos regulares e quatro especiais, advindos de turmas anteriores, sendo 70% do sexo feminino. A maioria era de profissionais de Enfermagem (33,3%), seguidos por odontólogos (13,88%), psicólogos (11,11%), farmacêuticos (11,11%) e assistentes sociais (5,55%).

Quanto ao vínculo empregatício, 75% eram concursados, sendo 70% de secretarias municipais de Saúde e 20% da Secretaria Estadual de Saúde. Na turma, havia ainda administrador de empresas, biólogo, fisioterapeuta, nutricionista, terapeuta

educacional, bacharel em Saúde Coletiva, geógrafo e agrônomo.

O curso começou na modalidade presencial, mas, devido à pandemia de Covid-19, foram necessários ajustes para que a conclusão ocorresse de forma remota, totalizando 36 alunos concluintes.

No âmbito da Saúde, a Lei nº 8080/1990, Art. 6º, item III estabelece que a formação dos trabalhadores da Saúde seja de responsabilidade do SUS. Considerando a função social da educação de preparar o cidadão para assumir sua identidade, exercer papéis e dar significado a sua vida, a ESPMT assume o compromisso de formação, qualificação, atualização e aperfeiçoamento dos trabalhadores do SUS de Mato Grosso de todos os níveis de escolaridade, objetivando a (re)construção de capacidades para a vida produtiva e social no contexto do trabalho em Saúde, já que esse tem requerido trabalhadores empenhados na melhoria da qualidade do sistema público de Saúde e que assumam a postura de sujeitos transformadores da realidade. (PPI-ESPMT, 2019).

Em seu Projeto Pedagógico Institucional, a ESPMT fundamenta sua ação pautada na Educação para o Trabalho em Saúde, cuja “essência está no aspecto relacional, que exige dos trabalhadores uma formação de qualidade, sua educação permanente e o desenvolvimento de competências específicas para atender às demandas do campo do trabalho sanitário” (PPI, 2019 p.30).

Sendo assim, a ESPMT “assume os princípios da Educação Permanente em Saúde para elaboração e desenvolvimento de processos educativos, utilizando metodologias de ensino-aprendizagem que possibilitem a reflexão da prática e (re)significação do processo de trabalho em saúde” (PPI, 2019 p.34).

Nessa direção, o **Curso de Especialização em Saúde Públi-**

ca surge na ESPMT frente à necessidade de se redesenhar suas bases da formação, considerando as novas agendas do SUS, na perspectiva do território como espaço das intervenções sanitárias e sociais. (SOUZA, R. M. P.; COSTA, P. P., 2018). Entre 2016 e 2017, foram realizados dois cursos com a formação de 50 especialistas, de acordo com parceria entre RedEscola, Ministério da Saúde e SES/ESPMT.

Em 2019, dando continuidade à parceria antes estabelecida, teve início a terceira edição do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, com um diferencial: a inclusão do tema transversal da interprofissionalidade, que perpassou todas as disciplinas do curso.

No contexto atual, de situações com crescente complexidade clínica, hiper especialização e falta de recursos, a coordenação e integração à atenção em saúde passam a ser um imperativo ético, tanto por questões de segurança do paciente quanto pela eficiência e sustentabilidade dos sistemas de saúde. A Educação Interprofissional é um modo de potencializar a capacidade dos profissionais e do sistema para desenvolver uma atenção de saúde integral e coordenada. (TOASSI, 2017)

Os aportes e as potências da Educação Interprofissional e as práticas colaborativas se estruturam sob as vertentes de uma maior e melhor colaboração no âmbito dos serviços de Saúde, que resultarão em cuidados de melhor qualidade (FRANCISCO; NUIN, 2019).

Ao promover o encontro de profissionais de carreiras distintas para atender “com”, “de” e “sobre” todos eles, a Educação Interprofissional assenta as bases para o desenvolvimento de uma prática colaborativa dirigida à melhora da qualidade e aos resultados do cuidado de saúde. Por isso, a inserção desse tema



na matriz curricular como conteúdo transversal é um caminho para a obtenção de uma nova perspectiva de atuação profissional mais ampla e integrada (TOASSI, 2017).

A intenção com a inserção dessa temática foi a ampliação do espaço para o aprofundamento de reflexões e de discussões sobre a complexa realidade e possíveis resolutividades frente ao contexto de saúde do Estado de Mato Grosso.

Assim, a execução do curso levou em conta dimensões, princípios e pressupostos que consideram: a defesa da saúde como bem público; o compromisso com o SUS e seus princípios e diretrizes; o pacto com os direitos humanos e a formação ético-política; a responsabilidade socioambiental; o trabalho como princípio educativo; a adoção de aspectos político-pedagógicos, dialógicos e transformadores; a participação social como princípio formativo; a valorização do território como espaço de produção e intervenção; e a busca ativa do conhecimento. (MATO GROSSO, 2019)

Das 370 horas de carga horária do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, 320 foram presenciais, intercaladas a 50 horas de acompanhamento assistido com atividades de dispersão. O objetivo do curso foi possibilitar a formação crítico-reflexiva de profissionais de nível superior, na perspectiva da Educação Permanente em Saúde, com ênfase no desenvolvimento de práticas interprofissionais visando o fortalecimento do SUS.

Por meio dessa formação, buscou-se capacitar o profissional para que esteja comprometido com o sistema público de Saúde e com os princípios e diretrizes do SUS e que venha a agir de forma a promover a interprofissionalidade – com respeito, valorização e não hierarquização dos saberes, trabalhando em equipe e com

prática colaborativa, considerando os conhecimentos e a práxis dos diversos atores para o desenvolvimento da atenção integral.

Desse modo, com base nesses pressupostos teóricos, para o perfil e as competências do egresso, numa perspectiva de construção coletiva, foram estabelecidos quatro eixos integrativos, com seus respectivos saberes, que compuseram a matriz curricular do curso:

- **Eixo Integrativo I** - Contextualizando o processo saúde-doença-cuidado, a Educação Interprofissional e o cenário da política de Saúde.
- **Eixo Integrativo II** - Efetivando a gestão do SUS e o processo de trabalho em Saúde.
- **Eixo Integrativo III** - Qualificando a gestão do SUS.
- **Eixo Integrativo IV** - Promovendo e valorizando o processo de trabalho em saúde no SUS.

Nessa direção, os docentes e orientadores convidados participaram de uma oficina pedagógica promovida pela ESPMT, antes do início do curso, buscando refletir sobre a prática de ensino e considerando as especificidades, especialmente no que diz respeito à temática da interprofissionalidade. Professores e orientadores de TCCs foram sensibilizados sobre a inserção da temática de forma transversal nos conteúdos de todas as unidades. Também foi ressaltado que os TCCs deveriam contemplar a interprofissionalidade como condição necessária para sua realização.

Para subsidiar as discussões da temática em sala de aula, todos os docentes e orientadores participarem do curso Educação Interprofissional em Saúde, oferecido pelo Avasus.

Para o desenvolvimento dos eixos integrativos, foram utilizadas estratégias de ensino-aprendizagem pautadas nas meto-

dologias ativas, possibilitando a reflexão da multiplicidade de saberes, de experiências vivenciadas por cada educando em seu espaço de trabalho e a transformação do meio através da reflexão e percepção de si como agente transformador. Essa abordagem possibilitou a construção de uma rede de apoio pessoal e institucional entre docentes, discentes e coordenação do curso, estabelecendo vínculos fortes e duradouros.

Devido à pandemia da Covid-19 e pelo fato de a maioria dos educandos trabalhar em unidades de Saúde que prestam atendimento direto ao usuário do SUS, o curso passou por algumas alterações. As aulas presenciais foram suspensas e as duas últimas unidades temáticas tiveram que ser ministradas de forma remota. Os TCCs, inicialmente definidos como projetos de intervenção, foram flexibilizados, ampliando as possibilidades através dos relatos de experiência por escrito ou em forma de vídeos.

A temática da Interprofissionalidade foi fundamental para que os egressos pudessem ter subsídios para realizar suas atividades em seus espaços de trabalho de forma mais consciente e concreta.

Com a chegada da pandemia e a necessária mudança dos processos de trabalho, as discussões dos egressos, a identificação coletiva de problemas comuns e a solução de situações cotidianas, através das experiências vivenciadas por todos, possibilitaram uma riqueza de aprendizado traduzida pelos egressos na aula de encerramento do curso. A partir dos TCCs, pôde-se observar que a Educação Interprofissional como elemento transversal em todo o processo formativo favoreceu uma melhor colaboração entre os profissionais que compõem as equipes de Saúde.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, **Lei n. 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 24 de fev. 2016.

BRASIL, **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 de fev. 2016.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANCISCO, Eva Icaran e NUIN, Juanh José Beunza. **Manual de Educação Interprofissional em Saúde**, 2ª Ed., 2019

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1975.

IEP/HSL. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. **Termo de Referência: educação à distância**. Aperfeiçoamento com ênfase na facilitação de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. São Paulo: Ministério da Saúde/ Instituto Sírio libanês de Ensino e Pesquisa; PROADISUS, 2015.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Saúde de. **Projeto Pedagógico Institucional da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso**. ESPMT: Cuiabá - MT, 2019. 56 p.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Saúde. Escola Pública de Mato Grosso. **Curso de Especialização em Saúde**: projeto de curso. Cuiabá: ESPMT, 2019.

TOASSI, R. F. C. (org.) **Interprofissionalidade e formação na saúde**: Onde estamos? Série Vivência em Educação na Saúde, 1ª edição, Rede UNIDA, Porto Alegre, 2017

A cada encontro, uma acolhida que produz reflexão, convivência em grupo e pertencimento

Marcia Naomi Santos Higashijima

A Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP/MS), criada em 1989, já desenvolvia formação para o SUS antes mesmo da sua instituição. Comprometida em ser referência nas ações de integração ensino-serviço-comunidade no âmbito da Saúde Pública, carrega em seu bojo a missão de qualificar os trabalhadores da Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, desde a sua criação até o ano de 2021, ofertou 109 cursos de pós-graduação, incluindo mestrado e residências médica e multiprofissional. Contudo, somente no ano de 2019 a ESP/MS pôde ter sua tão sonhada conquista: certificar seus cursos! E inauguramos essa nova era em parceria com a RedEscola, como parte do projeto **Nova formação em Saúde Pública na Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública: uma abordagem interprofissional.**

A oferta desse curso gerou grandes expectativas e um plane-

jamento participativo para que sua metodologia contemplasse a problematização da realidade, carregando o eixo transversal da interprofissionalidade.

O processo seletivo priorizou que as quatro macrorregiões de Saúde do Estado tivessem representantes e estimulou que diversas categorias profissionais se candidatassem. Assim, o perfil dos nossos discentes se concretizou da seguinte forma:

- 75% do sexo feminino.
- Profissionais de 16 municípios e de todas as macrorregiões.
- 54% atuam no SUS há mais de quatro anos.
- 18 categorias profissionais: Arquitetura e Urbanismo; Ciência Biológicas; curso superior de Tecnologia em Gestão de Serviços de Saúde; Direito; Enfermagem; Engenharia Civil; Engenharia Sanitária e Ambiental; Farmácia; Física; Fisioterapia; Letras; Licenciatura em Matemática; Medicina; Nutrição; Odontologia; Pedagogia; Psicologia; e Serviço Social.

Os perfis dos nossos discentes demonstram riqueza na diversidade que o SUS carrega, sendo necessários os mais diversos conhecimentos e práticas para um sistema de saúde cada vez mais forte, garantindo seus princípios e diretrizes.

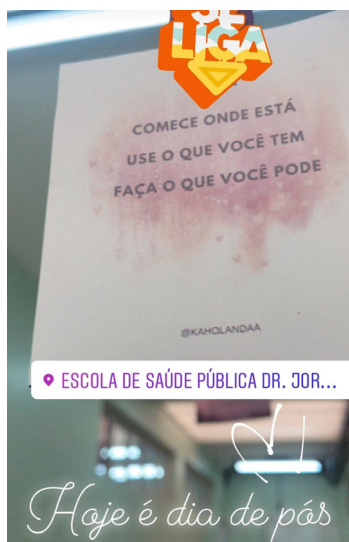
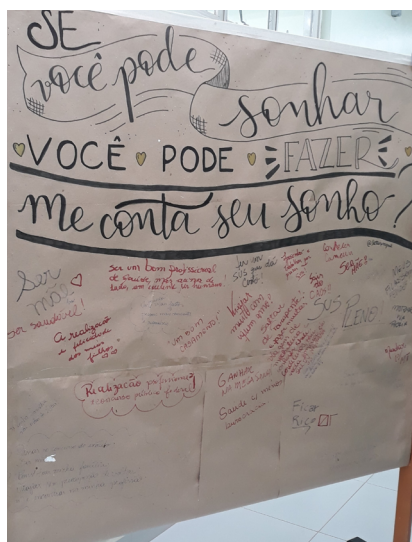
Essa oferta tinha por objetivo suscitar nos trabalhadores reflexão e problematização sobre suas práticas cotidianas, indo para além da preocupação com os conteúdos. Nosso desejo era formar “agentes transformadores”. Desse modo, o curso foi projetado para abranger o desenvolvimento de competências nas áreas de gestão, educação, atenção e interprofissionalidade, tendo como eixos educacionais estruturantes Saúde e Sociedade, Gestão em Saúde e Vigilância em Saúde.

Distribuídas em uma semana padrão de três dias, com 24 ho-

ras de duração em 12 meses, as atividades desenvolvidas consistiam em:

1. Acolhida.
2. Problematização, partindo das situações-problema e das narrativas.
3. Oficinas de trabalho em grupo.
4. Elaboração de portfólio.

Todo o curso foi pensado para que cada experiência, desde a chegada na instituição, fosse capaz de afetar nossos queridos e queridas discentes. Assim, cada encontro contava com uma acolhida com a função de motivar, refletir, estimular a convivência do grande grupo, apresentar atividades culturais ou disparar questões que seriam trabalhadas dentro do encontro. As imagens 1 e 2 são registros de acolhidas realizadas.



FONTE:
Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, 2019.

IMAGENS 1 E 2.

Acolhida aos discentes da pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública da ESP/MS.

O uso da problematização da realidade – com as etapas de Observação, Pontos-chave, Teorização, Hipóteses de solução e Aplicação à realidade (BERBEL, 1998), além da inspiração na especialização em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais da Saúde – mesclou diferentes métodos ativos. O objetivo foi subsidiar os discentes com ferramentas que poderiam ser aplicadas dentro do cotidiano do serviço, em seus processos de educação permanente em saúde, aqui compreendida como um conceito-ferramenta de transformação não somente das práticas profissionais, mas das “pessoas posicionadas no campo do trabalho da saúde” (HIGASHIJIMA, 2022, pág. 44).

Duas estratégias principais foram utilizadas: situação problema (SP) e narrativa. Ambas trazem situações reais experimentadas, adaptadas para a temática a ser desenvolvida naquele encontro, com a diferença de que SP é a apresentação de um problema aos discentes, e a narrativa é uma situação produzida pelos próprios discentes, em que eles escolhem aquela que mais lhes afetou.

Os 40 alunos se dividiram em quatro grupos tutorais por afinidade, respeitando a heterogeneidade da formação, onde atuam no SUS (gestão, assistência e educação) e o município de origem. Esses grupos foram mantidos do início ao fim, tendo um tutor responsável por grupo. Desse modo, as oficinas eram utilizadas como estratégia para a convivência de todos, e troca de experiências entre os grupos tutoriais, além do exercício de manejar conflitos e disputas de projetos em saúde.

Dentro da semana padrão, designamos períodos protegidos para estudo, desenvolvimento do portfólio crítico-reflexivo e

projeto de intervenção. O portfólio, como método de ensino, aprendizagem, investigação e avaliação (COTTA; COSTA, 2016), foi uma ferramenta potente de registro singular e único das afetações, autoavaliação, avaliação de pares, reflexões e perguntas a si e ao serviço, sendo utilizado como evidência para a avaliação compartilhada entre discente e tutor. Também era o espaço para compartilhar os avanços no desenvolvimento das competências estabelecidas – interprofissionalidade, gestão, educação em e na Saúde e atenção.

Desse modo, a interprofissionalidade não somente se estabeleceu como um eixo transversal, mas também como uma competência a ser desenvolvida durante todo o percurso, em que se buscava incansavelmente a reflexão sobre os papéis profissionais, a qualidade da atenção, o trabalho em equipe com seus aspectos comportamentais e a promoção de práticas colaborativas (CANADIAN INTERPROFESSIONAL HEALTH COLLABORATIVE, 2010; VASCONCELOS *et al.*, 2021).

Como requisito para a certificação, o discente deveria identificar um problema em seu trabalho que fosse de sua governabilidade, planejar ações para resolvê-lo e executar, fazendo uso dos atributos para a colaboração interprofissional, como coordenação, cooperação, parceria e tomada de decisão compartilhada (SULLIVAN, 1998). Assim, o TCC foi condicionado a uma intervenção em Saúde, que resultou em ações nas mais diversas áreas do SUS, como arquitetura de unidades, comunidades rurais, saúde prisional, controle social, judicialização e muito mais.

Ao longo de todo o curso, propusemos momentos de reflexão sobre as mudanças internas produzidas pela pós-graduação, estimulando que identificassem a importância dos diversos

saberes para a prática profissional, sendo capazes de colocar o usuário e seu coletivo no centro do cuidado e fortalecer um SUS integral, equânime, gratuito, humano... olho no olho, empático, feito por pessoas para pessoas.

Se trabalhamos tanto com o desenvolvimento de autonomia nesse curso, nada mais justo que nossos discentes tenham “voz” para dizer de suas transformações:

“(...) a relação interprofissional melhorou sobremaneira, atingindo minha forma de gestão no trabalho mais horizontalizada.” (sic)

“(...) conheci a importância de outras áreas de atuação e, aos poucos, tenho procurado colocar em prática no dia-a-dia. Mudar de repente é complicado, mas não estou acomodado, a cada dia tenho mudado, ainda que seja lentamente...” (sic)

“(...) sigo no processo com a certeza de que no fim não serei a mesma pessoa que iniciou... “acharei muito mais do que procurava no início”!...” (sic)

“(...) será que vou conseguir mudar alguma coisa em meu campo de atuação? ... e então a cada encontro me convenço que pequenas atitudes geram grandes mudanças...” (sic)

“(...) o curso tem me proporcionado uma experiência que até então não fazia parte do meu cotidiano profissional, o grupo proporciona a troca de experiências profissionais e de situações do cotidiano e me faz conhecer a realidade de outras localidades e de entender a importância do meu trabalho dentro da rede e de outros profissionais dentro no meu trabalho...” (sic)

“(...) enxerguei a importância da interprofissionalidade no dia a dia, bem como notei que involuntariamente havia mudado minha postura enquanto profissional para com minha equipe e pacientes...” (sic)

Ler os relatos continua sendo emocionante, mesmo após quase dois anos desde que concluímos essa turma. O grande desafio foi construir um curso em transformação constante. Tínhamos um objetivo e um planejamento não limitantes, que

permitiam a realização de mudanças no decorrer do percurso, conforme compreendíamos as necessidades dos discentes. Para promover mudanças, também tivemos que nos colocar em transformação, olhar para os lados e discutir a interprofissionalidade entre nós, equipe docente, e desenhar o perfil de sanitarista que desejávamos.

Há muito tempo ser sanitarista formado/a pela ESP/MS é orgulho e, hoje, sabemos que esse orgulho se expande, não cabe só na experiência, cabe no peito, nas sensações, nos sentimentos provocados, na saudade...

A experiência de fazer parte dessa iniciativa da RedEscola só pode ser descrita como única, pois é um marco para nossa instituição, que inaugurou a conquista em ter autonomia e liberdade para com nossos projetos político-pedagógicos e implantou o uso de metodologias ativas de problematização da realidade nas pós-graduações. Deixamos registrado o nosso agradecimento aos discentes, que confiaram em cada passo que demos junto com eles (Imagem 3).



IMAGEM 3. Discentes, docentes e apoio pedagógico da XIX Turma de Pós-Graduação *lato sensu* em Saúde Pública da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, a primeira certificada pela instituição

Carregamos o sentimento de que estamos no caminho certo e que a ESP/MS cumpre com a sua missão e mantém a defesa inafiançável dos valores éticos, das crenças democráticas, da inclusão social e do respeito às diversidades e aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BERBEL, N. N. “Problematization” and Problem-Based Learning: different words or different ways? **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.2, n.2, 1998.

CANADIAN INTERPROFESSIONAL HEALTH COLLABORATIVE. **A National Interprofessional Competency Framework**, University of British Columbia, 2010. Disponível em <https://phabc.org/wp-content/uploads/2015/07/CIHC-National-Interprofessional-Competency-Framework.pdf>

COTTA, R. M. M.; COSTA, G. D. **Portfólio reflexivo: método de ensino, aprendizagem e avaliação**. Ed. UFV, Viçosa, Minas Gerais, 2016.

HIGASHIJIMA, M. N.S.; FERLA, A. A.; SANTOS, M. L. M. Educação Permanente em Saúde: colocando em análise a produção de conhecimento. **Revista Saúde em Redes**, v. 8, Supl., n. 1, 2022. DOI: 10.18310/2446-4813.2022v8nsup1p57-73

SULLIVAN TJ. **Collaboration: A Health Care Imperative**. New York, NY: McGraw-Hill; 1998.

VASCONCELOS, J. *et al.* Factors Related to Interprofessional Collaboration and Teamwork Climate in the Family Health Strategy. **Research Square**, 5 April 2021, PREPRINT, version 1. DOI: <https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-374493/v1>

Prática colaborativa exige integração de profissionais com vivências

Rafaela Troncha Camargo
Viviane Leonel Cassimiro Meireles
Luciana Vieira Tavernard

O Sistema Único de Saúde trouxe a necessidade de reformulação e reestruturação da forma de gestão e assistência, o que necessariamente perpassa pela remodelagem da formação/capacitação e pela atualização dos recursos humanos que trabalham para o SUS. Esses, por sua vez, para acompanhar as transformações, demandaram subsídios concretos para a compreensão de que são atores da Saúde Pública e, por conseguinte, podem responder positivamente às exigências desse setor (BRASIL, 2000).

Esse sistema, inspirado nos valores de democracia, igualdade, universalidade, emancipação e controle social, deriva do Movimento de Reforma Sanitária Brasileira, que mantém o compromisso com o direito universal à saúde e, por conseguinte, à vida (PAIM, 2018).

Trata-se de um projeto fundamentalmente voltado para a descentralização da atenção à saúde e organizado em redes re-

gionais, com destaque normativo e legal que assegura a estratégia para a identificação e a aproximação das carências de cada cidadão, mecanismo que possibilita a ampliação dos espaços sociodemocráticos, permitindo a participação e a colaboração de toda a sociedade e do poder local (FARIA, 2020).

Essa gestão mais próxima do município, conhecedor das especificidades, disparidades e diversidades locais, desenvolve o aperfeiçoamento e a operacionalização dos serviços e ações de Saúde. É uma proposta de inovação e modernização do acesso tendo em vista o compartilhamento da responsabilidade com a comunidade e com os serviços de Saúde inicialmente categorizados fora da esfera pública, mas contratualizados e destinados ao público mais vulnerável (BRASIL, 2000).

No entanto, para sua consolidação, faz-se necessária uma extensa rede de intercomunicação entre as instituições de ensino (sejam técnicas e/ou de nível superior), atividades de pesquisa e extensão (notadamente desenvolvidas pelas universidades, institutos e escolas de Saúde Pública), secretarias estaduais e municipais, fundações, agências, e o próprio Ministério da Saúde, que, ao se interconectarem e atuarem de forma transversal, contribuem para uma rede sustentável, notadamente voltada para a ampliação de habilidades e conhecimentos, valores e diretrizes que fortalecem o próprio SUS (PAIM, 2018).

Com a mesma orientação, Bonetti (2020) explica que o principal caminho se baseou no processo dialógico de se convencer e mobilizar os atores, sejam estudantes, educadores, trabalhadores de Saúde, conselheiros, cuidadores, gestores ou participantes de movimentos sociais para a materialização de suas carências, subjetividade e institucionalidade. No entanto, não se

trata de uma persuasão determinante, impositiva ou legal, mas uma noção fática sensível às expectativas de cada sujeito e à sua visão de mundo, à sua vivência/experiência que, ao refletir o cotidiano, passa a colocar esse indivíduo como protagonista do processo de transformação, aprimoramento e melhoria das políticas de Saúde.

O maior desafio é atender às necessidades mais complexas e dinâmicas da sociedade com base na reforma do modelo de atenção biomédico, de sorte que o mesmo venha acompanhado e amparado por um processo robusto e de reorientação da formação com base na interdependência. A principal incoerência identificada nessa transição diz respeito à formação completamente dissociada de profissionais que devem trabalhar em conjunto para o atendimento integral do sujeito (PAIM, 2018).

Assertiva promissora constitui, pois, a formação de trabalhadores e, especialmente, de sanitaristas, tanto em universidades quanto em escolas de Saúde. Há, nesses espaços culturais e de entendimento, a disseminação e a replicação de informações e fundamentos entre os pares e a comunidade. Essa, por sua vez, ao integrar o processo de integração entre o ensino e o serviço, passa a se apropriar de dados e análises técnicas a partir, por exemplo, das estruturas fornecidas pelos conselhos e variados tipos de conferências, criando e consolidando instâncias de pactuação de relevância condutora das políticas sociais de Saúde (PAIM, 2018).

Como resultado, os profissionais passam a atuar de forma mais reflexiva, crítica e transformadora, com metodologias e estratégias adequadas e resolutivas conforme a realidade em que estão inseridos. Igualmente, buscam recursos inovadores e



tecnológicos que ofereçam uma assistência cada vez de maior qualidade (GOIÁS, 2016).

As práticas uniprofissionais ou a educação tradicional que focam no atendimento às necessidades complexas de saúde – que tratam do processo saúde versus doença e da operacionalização superficial dos princípios do SUS – começam a ser superadas pela Educação Interprofissional, capaz de formar indivíduos mais aptos à cooperação para o trabalho em equipe e de modificar a lógica hierárquica e vertical do ensino, para desenvolver o aprendizado ponderado, integrativo, compartilhado, que oportuniza o compartilhamento de experiências e o avanço para o trabalho das equipes de saúde de acordo com cada realidade brasileira (FREIRE FILHO *et al.*, 2019).

A proposta de enfatizar a educação integrada e por competências, aplicável no dia a dia dos serviços de Saúde e comunitários, interligada ao ensino e à pesquisa – com destaque para os métodos ativos de aprendizagem, centrados no discente como interventor de sua realidade – vão ao encontro da proposta do **Curso de Especialização em Saúde Pública** executado pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, por intermédio da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás, via Secretaria Executiva da RedEscola e centros formadores em Saúde Pública, Ministério da Saúde e ENSP/Fiocruz (GOIÁS, 2016).

A formação desses sanitaristas segue um modelo educacional preocupado com a intercomunicação efetiva, a minimização da exposição do usuário, a eficiência na prestação do trabalho do profissional com redução de custos e riscos de erros e a ampliação da qualidade do serviço (GOIÁS, 2016).

Segundo Padilla (2020), as evidências confirmam que a edu-

cação integrativa e a prática colaborativa corroboram para a ampliação e qualificação do acesso e da coordenação dos serviços de Saúde; para o uso adequado dos recursos clínicos especializados; para a promoção de melhoria da saúde dos pacientes em situação de cronicidade; para reduzir o número de complicações/morbididades, com redução da internação hospitalar; para a redução das taxas de absenteísmo e rotatividade profissional com incremento da satisfação com as atividades laborais; e para a ampliação da segurança dos serviços prestados. Por fim, contribuem para o fortalecimento do sistema de Saúde e estimulam a melhoria do resultado.

Em todo ambiente centrado na Saúde, a política de educação para o trabalhador do SUS, em seu próprio contexto, tem contribuído para resultados mais positivos, mensuráveis e compartilhados por uma equipe colaborativa e centrada nas necessidades locais. Simultaneamente, possibilita uma visão compartilhada e progressista da gestão das políticas públicas, com diálogo e comunicação efetiva, identificação e controle/gestão de riscos, monitoramento e retroalimentação para o desenvolvimento de práticas mais seguras.

A formação de sanitaristas confirmou que a prática colaborativa exige a integração dos profissionais de Saúde com suas inúmeras e distintas vivências e experiências, habituais para que as habilidades individuais possam contribuir com a conquista de objetivos de saúde locais integrais e de qualidade.

No âmbito prático, evidenciou-se, no perfil do egresso, sujeitos com preocupações muito mais coletivas do que individuais, com rotinas transformadoras de atuação, comprometidos com a implementação e o funcionamento do SUS. Pessoas que pas-



saram a transcender a formação tradicional, clássica, para uma compreensão de interconexão e interdisciplinaridade, com predomínio das noções de cidadania e do direito à Saúde.

Nota-se um egresso generalista, capaz de desempenhar suas atividades em diversos níveis e setores da Saúde, dada sua característica reflexiva e crítica, qualificada para a prática, fundamentada no estudo desenvolvido especialmente a partir de conceitos de Política, Epidemiologia, Planejamento, Gestão e Avaliação. Que possui uma visão sistêmica ampliada, demonstra clareza sobre a multiplicidade dos espaços dentre os quais pode atuar e é comprometido com a formação social e política de seus pares, sendo capaz de modificar a realidade em que está inserido.

É também um sujeito preocupado com o debate sobre a qualificação para o trabalho, que se responsabiliza pelas práticas de planejamento, programação, orientação, controle e avaliação de políticas, sistemas e serviços, capaz de contribuir efetivamente para o fortalecimento das ações que promovem a Saúde.

Por conseguinte, a expectativa com esse profissional é de uma constante evolução e contínua construção do conhecimento voltado para e centrado no usuário, mediante uma perspectiva matricial de organização e integração de todos os serviços de Saúde.

REFERÊNCIAS

- BONETTI, O. P. Por uma institucionalidade transformadora e contra-hegemônica: reflexões sobre o inédito viável da Política de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). **Debates – Política Nacional de Educação Popular em Saúde, Interface**. v. 25, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas**. Brasília, Ministério da Saúde, 2000. 44p.
- FARIA, R. M. A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**. v. 25, n. 11, nov., 2020.
- GOIÁS. SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O TRABALHO PARA O SUS. **Curso de especialização em Saúde Pública**. Goiânia, 2016.
- PADILLA, M. **Práticas compartilhadas e exigências de interação: envolvimento e trocas em equipes na saúde**. In: CECCIM, R. B. (Org) *et al.* Educação e prática interprofissional no Sistema Único de Saúde: práticas compartilhadas e exigências de interação em equipe na saúde. Porto Alegre, RS, Editora Unida, 2020 (Coleção Vivências em Educação na Saúde, v. 14).
- PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 23, n. 6, pp. 1723-1728, 2018.

Educação Interprofissional no Norte e no Centro-Oeste: experiências que nos passaram, nos aconteceram e nos tocaram

Bárbara Patrícia da Silva Lima

O convite para a escrita do presente capítulo é fruto de uma potente e inovadora experiência de Educação Interprofissional (EIP), liderada pela RedEscola, que, buscando qualificar a formação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde, conduziu, em todo o território nacional, cursos de Especialização em Saúde Pública na perspectiva da interprofissionalidade.

Em maio de 2021, fui convidada, ao lado de dois inspiradores colegas, a professora e doutora Sylvia Batista e o professor e doutor Cristiano Gil Regis, para participar, como debatedores, de um momento simbólico e marcante: o **Ciclo de Seminários Virtuais**, denominado **As experiências da prática em educação interprofissional na RedEscola: compartilhando lições e aprendizados**.

Tal evento teve caráter regional e contou com um docente comentarista, para debater as experiências das instituições que sediaram os cursos de especialização.

Particularmente, chamou-me atenção, *a priori*, a intencionali-

dade de dispor de comentaristas de regiões distintas, para debater experiências de regiões diferentes das suas. Por exemplo, eu, uma professora da Região Nordeste, fui convidada a debater as experiências das Regiões Norte e Centro-Oeste.

O seminário dessas regiões ocorreu em 26 de maio de 2021 (disponível no canal do YouTube da RedEscola, em <https://www.youtube.com/watch?v=DT66shppMWo>), e, a cada relato dos apresentadores, a cada imagem que eles trouxeram, fui compreendendo o porquê dessa intencionalidade e sua grande riqueza. Pude conhecer contextos e realidades distintos das minhas vivências loco regionais e, assim, aprender com e sobre cada vivência ali compartilhada.

Senti-me profundamente honrada pela oportunidade de colaborar com essa iniciativa dos seminários virtuais e, também, por compor o conjunto dessa obra que é este livro, organizado pela RedEscola.

Pensei em compartilhar brevemente com os leitores as lições aprendidas durante o ciclo de debates, dialogando com as vivências trazidas pelos colegas das regiões Norte e Centro-Oeste.

Tanto para o ciclo de seminários, quanto para a escrita deste livro, a RedEscola provocou os coordenadores dos cursos de especialização a responderem três perguntas norteadoras, a partir das quais pretendo estabelecer o diálogo com as vivências apresentadas:

- a) Como a Educação Interprofissional (EIP) foi incorporada nos cursos de especialização em Saúde Pública?
- b) Quais as estratégias e dinâmicas utilizadas para adotar a abordagem da EIP na formação de sanitaristas?
- c) Quais foram os desafios encontrados para assumir a EIP como uma estratégia orientadora da formação na Saúde Pública?

DIALOGANDO COM AS EXPERIÊNCIAS

De acordo com Jorge Larossa (2002), o conceito de experiência abrange “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (Bondia, 2002, p.21).

Partindo dessa perspectiva, é fundamental pensarmos no papel protagonizado pela RedEscola na formação de sanitaristas, por meio da preocupação em trazer o debate sobre e a experiência da EIP para esse espaço formativo, principalmente quando se considera a importância do desenvolvimento das competências colaborativas para o trabalho no SUS, em quaisquer das suas nuances, com vistas a alcançar a integralidade do cuidado em saúde (BATISTA & BATISTA, 2016; REEVES, 2016).

Parafraseando Larossa, as experiências das Regiões Norte e Centro-Oeste, no decorrer da realização dos cursos de especialização “nos passam, nos acontecem e nos tocam”.

Durante minha participação no seminário e, também, ao me debruçar sobre os textos elaborados pelas pessoas de cada estado, pude testemunhar experiências muito potentes e inspiradoras.

E, dialogando com tais experiências, a partir das perguntas norteadoras, penso que as perguntas “a” e “b” se apresentaram, na maioria dos textos, de maneira imbricada. Assim, optei por apresentar minhas impressões em dois momentos: um que dialoga com a forma como a EIP foi incorporada nos cursos e as estratégias e dinâmicas utilizadas para tanto; e outro que dialoga com os desafios encontrados.

Na Região Norte, o Acre trouxe o relato de uma estratégia que poderá ser replicada por instituições de todo o país que desejem

inserir a EIP em seus currículos: a realização de uma oficina sobre Educação Interprofissional com um *expert* no assunto, cujo produto foi “a adequação dos objetivos, conteúdos e avaliação com a abordagem de algumas competências da EIP nos emen-tários” dos seus componentes curriculares.

Além disso, decidiram realizar o curso do Avasus sobre EIP na saúde, para alinhamento conceitual. Um fato bem interessante e que merece destaque foi a participação de atores distintos, como coordenadores, apoio pedagógico, docentes e discentes, o que, sem dúvida, potencializa uma melhor compreensão e mobilização dos mesmos no processo de implementação da EIP. Outro ponto que destaque foi a escolha pela elaboração de projetos de intervenção sobre interprofissionalidade que pudessem ser desenvolvidos na ótica da extensão universitária.

No Amazonas, uma característica importante da experiência foi a alta porcentagem de concluintes do curso (94% – 35 vagas – 33 concluintes), bem como a inserção de pós-graduandos que atuavam como técnicos administrativos e membros da estratégia de Saúde da Família, fato que oportunizou o acesso à pós-graduação por esses trabalhadores. Os amazonenses também utilizaram o curso do Avasus sobre EIP como estratégia e realizaram uma oficina de integração do corpo docente. Além disso, adotaram o portfólio como instrumento de avaliação dos participantes do curso e apresentaram em seu capítulo, que pode ser acessado no presente livro, recortes belíssimos dos relatos desses participantes sobre a EIP.

A experiência do Pará teve uma peculiaridade, pois contou com a participação de 45 estudantes de 11 graduações distintas, abrangendo as áreas das Ciências Biológicas e Sociais, fato que,



segundo eles, oportunizou ao curso uma troca de experiências e aprendizagens na discussão do contexto biológico e social dos problemas sanitários brasileiros. Os paraenses também aderiram ao curso de EIP do Avasus e optaram por construir um projeto político pedagógico que abordasse o uso de metodologias múltiplas de ensino-aprendizagem, além de estimularem a participação de profissionais de diversas áreas nos trabalhos de conclusão de curso, fossem essas pesquisas, relatos de experiências ou projetos de intervenção.

Em Rondônia, uma experiência que me tocou profundamente foi, diante da pandemia da Covid-19, a participação de filhos e filhas dos pós-graduandos durante as aulas do curso, devido às questões sanitárias e à ausência da rede de apoio. Realizaram o curso do Avasus sobre EIP e afirmaram reconhecer a importância do controle social nos espaços de formação. Ademais, adotaram a obrigatoriedade da inclusão do tema da interprofissionalidade nos temas dos Trabalhos de Conclusão de Curso, entre outras estratégias de potencialização.

Roraima, por sua vez, ofereceu formação prévia para os docentes, contou com a participação de pós-graduandos de 15 áreas distintas (conforme quadro disposto no capítulo elaborado por eles). Além disso, lançaram mão de metodologias variadas, como sala de aula invertida, cine viagem, TBL (*Team-Based Learning*), entre outros. O curso iniciou na pandemia da Covid-19, em 2021, no formato 100% remoto. Uma outra estratégia potente utilizada pela coordenação do curso foi a escuta qualificada dos pós-graduandos sobre suas dificuldades, aproximando-se dos mesmos por meio dos grupos de aplicativos de mensagens eletrônicas.

As vivências do Tocantins trouxeram muita potência, pois conseguiram compor três turmas com 45 vagas, das quais concluíram o curso 131 egressos de 23 profissões distintas. Para eles, o papel dos tutores foi fundamental na realização do curso, que fez uso de metodologias como aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem experimental, estudos de casos, workshops e pesquisa colaborativa.

A experiência do Amapá contou com a participação de 40 profissionais das secretarias municipais e estadual de Saúde, abrangendo 17 categorias profissionais. Particularmente, foi muito tocante me aproximar dos relatos dos amapaenses, pois, mesmo diante de todos os desafios enfrentados durante a pandemia (apresentados na íntegra no capítulo elaborado pelos autores do estado), conseguiram demonstrar uma forte capacidade de resiliência e resistência. A coragem dessas pessoas para persistir deve servir de inspiração para todas as vezes que, diante de possíveis dificuldades em implementar a EIP, possamos pensar em desistir.

Na Região Centro-Oeste, as experiências também foram muito potentes. Como pudemos observar nos relatos trazidos pelo Mato Grosso do Sul, que nos brindou com um capítulo belíssimo, carregado de linguagem poética, apresentando sua “experiência única”, como os próprios autores nomearam. Eles optaram por metodologias problematizadoras, que podemos aplicar na nossa realidade, como a associação entre situações problema, a elaboração de narrativas e, ainda, a construção de portfólios, que proporcionaram o compilado de relatos emocionantes dos pós-graduandos (os quais podem ser vistos na íntegra do capítulo sul-mato-grossense).



Já o Estado de Goiás elaborou um texto mais teórico sobre o papel do sanitarista e a importância de sua formação voltada para as necessidades reais de saúde da população, que pode nos ajudar a acessar leituras sobre a EIP, que possam ser aplicadas às distintas realidades dos leitores.

O Mato Grosso, por sua vez, também lançou mão do curso do Avasus sobre EIP. Conseguiu formar 36 egressos e trouxe uma importante experiência carregada de empatia e inovação, que foi a flexibilização dos trabalhos de conclusão de curso, devido à pandemia. Os trabalhos puderam ser construídos em formato de relatos de experiências por escrito ou em vídeos.

ENFRENTANDO DESAFIOS

O principal desafio enfrentado pelos participantes dos cursos, sem dúvida, foi a pandemia da Covid-19, que atingiu cerca de 610 milhões de pessoas e matou mais de 6,5 milhões em todo o mundo (WHO, 2022). Boa parte dos pós-graduandos precisou ir para a linha de frente de atendimento às vítimas do coronavírus, além de precisarem lidar com todas as demandas emocionais, familiares, socioeconômicas, dentre outras, que tocaram a humanidade como um todo.

Durante o auge da pandemia, o Brasil enfrentou muitas dificuldades, além da crise sanitária e socioeconômica, que tangenciaram também uma crise política (PAIM, 2020).

Sem dúvida, a Região Norte foi uma das mais afetadas por essas crises, tão visíveis e cruéis em todo o país. Pudemos acompanhar, de perto ou pelos noticiários, as dificuldades enfrentadas pelo Amapá com a escassez de energia elétrica e internet, o que impactou sobremaneira o andamento do curso de especialização

no estado – muitos pós-graduandos desistiram, infelizmente, diante do cenário de dificuldades.

Outras experiências desafiadoras foram compartilhadas conosco pelos coordenadores dos cursos no Norte e no Centro-Oeste, como dificuldades de comunicação e a impossibilidade de se verificar, de forma efetiva, práticas colaborativas que alterassem a organização do processo de trabalho, com vistas a atender às necessidades dos usuários. Foi pontuada a ausência de oportunidades de desenvolvimento docente que envolvessem conhecimento e ferramentas metodológicas e tecnológicas para a EIP, sobretudo diante da necessidade de aderir ao ensino remoto emergencial, durante o isolamento social imposto pela pandemia. Muitos docentes tinham dificuldade no manuseio das tecnologias e de metodologias apropriadas a esse formato de aula.

Percebeu-se também, como desafio, a necessidade de avançar e inovar nas práticas de Educação Permanente sobre EIP para os profissionais de Saúde. Essa seria uma estratégia muito potente, capaz de alcançar um maior número de profissionais que, porventura, não tiveram acesso ao curso de especialização.

ALGUMAS REFLEXÕES

As experiências compartilhadas pelos gestores dos cursos de especialização das Regiões Norte e Centro-Oeste proporcionaram a possibilidade de aproximação a um contexto repleto de potencialidades, diversidade, empatia, inovação, resistência, resiliência, coragem e, sobretudo, esperança.

Foi possível reconhecer a importância do papel da RedEscola enquanto mobilizadora de provocações na busca da interprofissionalidade no SUS. Mas, também, a força dos atores loco regio-

nais, que lançaram mão das mais distintas estratégias e metodologias, na busca dos objetivos do curso.

Mesmo perante um contexto extremamente desafiador e, mais ainda, desolador, como a pandemia da Covid-19, esses atores, extremamente implicados com o cuidado integral em Saúde, permaneceram de pé, resistentes e esperançosos.

Que os relatos dessas regiões e de todo o país, presentes neste livro, nos permitam manter a esperança perante as dificuldades que enfrentamos na busca de um SUS integral, público, de qualidade e interprofissional.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Nildo Alves e BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva. Educação interprofissional na formação em Saúde: tecendo redes de práticas e saberes. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, n. 56, p. 202-204. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0388> Acessado em 2 Set 2022.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=es&nrm=iso Acessado em 2 Set 2022.

PAIM, Jairnilson Silva. Desafios para o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. **Instituto de Saúde Coletiva: Seminário virtual em vídeo** [internet]. 2020 Disponível em: <https://www.isc.ufba.br/isc-em-casa-debate-desafios-para-o-enfrentamento-da-covid-19-assista-ao-video/> -Acessado em 2 Set 2022.

REEVES, Scott. Why we need interprofessional education to improve the delivery of safe and effective care. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online], v. 20, n. 56, pp. 185-197. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0092> Acessado em 2 Set 2022.

WHO, World Health Organization. **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019> Acessado em 2 Set 2022.

SUL & SUDESTE

SEMINÁRIO REALIZADO EM 27 DE MAIO DE 2021



ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO CAPIXABA DE ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA (ENSP/FIOCRUZ, RJ)

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO PARANÁ

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SANTA CATARINA

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP

Reformulação da matriz curricular e incorporação das bases da Educação Interprofissional na formação de sanitaristas

Amanda Nathale Soares
Thais Lacerda e Silva
Gislene Aparecida Lacerda
Alice Werneck Massote
Anísia Valéria Chaves Silva
Fernanda Jorge Maciel
João André Tavares Alvares da Silva
Rodrigo Martins da Costa

O Curso de Especialização em Saúde Pública (*lato sensu*) integra a constituição histórica e identitária da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG). Sua primeira edição aconteceu em 1947, um ano após a criação da instituição, e, desde 2012, após alguns períodos de interrupção, retomamos sua oferta contínua, que hoje já se encontra na 41ª turma (MINAS GERAIS, 2014).

O início de uma nova turma do **Curso de Especialização em Saúde Pública** na ESP-MG sempre nos convida a movimentar discussões sobre questões que envolvem a matriz curricular, a docência e as apostas para a formação de sanitaristas, sobretudo considerando as avaliações do curso que os alunos realizam.

Como se trata de um curso concebido, desenvolvido e sustentado, majoritariamente, por trabalhadoras/es da própria ESP-MG, inseridas/os em diferentes setores institucionais, há aí uma potência de fazê-lo constituir um dispositivo produtor de outros modos de pensar, criar e fazer na instituição.

Sobre isso, cabe destacarmos os importantes movimentos de discussão realizados institucionalmente em 2019, durante o planejamento e o desenvolvimento da 39ª turma da **Especialização em Saúde Pública**, em parceria com a RedEscola, cujo projeto propôs, à época, a introdução das bases da Educação Interprofissional na formação de sanitaristas.

Inspirado nos debates sugeridos pela RedEscola sobre a Educação Interprofissional no contexto da formação em Saúde, o grupo coordenador do curso na ESP-MG propôs a realização de oficinas junto a trabalhadores e trabalhadoras da instituição para discutir aspectos relacionados à formação de sanitaristas e à matriz curricular. Entendemos, à época, a necessidade primeira de discutirmos e de operarmos com as bases da EIP nos processos de planejamento e concepção do curso, junto aos diferentes atores institucionais que o sustentam – coordenadores, docentes e orientadores, entre outros.

Neste texto, buscamos remontar e relatar o processo de discussão e de reformulação curricular do **Curso de Especialização em Saúde Pública** da ESP-MG, ativado pela proposta de incorporação das bases da Educação Interprofissional na formação de sanitaristas.

Para discutirmos as bases da Educação Interprofissional e suas implicações na matriz curricular do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, promovemos quatro oficinas entre profissionais da ESP-MG, com duração aproximada de quatro horas

cada, entre os meses de abril e maio de 2019, período que antecedeu o início das aulas da 39ª turma. Participaram em média 14 trabalhadoras/es da escola em cada oficina, incluindo docentes, orientadoras/es de TCC e outros que manifestaram interesse em discutir a temática proposta.

Iniciamos a primeira oficina com uma contextualização da parceria com a RedEscola e as apostas para oferta de nova turma do curso, com destaque na ênfase na Educação Interprofissional. Primeiramente, discutimos as propostas inerentes ao conceito de EIP: aprender com o outro, sobre o outro e para o outro (COSTA, *et al.*, 2018). Percebemos que se tratava de um conceito pouco conhecido entre profissionais da ESP-MG e, por isso, pudemos discutir amplamente sobre as novidades que a proposta conceitual trazia para pensarmos nossa relação entre docentes e nossa atuação junto a alunas e alunos.

Uma das questões problematizadas logo de início foi a relação entre a EIP e a Educação Permanente em Saúde (EPS). A atuação dos docentes da Escola é fortemente orientada pela EPS, sendo importante identificar interfaces e/ou possíveis complementariedades entre os dois referenciais, de modo a orientar a formação dos sanitaristas. É interessante ressaltar que, nas discussões, observamos que, embora a EPS seja utilizada para problematizar as práticas e formas de organização dos processos de trabalho na gestão (CAROTTA; KAWAMURA; SALAZAR, 2009), no cuidado, na vigilância e na educação em Saúde, a EIP traz de forma mais explícita as categorias do trabalho em equipe, do trabalho colaborativo e da aprendizagem colaborativa (AGUI-LAR-DA-SILVA; SCAPIN; BATISTA, 2011).

Em seguida, tivemos um debate sobre as intencionalidades da

formação de sanitaristas ofertada pela ESP-MG e as suas relações com a Educação Interprofissional. Para isso, dividimos os participantes da oficina em grupos e pedimos que cada grupo discutisse e escrevesse em tarjetas as apostas para a formação do sanitarista egresso da ESP-MG. Posteriormente, cada grupo compartilhou as intencionalidades registradas nas tarjetas e fizemos uma discussão ampliada, construindo interseções com as bases da Educação Interprofissional.

Em geral, as questões discutidas envolveram:

1. A importância de possibilitarmos que os sanitaristas atuem em uma perspectiva humanista e coletiva, sustentados em princípios de empatia, democracia e justiça, e com capacidade de se comprometerem com um projeto de sociedade/saúde considerado contra-hegemônico.
2. A necessidade de proporcionarmos um olhar dinâmico entre as questões macro e microprocessuais, possibilitando uma análise crítica sobre a realidade e sobre o processo de construção social da saúde.
3. A urgência em enfatizarmos a defesa do SUS nos seus princípios fundamentais.
4. A relevância de desenvolvermos propostas pedagógicas menos prescritivas, que estimulem uma atuação mais integrada e interprofissional entre os diferentes trabalhadores/es e que favoreçam o fortalecimento da educação permanente em Saúde, do trabalho em equipe e do trabalho colaborativo.

Na segunda oficina, propusemos uma discussão mais aprofundada sobre as intencionalidades para a formação de sanitaristas discutidas no encontro anterior. Para isso, recolocamos no quadro as tarjetas com as intencionalidades apresentadas e sugerimos discuti-las a partir das seguintes categorias:

1. Objetivos relacionados ao perfil do sanitarista.

2 Relação com o método/abordagem pedagógica.

3. Conteúdos.

4. Pressupostos/princípios do curso.

Ao conversarmos sobre como operar com as intencionalidades pactuadas, identificamos a necessidade de analisarmos os objetos que estruturam cada disciplina e as bases conceituais que os sustentam. Percebemos que sabíamos pouco sobre os conteúdos e as apostas trabalhados por docentes em cada disciplina, o que reiterou a necessidade de incorporarmos os pressupostos da Educação Interprofissional em nossa própria atuação como professores. Entendemos que nossa reflexão, como docentes, sobre o objeto que organiza os conteúdos e sobre a abordagem que utilizamos em sala de aula, pode contribuir para pensarmos as interseções entre as disciplinas e, por conseguinte, desenvolvermos um trabalho mais integrado. Pactuamos que exploraríamos essa questão na oficina seguinte, com o objetivo de possibilitar maior integração entre os temas e os docentes.

Na terceira oficina, para conversarmos sobre os objetos das disciplinas que compunham a matriz curricular, colocamos na parede tarjetas com o nome de todas as disciplinas do curso, organizadas pelos módulos que integravam. À medida que discutíamos a introdução, a exclusão ou a realocação de algum tema/disciplina, íamos fazendo as mudanças correspondentes nas tarjetas, de modo a construirmos visualmente a matriz curricular do curso. Inicialmente, buscamos identificar as interseções entre temas/disciplinas presentes no currículo, com a intenção de favorecer a integração entre conteúdos e potencializar um trabalho mais colaborativo e compartilhado pelos docentes.

Um exemplo foi a integração entre as disciplinas de **Produção do Cuidado** e de **Educação em Saúde**, que, pelas discussões realizadas, abordavam objetos semelhantes e estavam em módulos distintos. Nesse sentido, um movimento pactuado no grupo referiu-se à integração dessas disciplinas em um mesmo módulo, com a intenção de expandir e integrar os diálogos sobre as relações de cuidado e as relações educativas construídas no SUS. Além disso, ainda na disciplina de Educação em Saúde, incorporamos a temática da Educação Interprofissional.

Outras questões surgiram sobre os objetos das disciplinas, as articulações entre os temas na matriz curricular e as suas relações com as intencionalidades pactuadas para a formação do sanitarista da ESP-MG.

Identificamos, por exemplo, a importância de a matriz curricular expressar o compromisso com uma formação mais política e crítica e ser capaz de ajudar os alunos a compreenderem criticamente os contextos em que estão inseridos como trabalhadores do SUS, o que nos fez reorganizar os módulos existentes no curso, passando a abordar, primeiramente, discussões temáticas mais amplas, como Política/Estado Contemporâneo, Ciências Sociais e relações entre ambiente, trabalho e saúde. Ainda para fortalecermos as intencionalidades de uma formação mais reflexiva e sensível e menos instrumental, colocamos como módulos iniciais aqueles que abordam aspectos da conformação do campo da Saúde Coletiva, do cuidado e da educação e, posteriormente, os módulos referentes ao planejamento e à gestão do SUS.

Na quarta oficina, apresentamos o produto das discussões do encontro anterior e propusemos uma conversa mais detalhada

sobre as apostas para cada módulo/disciplina, a diferenciação entre o que seria conteúdo e o que seria disciplina, considerando a importância de caminharmos para a composição de um currículo mais modular e menos disciplinar, e a carga horária destinada a cada módulo.

Nessa oficina, definimos coletivamente a matriz curricular que hoje está sendo operada e pactuamos a necessidade de fomentarmos encontros periódicos entre docentes (de diferentes módulos e dentro do mesmo módulo), de modo a promovermos conversas contínuas sobre as percepções em relação à nova matriz curricular, à integração entre conteúdos e à indução de estratégias que fomentem as bases da Educação Interprofissional no curso.

Finalizando, em geral, as oficinas realizadas nos possibilitaram:

- Estabelecer um diálogo entre o atual contexto político-econômico-social e seus desdobramentos no trabalho em Saúde e na organização do SUS.
- Problematizar as práticas de gestão, participação social, educação e cuidado em Saúde, por meio da mediação entre os saberes de trabalhadoras e trabalhadores da ESP-MG e os referenciais teóricos mais atinentes ao campo da Saúde Coletiva.
- Construir maior diálogo entre docentes de temas/disciplinas afins.
- Fortalecer a docência compartilhada e colaborativa.
- Buscar caminhos possíveis para incorporar a Educação Permanente em Saúde na produção dos TCCs.
- Sensibilizar os docentes quanto à importância da incorporação dos princípios da EIP em seu trabalho.

Acreditamos que a proposta de incorporação das bases da Educação Interprofissional potencializou o desenvolvimento de processos coletivos e colaborativos no planejamento e na oferta

da Especialização em Saúde Pública da ESP-MG, contribuindo para a reflexão e a revisão de questões que envolvem a formação de sanitaristas.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR-DA-SILVA, R. H.; SCAPIN, L. T.; BATISTA, N. A. **Avaliação da formação interprofissional no ensino superior em saúde**: aspectos da colaboração e do trabalho em equipe. *Avaliação (Campinas)*, v. 16, n. 1, 2011.
- CAROTTA, F.; KAWAMURA, D.; SALAZAR, J. **Educação permanente em saúde: uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos**. *Saúde Soc*, v. 18, suppl 1, 2009.
- COSTA, M. V. *et. al.* **Educação interprofissional em saúde**. Natal: SEDIS-UFRN, 2018.
- MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. **ESP-MG: tradição em inovar**. 68 anos de história. Belo Horizonte: ESP-MG, 2014.

Entender a interprofissionalidade como um ato de resistência

Bela Feiman Sapiertein Silva

O presente capítulo tem por objetivo relatar as experiências vivenciadas durante a execução do **Curso de Especialização em Saúde Pública** com ênfase na Interprofissionalidade no Estado do Espírito Santo, bem como as ações que antecederam a iniciativa e seus desdobramentos. O curso fez parte do projeto Nova Formação em Saúde Pública: uma abordagem interprofissional, iniciativa da RedEscola/ENSP/Fiocruz/MS.

A iniciativa foi acolhida pelo Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (Icepi), criado em 2019 e integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). É caracterizado como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação e como Escola de Governo em Saúde, responsável pela “formação, o desenvolvimento de pessoal e a pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico e tecnológico, destinados a aumentar a eficá-

cia e a qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde – SUS” (ES, 2019).

Apresentar a EIP enquanto uma potente estratégia para re-direcionar a formação de profissionais e compreender que ela fortalece “os ideários do SUS e fornece subsídios para a construção de um projeto novo de sociedade, a partir da concepção ampliada de saúde” (COSTA, 2016) foram os pontos que embasaram a nossa decisão de “embarcar” no sonho apresentado pela RedeEscola.

No entanto, também era importante ampliar a perspectiva da EIP e fortalecer sua correlação com as práticas colaborativas e interprofissionais, visando provocar transformações no cotidiano dos serviços. Para tanto, nos reportamos a Ellery (2018, p. 146), que apresenta a interprofissionalidade (IP) como “um processo de trabalho, resultante da síntese de processos cognitivos, pragmáticos e subjetivos, vivenciados e materializados por profissionais da mesma categoria e de categorias profissionais diversas, que trabalham juntos”.

Diante da amplitude e potência do termo, a primeira iniciativa foi pensar no desenho do curso que desejávamos produzir. Afirmamos nosso propósito na medida em que o nomeamos **Curso de Especialização em Saúde Pública**, com ênfase na interprofissionalidade, e definimos o objetivo: formar especialistas em Saúde Pública com uma visão crítico-reflexiva do SUS, dando destaque ao desenvolvimento de práticas interprofissionais e colaborativas.

Para apresentar o percurso do projeto no estado, nos reportamos a Oandasan e Reeves (2005), que subdividem os fatores que facilitam e dificultam a prática da EIP em três níveis: micro,

meso e macro. O primeiro se refere às relações e interações interpessoais e interprofissionais; o segundo aponta para questões administrativas, organização curricular do curso e preparação do corpo docente; o último trata da política de formação profissional em Saúde e apoio político institucional. Entendemos que esses níveis muitas vezes se apresentam de forma concomitante.

Iniciamos com o nível macro, uma vez que a execução do projeto necessariamente exige o apoio institucional e, dessa forma, consideramos importante apresentar o contexto estadual no qual o curso teve início.

O Icepi, recém-regulamentado, ainda não estava habilitado para a certificação de cursos em nível de pós-graduação, de modo que a solução encontrada foi introduzir um novo parceiro, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Se por um lado essa parceria trouxe contribuições para além da certificação, como indicação de um apoiador pedagógico e disponibilidade de espaço físico para os encontros, por outro trouxe alguns dificultadores, tais como a exigência de vários encaminhamentos burocráticos que exigiram novas pactuações e a necessidade de algumas adequações do projeto pedagógico que iam de encontro à proposta pedagógica do Icepi, tais como a forma de avaliação embasada num formato tradicional.

A elaboração do projeto pedagógico é um ponto a ser destacado. Ao buscar a conexão entre os processos cognitivos e pragmáticos, promovemos uma oficina para elaboração do projeto pedagógico, com a participação dos coordenadores e/ou representantes dos diversos setores da Sesa para pensar no conteúdo do curso à luz da EIP. A oficina, com carga horária de 24 horas, foi conduzida pela professora e doutora Patrícia R. Poletto, indicada pela RedEscola.

Já o nível meso abordou a forma como o curso foi planejado e a sua organização, com vistas ao alcance do objetivo proposto. Cabe destacar que o curso teve início em 24 de outubro de 2019, com término em 9 de abril de 2021 e carga horária total de 380 horas. A programação previa que haveria 272 horas de atividades presenciais, com encontros quinzenais de 16 horas, e 108 horas de atividades de dispersão a serem realizadas no local de trabalho do especializando. Optou-se pela abordagem crítico-reflexivo, que propõe provocar no indivíduo a criticidade, o estímulo ao protagonismo do sujeito e seu comprometimento com as transformações sociais (ALARCÃO, 2007), bem como a utilização prioritariamente de metodologias ativas (SOBRAL; CAMPOS, 2012), de modo a estimular a participação, a responsabilização dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem e o pensamento crítico e reflexivo (BERBEL, 2011).

O curso foi organizado em cinco Unidades de Aprendizagem (UA):

1. Políticas de Saúde no Brasil e determinação social da Saúde e Interprofissionalidade.
2. Vigilância em Saúde e Interprofissionalidade.
3. Gestão em Saúde e Interprofissionalidade.
4. Organização do Sistema de Saúde e Interprofissionalidade.
5. Processos de trabalho em Saúde e Interprofissionalidade.

Contou ainda com um momento inicial de acolhimento e aproximação com a temática da interprofissionalidade e o momento final no qual os especializandos apresentaram o projeto aplicativo construído ao longo do curso. Essas unidades de aprendizagem se inter-relacionam e a EIP é vista como um tema

transversal que deve estar presente não apenas no conteúdo, mas também nas atividades programadas para provocar a vivência no próprio espaço de aprendizagem.

Para cada encontro, construímos um Termo de Referência (TR) no qual estava explícita não apenas a intencionalidade da UA e do encontro em questão, mas também de cada atividade, bem como o passo a passo para sua realização, a carga horária, o material necessário e o responsável pela execução.

Para a efetivação da proposta, contamos com o envolvimento de três atores prioritários: o aluno, ocupando o papel de centralidade e compreendido como protagonista do processo de aprendizagem individual e coletivo; o tutor, que conduz esse processo de forma longitudinal em pequenos grupos (máximo de dez especializandos) e busca provocar reflexões a partir das experiências no campo da prática e do conhecimento prévio dos especializandos; e o especialista, que tem uma carga horária menor (25% da carga horária trabalhada pelo tutor), detém o domínio do conteúdo e atua com o propósito de complementar conceitualmente os temas abordados pelos tutores.

Muitos desafios foram enfrentados no nível meso, e elencamos para apresentação aqueles considerados prioritários em relação aos tutores.

Em primeiro lugar, foram oferecidas quatro vagas para tutores por um processo seletivo (Edital Icepi/Sesa nº 004/19) cujos pré-requisitos eram: que os candidatos fossem trabalhadores da Saúde no estado, que tivessem anuência institucional e disponibilidade de tempo (todos os itens exigiam documentos comprobatórios).

No entanto, na prática, verificamos que os candidatos sele-

cionados muitas vezes não tinham disponibilidade e/ou liberação para as reuniões de planejamento e qualificação, fato que exigiu da coordenação alguns arranjos para garantir a participação e o envolvimento de todos. Mesmo assim, a atividade desenvolvida com a equipe de tutores demonstrou entusiasmo, trabalho colaborativo e corresponsabilização, superando as dificuldades educacionais, profissionais e logísticas que se apresentaram, sendo fundamental para o sucesso do projeto.

Outro desafio foi que, embora os critérios de seleção priorizassem profissionais com experiência em tutoria e em EIP (um dos critérios era a certificação no curso à distância Educação Interprofissional em Saúde, da plataforma Avasus), na prática, os selecionados apresentavam pouca ou nenhuma experiência com metodologias ativas e nem todos os candidatos selecionados sequer haviam realizado o curso sugerido.

Para minimizar essas questões, os oito primeiros colocados (quatro selecionados e quatro primeiros suplentes) participaram de um curso de formação inicial de 30 horas, coordenado pela professora e doutora Patrícia Poletto. Além desse curso, os tutores também participaram da Qualificação em Processos Educacionais em Saúde (QPES), oferecida pelo Icepti, com carga horária de 30 horas, além de manter a qualificação ao longo do curso durante as reuniões sistemáticas de planejamento. Já os especialistas foram escolhidos a partir do conhecimento teórico-prático sobre o tema abordado—preferencialmente eram convidados técnicos da Sesa com experiência com metodologias ativas e que haviam participado da oficina para construção do projeto pedagógico.

O grande desafio foi integrar o conteúdo tanto entre as uni-

dades, quanto entre as atividades dos especialistas com as dos tutores, além de garantir o foco na interprofissionalidade. Para minimizar esses desafios, buscamos, sempre que possível, nos reunir com os especialistas indicados para organizar cada unidade de aprendizagem como um todo. Porém, não foi uma tarefa fácil e nem sempre conseguimos. Nesse ponto, houve a necessidade de uma participação efetiva da coordenação para a construção dos TRs, os quais eram elaborados com a colaboração dos especialistas e dos tutores, ainda que em momentos diferentes (não conseguimos garantir as reuniões conjuntas entre os dois atores).

Apesar de todas as iniciativas apresentadas, ainda houve momentos de fragmentação do conteúdo e a maior ou menor ênfase na interprofissionalidade nas atividades. O contexto apresentado no nível meso nos reporta um grande desafio para a adoção da EIP, que é o planejamento colaborativo ao longo do processo (OANDASAN; REEVES, 2005).

A nível micro, Oandasan e Reeves (2005) apresentam a socialização como fonte de resistência à EIP e a necessidade de uma ruptura de estereótipos construídos no interior da formação de cada profissão, que se perpetua durante a vida profissional. Romper esses estereótipos e visualizar as distintas profissões da Saúde num mesmo patamar no processo de produção do cuidado é um ato de resistência e, conseqüentemente, como Ferla e Ceccim (2017) afirmam, a interprofissionalidade é um ato de resistência ao “mundo” da ciência e do trabalho – o primeiro “dominado pela lógica disciplinar e pela fragmentação entre áreas cada vez mais específicas e menos capazes de auxiliar na compreensão e na solução de problemas da vida co-

tidiana” e o segundo “tão fortemente marcado pela lógica das profissões e suas disputas corporativas”.

Dessa forma buscamos algumas iniciativas para contribuir com a socialização entre as profissões. Foram ofertadas através de processo seletivo (Edital Icepi/Sesa nº 003/19), 40 vagas para trabalhadores do SUS, inseridos no âmbito da atenção, vigilância e/ou gestão municipal ou estadual, para membros dos Conselhos de Saúde e trabalhadores da Ufes, e as vagas foram divididas previamente respeitando o Plano Diretor de Regionalização vigente.

Assim, o curso contou com especializandos de 13 profissões: Psicologia (17,5%), Serviço Social (17,5%), Enfermagem (17,5%), Odontologia (10,2%), Terapia Ocupacional (6,9%), Nutrição (6,9%), Farmácia (6,9%), além de Ciências Biológicas, Medicina, Direito, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária e Teologia (cada profissão representada por 3,5%).

Esses especializandos/profissionais foram divididos em grupos de tutoria, de forma a garantir a diversidade de profissões e de locais de trabalho em cada um dos grupos. A construção dos TRs priorizava atividades que provocavam a troca de saberes e de experiências do cotidiano dos serviços tanto nos momentos em grupos de tutoria quanto nos momentos com o grupo todo, bem como possibilitavam o exercício de práticas colaborativas e reflexivas.

Outras duas iniciativas merecem destaque. A primeira é a elaboração de um portfólio reflexivo individual alimentado ao longo do curso, a partir do relato das atividades presenciais e de dispersão, da aproximação desse conteúdo com o cotidiano do serviço e as reflexões individuais do especializando. É compreendido como um instrumento formativo e avaliativo. A se-

gunda foi a elaboração de um projeto aplicativo programado para ser uma construção em grupos, com o propósito de produzir estratégias para intervir positivamente em um ou mais aspectos da realidade vivenciada por especializando em seus locais de trabalho.

O grande desafio que vivenciamos no decorrer do curso e que trouxe impactos nos três níveis da EIP está relacionado com o contexto mundial pelo qual ainda passamos – a pandemia da Covid-19. De repente, ao fim da UA2, as atividades foram suspensas por seis meses, para garantir o isolamento social. De modo a propiciar a manutenção do vínculo com os especializando e evitar evasões, a coordenação tomou duas providências: solicitar a colaboração dos tutores para se manterem conectados aos especializando e se inserirem nos grupos de WhatsApp formados por grupos de tutoria desde o início do curso. No entanto, os tutores optaram pelo cancelamento temporário das bolsas e, assim, a coordenação assumiu o protagonismo no contato com os grupos, alimentando-os com materiais científicos e solicitando que os especializando realizassem o curso a distância Educação Interprofissional em Saúde na plataforma Avasus.

Visto que a pandemia não demonstrava sinais de término, as instituições parceiras optaram pela retomada do curso por meio da modalidade remota, e, assim, novos desafios emergiram. Foi necessário aprender a utilização de ferramentas virtuais; os TRs tiveram que ser adaptados à nova modalidade, buscando diferentes estratégias; e o projeto aplicativo teve que ser realizado de forma individual, pela dificuldade de organização dos grupos nos campos de intervenção. Tivemos ainda que levar em consideração o fato de encontrarmos os especializando e tutores

fragilizados pelo contexto, muitos com perdas de entes queridos e/ou adoentados, além de vários estarem com uma sobrecarga de trabalho. Mesmo assim, não tivemos nenhum caso de evasão causado por essa situação.

Diante dessas considerações, acreditamos que a realização do curso trouxe a oportunidade de aprendizado não apenas para os especializandos, mas também para a equipe de tutores e para a coordenação. E, por entender que a interprofissionalidade é realmente um ato de resistência, acreditamos que iniciativas como esse projeto podem contribuir para evidenciar e fortalecer profissionais abertos para novos conhecimentos, capazes de, a partir de uma reflexão crítica sobre o seu próprio fazer, desenvolver novas práticas com potência para provocar transformações nos serviços e na forma de produzir o cuidado.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BERBEL, N. A. N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n.1, p. 25-40, jan./jun. 2011.
- COSTA, M. V. **A Educação Interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões**. Interface: comunic., saúde e educ., v. 20, n. 56, 2016.
- ELLERY, A. E. L. **Interprofissionalidade**. In: CECCIM, R. B. (Orgs.) *EnSiQlopedia das residências em saúde*. Porto Alegre: Rede Unida, 2018.
- ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 909, de 26 de abril de 2019. Vitória-ES, 2019. Disponível em: < <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC9092019>>. Acesso em: maio de 2022.
- FERLA, A. A.; CECCIM, R. B. **Interprofissionalidade em saúde: experiências e desafios**. Saúde em Redes, v. 3, n. 4, p. 304-309, 2017.
- OANDASAN, I.; REEVES, S. **Key elements of interprofessional education**. Journal of Interprofessional Care, supl. 1, p. 39-38, 2005.
- SOBRAL, F. R.; CAMPOS, C. J. G. **The use of active methodology in nursing care and teaching in national productions: an integrative review**. Revista Enferm. USP, v. 46, n. 1, 2012.

A produção de conhecimento pela teorização a partir dos problemas cotidianos

Maria Élide Machado

A Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS) tem uma longa história na formação de sanitaristas, em diferentes modalidades, desde as extensões que instrumentalizavam os primeiros profissionais, em um momento de defesa da saúde como direito universal, passando pelo sanitarista especialista que ajudou a construir o SUS e implementá-lo, até a Nova Formação do Sanitarista, (projeto da ENSP/Fiocruz em parceria com a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES/MS) e coordenado pela RedEscola), que provocou a reflexão acerca do perfil e papel do sanitarista no século 21.

A ESP/RS foi fundada em 1962, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, tendo iniciado a primeira turma do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, em 1975, em parceria com a

ENSP/Fiocruz. Ao longo de sua história, foram formados mais de mil sanitaristas, em edições nacionais e em duas edições binacionais (com a Argentina e Uruguai), sempre em parcerias institucionais. Desde sua criação, a ESP/RS tem assumido o compromisso com a formação, a educação permanente e a produção de conhecimento em Saúde em consonância com os preceitos constitucionais e éticos do SUS.

Nesses anos todos, a ESP/RS foi acumulando experiência, re-dimensionando suas atividades e contribuindo para a formação dos trabalhadores da Saúde em diferentes cenários políticos, ampliando e diversificando sua área de atuação, incluindo cursos de pós-graduação, programas de residência médica e multiprofissional, aperfeiçoamento e educação profissional, além da gestão dos processos formativos, de forma descentralizada.

No cumprimento de sua missão, atenta aos desafios contemporâneos, a ESP/RS continua construindo sua trajetória. O momento histórico recente, com o mundo surpreendido por uma pandemia, exigiu intenso fortalecimento dos sistemas universais de Saúde para atendimento à população e defesa da democracia, ampliando a articulação intersetorial e o trabalho interprofissional, assim como a pesquisa, com base na defesa da vida e da saúde como direitos universais.

O panorama epidemiológico desenhado pela pandemia da Covid-19 aumentou a visibilidade sobre as desigualdades sociais no país e demonstrou as dificuldades de acesso à saúde, ampliando a importância da qualificação dos sistemas em todos os âmbitos – da gestão ao controle social. Para o enfrentamento desses desafios, o complexo educacional é chamado. Fazem parte desse complexo as escolas de Saúde Pública, cujo compromisso é responder às deman-

das da sociedade, especialmente em tempos de crises ambientais e humanitárias como as atuais. Para Robinson e Plein (2017), formar sanitaristas é formar atores políticos posicionados em defesa do SUS, reconhecendo o quanto as questões econômicas e políticas interferem nos sistemas nacionais de Saúde.

Um dos desafios da formação é estimular a compreensão dos impasses locais – conectados com uma leitura de mundo que inclua os interesses econômicos em jogo nos territórios, bem como a trajetória histórica dos movimentos sociais locais e mundiais – para pensar estratégias de afirmação das políticas públicas, e não a submissão às políticas de governos.

Em síntese, uma proposta de formação de trabalhadores de Saúde pressupõe que os alunos sejam preparados para uma atuação mais crítica no sistema, o que é oportunizado pela criação de espaços de discussão sobre o trabalho e as relações sociais que o configuram, assim como pela possibilidade de vivências no sentido de os alunos fazerem parte de espaços de participação mais ampliados (MACHADO, 2016).

Em meio às reflexões sobre a formação em Saúde Pública, a discussão sobre a interprofissionalidade foi inserida na ESP/RS, que assumiu essa concepção como elemento norteador do processo formativo do **Curso de Especialização em Saúde Pública**. O desafio permanente é qualificar os profissionais para atuação no setor, identificando problemas gerados na dinâmica de vida, propondo estratégias de intervenção, atuando com base nos pressupostos da Saúde Coletiva e tendo a promoção da saúde e do meio ambiente como estratégias prioritárias. Horizontalizar relações, fortalecer o controle social e cuidar das pessoas, usuários e trabalhadores é tarefa difícil e urgente.

As transformações teóricas e pedagógicas na formação de sanitaristas ocorrem pela necessidade de “romper com a cultura uniprofissional para a superação da histórica fragmentação do trabalho em saúde, que, muitas vezes, coloca os usuários, famílias e comunidades em posição marginal e não na centralidade do processo. Cada vez mais, a complexidade das necessidades de saúde evidencia a necessidade de um outro perfil de profissionais. E é, na perspectiva de avançar nesse novo perfil, que a Educação Interprofissional mostra sua relevância. Romper o histórico tribalismo das profissões, inserir mais fortemente a colaboração na dinâmica do processo de trabalho e de formação em saúde, desenvolver competências para o efetivo trabalho em equipe e (re)situar o usuário na centralidade do processo são premissas fundamentais para que o sistema de saúde se fortaleça e que a melhoria de vida e saúde das pessoas também possa ser percebida como resultado dos esforços em torno da formação dos profissionais de saúde” (COSTA, 2019).

Avançar sempre na busca da qualificação da formação é um compromisso institucional assumido pelos servidores da ESP/RS na função docente, sendo a participação da instituição na RedEscola/Fiocruz uma contribuição importante neste processo.

A concepção teórica e metodológica da EIP, defendida pela RedEscola, foi assumida pela ESP/RS como um dos eixos condutores das reformulações empreendidas no **Curso de Especialização em Saúde Pública**. A trajetória histórica, as estratégias e os desafios da EIP na instituição que estão apresentados, resumidamente, neste artigo, estão baseados na participação da ESP/RS no Ciclo de Seminários Virtuais, promovidos pela RedEscola, em julho de 2021, sob o tema As experiências da prática

em Educação Interprofissional na RedEscola: compartilhando lições e aprendizados (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

O **Curso de Especialização em Saúde Pública** da ESP/RS teve uma lacuna de cerca de oito anos em sua oferta, por questões institucionais. Retomado com o apoio da RedEscola/ENSP/Fiocruz no ano de 2016, o curso ofereceu quatro turmas, uma a cada ano, totalizando 138 sanitaristas. Esse período foi profícuo em debates e movimentos internos para repensar a formação de sanitaristas, somando-se a isso o alinhamento conceitual e metodológico provocado pela RedEscola. O trabalho compartilhado entre as instituições formadoras da Rede contribuiu com a reestruturação e o fortalecimento dessa formação na instituição.

Assim, a incorporação da Educação Interprofissional ocorreu no bojo do alinhamento teórico e metodológico empreendido para a operacionalização do curso em novas bases. Um ponto importante foi a realização de encontros regulares entre os docentes, quando houve a retomada e nova discussão de conceitos fundamentais no setor de Saúde – como os princípios do SUS, a defesa da vida e o processo de trabalho. As discussões empreendidas na ESP/RS foram fortalecidas pela realização, por todos os docentes do Curso de Especialização, do curso de EIP ofertado pela UFRN e sugerido pela RedEscola. Dessa forma, a reconfiguração do curso com base na EIP se fortaleceu a cada turma, tendo ocorrido na sua totalidade por ocasião da última turma, 2020–2021.

A incorporação de concepções ampliadas em qualquer processo formativo é gradual. A cada turma foi possível perceber a evolução das discussões, assim como a maior segurança dos docentes na utilização de estratégias de ensino mais apropriadas à Educação Interprofissional.

As discussões sobre o trabalho colaborativo, baseado na interprofissionalidade, ocorreram ao longo do curso. Os alunos eram provocados a problematizar suas práticas cotidianas, identificando o caráter complexo dos problemas e evoluindo para a compreensão da necessidade do trabalho colaborativo para seu enfrentamento.

Assim, o marco da EIP sustentou teoricamente as metodologias ativas do curso. As estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas contaram com discussões de caso, debates, situações-problema, leitura compartilhada de textos, enfim, produção de conhecimento pela teorização a partir dos problemas cotidianos.

O planejamento de Saúde, a partir do reconhecimento do território, realizado em grupos, no início do curso, foi uma atividade muito rica em função da diversidade das turmas. A compreensão sobre os problemas, com a incorporação do “trabalho de campo” (levantamento de informações diretamente nos territórios, como também aproximação direta aos usuários) constituiu-se em estratégia que permitiu produtiva troca de experiências, pois alunos de diferentes regiões e realidades do estado puderam interagir com trabalhadores e usuários da cidade (capital estadual), em contextos bastante diversos. Esse reconhecimento de território norteou os estudos realizados adiante, nas demais unidades pedagógicas do curso.

O grande desafio foi a reformulação da atividade, como também das outras advindas da turma de 2020, pois, em função da pandemia de Covid-19, houve a reestruturação do plano do curso, em caráter emergencial, o que repercutiu na formação daquela turma.

No início do período pandêmico, houve um intervalo no cronograma das aulas com o retorno na modalidade de ensino remoto, o que gerou grande esforço de adaptação a fim de trans-

por um período difícil para todos. Obviamente, atividades com saída a campo não puderam ser promovidas e acabaram substituídas por discussões online, a partir da nova realidade.

A pandemia atravessou os processos de trabalho de maneira avassaladora, da realidade de cada aluno até as práticas pedagógicas ofertadas pelo curso de especialização. Nos momentos de maior turbulência social e epidemiológica, houve a participação de convidados de outros países e de estados brasileiros em seminários online, que ajudaram a refletir sobre a temática da pandemia. Os conteúdos de aula foram alterados, buscando maior conexão com a realidade, porém, naquele momento, os princípios da EIP já estavam lançados e suficientemente fortalecidos, o que permitiu que o curso se mantivesse nessa linha teórico-metodológica. Colocar os temas da pandemia na centralidade do curso gerou uma boa repercussão entre alunos e professores – afinal, todos, trabalhadores e usuários, estavam sendo afetados pelo momento histórico especialmente dramático.

Os **Cursos de Especialização em Saúde Pública** da ESP/RS são marcados pela diversidade no perfil dos alunos. A formação no nível da graduação, realizada em instituições públicas ou privadas, em capitais ou no interior, assim como o tempo decorrido após a graduação até a especialização, configuram turmas que demandam empenho dos docentes, no sentido de estabelecer uma linha condutora que promova a integração.

Apesar da diversidade dos alunos, a formação fragmentada, em caráter disciplinar, parece ser comum a todos. Entendendo-se que a formação compartimentada gera trabalho igualmente compartimentado, romper as barreiras da formação oriundas da graduação é o primeiro e grande desafio a ser enfrentado.

Importante lembrar que essa fragmentação da formação, que repercute na compreensão dos processos de trabalho, é evidenciada também entre os docentes, o que justifica o trabalho de capacitação docente ao longo dos cursos.

Essa formação fragmentada de alunos e docentes é ratificada pelos processos de trabalho compartimentados e também pelas políticas públicas de financiamento das ações de Saúde, que priorizam o modelo clínico de atenção, o que acaba por fortalecer ações individualizadas. Esse contexto expõe a fragilidade nos processos de Educação Permanente empreendidos no cotidiano dos serviços em todos os níveis, desaguando todas essas fragilidades nos processos formativos a serem realizados pelas instituições de ensino na Saúde, como as escolas de Saúde Pública.

Assim, os desafios são constantes e não estão vencidos. A EIP é reconhecida como concepção teórica e como prática transformadora, porém, o caminho a ser percorrido nos processos formativos ainda é longo. A ESP/RS, até o momento, continua inarredável no compromisso de formar trabalhadores e trabalhadoras, com capacidade de analisar as forças e as concepções em disputa no campo da Saúde, reconhecendo o SUS, em sua configuração e operacionalização, como potência no enfrentamento das vulnerabilidades advindas do contexto sócio-sanitário. A parceria e o trabalho compartilhado promovidos pela RedEscola é fundamental nesse processo.



REFERÊNCIAS

COSTA, Marcelo Viana. A Educação Interprofissional e o processo de formação em saúde no Brasil: pensando possibilidades para o futuro. In: Rosa Maria Pinheiro (ORG). **Nova formação em Saúde Pública**: aprendizado coletivo e lições compartilhadas na RedEscola. Vol 2. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, ENSP, RedEscola. 2019. 260p.

MACHADO, M. E. O trabalho em saúde como princípio pedagógico: elementos da “escola do trabalho” para pensar a formação profissional no nível local. In: ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA (Rio Grande do Sul). **Educação permanente em saúde**: as vivências, as propostas e as apostas do SUS municipal. Porto Alegre: ESP, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Saúde. Escola de Saúde Pública. **Relatório técnico-administrativo**: Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Saúde Pública – 39ª turma. Porto Alegre: Escola de Saúde Pública, 2021. 92 p.

ROBINSON, Patrícia Genro; PLEIN, Fátima de Barros. A formação de sanitaristas e a defesa do SUS: um percurso de paixão e luta. In: SOUZA, Rosa Maria Pinheiro (ORG). **RedEscola e a nova formação em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: ENSP/RedEscola, 2017. 220p.

Revisitar o passado para entender o presente

Margareth Rose Gomes Garcia
Gíssia Gomes Galvão
Karla Meneses Rodrigues

No debate contemporâneo da formação de profissionais de Saúde, está em pauta o argumento da crescente complexidade das necessidades do setor que, segundo Peduzzi *et al.* (2020), “requerem abordagem ampliada e contextualizada da organização dos serviços em rede” (p.1). Os autores analisaram o trabalho em equipe e reafirmaram sua direção para um trabalho interprofissional, cujos atributos seriam a comunicação entre profissionais de diferentes formações, os objetivos comuns, o reconhecimento do trabalho dos demais componentes da equipe, a interdependência das ações, a colaboração e a atenção centrada no usuário. De acordo com os autores, é importante ainda incluir nesse debate “o fortalecimento do traba-

lho em equipe integrado e a formação de profissionais de saúde com competências colaborativas” (p.16).

A contribuição da ENSP a esse debate vem desde os anos 60, culminando com seu projeto atual de Educação Interprofissional¹ na formação de sanitaristas. Neste texto, apresentaremos alguns aspectos da agenda política e pedagógica da Saúde Pública na época, que influenciaram na implantação desse modelo formativo, e atualizaremos com a experiência do **Curso de Especialização em Saúde Pública** / Turma 2019.

Em 1966, quando a escola se organizou em uma nova estrutura física e administrativa, naquele momento denominada Fundação de Ensino Especializado em Saúde Pública (Fensp), tinha como desafio consolidar-se como uma escola de formação em Saúde Pública de âmbito nacional (GARCIA, 2020²).

¹ Entendemos que há uma polissemia na definição dos termos usados na formação em Saúde. Em 1988, a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou os vários termos utilizados – educação interdisciplinar; multidisciplinar; multiprofissional; e interprofissional – e recomendou o uso do termo educação multiprofissional (WHO, 1988). Em 2010, a própria OMS redefiniu o termo para educação interprofissional, com a justificativa de que “ocorre quando duas ou mais profissões aprendem sobre os outros, com os outros e entre si para a efetiva colaboração e melhora dos resultados na saúde” (WHO, 2010, p. 13). Embora existam essas várias definições, empregaremos neste artigo o termo “interprofissional” para transmitir o significado contemporâneo de diferentes profissões trabalhando e aprendendo em conjunto.

² A autora pesquisou a implantação do modelo de formação interprofissional na área de Saúde Pública na ENSP. O estudo tem abordagem qualitativa de base documental. O *corpus* da pesquisa é a partir de 86 documentos textuais (1965-1976) disponíveis na base de dados da Fiocruz (Departamento de Arquivo e Documento da Casa de Oswaldo Cruz). O tratamento analítico se deu a partir da Análise de Discurso Crítica (ADC), que é baseado na concepção tridimensional do discurso: o texto em si, a prática discursiva e a prática social (FAIRCLOUGH, 2016). Na prática discursiva observada, são descritos os elementos pedagógicos e políticos dos enunciados referentes ao contexto de formação do sanitarista: a) pedagógica – quando os enunciados expressam decisões do perfil docente, da definição das categorias de profissionais, tipo de ensino, de currículo e de metodologia presentes no programa de formação; b) política – quando os enunciados determinam a constituição de uma agenda para a formação em Saúde Pública, por meio de alianças e consenso ou disputas pela formulação e implementação de uma política de Saúde.

Segundo a autora, a ENSP³ iniciou seu projeto de formação interprofissional com o curso de mestrado de “caráter pluri-profissional” (médicos, engenheiros, veterinários, enfermeiros, odontólogos, farmacêuticos e arquitetos), adotando um tipo de pedagogia considerada então como inovadora: “(...) dividiu o período do curso em áreas, nas quais, por vezes alternadamente, ora todos os alunos se reuniam, ora se separavam em grupos, de acordo com as afinidades das categorias profissionais” (FENSP, 1970).

Apesar de ser considerado um curso pioneiro, para garantir sua continuidade, ele precisou responder aos conflitos de interesse contra sua implantação. Garcia (2020) analisou o discurso presente na “Moção de Apoio” da segunda turma de mestrado de Saúde Pública da Fensp, de 1967, à educação “pluriprofissional”, que expressava a estranheza dos alunos dessa turma com a opinião publicada na mídia escrita contra a formação de profissionais não médicos como especialistas em Saúde Pública. Esse discurso reconhecia a educação pluriprofissional como uma estratégia institucional, pois estavam, “convictos do acerto político da Fensp”. Ressaltou-se a importância da formação do maior número de médicos para atuar nas equipes de saúde, sem, no entanto, excluir desses cursos outros profissionais.

Em outro discurso analisado por Garcia (2020), na “Moção de incentivo às atividades em curso na Escola Nacional de Saúde Pública”, proposta pela Associação Médica do Estado da Guanabara (Ameg)⁴, registrada na ata da reunião do Conselho Departamental da Fensp, havia um posicionamento que pode ser entendido como parte da estratégia de aliança dessa Associação com a Saúde Pública: “sem prejuízo na formação de novos médi-

cos, o Brasil necessita de pessoal especializado em Saúde Pública, não só em nível médico, como em caráter de pós-graduação e de alto padrão” (FENSP, 31 mai.1967)⁵. Assim, reforçava-se a formação de outras categorias profissionais a serem integradas à equipe de Saúde: engenheiros, arquitetos, dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, agrônomos, veterinários, químicos, sociólogos, economistas, antropólogos e cientistas políticos.

Em junho daquele mesmo ano, na ata da reunião do Conselho Diretor, há o registro de que representantes das Forças Armadas propuseram ao presidente da Fensp criar uma escola médica na estrutura da Fensp – “Senhor presidente ter sido procurado pelo Brigadeiro Bijus, no sentido de que estudasse uma fórmula de a Fundação vincular-se à formação médica” (FENSP, 8 jun 1967). A proposta foi rejeitada pelo Conselho Diretor, sob o argumento que a demanda seria contrária à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e que não corresponderia à necessidade de recursos humanos para a Saúde. Após responder aos questionamentos sobre a sua finalidade como escola de Saúde Pública, a instituição deu mais um passo no sentido de consolidar o padrão de ensino interprofissional.

³ A Escola Nacional de Saúde Pública (destinada a cursos de pós-graduação) e o Colégio Técnico (destinado aos cursos de nível médio) compunham o Departamento de Ensino da Fensp (Decreto nº 59050/66, Capítulo 6, §2º).

⁴ De acordo com Escorel (1999), essa associação foi originária da Associação Médica do Distrito Federal (AMDF), que, com a mudança da capital federal, tornou-se Ameg e, depois de 1975, Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Amerj). A AMDF, fundada em 1950, surgiu numa campanha salarial que alcançava todo o país, organizada pela Comissão Central Pró-Aumento do Salário, e foi responsável por duas jornadas de protestos, em 1952 e 1953, e uma greve nacional de médicos “a primeira no Brasil, talvez nas Américas” (Revista Cremerj, s/d, apud ESCOREL, 1999, p. 100).

⁵ Transcrito da ata, o Ofício nº 96/1967, recebido da Associação Médica do Estado da Guanabara (Ameg): nele se afirmou que foi “aprovado por unanimidade por sua diretoria”.

Supomos que, ao longo de 1967, o curso oferecido para diversas categorias profissionais (a fim de atender ao necessário aumento da diversidade de trabalhadores da Saúde e repensar se o médico seria a única resposta a esse desafio) subsidiou propostas para as políticas de Saúde e de Educação. Já a IV Conferência Nacional de Saúde (CNS) teve por finalidade “formular sugestões para uma política permanente de avaliação de recursos humanos, tendo em vista a formação de contingentes de pessoal de que o Brasil carece para o desenvolvimento de suas atividades de saúde” (BRASIL, 1967, p. 11).

Interessante ver que no discurso consensuado nas conclusões daquela Conferência há a denominação de “equipe pluriprofissional”, com composição variada, ou seja, “em função dos aspectos predominantes dos problemas de saúde, da influência dos fatores socioeconômicos e da evolução científica e tecnológica” (BRASIL, 1967, p. 277). Porém, as mudanças na formação profissional só seriam possíveis com a flexibilização da estrutura curricular e o ajuste do perfil de profissionais às necessidades de Saúde.

Na ENSP, após a experiência de formar três turmas de mestrado, duas em 1967 e uma no ano seguinte, houve uma reformulação de seu programa de ensino – ou seja, a incorporação de um modelo de Educação Interprofissional no nível *lato sensu* (muito embora, na época, ainda não se falasse em EIP). Para isso, foi designada uma comissão que elaborou um documento (FENSP, 11 mar 1969), que, segundo Garcia (2020), apresentava as orientações para os docentes reformularem o Curso de Saúde Pública a partir da experiência do curso de mestrado. As orientações estavam relacionadas aos ajustes em três componentes: perfil da clientela, dispositivos de apoio ao aprendizado discente e integração de conteúdo.

Em relação ao perfil da clientela, o discurso presente no documento foi de que o curso não se limitaria aos profissionais inseridos no mercado de trabalho, expandindo-se para o que foi denominado de “vocacionalmente interessados”. Além dessa orientação, a preocupação foi a de garantir que o discente retornasse ou iniciasse sua vida profissional após uma formação especializada, na qual houvesse adquirido novos conhecimentos teóricos e instrumentais e vivência para a execução das tarefas. Nesse discurso, foi justificado que o papel esperado do egresso era o de ser “agente de transformação” (FENSP, 11 mar 1969) da realidade da Saúde local.

Quanto aos dispositivos de apoio ao aprendizado discente, a proposta era de se destinar 20% da carga horária para “suplementar com conhecimentos técnicos aqueles alunos que se acostumaram a raciocinar na base do concreto ou objetivo. Esqueceram [alunos] ou nunca lhes foram proporcionadas condições para abstrair e conceituar” (FENSP, 11 mar 1969). E no que diz respeito ao currículo, o discurso foi de integração de conteúdos e de programas, levando em conta uma coordenação geral com representação de cada área de conhecimento.

Embora em uma conjuntura política desfavorável, em função da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e da exoneração do presidente da Fensp, a primeira reunião do Conselho Diretor da instituição (FENSP, 6 mar 1969) aprovou a realização do Curso de Saúde Pública, inicialmente com 20 vagas para médicos, enfermeiros e engenheiros e cinco destinadas a farmacêuticos e odontólogos. O número foi ampliado posteriormente, com a inclusão dos médicos veterinários. O objetivo do curso era preparar profissionais para o desempenho de tarefas específicas da Saúde Pública.

Fonseca (2004), ao analisar as características da integração e diversidade na formação em Saúde Pública na ENSP, identificou algumas singularidades relacionadas às novas formas de ensinar. Uma delas era que a interprofissionalidade estava integrada ao projeto de formação da escola. A autora sinaliza que essa integração não se restringiria aos alunos de grupos profissionais distintos, mas incluiria os membros do corpo docente de diferentes especialidades quando ministravam suas aulas.

A formação de recursos humanos na área de Saúde Pública, realizada nos anos 60 pela ENSP, de acordo com Garcia (2020), definiu novas formas de trabalho do sanitarista e do docente. Ao assumirem a perspectiva da interprofissionalidade, desde a sala de aula, vislumbraram outras abordagens pedagógicas e políticas para essa área de conhecimento; e, assim, reconheciam o direito de seus pares definirem novas respostas para a solução dos problemas de saúde da população brasileira.

O **Curso de Especialização em Saúde Pública** possui, em sua estrutura, uma coordenação geral e um colegiado de coordenação formado pelos coordenadores e professores das unidades de aprendizagem.

Nos anos de 2016 e 2017, o curso passou por um intenso momento de mudanças, sendo propostos novos objetivos para a formação do especialistas em Saúde Pública. O novo objetivo geral definido é: “Promover olhar crítico, reflexivo e abrangente sobre a situação de saúde e o contexto político-social, comprometido com a defesa do direito universal à saúde e do sistema público” (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA, 2019, n.p.).

Para realizá-lo, temos como objetivos específicos:

- Apresentar e refletir sobre os conceitos estruturantes da Saúde Pública.
- Fortalecer a perspectiva de atuação do Estado na proteção social e no combate às desigualdades sociais.
- Aprofundar a compreensão dos princípios constitutivos do SUS, sua organização e o enfrentamento dos desafios.
- Analisar e intervir na situação dos sistemas e nos serviços de Saúde.
- Fortalecer a capacidade de identificar problemas prioritários e de propor soluções às demandas e às necessidades de saúde de forma criativa, propositiva e oportuna.
- Promover a prática de trabalho em equipe na perspectiva da atuação interprofissional.
- Promover a prática da investigação científica para obtenção de novos conhecimentos em Saúde Pública.
- Reconhecer as contribuições dos diferentes saberes para a prática da Saúde Pública (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA, 2019, n.p.).

Os objetivos foram definidos com base nos seguintes princípios e pressupostos:

- Saúde como direito humano e como bem público.
- Princípios do SUS (universalidade, integralidade, descentralização e participação social).
- Enfrentamento das desigualdades (econômicas, sociais e culturais).
- Reconhecimento das especificidades territoriais e do contexto local.
- Trabalho como produtor de vida e de organização social.
- Ética e valorização do vínculo.
- Perspectiva pedagógica crítica, dialógica e transformadora.
- Responsabilidade socioambiental com a humanidade (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA, 2019, n.p.).

A estrutura curricular é constituída por quatro Unidades de Aprendizagem (UA), definidas como um conjunto de saberes não disciplinares que conformam um determinado contexto explicativo e/ou um dado recorte da realidade. As unidades contêm os grandes temas que constituem os desafios e perspectivas da Saúde Pública, tais como:

- UA I - Modos de viver, adoecer e morrer no Brasil.
- UA II - Políticas de Saúde e organização de sistemas e serviços de Saúde.
- UA III - Práticas e cuidados em Saúde.
- UA T (transversal) - Pesquisa e produção de conhecimento em Saúde.

Essas unidades passaram a conformar um novo itinerário formativo do curso, tendo temas e conteúdo trazidos de forma mais interativa, sendo utilizadas metodologias educativas variadas, tais como aulas expositivas dialogadas, seminários, oficinas de trabalho, conferências, mesa-redonda, trabalhos em grupo e outras (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA, 2019).

Em 2019, o **Curso de Especialização em Saúde Pública** participou da proposta do projeto da RedEscola (A Educação Interprofissional na Especialização em Saúde Pública). Foi desenvolvida uma oficina com a coordenação e os docentes para responder a duas perguntas: “Como inserir a discussão da interprofissionalidade nessa temática?” e “Como fazer com que os estudantes da especialização trabalhem essa temática de forma interprofissional?”. Paralelamente, os discentes (Turma 2019) participaram de rodas de conversas com o tema Diálogos sobre Interprofissionalidade.

O tema foi desenvolvido no currículo da UA T no exercício de instrumentos de pesquisa (grupo focal, questionário e entrevista), tendo como estratégia a pergunta disparadora: “O que é ser um sanitarista na perspectiva interprofissional?”. Apresentamos a seguir uma análise preliminar sobre alguns aspectos do material produzido.

Sobre as perguntas elaboradas para cada técnica, entendemos que houve enfoques diferentes e inusitados. Na técnica de entrevista observamos que as perguntas possibilitam elucidar a escolha pelo curso de especialização; identificar as experiências vividas com o trabalho interprofissional; questionar o próprio curso sobre/quanto a abordagem de outras áreas; descobrir algo que foi inusitado no processo da EIP; além de convocar o sanitarista a identificar a perspectiva da interprofissionalidade na sua identidade.

Na técnica de grupo focal, as perguntas⁷ foram propostas para se pensar sobre os desafios para um trabalho interprofissional. E tinham como objetivo identificar a competência comum entre os profissionais sanitaristas para o cuidado integral e explicitar o nível de reconhecimento e capacidade de interação com outros grupos profissionais para mapear a interdependência das ações.

Na técnica de questionário⁸, observamos uma tendência de identificar a presença de EIP no itinerário formativo e quais seriam

⁶ “Por que você procurou pelo curso de especialização em Saúde Pública?”; “Antes de ingressar na especialização, você desenvolveu alguma atividade com profissionais de outras áreas?”; “Teve algum contato? Como foi essa experiência?”; “Você acha que o curso proporciona a interação com profissionais de outras áreas? Algo te surpreendeu?”; “Você consegue se lembrar de algum episódio no comentário de colega que tenha contribuído para ampliar os conhecimentos sobre outro campo de saber?”; “Esteve presente na aula sobre interprofissionalidade? O que te trouxe de novo?”; “Percebe que adquiriu habilidades para trabalhar com profissionais de outro campo do saber? Quais?”; “Como você percebe a interprofissionalidade na prática? Como você imagina (caso não tenha prática)?”; “Que espaços você acredita que podem estimular a interprofissionalidade?”; “Quais os desafios para o exercício da interprofissionalidade na prática em Saúde Pública?”; “Para você, como seria atuar como sanitarista pela perspectiva da interprofissionalidade?” (OLIVEIRA, *et al.*, 2019).

as estratégias de um sanitarista para viabilizar o trabalho interprofissional. Como, por exemplo, se existe comunicação e colaboração interprofissional e mecanismos formalizados para efetivá-las.

A aproximação com o tema da interprofissionalidade suscitou para cada grupo vertentes diferentes de abordagens, tanto para os atributos do trabalho interprofissional quanto da EIP. Quando convocados a pensar como sanitaristas sobre esse tema, observamos que o reconhecimento do trabalho dos demais componentes da equipe é um aspecto importante.

Depois de mais de meio século de uma atitude inovadora na formação em Saúde Pública, que sobreviveu a uma ditadura militar e que teve de lidar com um sistema de saúde de acesso desigual, nos perguntamos o que significa para a ENSP, hoje, reatualizar o programa de ensino para um sistema de Saúde de acesso universal, cujo trabalho interprofissional tem sido um aspecto primordial. Consideramos que o desafio é pautar o debate do tema da interprofissionalidade (educação e trabalho) de forma a não naturalizar a multiprofissionalidade e a interprofissionalidade no programa de ensino e na missão institucional.

⁷ “O que é comum entre os profissionais sanitaristas no cuidado integral?”; “Quais conhecimentos/sensibilidades da sua profissão você entende contribuir para a prática em Saúde de outros profissionais?”; “Qual a sua percepção dos conhecimentos dos demais profissionais do grupo?”; “Como eles contribuem para a resolução dos problemas?”; “Você começou a ter observações e práticas diferentes após conhecer o trabalho de outras categorias? Se sim, quais?”; “Queria que pensassem no que acreditam ser e por onde começar os movimentos ou mudanças para enfrentar os desafios que sofreremos para conseguir promover um trabalho interprofissional.” (FARIA, *et al.*).

⁸ “Participou de curso interprofissional, com aprendizado compartilhado entre diferentes categorias de saúde?”; “Desenvolve e planeja/deveria desenvolver e planejar ações por meio de reuniões frequentes entre profissionais de diferentes áreas?”; “Há apoio institucional para que a gestão do trabalho permita a troca e colaboração entre profissionais de diferentes áreas, prevendo tempo na carga horária?”; “Na prática em Saúde Pública, considera que há hierarquia de saberes entre profissionais de diferentes áreas tendo em vista a formação curricular/técnica?” (SILVA, *et al.*, 2019)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**, 4., 1967. Rio de Janeiro. Anais [...]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1967. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br> Acesso em: 23 jan. 2018.

SCOREL, S. **Reviravolta na saúde**: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. **Especialização em Saúde Pública**: conteúdo do curso. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/lato-sensu/especializacao/cursos/presencial/107>. Acesso em: 01 abr. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

FARIA, T.S.; MOREIRA, M.C.; *et al.* **O que é ser sanitário na perspectiva da interprofissionalidade?** Técnica de Grupo Focal. Trabalho apresentado na Unidade de Aprendizagem IV - Pesquisa e Produção de Conhecimento em Saúde do Curso de Especialização de Saúde Pública. Turma 2019.

FONSECA, Cristina. M. O. **A Criação da ENSP**: integração e diversidade na formação em Saúde Pública. In: LIMA, N. T.; FONSECA, C. M. O.; SANTOS, P. R. E. (org.). **Uma Escola para Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 39-72. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575414002>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FUNDAÇÃO DE ENSINO ESPECIALIZADO DE SAÚDE PÚBLICA/ FENSP **Ata da Reunião Ordinária do Conselho Diretor da FENSP**. Fundo ENSP/Direção 0496/91/04 (Base Arch, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz), 8 jun.1967.

FUNDAÇÃO DE ENSINO ESPECIALIZADO DE SAÚDE PÚBLICA/ FENSP **Programa dos cursos de nível superior da FENSP para 1969**, Fundo ENSP/Direção 463/81/01 (Base Arch, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz), 11 mar 1969.

FUNDAÇÃO DE ENSINO ESPECIALIZADO DE SAÚDE PÚBLICA/ FENSP **Relatório das atividades da ENSP e Fundações que a absorveram quadriênio de 1966-1969**. Fundo ENSP/Direção 464/81/02 (Base Arch, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz), jul.1970.

GARCIA, M.R.G. **A implementação do modelo de formação multiprofissional no programa de ensino da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca**. Tese de Doutorado no Programa de Saúde Pública/ENSP/Fiocruz, 2020. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/46212/2/margareth_rose_gomes_garcia_ensp_dout_2020.pdf

OLIVEIRA, A.; SALAZAR M.D.; LAU, G.; BALBI, G.; MELLO, J.; DIAS, K.; BRAVO, L.; VARGAS, M.; MITSUKO, M.; COSME, R.; CASCAIS, S. **O que é ser sanitário na perspectiva da interprofissionalidade** Técnica de Entrevista. Trabalho apresentado na Unidade de Aprendizagem IV - Pesquisa e Produção de Conhecimento em Saúde do Curso de Especialização de Saúde Pública. Turma 2019.

PEDUZZI, M.; AGRELI, H.L.F.; SILVA, J.A. M.; SOUZA, S.H. **Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional** Trab.

Educ. Saúde, Rio de Janeiro, 2020; 18(s1):e0024678 Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00246> Acessado: 10 Jan 2021

SEGUNDA TURMA DE MESTRADO DE SAÚDE PÚBLICA DA FENSP – ano de 1967. **Moção de Apoio**. Fundo ENSP/Direção 075/14/03 (Base Arch, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz), 23 de maio de 1967.

SILVA, C. VARGAS, D.; NASCIMENTO. D.; FRESEN G.; PEIXOTO. G. **O que é ser sanitaria na perspectiva da interprofissionalidade?** Técnica de Questionário. Trabalho apresentado na Unidade de Aprendizagem IV Pesquisa e Produção de Conhecimento em Saúde do Curso de Especialização de Saúde Pública. Turma 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Learning together to work together for health**. Genebra: WHO, 1988. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/handle/10665/37411>. Acesso em: 6 jul. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Framework for Action on Interprofessional Education & Collaborative Practice**. Genebra: WHO, 2010. Disponível em: http://www.who.int/hrh/resources/framework_action/en/. Acesso em: 6 jul. 2017.

Nova formação em Saúde Pública sob a lógica da EIP para superar a histórica segmentação do trabalho em Saúde

Camila Del Tregio Esteves
Cláudia Rhinow Humphreys Esquinazi
Pablo Guilherme Caldarelli
Priscila Meyenberg Cunha Sade

O **Curso de Especialização em Saúde Pública** da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP), em parceria com a ENSP/Fiocruz, sob coordenação nacional da RedEscola, insere-se no âmbito da política estadual de Saúde, desenvolvida pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (Sesa).

Tal proposição e realização fazem parte do compromisso da Sesa com a melhoria das condições de saúde da população paranaense e pauta-se em uma nova formação em Saúde Pública no estado como estratégia para a integração ensino-serviço-comunidade, visando à transformação do perfil médico centrado e curativista para outro, focado no usuário, com olhar ampliado

para as suas necessidades integrais e mais complexas.

A literatura tem mostrado que a colaboração entre profissionais de Saúde de áreas distintas é essencial para a prestação do cuidado integral ao usuário, pois, com as mudanças demográficas e epidemiológicas ocorridas na sociedade, as necessidades do setor implicam cada vez mais na integração das práticas profissionais, evidenciando as múltiplas facetas que essas necessidades apresentam (REEVES *et al.*, 2017).

Ao analisar essas complexas demandas na formação em Saúde, a Educação Interprofissional⁹ vem sendo referenciada como importante estratégia para alcançar a excelência dos serviços de Saúde e o atendimento integral e efetivo (FONSECA, 2018). Dessa forma, a nova formação em Saúde Pública no Estado do Paraná tem sido desenvolvida de modo a dar fundamentos aos estudantes sobre propostas de redefinição dos atuais processos de trabalho e a enfatizar a análise crítica da realidade cotidiana, associada à adequada utilização de técnicas e instrumentos para a análise e intervenção em seu território de atuação, sob a perspectiva da EIP.

Nesse contexto, a EIP em Saúde se destaca como uma abordagem que estimula o processo compartilhado e interativo de aprendizagem, a fim de melhorar a colaboração e a qualidade da atenção à saúde, configurando-se como abordagem estratégica no estímulo à formação de um novo profissionalismo, coerente com as necessidades de fortalecimento do SUS (BARR e LOW, 2013).

⁹É compreendida como uma atividade que envolve dois ou mais profissionais que aprendem juntos de modo interativo para melhorar a colaboração e qualidade da atenção à saúde (REEVES *et al.*, 2017).

Frente ao exposto, este capítulo aborda as principais experiências da prática em EIP na ESPP para a nova formação em Saúde Pública, destacando suas potencialidades e desafios na formação e qualificação profissional no Estado do Paraná.

A RedEscola/ENSP/Fiocruz, visando melhorar a oferta dos cursos *lato sensu* no Brasil, estabeleceu uma proposta de formação em rede por meio do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, sendo a ESPP uma das participantes. Foram ofertadas três turmas, a primeira com início em 2016 em Curitiba; a segunda, em 2017, no município de Londrina; e a terceira em 2019, no município de Apucarana. Essa última já foi desenvolvida na perspectiva da EIP.

A inserção dos pressupostos da EIP no **Curso de Especialização em Saúde Pública** da ESPP se deu inicialmente no ano de 2018, a partir da oferta do curso de Educação Interprofissional em Saúde desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com carga horária total de 30 horas, na modalidade educação a distância, por meio da plataforma Avasus, tendo como participantes a coordenação, o apoio pedagógico e, posteriormente, os corpos docente e discente.

O curso Educação Interprofissional em Saúde se mostrou uma importante ferramenta disparadora para a abordagem da EIP na nova formação em Saúde Pública, com base em discussões que trouxeram como um enfoque estratégico no contexto da reorientação da formação e do trabalho em Saúde e a partir da apresentação de seu histórico, fundamentos teórico-conceituais e metodológicos e competências. O curso permitiu uma melhor aproximação dos pressupostos da EIP em Saúde como fundamento para o desenvolvimento de competências colaborativas na formação em

Saúde Pública, reforçando o compromisso político de fortalecimento e consolidação do SUS.

A partir dos temas abordados na capacitação, em 2019, partiu-se para a reformulação da estrutura curricular e ementário do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, com a inclusão de pressupostos e abordagens da EIP em Saúde no Módulo VII, que tem como eixo de conhecimento a Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, inserindo-se em sua ementa o conhecimento e a compreensão da história e das bases teórico-conceituais e metodológicas da EIP para a formação em Saúde Pública.

No Módulo VIII, transversal a todos os outros módulos do curso, que apresenta como eixo de conhecimento a Metodologia Científica e o Projeto de Intervenção, foi feita a inclusão do conteúdo da interprofissionalidade e de competências colaborativas aplicadas aos projetos de intervenção. A ementa desse módulo buscou correlacionar a colaboração interprofissional como fundamento para o efetivo trabalho em equipe, na perspectiva da construção de intervenções que compõem o TCC.

Finalizadas essas etapas, foi publicado o edital de seleção de docentes e, como etapa classificatória, os selecionados participaram de uma reunião pedagógica. Na perspectiva do alinhamento do curso com os pressupostos da EIP, foi realizada, durante a reunião pedagógica, uma oficina sobre a temática e sua importância para a nova formação em Saúde Pública no Paraná. Nessa oficina, foram abordadas as bases conceituais e metodológicas da interprofissionalidade na formação e no trabalho em Saúde, destacando as potencialidades da EIP e as etapas para o planejamento de atividades no **Curso de Especialização em Saúde Pública**. A oficina possibilitou discutir as especificidades do

trabalho em Saúde frente às complexas e dinâmicas necessidades do setor, apresentando os fundamentos da EIP e das práticas colaborativas para todo o corpo docente cadastrado, além das competências colaborativas importantes para o trabalho em Saúde e a EPI, conforme ilustrado na Figura 1.

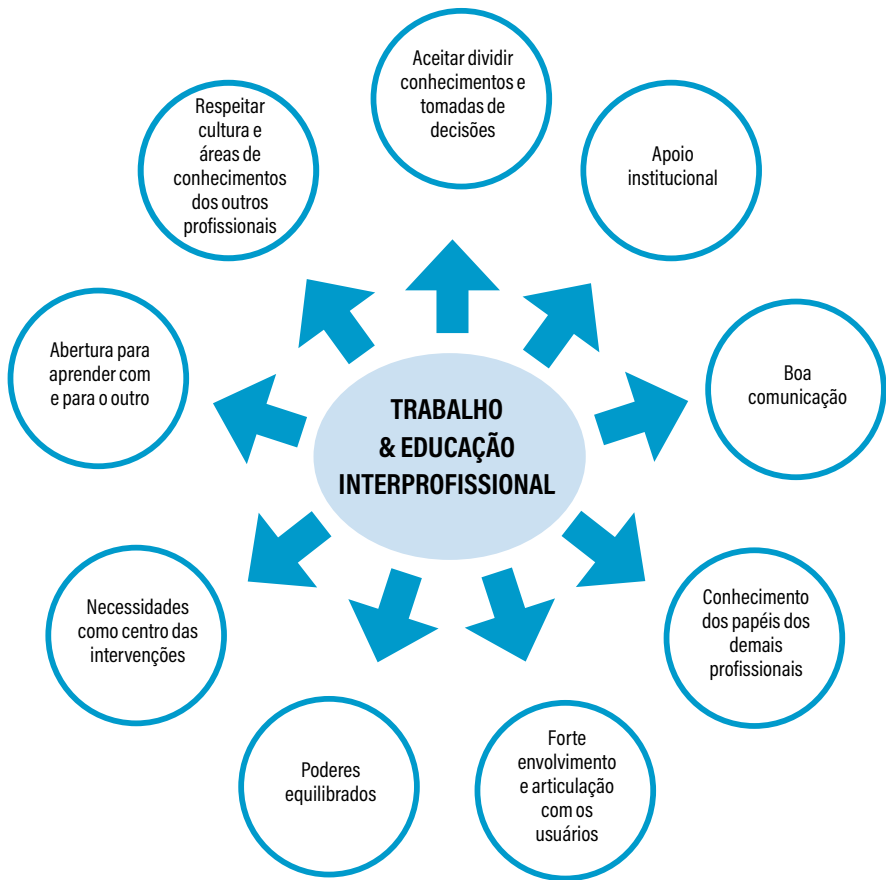


FIGURA 1. Competências colaborativas importantes para o trabalho em Saúde e a Educação Interprofissional, na perspectiva da nova formação em Saúde Pública.

FONTE: elaborada pelos autores (2022).

É importante ter clareza sobre essas competências para reafirmar o compromisso da EIP como uma abordagem que tem como meta formar profissionais de Saúde mais aptos à colaboração. Elencar as competências específicas, comuns e complementares, nas iniciativas de EIP, é um passo importante para demarcar o compromisso com a aprendizagem compartilhada, com a melhoria da qualidade da atenção, sem perder de vista a formação técnica, científica e ético-política das diferentes categorias profissionais (FREIRE *et al.*, 2019).

Em todos os módulos do curso foram utilizadas metodologias ativas para o processo ensino-aprendizagem tendo como pressuposto a EIP. O objetivo foi desenvolver no especializando o senso crítico-reflexivo, além de habilidades/competências como o trabalho em equipe interprofissional, a atenção à saúde integral, a comunicação, a priorização de problemas e a tomada de decisões. As metodologias ativas permitem a articulação entre o ensino, o serviço e a comunidade, por possibilitarem uma leitura e uma intervenção consistentes sobre a realidade, valorizar todos os atores no processo de construção coletiva e seus diferentes conhecimentos e promover a liberdade no processo de pensar e no trabalho em equipe (COSTA, 2017).

A utilização de portfólios reflexivos no **Curso de Especialização em Saúde Pública** também se mostrou uma importante estratégia, não apenas para a avaliação do desempenho dos estudantes, mas também para o estímulo da aprendizagem baseada em competências colaborativas – o “aprender fazendo”. O portfólio é uma ferramenta pedagógica que proporciona um processo ensino-aprendizagem ativo, cujo enfoque metodológico se baseia na comunicação dialógica entre os diferentes sujeitos. A

intenção da opção por essa ferramenta foi que os estudantes desenvolvessem, além de conhecimentos, atitudes e habilidades na perspectiva da EIP (COTTA, COSTA e MENDONÇA, 2013).

Outra estratégia foi a de utilizar o conteúdo da interprofissionalidade e das competências colaborativas como suporte para o desenho das intervenções aplicadas aos projetos de intervenção. Dessa forma, os trabalhos de conclusão de curso foram direcionados para serem construídos na perspectiva da EIP (COSTA, 2019). Os projetos de intervenção foram conduzidos sob supervisão docente e elaborados de forma progressiva, transversal aos módulos do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, com o apoio teórico dos fundamentos da metodologia científica e da Educação Interprofissional, sendo desenvolvidos para terem aplicabilidade no cenário de atuação dos estudantes.

Na implementação da abordagem da EIP na formação em Saúde Pública da ESPP, dentre os desafios deparados, aponta-se a constituição de um coletivo de docentes para atuar nesse eixo, para além da oficina realizada na reunião pedagógica. Nesse sentido, durante o desenvolvimento dos conteúdos curriculares, manteve-se o constante contato com o corpo docente, com vistas a verificar iniciativas na busca da aprendizagem significativa da EIP e o desenvolvimento de competências colaborativas – tais como o uso de metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem, as atividades desenvolvidas em equipe e aquelas reflexivas sobre os processos de trabalho interprofissionais. Destarte, o que estava sendo proposto para os estudantes também necessitava ser vivenciado pelos docentes: construir certo modo de pensar e agir comum que atravessasse as áreas profissionais e disciplinares (CAPOZOLLO, 2017).

Outro desafio foi romper com a cultura uniprofissional, dada a heterogeneidade dos estudantes de diferentes formações e perfis profissionais. Para tanto, como já referido, destaca-se o papel dos portfólios reflexivos, uma vez que permitiram o desenvolvimento de práticas interprofissionais e produziram reflexões/críticas dos estudantes frente às temáticas abordadas e discutidas durante o curso, que também se estendiam a seus locais de trabalho. Tal estratégia foi utilizada a fim de romper com o histórico tribalismo das profissões, inserir mais fortemente a colaboração na dinâmica do processo de trabalho e de formação em Saúde, desenvolver competências para o efetivo trabalho em equipe e (re)situar o usuário na centralidade do processo de cuidar (COSTA, 2017).

Por fim, em decorrência da pandemia, o principal desafio foi remodelar a oferta do **Curso de Especialização em Saúde Pública** ESPP/RedEscola 2019–2020¹⁰ da modalidade presencial para a remota emergencial. Em março de 2020, as aulas presenciais do curso foram suspensas, faltando os módulos VI e VII e ainda a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso/Projeto de Intervenção (TCC/PI). Para a continuidade do curso, a coordenação realizou uma reunião virtual com os alunos, em maio de 2020¹⁰, na qual ficou acordado que os últimos módulos e a apresentação dos TCC/PI seriam desenvolvidos de forma remota emergencial. Isso só foi possível porque a ESPP, com o apoio da RedEscola, teve condições de assegurar o conjunto semântico relacionado ao uso das tecnologias em educação, ou seja, condições para que as atividades educativas, considerando a EIP,

¹⁰ Esta turma foi ofertada para 16ª Região de Saúde do Paraná, tendo como município sede Apucarana, com início em 10 de julho de 2019 e término em 15 de agosto de 2020.

ocorressem. Tais atividades foram: ensino a distância, Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), plataformas de ensino virtual e preparação docente e discente para a modalidade remota (NETTO *et al.*, 2021).

Propor nova formação em Saúde Pública sob a lógica da EIP corresponde a superar a histórica segmentação do trabalho em Saúde, a qual marginaliza usuários, famílias e comunidades, apartando-os da centralidade – do protagonismo do processo de cuidar. Além disso, as transformações sociais, demográficas e epidemiológicas incorrem na complexidade multifacetada das demandas de Saúde, o que exige cada vez mais mudança no perfil dos profissionais do setor. E é nesse sentido que a EIP revela sua importância, ao mobilizar o desenvolvimento de competências necessárias à prática colaborativa e à qualidade dos cuidados no sentido da integralidade.

Apesar dos desafios, na avaliação do curso realizada pelos alunos e nos TCC/PI apresentados, foi possível observar a importância e o papel exercido pelo curso sob a lógica da EIP nos processos de trabalho dos estudantes nos serviços em que atuavam. Os relatos, no geral, apontaram que o curso propiciou o aprendizado em conjunto com outros profissionais e mobilizou o desenvolvimento de atributos e habilidades necessárias ao trabalho coletivo para melhorar a colaboração e a qualidade da atenção à saúde.

O desenvolvimento do curso corroborou a EIP como uma importante estratégia para formar profissionais aptos para o trabalho em equipe, e, fundamentalmente, comprometidos com um futuro melhor, com a melhoria da qualidade da atenção à saúde, sem perder de vista a formação técnica, científica e ético-política das diferentes categorias profissionais.

REFERÊNCIAS

BARR, Hugh; LOW, Helena. **Introducing Interprofessional Education**. London: CAIPE, 2013.

CAPOZOLLO, A.A. Formação em comum de profissionais da saúde: experiência da unifesp, campus baixada santista. In: In: TOSSI, R.F.C. (Org.). **Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos?** [recurso eletrônico]. 1.ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017

COSTA, M.V. A potência da Educação Interprofissional para o desenvolvimento de competências colaborativas no trabalho em saúde. In: TOSSI, R.F.C. (Org.). **Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos?** [recurso eletrônico]. 1.ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017

COTTA, R.M.M; COSTA, G.D.; MENDONÇA, E.T. Portfólio reflexivo: uma proposta de ensino e aprendizagem orientada por competências. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.6, p.1847-1856, jun. 2013.

FONSECA, R.M. **Educação interprofissional em saúde e o desenvolvimento de competências colaborativas na formação em enfermagem e medicina**. 2018. 69f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FREIRE, José Rodrigues *et al.* Educação Interprofissional nas políticas de reorientação da formação profissional em saúde no Brasil. **Saúde em Debate** [online], v. 43, n. spel, p.86-96, 2019.

MENDES NETTO, C.; RANGEL TEIXEIRA, K. K.; REIS FERNANDES DE SOUZA, M. C.; BERNARDES FARIA CAMPOS, R. Cenários da educação brasileira no contexto da pandemia da covid-19: revisão sistemática de literatura. **Teoria e Prática da Educação**, v. 24, n. 3, p. 03-25, 2021.

REEVES, S. *et al.* **Interprofessional collaboration to improve professional practice and healthcare outcomes**. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 2018, n. 8, 22 jun. 2017.

A busca de um novo olhar sobre o SUS a partir da reflexão sobre a própria prática dos discentes

Ledronete Silvestre
Célia Adriana Nicolotti
Maria Claudia Matias
Petrocelli Fabiano Marcelina
Aparecida de Cássia Rabetti
Kelen Cristina de Almeida Barp

As ações da Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESPSC) visam contribuir com a qualificação do SUS e com a garantia do direito à saúde, por meio da formação da sua força de trabalho.

A atuação em equipe e as práticas colaborativas no trabalho em Saúde são uma necessidade impressa no cotidiano dos serviços, uma vez que as demandas se tornam mais complexas (COSTA, 2017). Frente a isso, é importante incorporar conhecimentos e avançar na qualificação permanente dos profissionais, orientada pela Educação Interprofissional.

O apoio da RedEscola no desenvolvimento do **Curso de Especialização em Saúde Pública** foi fundamental, com destaque

para o acompanhamento contínuo de seus técnicos (tanto na fase de implantação do projeto, quanto durante todo o desenvolvimento do curso) e para a iniciativa de aperfeiçoamento profissional com formação específica por meio de curso da plataforma Avasus (Educação Interprofissional em Saúde), trazendo a aproximação das bases teórico-conceituais e metodológicas da EIP em Saúde como fundamento para o desenvolvimento de competências colaborativas.

Desafiadora também foi a realização dos editais de processo seletivo para docentes e discentes, estabelecidos por normas de seleção pública aberta e com ampla divulgação. Para a seleção docente, foram eleitos critérios de formação acadêmica e analisadas propostas pedagógicas elaboradas pelos candidatos. Bancas de seleção foram formadas pelo corpo técnico da Diretoria de Educação Permanente em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina. Ao fim, obteve-se um corpo docente constituído por cinco docentes doutores e três docentes mestres; e 35 especializandos iniciaram o curso.

A coordenação do curso e o corpo técnico envolvido na pós-graduação buscaram reforço na potência de atuação com a construção de parcerias, compondo um Colegiado de Coordenação que contou com a colaboração e a expertise das professoras externas à ESPSC, atuando em conjunto com a Coordenação do Curso. Isso trouxe aporte teórico e vivência profunda do desenvolvimento da Política Nacional de Humanização (PNH) no Estado de Santa Catarina. Ressalta-se que a PNH possui diretrizes afinadas com a Educação Interprofissional, exemplificadas na Clínica Ampliada e no Projeto Terapêutico Singular.

A partir da composição do Colegiado de Coordenação, elabo-

rou-se o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com apoio técnico da RedEscola, seguindo as diretrizes propostas pela abordagem interprofissional para a nova formação em Saúde Pública.

A experiência da ESPSC no desenvolvimento do curso de especialização teve como base a construção coletiva e colaborativa, com a participação ativa dos atores sociais: coordenadores, apoiadores pedagógicos e, especialmente, os discentes do curso.

Os corpos docente e discente participaram de oficinas pedagógicas elaboradas pelo Colegiado de Coordenação, propiciando o desenvolvimento de competências no âmbito do aprendizado colaborativo da Educação Interprofissional.

As oficinas pedagógicas apresentavam e fortaleciam os fundamentos da EIP e das práticas colaborativas em Saúde; promoviam a estruturação dos planos de intervenção; alinhavam com os docentes as concepções da espiral construtivista, especialmente no acompanhamento avaliativo (de aprendizagem e do curso), a fim de ajustar os pontos necessários; e utilizavam estratégias de escuta e interlocução com a turma com arranjos de interação, para facilitar a comunicação e o feedback quanto ao andamento do curso.

Os Planos de Intervenção (PI) ganham destaque na prática educacional colaborativa e são estruturantes no curso como cenário rico para o exercício da educação e do trabalho interprofissional. Durante a construção dos planos, ocorre a apropriação da realidade por meio da relação interprofissional com demais profissionais de Saúde, e a execução dos projetos traz para a prática o processo coletivo com colaboração crítica e participativa.

Ainda quanto aos PI, houve organização em grupos com escolhas específicas de temas para execução das intervenções, sendo

necessários rearranjos no decorrer do processo e ainda a elaboração de novas diretrizes para o ensino remoto em função da pandemia.

Para esse novo arranjo de ensino remoto, os discentes foram consultados sobre suas necessidades por questionários, e, no encontro pedagógico de planejamento de aulas remotas, ficou decidido o prosseguimento do curso na pandemia.

Como diretrizes gerais para a retomada das atividades, ainda durante a pandemia, foram estipuladas:

1. Atividade síncrona: com possibilidade de gravação para discentes que não conseguiriam participar.
2. Utilização de materiais e atividades que transcendessem as apresentações gravadas de conteúdos, a fim de superar abordagens conteudistas e fortalecer as atividades de interação com e entre os alunos.
3. Priorização de plataformas/recursos acessíveis pelo celular.
4. Atividades síncronas ou assíncronas orientadas pelos objetivos pedagógicos.
5. Reflexão teórica articulada à prática e as atividades de produção textual, entre outras, no contexto da EIP.
6. Manutenção do grupo ativo e acolhimento dos discentes nas suas dificuldades e limitações.
7. Avaliação formativa, provocativa e focada nos aspectos positivos das produções.
8. Feedback do aluno – registro individual das impressões sobre o módulo. Conversa online para manifestação sobre a vivência do módulo.
9. Fóruns para continuidade da discussão e atividades assíncronas, de modo a permitir que os alunos que não assistiram à atividade síncrona pudessem participar da discussão.
10. Metodologias ativas tanto nos momentos síncronos quanto nos assíncronos.
11. Inclusão do contexto da pandemia no trabalho.

Os desafios impetrados pela pandemia de Covid-19 foram vencidos também no contexto do curso de pós-graduação em Saúde Pública – o comprometimento dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde para aperfeiçoamento contínuo do próprio sistema é visível. A reflexão a partir da própria prática vivenciada pelos discentes suscitou indagações, desconstruções, discussões e reconstruções de novos saberes que buscaram na troca de experiências um outro olhar para o SUS, com soluções orientadas para as novas práticas que possibilitaram a transformação e o fortalecimento dos processos de trabalho. Novos sanitaristas formados na e para a Educação Interprofissional estão à disposição para novos desafios em Santa Catarina.

A reformulação da Escola de Saúde Pública de Santa Catarina manteve a trajetória no fortalecimento da Educação Interprofissional, sendo que os cursos de pós-graduação ficaram sob responsabilidade técnica do Núcleo de Pós-graduação e Extensão. O Núcleo é composto por equipe multiprofissional, que vem realizando oficinas pedagógicas com a finalidade de desenvolver competências colaborativas de docência interprofissional. Atualmente estão sendo desenvolvidos três cursos de pós-graduação que utilizam as metodologias ativas de ensino-aprendizagem, pautadas em Educação Interprofissional e que têm como Trabalho de Conclusão de Curso o relato de experiência do desenvolvimento de Projeto de Intervenção construído colaborativamente, reforçando a interprofissionalidade como caminho para avanços na atenção e gestão do SUS.

REFERÊNCIA

COSTA, M, V. A potência da Educação Interprofissional para o desenvolvimento de competências colaborativas no trabalho em saúde. In: Toassi, Ramona Fernanda Ceriotti (org.) **Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos?** Série Vivência em Educação na Saúde. [recurso eletrônico]. 1ªed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017.

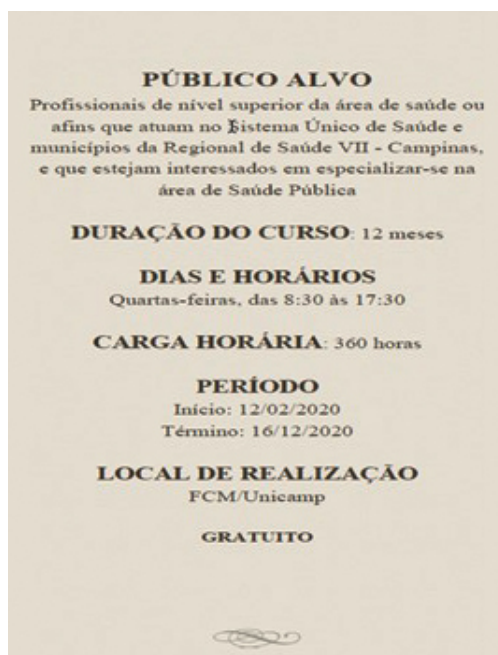
A potência transformadora dos projetos de intervenção: uma contribuição para o SUS

Edison Bueno
Rubens Bedricow
Priscila Bergamo
Rafael Afonso Silva
Fabio Luiz Alves

O **Curso de Especialização em Saúde Pública** da Unicamp é um curso de pós-graduação *lato sensu*, modalidade extensão, destinado a profissionais graduados em qualquer curso de nível superior que já atuam no Sistema Único de Saúde, com os seguintes objetivos:

- Expandir a formação de sanitaristas.
- Qualificar práticas profissionais e organização do trabalho.
- Renovar ofertas de serviços de Saúde.

- Organizar políticas para os territórios/regiões.
- Produzir experiência de EIP e concepção político-pedagógica de metodologias ativas.
- Produzir projetos de intervenção aplicados aos contextos técnico-políticos dos municípios e regiões de Saúde.



O perfil dos selecionados foi o seguinte: 60 alunos, de 28 municípios (54 concluintes) e de 21 profissões diferentes, sendo 20 enfermeiras, 4 médicos(as) e 6 secretários de Saúde. A grande maioria sem especialização prévia, mas com atuação direta no SUS, com tempo médio de atuação no Sistema Único de Saúde de oito anos.

A fragmentação e a desintegração na formação e nas práticas assistenciais em Saúde têm sido reconhecidas como um desafio a ser superado tanto pelas instituições formadoras quanto pelos sistemas de Saúde no mundo, gerando dificuldades para gerenciar as necessidades das populações. Sarmiento, França e Mag-nago (2022), em revisão recente sobre o tema, destacam que a EIP em Saúde como prática colaborativa centrada no paciente vem sendo identificada como um mecanismo chave para a melhoria dos serviços de Saúde, citando Steinert (2005).

A Educação Interprofissional está inserida no contexto universitário, em cursos e atividades realizadas na graduação e na pós-graduação, podendo ser entendida como uma abordagem de aprendizagem interativa que tem o objetivo de fornecer subsídios teóricos e metodológicos para assegurar a formação de profissionais mais aptos ao efetivo trabalho em equipe. Dessa forma, a EIP tem como horizonte a materialização de práticas colaborativas no âmbito das dinâmicas do trabalho em Saúde, como afirma Barr (2015).

Dentro do contexto de crise de recursos humanos no setor, a EIP deve ser vista como oportunidade para desenvolver novas habilidades e definir perfis profissionais compatíveis com as necessidades e expectativas de saúde da população (Organização Pan-Americana da Saúde, 2017). Segundo a Canadian Health Services Research Foundation (2006), sistemas de Saúde que apoiam e dão suporte ao efetivo trabalho em equipe podem melhorar a qualidade de assistência, aumentar a segurança dos pacientes e reduzir a sobrecarga de trabalho entre os profissionais de saúde.

Nesse sentido, buscou-se uma articulação Unicamp/Departamento Regional de Saúde (DRS) VII/Municípios das Micro Regiões, visando ampliar o olhar sobre os diversos arranjos/dispositivos de gestão-atenção e Redes de Atenção à Saúde (RAS). O apoio pedagógico esteve presente em todos os momentos do curso com atividades em grupo, segundo as microrregiões, e atuação em redes específicas. A Unidade de Produção Pedagógica sempre foi construída a partir de tempos da análise e intervenção. Assim, os momentos da produção pedagógica envolveram problematização, síntese dos temas, oferta-proposição e síntese para intervenção.



Cerimônia de abertura do **Curso de Especialização em Saúde Pública 2020-2022**

A partir daí, o **Curso de Especialização em Saúde Pública** se estruturou em torno de três eixos:

1. Módulo Introdutório – Aproximação do campo da Saúde Coletiva, através de exposição e debate dos seguintes temas: “SUS: presente e futuro”; “Estado, democracia e saúde”; “Políticas públicas”; “Desigualdade”; “Diversidade”; “Trabalho em Saúde e Clínica Ampliada”; “Promoção da Saúde/Salutogênese”; “Gestão e subjetividade/relações intersubjetivas”; “Epidemiologia: histórico, abordagens, caminhos e usos no mundo contemporâneo”; “Epidemiologia e serviços de Saúde”; “Informação em Saúde; Ética e bioética”.
2. Módulos Principais – Redes de Atenção: Básica; Especializada; Urgência/Emergência/Pré-Hospitalar; Hospitalar; Saúde Mental; Vigilância em Saúde.
3. Módulos de Apoio/Transversais - Planejamento, Gestão e Políticas/Ciências Sociais/Epidemiologia

O planejamento inicial do curso previa o uso intensivo de metodologias ativas, com momentos de concentração e disper-

são em cada aula/módulo. Porém, a pandemia alterou radicalmente esse plano de aulas, com todas as atividades seguintes se desenvolvendo de forma remota, invertendo a proporção de atividades: foram 80 horas de aulas presenciais, no módulo introdutório, e 280 horas de forma remota.

Destacamos que nos módulos principais (Redes de Atenção à Saúde) foram aprofundados os aspectos históricos, destacando: atribuições no sistema de Saúde; gestão dos serviços; atenção primária e processos de trabalho em Saúde; organização das ofertas assistenciais; articulação com o território; articulação em rede; e indicadores de avaliação.

Os principais temas abordados nos módulos de apoio e temas transversais foram:

- Metodologia de pesquisa.
- Projetos de Intervenção.
- Epidemiologia e promoção da saúde.
- Ecologia dos saberes.
- Modelos assistências/sistemas nacionais de Saúde.
- Informação em Saúde.
- Sistemas comparados municipais de Saúde.
- Processos normalizadores de Saúde.
- Identidade e diferença.
- Georreferenciamento.
- Gestão e planejamento na APS.
- Indicadores de morbidade/Inquéritos populacionais.
- Público e comum.
- Vigilância em Saúde.
- Métodos quantitativos.

- Trabalho em equipe.
- Equipes de referência.
- Projeto terapêutico singular.
- Redes de atenção à saúde.
- Gênero, raça etnia e classes sociais.
- Religiosidade e saúde.
- Práticas integrativas.
- Ética na APS.
- Violência e saúde.
- Saúde Ambiental.
- Saúde do trabalhador.
- Cuidados paliativos.
- Populações negligenciadas.
- Saúde da família.
- Regionalização.
- Apoio matricial.
- Judicialização da saúde.

Destacamos a realização do seminário *As Experiências da Prática da EIP: compartilhando lições e aprendizados*, que, de fato, foi um momento bastante rico e proveitoso durante o qual aprendemos com as diversas instituições e coletivos implicados na EIP em todo o país. Ressaltamos no seminário uma diretriz importante do **Curso de Especialização em Saúde Pública**: a produção de Projetos de Intervenção (PI).

Nesse processo, foi garantido apoio pedagógico horizontal e indicamos que os temas seriam definidos a partir dos municípios e/ou microrregiões. Os PIs foram desenvolvidos pelos especializando no decorrer do curso, articulados com um con-

junto de ações coproduzidas e em cogestão (especializando, coletivos, dirigentes, trabalhadores, usuários) com serviços de Saúde. Incentivamos que sempre se propusessem temas relevantes e significativos para as equipes, identificando elementos situacionais e institucionais. O objetivo principal seria sempre alterar uma situação considerada inadequada, ou seja, a partir de um tempo-processo definir uma agenda ativa e protagonista.

Ao todo foram produzidos/apresentados 33 projetos (cada um com um, dois ou três autores). Os temas foram bastante diversificados: Vigilância em Saúde; Gestão de pessoas; Revisão de processos; Gestão do cuidado/clínica; Saúde do trabalhador; Pandemia/Monitoramento de leitos; Covid; Sistema de Informação; Gestão em Saúde.

A apresentação dos PIs se deu em 11 mesas com três apresentações de 20 minutos em cada mesa, seguidas de debate com orientadores. Foi concedido prazo de 60 dias para apresentação da versão final e os alunos e orientadores foram incentivados a publicarem sua produção e apresentação em congressos/eventos.

A avaliação final foi bastante positiva, com retorno posterior das chefias imediatas dos alunos observando que houve amadurecimento de seus servidores/novos sanitaristas. Daí a importância de que tais cursos sejam oferecidos regularmente

REFERÊNCIA

SARMENTO, L. de F.; FRANÇA, T. .; MAGNAGO, C. *Interprofessional education experiences in the context of multiprofessional residencies in health: a review study*. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e15711225510, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25510. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25510>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Reflexões sobre a EIP a partir da experiência dos cursos com ênfase em interprofissionalidade nas regiões Sudeste e Sul

Cristiano Gil Regis

O movimento de reflexão e mudança das práticas de formação e de trabalho em Saúde com vistas à colaboração interprofissional – iniciado no Reino Unido nos anos 60, que resultou no que chamamos hoje de Educação Interprofissional e de trabalho interprofissional – teve seu começo no Brasil nos anos 2000 (COSTA *et al.*, 2021).

Antes disso, algumas iniciativas, com reconhecimento nacional ou de abrangência apenas local, suscitaram discussões e provocaram mudanças importantes nas instituições formadoras e de Saúde, embora sem fazer incursão teórica e prática na interprofissionalidade. Dentre elas, destaco:

- a. Adoção de metodologias ativas, aumentando o protagonismo dos aprendizes, a interação entre todos os atores e a relação do processo de ensino-aprendizagem com o contexto local.
- b. Formulação de políticas e programas indutores de mudança, que privilegiam a formação em/para o Sistema Único de Saúde, o trabalho em equipe e o foco nas necessidades dos usuários dos serviços.
- c. Fortalecimento da integração ensino-serviço-comunidade, que é orgânica no SUS e necessária para uma formação baseada na realidade, para uma prática em saúde em constante desenvolvimento e para o envolvimento de pessoas, famílias e comunidades no cuidado em saúde;
- d. Composição de equipes multiprofissionais na formação, como na Residência Multiprofissional em Saúde, e no serviço, como as equipes de Saúde da Família.

Mesmo abordando aspectos basilares da interprofissionalidade, como a aprendizagem interativa, o trabalho em equipe e a atenção centrada no usuário, é arriscado falar em propostas interprofissionais no Brasil antes dos anos 2000, dada a ausência ou insuficiência de alinhamento com os marcos teórico-conceituais e metodológicos da interprofissionalidade à época.

Tampouco podemos afirmar que todas as iniciativas de EIP realizadas atualmente e nas duas últimas décadas têm pleno alinhamento com os marcos da interprofissionalidade. Porém, é perceptível uma gradual melhoria das propostas brasileiras em termos de intencionalidade, alinhamento conceitual, estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação e desenvolvimento de competências colaborativas para o efetivo trabalho em equipe. Portanto, é imprescindível a qualificação das propostas e a constante reflexão dos atores envolvidos sobre a natureza das iniciativas. Trata-se ou não de uma iniciativa EIP? Qual o nível de alinhamentos dos atores e da própria iniciativa com os marcos

teórico-conceituais e metodológicos da interprofissionalidade?

A EIP pode ser desenvolvida em diversos momentos da trajetória formativa. Acontece em nível de graduação, momento da formação inicial do futuro profissional de Saúde, e em nível de pós-graduação, quando profissionais se engajam em programas e cursos formais. Ocorre ainda nos cenários de prática em Saúde, baseada no trabalho em Saúde, principalmente na educação permanente (BARR; LOW, 2013).

As iniciativas brasileiras de EIP encontram-se nos três contextos supracitados, havendo maior concentração no contexto da graduação em Saúde, conforme os seguintes casos:

- a. A existência de currículos interprofissionais e interdisciplinares, com destaque para a proposta curricular da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista (Unifesp/BS), que toma a interprofissionalidade como princípio formador desde 2006.
- b. Criação de componentes curriculares e projetos de extensão interprofissionais em universidades com formação eminentemente uniprofissional.
- c. Reorientação teórica e metodológica de componentes curriculares e projetos de extensão inicialmente uniprofissionais, por meio da adoção da EIP.
- d. Realização de políticas indutoras, como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) a partir de 2008, especialmente a edição realizada entre 2019 e 2021: PET-Saúde Interprofissionalidade.
- e. Adoção de EIP em programas de residência multiprofissional.
- f. Criação de grupos de pesquisa sobre interprofissionalidade.
- g. Criação da Rede Brasileira de Educação e Trabalho Interprofissional em Saúde (ReBETIS), em 2015.
- h. Criação de componentes curriculares sobre interprofissionalidade e/ou adoção da EIP em componentes curriculares de cursos de pós-graduação.

Nesse último item, destaca-se o papel da RedEscola no estímulo, em todo o Brasil, à realização de **Cursos de Especialização em Saúde Pública** com ênfase na interprofissionalidade. A iniciativa proporcionou contato de profissionais de Saúde com a temática e possibilidades de melhoria do cuidado em saúde por meio da interprofissionalidade.

Com o intuito de ampliar o debate sobre EIP e dar visibilidade às experiências vivenciadas pelos atores dos cursos de especialização, a RedEscola promoveu um ciclo de seminários virtuais intitulado *As experiências da prática em Educação Interprofissional na RedEscola: compartilhando lições e aprendizados*. Participei de um dos ciclos na qualidade de aprendiz/comentador dos sete cursos provenientes das regiões Sudeste e Sul, tendo a oportunidade de aprender com cada interlocutor, conhecer sua percepção sobre a experiência, refletir sobre a EIP no Brasil e compartilhar minhas próprias percepções e vivências.

Tive também a alegria de compartilhar essa função com duas educadoras que são referência na defesa e no fortalecimento da EIP e do SUS: prof. Bárbara Lima, docente da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), e prof. Sylvia Batista, docente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

OLHARES SOBRE/PARA AS EXPERIÊNCIAS DOS CURSOS DO SUDESTE E DO SUL

O comprometimento com o avanço da educação e do trabalho interprofissional e com o fortalecimento do SUS me impelem ao compartilhamento de saberes, práticas, percepções e reflexões de modo que possamos qualificar nossas experiências e nos motivar para o que está por vir na trajetória. Conhecer experiências contadas por quem as viveu é uma oportunidade de ver pelos olhos do outro.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (BONDÍA, 2002, p. 24).

Esse gesto de interrupção me permitiu olhar para as experiências e tecer os seguintes comentários.

(RE)FORMULAÇÃO E ADEQUAÇÃO CURRICULAR

O enfoque na interprofissionalidade presente na nova oferta dos Cursos de Especialização em Saúde Pública demandou das escolas formadoras um novo olhar para suas propostas curriculares. Enquanto algumas realizaram apenas inserção da temática na matriz curricular já existente, outras se comprometeram com uma reorientação teórica e pedagógica capaz de suportar novos objetivos traçados para a formação de sanitaristas com enfoque na interprofissionalidade.

Nesses, os novos desenhos curriculares articularam de forma mais contundente a tradição da formação em Saúde Pública com perspectivas de aprendizado sobre a interprofissionalidade e para o efetivo trabalho em equipe.

ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

As iniciativas e produções científicas de interprofissionalidade são recentes no Brasil, refletindo uma reduzida familiaridade

com a temática pela maioria das instituições, organizações, docentes e profissionais de Saúde. Por isso, o apoio de parceiros com experiência em EIP contribuiu para a (re)formulação curricular e para o desenvolvimento docente de gestores, professores e tutores dos cursos. Os parceiros também apoiaram os cursos durante sua realização, participando de encontros e trocas de experiências com docentes.

Os cursos que buscaram o estabelecimento de parcerias tiveram contribuição da própria RedEscola, que indicou nomes e mediou contatos.

ALINHAMENTO CONCEITUAL

Oficinas foram realizadas com o intuito de apresentar aos docentes a nova proposta do curso e discutir os marcos teórico-conceituais da interprofissionalidade, ainda novos para a maioria dos atores. Foi possível identificar e sanar dúvidas, além de planejar as atividades a serem realizadas com os especializandos.

O curso autoinstrucional Educação Interprofissional em Saúde, proposto pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no Avasus, foi recomendado em quase todos os cursos para docentes (como forma de alinhamento conceitual inicial e estudo da temática) e para discentes durante o curso.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO

O planejamento e a realização de estratégias de ensino-aprendizagem para o desenvolvimento de competências colaborativas foi uma fragilidade dos cursos, assim como em inúmeras iniciativas que se propõem a realizar EIP no Brasil.

São muitos os movimentos necessários para melhoria das práticas pedagógicas em Saúde: do modelo biomédico para uma compreensão ampliada e integral da saúde; de métodos transmissivos para métodos ativos; da centralidade do professor para a centralidade de estudantes; da centralidade dos profissionais para a centralidade dos usuários; da dicotomia teoria-prática para a integração ensino-serviço-comunidade; e, por fim, o movimento de sair de uma perspectiva uniprofissional ou multiprofissional para interprofissional.

No contexto da EIP, não basta propiciarmos uma aprendizagem compartilhada, que acontece quando grupos profissionais aprendem juntos. É necessário garantir uma aprendizagem interprofissional, que envolva estudantes ou membros de duas ou mais profissões no aprimoramento de seus conhecimentos e desenvolvimento de competências colaborativas (BARR; LOW, 2013).

Para isso, o corpo docente (que abrange professores, tutores e preceptores) deve planejar estratégias que promovam a interação interprofissional explícita entre os atores. É a partir dessa interatividade, intencionalmente planejada, que se promove o desenvolvimento das competências necessárias para uma colaboração eficaz (REEVES, 2016).

A escrita de narrativas, a composição de portfólios e a elaboração de projetos de intervenção foram algumas potentes estratégias de avaliação (igualmente parte do processo de ensino-aprendizagem) utilizadas nos cursos. No entanto, usar também instrumentos que produzissem evidências científicas sobre os resultados de EIP em diferentes níveis informaria a todos os atores e aos formuladores de políticas públicas os benefícios das experiências e contribuiria para sua sustentabilidade.

O reconhecimento de necessidades nos processos formativos e de trabalho das equipes em que os especializados estavam inseridos e o planejamento de intervenções por meio da interprofissionalidade foi um exercício que ampliou o olhar sobre a necessidade do efetivo trabalho em equipe. Porém, não é incomum a dificuldade de distinção das necessidades e intervenções gerais daquelas que estão relacionadas com a interprofissionalidade.

DESAFIOS ENFRENTADOS

Tanto o ciclo de seminários virtuais quanto os artigos sobre as experiências dos cursos revelam os desafios enfrentados pelos atores. O primeiro que destaco está relacionado à proposta inovadora da adoção do enfoque na interprofissionalidade em cursos já consagrados nas instituições formadoras. Gestores e docentes foram desafiados a apreender um novo referencial teórico, revisar as propostas curriculares e planejar o ensino de forma diferente. O segundo desafio foi realizar essa formação durante a pandemia por Covid-19.

A insegurança comum à realização de uma nova proposta formativa somou-se à necessidade de aprender novas formas de ensinar e aprender remotamente por tecnologias digitais, às incertezas do período pandêmico e ao cansaço dos especializandos que atuaram na tomada de decisão e na linha de frente da luta contra a pandemia.

A superação desses desafios se deu colaborativamente: aprender com o outro e sobre o outro, aprender com o outro sobre novas formas de trabalho, exercitar formas mais efetivas de se comunicar, traçar objetivos comuns, reconhecer necessida-

des de melhoria do trabalho com o outro, compartilhar a tomada de decisão e refletir sobre estratégias de melhorar o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as experiências dos **Cursos de Especialização em Saúde Pública** com enfoque na interprofissionalidade das regiões Sudeste e do Sul apresentam alguns aspectos que precisam ser aprimorados:

- a. Diferentes níveis de alinhamento conceitual: alguns cursos e atores revelam substancial aprofundamento teórico enquanto outros parecem ter uma aproximação ainda superficial com a temática.
- b. Diferentes níveis de adoção da interprofissionalidade nas propostas curriculares: enquanto alguns cursos reformularam suas propostas reorientando objetivos e método, outros apenas inseriam a temática de forma pouco contextualizada.
- c. Fragilidade metodológica evidenciada pelo reduzido enfoque no desenvolvimento de competências colaborativas, que é aspecto central da formação para o efetivo trabalho em equipe.
- d. Ausência ou reduzida produção de evidências científicas determinada pela fragilidade nas estratégias de avaliação.

Esses são pontos de melhoria elencados em inúmeras iniciativas de EIP das quais tive oportunidade de participar, revelando os principais aspectos que precisamos aprimorar em nível nacional.

Nesse processo, convido a refletirmos constantemente sobre nossa prática e nossas iniciativas para que possamos qualificá-las e não nomearmos de interprofissionais as iniciativas que têm potencial para a interprofissionalidade, mas que são multiprofissionais. Tenhamos em mente que:

A EIP se constitui, então, como proposta de superação do modelo de formação pautado na perspectiva multiprofissional ou uniprofissional, que tem apresentado muitas limitações na formação de profissionais capazes de atender às demandas que emergem no contexto atual (COSTA et al., 2021).

Cabe reiterar a inegável potência do contato de tantos docentes e profissionais de Saúde com a interprofissionalidade, fruto dos esforços da RedEscola e das instituições formadoras. Esse é um passo para a formação de profissionais mais aptos à colaboração e com competências para o efetivo trabalho em equipe.

REFERÊNCIAS

BARR, H.; LOW, H. **Introdução à Educação Interprofissional**. CAIPE: Fareham, UK, 2013.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

COSTA, M. V.; SILVA, J. A. M.; REGIS, C. G.; PEDUZZI, M. Educação interprofissional no Brasil: desafios e agenda para o futuro. In: DIAS, M. S. A.; VASCONCELOS, M. I. O. (Orgs.). **Interprofissionalidade e colaboratividade na formação e no cuidado no campo da atenção primária a saúde**. Sobral: Edições UVA, 2021.

REEVES, S. Porque precisamos da Educação Interprofissional para um cuidado efetivo e seguro. **Interface** (Botucatu), v. 20, n. 56, p. 185-196, 2016.

NORDESTE

SEMINÁRIO REALIZADO EM 28 DE MAIO DE 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA BAHIA PROFESSOR JORGE NOVIS

ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE PÚBLICA DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

O aprender e o ensinar incorporados aos espaços de trabalho para transformar as práticas profissionais dos gestores

Margarete Pereira Cavalcante
Tereza Angélica Lopes de Assis
Suely do Nascimento Silva

Pensar a Educação Interprofissional e em seus desafios de formação na Saúde Pública tem sido uma estratégia vivenciada pelo Núcleo de Saúde Pública na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas (Nusp/Famed/Ufal). As vivências têm sido fortalecidas e se tornaram ainda mais enriquecedoras no caminhar junto com a RedEscola e todas as demais instituições que integram essa rede. Trata-se de um desafio do pensar e do agir estratégico, da construção de novos saberes diante do ato do cuidar, entrelaçada por diferentes pensamentos e atitudes e permeados pelos cenários complexos de jogos de interesses e de sujeitos diversos que constroem a política de Saúde.

Esses elementos orientaram a elaboração do projeto pedagógico do **Curso de Especialização em Saúde Pública** com ênfase na interprofissionalidade e, tomando por base a proposta da RedEscola para o processo formativo de novos sanitaristas, somaram-se às experiências anteriores do Nusp/Famed/Ufal¹ com a formação para trabalhadores do SUS.

A interprofissionalidade foi temática transversal e se fez presente em todas as disciplinas ofertadas — principalmente nos trabalhos de conclusão de curso. Para os TCCs, a opção foi por Projetos de Intervenção em Saúde (PIS) a serem desenvolvidos no cenário de prática dos profissionais/educandos. O termo compõe o nome do curso com a intencionalidade de destacar a distinção desse projeto e buscar a sua visibilidade.

O projeto seguiu os trâmites internos da Ufal, oferecendo uma turma com 50 vagas² na modalidade presencial e carga horária de 360 horas. Os educadores foram identificados no quadro de docentes internos da Ufal e externos de instituições parceiras. Contou com uma psicóloga, quatro médicos, cinco assistentes sociais, uma enfermeira, uma dentista e duas nutricionistas (Quadro 1).

DISCIPLINAS	GRADUAÇÃO*	TITULAÇÃO*	IES A QUE ESTÁ VINCULADO/A
Seminário Integrador (aula inaugural e atividade pedagógica)	Psicóloga	Doutora	Famed/Ufal
Epidemiologia e Determinantes do Processo Saúde-Doença	Médico Epidemiologista	Mestre	Famed/Ufal
Políticas de Saúde no Brasil e o SUS: bases legais, princípios e tendências atuais	Assistente social	Doutora	FSSO/Nusp/Ufal
Processos de Gestão no SUS: planejamento, financiamento e avaliação	Assistente social	Mestra	SMS/Maceió
Atenção à Saúde	Enfermeira	Doutora	Uncisal
Sistemas de Informação em Saúde	Médico Epidemiologista	Mestre	Famed/Ufal
Metodologia da Pesquisa	Médica	Doutora	Famed/Ufal
Seminário de Projetos em Saúde I	Dentista	Mestre	Famed/Ufal
Gestão do Trabalho no SUS	Médica e Nutricionista	Doutora	Famed/Ufal
Vigilâncias à Saúde	Nutricionista	Mestra	Famed/Ufal
Educação Permanente e Interprofissionalidade em Saúde	Assistente social	Mestra	Sesau/AL
Promoção da Saúde: Práticas Integrativas e Complementares de Cuidados à Saúde.	Assistente social e Nutricionista	Mestra	Famed/Ufal
Seminário de Projetos em Saúde II	Dentista	Mestre	Famed/Ufal
Metodologia do Ensino Superior	Assistente social	Doutora	FSSO/Ufal
Seminário de Apresentação de TCC	Dentista	Mestre	Famed/Ufal

* do educador/a

QUADRO 1. Disciplinas e perfis dos educadores

Os educandos são trabalhadores da Saúde atuando no SUS, no Estado de Alagoas (demanda livre e política de cotas) e egressos da Ufal, todos selecionados por meio de edital público. Distribuídos entre 15 categorias profissionais com a predominância de psicólogos (10), assistentes sociais (9) e enfermeiros (8). Além desses, há médicas (4), nutricionistas (4), dentistas (3), farmacêuticas (2), advogada (1), bióloga (1), biomédico (1), educadora física (1), fonoaudióloga (1), geógrafo (1), terapeuta ocupacional (1) e gestor em Turismo (1). Atuam na Atenção Básica, Média e de Alta complexidade, e em diversos campos tais como saúde do trabalhador, saúde mental, vigilâncias, saúde do idoso e práticas integrativas em Saúde.

As atividades pedagógicas tiveram início em 7 de fevereiro de 2020 com uma mesa de abertura composta por atores gestores do SUS em Alagoas e da Reitoria da Ufal. A aula magna, que teve o tema “Educação Interprofissional da Saúde, uma estratégia potente para o fortalecimento do SUS”, foi ministrada pela professora e doutora Rosa Maria Pinheiro Souza (ENSP/Fiocruz). Foi necessária a interrupção no terceiro módulo, devido ao advento da pandemia da Covid-19 e, ao mesmo tempo em que se buscava entender o novo contexto, a universidade definia o funcionamento remoto da pós-graduação.

A roda continuou em movimento através de reuniões virtuais com o colegiado do curso, educandos e educadores, webinários, cursos e oficinas estimulados pela coordenação local e pela RedEscola. A *Ufal Conectada* e a realização do webinário *A Educação Interprofissional e o Trabalho Colaborativo em Saúde: barreiras e possibilidades* foram importantes oportunidades de participação e debate.

O retorno e a continuidade transcorreram na modalidade remota com atividades assíncronas (e-mail e plataforma Moodle) e síncronas pelo Google Meet, quinzenalmente para as aulas e com frequência específica para as orientações de TCC. As atividades síncronas aconteceram usando os mais diversos instrumentos, como mapa conceitual, sala de aula invertida, seminários temáticos, sistematização de experiências e utilização de recursos como música, poemas, desenhos e vídeos.

A temática da interprofissionalidade teve caráter transversal no conjunto das disciplinas, assim como do processo de acompanhamento pedagógico e de avaliação, por entender que toda ação que visa atender pessoas na sua coletividade requer o trabalho coletivo e colaborativo das equipes de profissionais. Os critérios utilizados para a avaliação dos alunos incidiram sobre a participação e a frequência nas aulas síncronas e na postagem de atividades avaliativas (trabalho individual e em grupos) na plataforma Moodle, definido o conceito C como mínimo necessário para a aprovação.

O processo de acompanhamento pedagógico do Curso foi desenvolvido por meio de três grandes ações:

1. A participação da Coordenação no apoio ao docente nas aulas síncronas, com o acesso aos links para as aulas, controle de frequência dos discentes e suporte tecnológico.
2. O acompanhamento diário ao desenvolvimento dos discentes, na plataforma Moodle (atividades assíncronas) e no grupo dos discentes, pelo WhatsApp.
3. O Plantão Pedagógico, instituído a partir das demandas colocadas pelos discentes, no processo de construção do projeto de intervenção, como uma das exigências de conclusão do curso, contando com um apoio pedagógico na orientação das etapas de elaboração do referido projeto.

O processo pedagógico dos PIS foi uma construção coletiva, na reflexão sobre a situação de Saúde, como intervir na atenção e reorganizar os serviços em diversos cenários de práticas nos quais esses atores se encontram inseridos profissionalmente. A multiplicidade dos cenários de saúde colaborou para a riqueza de informações que os educandos desvelaram, desnudaram e expuseram nos seus projetos, apontando os avanços e entraves do próprio sistema. Muitos trabalhos foram desenvolvidos na Atenção Primária em Saúde (APS), contemplando também a vigilância, o controle social e a educação permanente. A saúde mental e o sofrimento psíquico foram os temas que perpassaram nas intervenções, certamente ainda mais elucidados pelo período pandêmico da Covid-19.

Os PIS foram inovadores, retomaram temas como a esquistossomose mansônica – o controle e o monitoramento regular dos casos positivos ficou evidenciado. A vacina teve destaque para ampliar a adesão à imunização, a fim de se reduzir o número de mortes, de sequelas pós-doença, de afastamento de trabalhadores essenciais, bem como contribuir para o não colapso do SUS nesse período da pandemia do novo coronavírus. As intervenções buscaram sensibilizar a população assistida para a vacinação contra a Covid-19, estimulando a imunização em um cenário de queda acentuada das idas aos serviços de Saúde para realização de consultas, exames e vacinação, ocorrendo a diminuição da cobertura vacinal em crianças menores de 2 anos, do acompanhamento de grupos prioritários e gestantes e da adesão do exame Papanicolau.

Foram elaboradas ferramentas direcionadas a uma cobertura progressiva nas atividades ambulatoriais eletivas, com um mo-

delo de agendamento na equipe, uso de tecnologias de informações para melhorar o tempo de interação com a comunidade e a implantação do teleatendimento – visando, ainda, ao acompanhamento dos grupos prioritários de acordo com a classificação de risco, com qualidade na atenção e maior cobertura vacinal.

A hipertensão arterial sistêmica, a diabetes *mellitus* e a obesidade infantil foram abordados em populações de maior vulnerabilidade (como os indígenas) considerando a humanização, o acompanhamento integral e as condições socioeconômicas. Um dos projetos apontou os fatores que interferem na adesão terapêutica de indivíduos com hipertensão e diabetes, buscando transformar aquela realidade. A comprovação da obesidade em crianças levou à proposição de práticas interprofissional e inter-setorial para a redução dos indicadores.

A saúde mental foi o tema mais presente nos PIS. Após o início da pandemia de Covid-19, ocorreu aumento da demanda pelo atendimento psicológico por motivos como o distanciamento e o isolamento social, os óbitos e as famílias enlutadas, aumentando o sofrimento psicológico. Os principais sintomas foram transtorno de humor, ansiedade, transtorno depressivo e fobia, entre outras comorbidades. Construíram-se estratégias para o enfrentamento dessas dificuldades, como o atendimento online, o desenvolvimento de ações de acolhimento e multidisciplinares e um instrumento ressignifica(dor) no tempo e no espaço: o pandiário.

Os PIS, em relação à saúde mental, abordaram:

- A implantação de processo educativo-formativo quanto ao preenchimento das fichas de notificação compulsória em casos de violência interpessoal/autoprovocada e sua implementação compulsória nos estabelecimentos de ensino e de Saúde para o registro de casos de automutilação entre adolescentes.

- A promoção da saúde bucal em indivíduos internados no hospital psiquiátrico.
- Inserção da música como recurso terapêutico nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps).
- Fluxo de acolhimento, cuidados e acompanhamento nos Caps infantil e protocolo de atendimento psicológico aos portadores de anemia falciforme no Hospital Dia do Hemoal.

O fortalecimento do protagonismo dos trabalhadores e da educação permanente e a inserção na participação social das políticas do SUS e nas vigilâncias à saúde mostraram que o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano dos espaços e ao trabalho, com base na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais.

Trouxeram também temas com pouca visibilidade, como:

- O acolhimento e o cuidado integral às pessoas travestis e transexuais na APS.
- A invisibilidade da doença falciforme e suas particularidades.
- Ações na política de humanização e interprofissionalidade em uma unidade de terapia intensiva.
- Ferramentas virtuais da Rede Cegonha.
- Qualificações sobre as Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS) no Programa Melhor em Casa e na APS.
- O empoderamento, o protagonismo e o debate em torno do controle social em Saúde e suas instâncias, mecanismos, sujeitos e bases legais junto aos movimentos sociais.

No campo das vigilâncias à saúde, indicaram a multiplicidade de ações e o alcance nas redes do SUS, tais como:

- Implantação de ferramenta informatizada para avaliação de indicadores sobre doenças crônicas não transmissíveis.

- Cartilha sobre medicamentos prescritos por cirurgiões-dentistas.
- Fluxo de acompanhamento do teste rápido para Covid-19 em drogarias.
- Adesão da logística reversa dos medicamentos e práticas corretas de descarte.

Para a saúde do trabalhador, apontaram para a prevalência de absenteísmo dos servidores de Enfermagem; promoção da saúde dos trabalhadores em hospital público no pós-afastamento por Covid-19; condições de trabalho dos servidores da assistência hospitalar e sua valorização nas pautas sindicais.

O **Curso de Especialização em Saúde Pública** atinge seu objetivo de formar sanitaristas em Alagoas comprometidos com o SUS, dentro da perspectiva da interprofissionalidade. São profissionais capacitados numa prática colaborativa de trabalho em Saúde, para responder, com qualidade, às necessidades da população. O número de concluintes (43, de um total de 49 matriculados) expressa o êxito do processo de acompanhamento e monitoramento, evitando um número maior de desistentes.

O encerramento do curso teve a cerimônia virtual realizada no dia 8 de abril de 2022, por meio do canal do Eixo de Aproximação à Prática Médica e Comunidade (EAPMC) da Famed, na plataforma do YouTube. Marcado pela pandemia de Covid-19, o curso redimensionou significativamente o processo de ensino-aprendizagem. Foi necessária a elaboração de metodologias interativas, mediadas por tecnologias da informação, para aproximar docentes e discentes, numa relação pedagógica participativa. Assim, além de atender os objetivos propostos, superou as expectativas na relação educando/educador, mediante desafios colocados pelo contexto da realidade social.

REFERÊNCIAS:

Cerimônia de Encerramento do Curso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4h8XQuLXJG4>. Acesso em 20 de maio de 2022

Projeto Pedagógico do Curso. Acervo na documentação oficial da Faculdade de Medicina. 2022.

Seminário - **As experiências da prática em Educação Interprofissional na RedEscola - Compartilhando lições e aprendizados**, em 28 de maio de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Lf6BMyhFiCE&list=PLI9_. Acesso em 20 de maio de 2022

Webinário “**A Educação Interprofissional e o trabalho colaborativo em Saúde: barreiras e possibilidades**”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z3x-q5IByURU&t=616s>. Acesso em 20 de maio de 2022.

Produção de conhecimentos estratégicos para responder às necessidades da Saúde Pública

Lígia Lucena Gonçalves Medina

Ao pensar em fazer educação num país onde há desigualdade social, econômica e de acessibilidade, em todos os sentidos, precisamos contextualizar um dos marcos históricos mais importantes para a construção de nossa sociedade, cujos primeiros fios começaram a ser pensados nos anos 80 e tecidos lentamente nos períodos que seguiram.

A partir da Constituição de 1988, o sistema de Saúde brasileiro tem buscado construir modelos de atenção que respondam, de forma efetiva, às reais necessidades da população, na perspectiva de contemplar às especificidades loco regionais. A institucionalização do SUS como uma política de Estado apresenta avanços históricos, com a descentralização e a municipalização de ações e serviços e a melhoria e a ampliação da atenção e da

vigilância à saúde, bem como o maior controle social (PAIM *et al.*, 2011; CAMPOLINA *et al.*, 2013; PEREIRA *et al.*, 2015).

Apesar desse contexto de avanços, outros desafios emergem e instigam o poder público a empreender esforços, visando contribuir para a superação de problemas de Saúde Pública ainda existentes.

A construção e o fortalecimento do SUS demandam inovações diversas (inclusive no âmbito técnico-organizativo e gerencial) e impõem a reconceituação das práticas e das funções essenciais da Saúde Pública institucionalizadas; a reconfiguração dos processos de trabalho em Saúde; o reconhecimento do usuário em agente-sujeito; e, por conseguinte, a formação e a capacitação dos profissionais que atuam nesse campo. Esse profissional, em comum acordo com as propostas do SUS, agirá como agente promotor da saúde, diagnosticando problemas e necessidades e ajudando a identificar soluções para consolidação dos serviços sanitários (PAIM *et al.*, 2011; BEZERRA *et al.*, 2013; SILVA; PINTO, 2014; BRASIL, 2015).

Quando iniciamos o projeto do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, coordenado nacionalmente pela RedEscola, observou-se como uma das prioridades desenvolver competências que fortaleçam a gestão do sistema de Saúde e práticas colaborativas no âmbito da promoção à saúde. Portanto, foi necessário refletir sobre as implicações do sanitarista diante dos novos paradigmas construídos no cenário atual.

A formação do profissional que atua na Saúde Coletiva, denominado de sanitarista, também demanda inovações, pois o “sanitarista da contemporaneidade” deve ser habilitado para compreender, articular, promover e executar ações baseado

nos princípios de universalidade, integralidade e equidade que norteiam o SUS (BATISTA; GONÇALVES, 2011).

Historicamente, o sanitarista tem tido um papel fundamental para a compreensão e a intervenção nos determinantes sociais dos processos saúde-doença-cuidado, tendo que contextualizar a saúde para além do corpo e se referenciar no social em suas generalidades e especificidades, levando em consideração os processos de produção de subjetividades e cuidado, de maneira interdisciplinar e dinâmica (BATISTA; GONÇALVES, 2011; BEZERRA *et al.*, 2013; SILVA; PINTO, 2014).

Com isso, a Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues (ESP/CE), no cumprimento de sua missão, vem se consolidando como um centro de reflexão crítica das políticas de Saúde do Estado e de produção de conhecimentos estratégicos para responder às principais necessidades do setor (incluindo o desenvolvimento de recursos humanos), contribuindo para a construção articulada de saberes e práticas no campo da Saúde Pública e formando futuros sanitaristas.

Assim, iniciamos o ciclo no desenvolvimento do projeto Nova formação em Saúde Pública: uma abordagem interprofissional, com duas turmas de discentes, sendo uma delas na capital Fortaleza e a outra no município de Sobral (região Norte do estado), tendo apoio da Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia (ESPVS), de forma descentralizada, iniciando um processo inovador e com objetivo de maior alcance para os profissionais.

Diante do exposto, vale ressaltar que, durante o processo de seleção dos discentes para o curso, obtivemos uma grande quantidade de inscritos para ambas as turmas e, como resultado, o cenário de alunos matriculados exposto na Tabela 1.

TABELA 1. Relação de discentes matriculados no **Curso de Especialização em Saúde Pública** por turmas, 2019.

TURMA FORTALEZA	TURMA SOBRAL
36	30

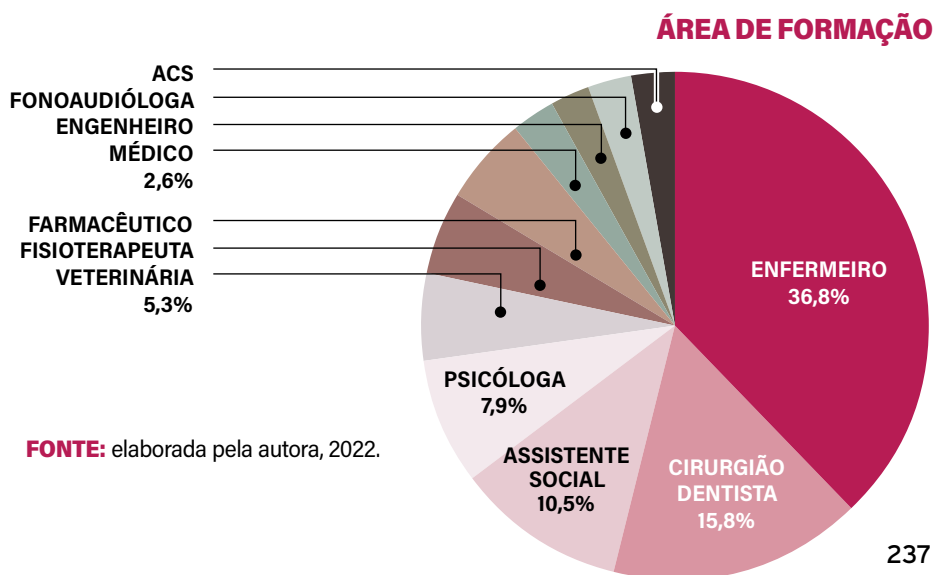
FONTE: elaborada pela autora, 2022.

Nesse contexto, surge o seminário regional *Nordeste – As experiências da prática em Educação Interprofissional na RedEscola: compartilhando lições e aprendizados* (organizado pela RedEscola) onde foram colocadas três questões norteadoras, dentre as quais selecionamos a seguinte:

“Quais estratégias e dinâmicas foram utilizadas para adotar a abordagem da EIP na formação de sanitaristas?”.

Para tanto, é importante observar o perfil dos nossos discentes, representado no Gráfico 1, onde visualizamos as áreas de formação dos profissionais.

GRÁFICO 1. Percentual por área de formação no perfil dos discentes das duas turmas do **Curso de Especialização em Saúde Pública**, 2019.



Podemos observar que a grande maioria dos profissionais é da área da Saúde, com escopo de atuação na Atenção Primária à Saúde (APS), tendo contato direto e articulação com outros níveis de atenção e profissionais de diversas áreas.

Ressaltamos que a Educação Interprofissional em Saúde é compreendida como “oportunidade educacional em que membros de duas ou mais profissões aprendem em conjunto, de forma articulada, com o propósito explícito de melhorar a colaboração e a qualidade da atenção à saúde” (REEVES, p. 189, 2016).

O trabalho interprofissional é entendido como a integração de diferentes profissionais de Saúde para a oferta de serviços capazes de atender às complexas e dinâmicas necessidades de saúde integral.

Respondendo à questão norteadora, destacamos as seguintes estratégias e dinâmicas que foram utilizadas para adotar a abordagem da EIP na formação de sanitaristas durante todo o processo formativo:

- Aula Magna do curso com o tema central “A interprofissionalidade em Saúde frente à nova formação do sanitarista”.
- Metodologias ativas e participativas como estratégias de ensino-aprendizagem.
- Realização de módulo no curso sobre promoção à saúde, intersetorialidade e interprofissionalidade, com uma unidade de aprendizagem específica abordando a interprofissionalidade no trabalho em Saúde e o desenvolvimento social.
- Incentivo à realização por parte dos docentes e discentes do curso no Avasus sobre Educação Interprofissional.
- Percepção dos educandos como agentes transformadores.
- Trocas de experiências entre os educandos a partir dos espaços/territórios que ocupam.
- Desenvolvimento de projetos de intervenção com o tema EIP.

Com essas estratégias, pudemos refletir sobre a contribuição da formação desses profissionais e da prática interprofissional para a avaliação do percurso vivenciado e do trabalho em equipe como potencializador da construção da identidade profissional, possibilitando repensar a prática atual estabelecendo novas perspectivas no escopo de atuação nos territórios.

Graças aos fios tecidos em rede por iniciativas indutoras iguais a essa, aliadas ao reconhecimento na literatura de alguns estudos que apontam a efetividade demonstrada nas investigações sobre EIP, revela-se, cada vez mais, a necessidade da formação de profissionais de Saúde preparados para o trabalho em equipe, a prática colaborativa e a integralidade no cuidado que possibilite reflexões e transformações acerca da sua prática, pois, a partir da reflexão, promove-se o exercitar do pensamento, a ação e, conseqüentemente, o desenvolvimento profissional.

REFERÊNCIAS

BATISTA, K. B. C.; GONÇALVES, O. S. J. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 20, n. 4, p. 884-899, 2011.

BEZERRA, A. P. S. *et al.* Quem são os novos sanitaristas e qual seu papel?. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 57-62, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Saúde Brasil 2014: uma análise da situação de saúde e das causas externas**. Brasília, DF, 2015. 462 p.

CAMPOLINA, A. G. *et al.* A transição de saúde e as mudanças na expectativa de vida saudável da população idosa: possíveis impactos da prevenção de doenças crônicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 1217-1229, jun, 2013.

PAIM, J. *et al.* O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. Saúde no Brasil 1. **The Lancet.com**. May 2011, p. 11-31. Disponível em: <http://www4.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?ID=13063&tipo=B>.

PEREIRA, R. A.; ALVES-SOUZA, R. A.; VALE, J. S. O processo de transição epidemiológica no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 6, n. 1, p. 99-108, jan./jun. 2015.

REEVES, S. *Why we need interprofessional education to improve the delivery of safe and effective care*. **Interface comun. saúde educ**, v. 20, n.56, p. 185-197, 2016.

SILVA, V. O.; PINTO, I. C. M. O sanitário como trabalhador da saúde no Brasil: uma identidade em transformação. **CICS-Publicações/eBooks**, 159-165, 2014.

A experiência de docentes e discentes como suporte ao processo ativo de ensino e de aprendizagem

Rejane Christine de Sousa Queiroz
Sílvia Cristina Viana Silva Lima
Deysianne Costa das Chagas
Cadidja Dayane Sousa do Carmo
Paola Trindade Garcia

O **Curso de Especialização em Saúde Coletiva** com ênfase no trabalho interprofissional, oriundo da parceria institucional com a RedEscola e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), foi viabilizado pelo Departamento de Saúde Pública e aprovado pela Resolução Consepe: 1908 - 27/09/2019, com carga horária de 400 horas e período de 12 meses.

A **Especialização em Saúde Coletiva** com ênfase no trabalho interprofissional tinha como público-alvo servidores do SUS atuantes na região da capital (composta pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e Alcântara), portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC, com vínculo ativo e com mais de cinco anos para a aposentadoria. Foram matriculados 35 alunos, dos quais oito desistiram e 27 concluíram com certificação. Entre os que concluíram, os

maiores percentuais foram de alunas do sexo feminino (85,2%), que residiam em São Luís (81,5%) e que eram profissionais de Enfermagem (44,4%), conforme a Tabela 1.

TABELA 1. Caracterização dos alunos concluintes da Especialização em Saúde Coletiva com ênfase no Trabalho Interprofissional em Saúde. Região de Saúde de São Luís, Maranhão, 2021

CARACTERÍSTICAS	DISCENTES	%
Sexo		
Feminino	23	85,2
Masculino	4	14,8
Município de Residência		
Paço do Lumiar	1	3,7
São José de Ribamar	4	4,8
São Luís	22	81,5
Formação Profissional		
Administração	1	3,7
Ciências Biológicas	1	3,7
Enfermagem	12	44,4
Farmácia	2	7,4
Fonoaudiologia	1	3,7
Nutrição	1	3,7
Psicologia	3	11,1
Serviço Social	4	14,8
Terapia Ocupacional	2	7,4

Para o desenvolvimento adequado das atividades docentes no curso, optou-se por alinhar e desenvolver todo um processo formativo para os professores centrado em métodos ativos de aprendizagem. Objetivou-se subsidiar os docentes no desenvolvimento das atividades de ensino centradas em situações contextuais e aplicadas em sala de aula, além de fornecer ferramentas para a elaboração de materiais didáticos que pudessem

ser utilizados como recursos educacionais potentes nas aulas.

Para tanto, foram construídas duas frentes de formação: realização de uma oficina pedagógica e a criação de um material de orientação sobre a produção de materiais didáticos centrados em aprendizagem significativas, elaborados cuidadosamente para garantir apoio técnico pedagógico ao processo ensino-aprendizagem que seria mediado pelos professores em breve.

A oficina formativa dividiu-se em dois momentos:

1. Primeiro passo: elaboração de situações de aprendizagem, estruturadas na elaboração do formulário didático pedagógico do curso/módulo de responsabilidade do docente e que tinha como produto o formulário didático-pedagógico da disciplina.
2. Segundo passo: elaboração de situações de aprendizagem, estruturadas na elaboração de situação problema (SP), tendo como produto um roteiro de SP a ser utilizado na disciplina.

Em relação ao material de orientação, desenvolveu-se um documento instrutivo, intitulado “Diretrizes para construção de textos didáticos”³, que destacava a necessidade de definir e realçar os objetivos educacionais do módulo sob a responsabilidade do professor e, em consequência, definir os conteúdos educacionais a serem abordados. O documento com essas diretrizes apresentava uma sequência para elaboração do texto didático, sugeria elementos a serem inseridos ao longo do material, bem como trabalhava aspectos mais relacionados à formatação, como referências e formas apropriadas de introduzir e finalizar as ideias propostas no texto.

³Material adaptado do documento instrucional “Diretrizes para elaboração de conteúdos educacionais”, da Coordenação de Produção Pedagógica da UNA-SUS/UFMA. São Luís, 2019

Ambas as estratégias formativas foram bem aceitas pelos docentes e apoiaram as atividades de ensino-aprendizagem durante a execução do curso. O material de orientação provocou um direcionamento mais robusto que viria a constituir, mais tarde, livros no padrão ISBN sobre as temáticas debatidas no curso, gerando produtos técnicos de qualidade que ainda serão apresentados neste capítulo.

Considerando todo o arcabouço planejado e inicialmente executado para a concretização do curso – como parcerias instituídas, processo de seleção discente e alinhamento docente – o curso de especialização foi iniciado com encontros presenciais e mensais a partir de janeiro de 2019. Treze disciplinas foram ministradas, apresentando metodologias de ensino que abordavam a prática da interprofissionalidade em Saúde, com ênfase nos princípios educacionais da aprendizagem autodirigida e colaborativa, considerando o processo de ensino e de aprendizagem de adultos já inseridos no exercício profissional.

Nesse contexto, o desenvolvimento das disciplinas considerou algumas características que são inerentes ao cenário de aprendizes adultos, como a necessidade de se aprender algo que lhe será útil/significativo, assim como, de forma autônoma, independente, com os docentes exercendo “somente” o papel de estímulo a esse processo de autonomia. Além disso, considerou também a experiência dos discentes como um suporte ao processo ativo de ensino e de aprendizagem, com o objetivo de discutir temas que lhes fossem úteis na resolução de problemas e no aprimoramento de suas práticas em Saúde, partindo sempre do pressuposto de que a principal motivação para tudo isso seria interna, própria de cada um dos discentes (BARROS, 2018).

Para a concretização desses princípios, trabalhou-se principalmente com a Metodologia de Problematização, a partir da discussão de casos fictícios, elaborados com base na realidade profissional dos discentes, assim como problemas reais trazidos por eles e discutidos em conjunto com a turma. Com base nisso, buscou-se “a produção do saber numa perspectiva de trabalhos colaborativos e de troca de experiências e informações, colocando-se seus referenciais de aprendizagens à luz de seus pares, frutos de histórias e vivências no decurso do tempo” (ANJOS, 2018).

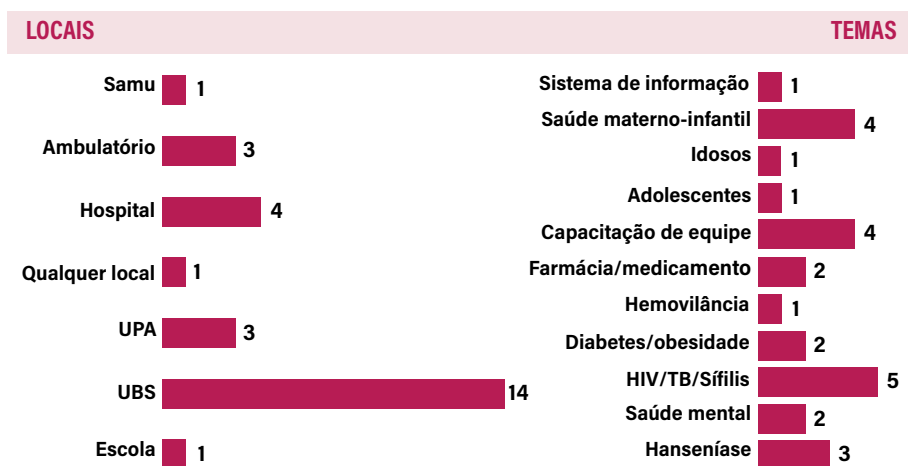
Por fim, vale destacar que, apesar de todo o planejamento e empenho de coordenação de curso, docentes e discentes foram todos desafiados pelas condições de prevenção e contenção da Covid-19, como as medidas de distanciamento social. Com isso, todo o grupo trabalhou na manutenção do planejamento inicial do curso, com as adequações das metodologias presenciais para o formato de aula on-line, com o suporte das tecnologias da informação e comunicação incorporadas ao processo educacional.

A fim de contribuir o mais próximo possível com a realidade dos serviços de Saúde em que os alunos do curso estavam inseridos, o Trabalho de Conclusão de Curso (um dos requisitos para a certificação de especialista em Saúde Pública pela UFMA) foi proposto no formato de projeto de intervenção. A aprendizagem baseada em projetos refere-se a um modelo que se ancora na observação do mundo real, que consiste em permitir que os alunos confrontem as questões e os problemas do mundo real que consideram significativos (NORMAN & SCHMIDT, 2000).

Dentre as competências do sanitarista, temos a compreensão, a contextualização e a intervenção dos determinantes sociais da dinâmica do processo de produção da saúde-doença e

do cuidado. Cada um dos 27 Trabalhos de Conclusão de Curso foi construído ao longo do curso nas disciplinas de seminários a partir de um problema detectado no ambiente profissional e relacionado ao processo de trabalho. As defesas dos TCCs foram realizadas de forma virtual, em decorrência das restrições impostas pela pandemia de Covid-19. A Figura 1 apresenta uma classificação dos trabalhos, analisada a partir dos locais dos serviços de Saúde da região de Saúde de São Luís e dos principais temas dos problemas identificados nos projetos de intervenção.

FIGURA 1. Classificação dos Trabalhos de Conclusão de Curso segundo os locais e os temas dos problemas identificados nos serviços de saúde. Região de saúde de São Luís. Maranhão, 2021.



Os impactos da pandemia de Covid-19 afetaram a dinâmica das aulas. Para dar seguimento ao curso, as atividades foram realizadas em formato remoto e com escuta atenciosa diante de tantas demandas relacionadas ao adoecimento e à morte, mas também ao perfil dos alunos, profissionais do SUS, essenciais na pandemia.

Numa primeira etapa, através de enquetes, buscou-se traçar o perfil dos alunos, especialmente quanto à disponibilidade de tecnologias digitais para o prosseguimento das atividades acadêmicas. Para minimizar as dificuldades com os recursos remotos foi desenvolvido um programa de apoio junto aos professores.

Vale destacar avanços obtidos a partir da constituição de uma câmara técnica composta por quatro docentes do curso para apoio pedagógico e instrucional, gerando oficinas de formação pedagógica para os professores, elaboração de materiais instrucionais e de uma coletânea de seis livros intitulada *Atualização em Saúde Coletiva* ([Material Search Results – merlot.org](https://www.merlot.org)) com temas relacionados ao curso (Figura 2). Além disso, vale destacar o aumento do protagonismo dos alunos na aprendizagem, a partir da autonomia e das responsabilidades durante o curso e da parceria entre os corpos docente e discente na mediação das tecnologias, dos recursos disponíveis e das atividades durante a pandemia da Covid-19.

FIGURA 2.
Livros da Coletânea
Atualização em
Saúde Coletiva



REFERÊNCIAS

- BARROS, Rosanna. Revisitando Knowles e Freire: Andragogia versus pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica. **Educação e Pesquisa**, 44. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/TdjFHK3NrJdKQ5SrZbBwj-F/?lang=pt>
- ANJOS, E. A. A metodologia da problematização na formação dos trabalhadores no caminho do cuidado da saúde: avanços e desafios. **Cadernos do Cuidado**. 2018. Disponível em: <https://cadernosdocuidado.observatoriodocuidado.org/index.php/CC/article/download/30/55>.
- NORMAN, G. R.; SCHMIDT, H. S. *Effectiveness of problem-based learning curricula*. **Medical Education**, v. 34, p. 721-728, 2000
- Diretrizes para elaboração de conteúdos educacionais da Coordenação de Produção Pedagógica da UNA-SUS/UFMA. São Luís, 2019.
- CARMO, C.D.S.; CHAGAS, D.C.; GARCIA, P.T.; LIMA, S.C.V.S.; QUEIROZ, R.C.S. (Organizadores). FREITAS JR. L.M.; QUEIROZ, R.C.S. **Vigilância em Saúde**. São Luís: EDUFMA, 2021. 55 p. : il. (Coletânea: **Atualização em saúde coletiva**).
- CARMO, C.D.S.; CHAGAS, D.C.; GARCIA, P.T.; LIMA, S.C.V.S.; QUEIROZ, R.C.S. (Organizadores). CHAGAS, D.C.; RODRIGUES E.S.M. **Avaliação em saúde**. São Luís: EDUFMA, 2021. 71 p. : il. (Coletânea: **Atualização em saúde coletiva**).
- CARMO, C.D.S.; CHAGAS, D.C.; GARCIA, P.T.; LIMA, S.C.V.S.; QUEIROZ, R.C.S. (Organizadores). LIMA, S.C.V.S. **Construção social das políticas de Saúde no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2021. 91p. : il. (Coletânea: **Atualização em saúde coletiva**).
- CARMO, C.D.S.; CHAGAS, D.C.; GARCIA, P.T.; LIMA, S.C.V.S.; QUEIROZ, R.C.S. (Organizadores). Reis R.S.; Levi M.L. **Financiamento em Saúde**. São Luís: EDUFMA, 2021. 55p. : il. (Coletânea: **Atualização em saúde coletiva**).
- COMPILADOS DOS RESUMOS DOS PROJETOS DE INTERVENÇÕES COM ÊNFASE NA INTERPROFISSIONALIDADE
- CARMO, C.D.S.; CHAGAS, D.C.; GARCIA, P.T.; LIMA, S.C.V.S.; QUEIROZ, R.C.S. (Organizadores). CARMO, C.D.S.; CHAGAS, D.C.; Reis R.S. **Planejamento, programação e educação em Saúde**. São Luís: EDUFMA, 2021. 69p. : il. (Coletânea: **Atualização em saúde coletiva**).
- CARMO, C.D.S.; CHAGAS, D.C.; GARCIA, P.T.; LIMA, S.C.V.S.; QUEIROZ, R.C.S. (Organizadores). **Atenção primária em Saúde, informação em Saúde e estudos epidemiológicos**. São Luís: EDUFMA, 2021. 79p. : il. (Coletânea: **Atualização em saúde coletiva**).

Desenvolver o pensamento investigativo, crítico e reflexivo sobre a realidade política e social da Saúde

Roberto Teixeira de Lima
Gabriel Rodrigues Martins de Freitas
Lenilma Bento de Araújo Meneses

A Constituição Federal de 1988 (Artigo 200) e a Lei 8.080/90, além de outras legislações pertinentes, atribuem ao SUS a responsabilidade constitucional de ordenar a formação de recursos humanos e de incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico para a área de Saúde (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990). Esse sistema, constituído pelo conjunto dos serviços de Saúde, sob gestão pública, organiza-se em redes regionalizadas e hierarquizadas para atuação em todo o território nacional, com direção única em cada esfera de governo. No aspecto organizacional/gerencial, constitui uma estrutura integrada na promoção dos direitos básicos de saúde e

cidadania, uma vez que se insere no contexto das políticas públicas de seguridade social.

Diante da importância de fortalecer as diretrizes básicas desse sistema, bem como ampliar as discussões das práticas a partir da experiência e de vivências locais, como um processo de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2007), e visando à melhoria da qualidade da atenção prestada à população, o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, sediado no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (NESC/CCS/UFPB), no ano de 2019, elabora uma proposta de capacitação com o **Curso de Especialização em Saúde Pública** para os profissionais do Estado da Paraíba, sob orientação da RedEscola.

Cabe destacar o contexto institucional em que esse processo de formação está inserido. O NESC/CCS/UFPB, ao longo de sua histórica atuação, entre outras ações estratégicas no contexto do SUS, sempre esteve vocacionado à capacitação técnica por meio da oferta de cursos *lato sensu*. A maioria dessas iniciativas foi desenvolvida com parcerias institucionais – com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/Brasil), o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), as secretarias estaduais de Saúde de Norte e Nordeste e as municipais de Saúde da Paraíba. Essa expertise direcionou o Núcleo a se integrar à RedEscola.

Atendendo ao chamado da RedEscola referente à adesão ao projeto institucional Nova formação em Saúde Pública: Uma abordagem interprofissional, estabelecido entre MS/SGTES e ENSP/Fiocruz, e inspirado nos resultados de avaliações e análises que apontam a necessidade de investir na formação em Saúde Pública (com mecanismos de atuação em redes), elabora-se

uma proposta de **Curso de Especialização em Saúde Pública**, que responda a uma nova perspectiva de prática de Saúde caracterizada por um perfil de formação profissional que privilegie a Educação Interprofissional e o trabalho colaborativo (SOUZA e COSTA, 2019).

Daí, no NESC/CCS/UFPB cria-se uma equipe de trabalho composta por 12 especialistas representantes do Núcleo e do Centro de Formação de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde (Cefor-RH/SES/PB), em sua maioria docentes vinculados a diversas áreas profissionais (Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Medicina, Odontologia, Terapia Ocupacional, Educação Física, Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Educação). Essa equipe assume a missão de elaborar uma proposta de curso que atenda aos anseios de uma demanda reprimida na área de formação em Saúde, considerando o contexto atual dos processos de trabalho da Atenção Básica operados pelas equipes de Saúde da Família, particularmente na rede do Estado da Paraíba.

Após várias oficinas de discussão sobre conteúdos para a formação em Saúde Pública, essa equipe consolidou uma proposta, que está descrita no Quadro 1. Sua estrutura político-pedagógica foi constituída por oito módulos e 26 unidades de aprendizagens, executados no período de dez meses, com realização de oficinas presenciais mensais e de atividades de dispersão por equipe, totalizando 420 horas/aulas, integradas entre si em atividades teórico-práticas e práticas. Os momentos de concentração e de dispersão foram as estratégias pedagógicas utilizadas para favorecer a construção de uma proposta de intervenção que caracterize um processo de trabalho interprofissional e colaborativo (COSTA, 2019).

QUADRO 1. Descrição dos conteúdos e respectivas cargas horárias do **Curso de Especialização em Saúde Pública**. NESCCS/UFPB. João Pessoa/PB, 2019.

MÓDULOS E UNIDADES DE APRENDIZAGEM	CARGA HORÁRIA (HORA/AULA)
<p>MÓDULO I: SAÚDE, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS Estado, Saúde e Sociedade; Políticas Sociais e de Saúde no Brasil; Modelos de Atenção e Vigilância em Saúde; Redes de Cuidado em Saúde.</p>	60
<p>MÓDULO II: ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA DA SAÚDE Aspectos Antropológicos da Saúde; Determinação Social da Saúde/Doença; Territorialização em Saúde; Atenção Básica em Saúde: Ênfase em Saúde da Família.</p>	30
<p>MÓDULO III: PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA Planejamento Estratégico Situacional em Saúde; Instrumentos de Gestão em Saúde; Estudos de Demandas em Saúde Pública; Programação Estratégica em Saúde: Foco nas Doenças Crônicas mais Prevalentes; Monitoramento e Avaliação em Saúde.</p>	75
<p>MÓDULO IV: ECONOMIA E FINANCIAMENTO EM SAÚDE PÚBLICA Economia em Saúde; Gestão de Financiamento em Saúde no Brasil.</p>	30
<p>MÓDULO V: EPIDEMIOLOGIA E INFORMAÇÃO EM SAÚDE Epidemiologia, Informação e Indicadores de Saúde; Sistemas de Informação em Saúde; Situação Epidemiológica Regional.</p>	30
<p>MÓDULO VI: PROCESSO DE TRABALHO EM SAÚDE COM FOCO NA INTERPROFISSIONALIDADE Organização dos Serviços de Saúde; Interprofissionalidade em Saúde; Práticas Interprofissionais em Saúde; Oficinas.</p>	75
<p>MÓDULO VII: SEMINÁRIOS: METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA Tutoria em Metodologias de Pesquisa na Área da Saúde Pública; Elaboração de projetos de intervenção em Saúde Pública; Qualificação dos projetos de intervenção em Saúde Pública.</p>	105
<p>MÓDULO VIII: SEMINÁRIOS EM SAÚDE Seminários: Apresentação dos projetos de intervenção; Trabalho de Conclusão de Curso.</p>	15

A dinâmica pedagógica permitiu a realização de diversos momentos de dispersão, desenvolvidos tanto como intra, quanto como inter módulos, tendo a finalidade de fixar os elementos teóricos e subsidiar as discussões sobre o processo de trabalho, fornecendo elementos que permitiram a compreensão da realidade sanitária local e a elaboração de propostas factíveis de intervenção, mediadas pelas atividades de supervisão pedagógica e orientação docente.

Ao início de cada módulo, após o primeiro, cada uma das equipes realizou exposições de síntese reflexiva das atividades de dispersão do módulo anterior. Naquele momento, as problemáticas locais identificadas eram analisadas e discutidas coletivamente, favorecendo a troca de experiências, de modo a dar visibilidade à necessidade da ação interprofissional e do trabalho colaborativo em Saúde.

Durante todo o processo didático-pedagógico, a proposta do curso privilegiou as metodologias ativas (MITRE *et al.*, 2008) de aprendizagem como um pressuposto para: a capacitação significativa dos profissionais envolvidos, uma vez que incentivou a busca de informações para a construção do conhecimento coletivo; a prática do trabalho em equipe já no processo de formação; o desenvolvimento de habilidades para o protagonismo profissional de forma mais espontânea; e a potencialização efetiva do crescimento individual e das equipes. Além disso que proporcionou o reconhecimento da importância das relações humanas na construção do conhecimento, elemento primordial no processo de trabalho interprofissional em Saúde (FAMEMA, 2014).

A definição e o formato da proposta pedagógica do curso foram pensadas no sentido de alcançar o seguinte objetivo primá-

rio: capacitar os profissionais da Saúde, no âmbito do Estado da Paraíba, para o processo de trabalho interprofissional, no contexto da rede de cuidado, com ênfase na Atenção Primária. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos secundários:

- Desenvolver habilidades para o processo de trabalho interprofissional e colaborativo em Saúde.
- Desenvolver habilidades para elaboração e implementação de Projetos de Intervenção em Saúde local.
- Fortalecer a capacidade protagonista de resposta às demandas da área da Saúde na perspectiva da resolutividade dos problemas locais.
- Potencializar as práticas interprofissionais de Saúde na perspectiva da educação permanente.
- Desenvolver o pensamento investigativo, crítico e reflexivo sobre a realidade política e social no campo da Saúde.
- Ampliar a capacidade de análise das realidades sanitárias locais, regionais e nacional na perspectiva na promoção da Saúde e da prevenção de agravos.

Em momento que antecedeu à oferta do curso, o NESC/CCS/UFPB desenvolveu um evento regional como uma chamada pública para o CESP sob a nomenclatura de Seminário de formação em Saúde da Rede SUS/PB. Esse evento serviu de termômetro para definir a demanda de capacitação. Contou com a participação de 160 profissionais da rede estadual, de diferentes áreas, oriundos de diversos municípios do Estado da Paraíba. Na ocasião, foram debatidos três temas básicos:

- **A Educação Interprofissional na Saúde: uma estratégia potente para fortalecimento do SUS**, tendo como palestrante a prof^a dr^a Rosa Maria Pinheiro Sousa (RedEscola/ENSP/Fiocruz).

- **Os desafios contemporâneos na formação de recursos humanos para o SUS**, com palestra do prof. dr. Roberto Teixeira de Lima (NESC/CCS/UFPB).
- **O contexto dos processos de formação profissional na saúde no Estado da Paraíba**, com palestra da dr^a Vanessa Cintra, coordenadora do Centro de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (NESC, 2019).

Cabe destacar aqui o processo de seleção dos profissionais candidatos a participar do referido curso. Foram ofertadas 60 vagas, respeitando a legislação vigente na UFPB, para todos os profissionais de nível superior da área da Saúde, majoritariamente com vínculo no sistema público e residentes no Estado da Paraíba. Sobre a distribuição das vagas para o público-alvo – considerando a discussão pela Comissão Intergestora Bipartite (CIB/SES/PB), com a solicitação do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde (Cosems) e considerando possibilitar a entrada de profissionais de Saúde em atividade, mas que ainda não estivessem com vínculo na Rede SUS/PB – a oferta foi distribuída conforme descrito no Quadro 2.

QUADRO 2. Distribuição da oferta de vagas por categoria de vínculo institucional no âmbito do Estado da Paraíba. NESC/CCS/UFPB. João Pessoa/PB, 2919.

ORIGEM DE VINCULAÇÃO DOS CANDIDATOS	NÚMERO DE VAGAS
PROFISSIONAIS DE SAÚDE, POR REGIONAIS DE SAÚDE DA SES/PB (70,0%)	
I Macro Regional (4 Regionais de Saúde):	
1ª, 12ª, 14ª Regionais de Saúde	6
2ª Regional de Saúde	3
Município de João Pessoa (Capital)	2
Municípios de maior população da I Macro Regional de Saúde do Estado (IBGE, 2018): Santa Rita; Bayeux.	2
II Macro Regional (5 Regionais de Saúde):	
3ª, 4ª, 5ª, 15ª, e 16ª Regionais de Saúde	10
Municípios de maior população da II Macro Regional de Saúde do Estado (IBGE, 2018): Campina Grande; Queimadas	2
III Macro Regional (7 Regionais de Saúde):	
7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, e 13ª Regionais de Saúde	12
6ª Regional de Saúde	3
Municípios de maior população da III Macro Regional de Saúde do Estado (IBGE, 2018): Patos; Sousa.	2
Profissionais de saúde, por outros vínculos:	
Técnicos e/ou docentes da UFPB (10,0%)	6
Técnicos servidores da SES/PB (10,0%)	6
Profissionais de saúde sem vínculo com a Rede SUS/PB (10,0%)	6
Total de vagas ofertadas	60

Foram selecionados, por critérios técnicos, através de entrevistas e análise curricular, 60 profissionais vinculados à rede SUS/PB. Desse total, houve sete desistências e 53 profissionais tiveram êxito nos conteúdos avaliativos e, ao fim, apresentaram suas respectivas propostas de intervenção em Saúde Pública. Essas propostas envolveram diversos temas da área, a exemplo de: prevenção e enfrentamento da pandemia da Covid-19;

sedentarismo e obesidade na população idosa; ações de Saúde Mental na Atenção Básica; práticas integrativas complementares no SUS; atenção à saúde da população de rua; comunicação interprofissional na assistência à saúde; atenção materno-infantil com ênfase no pré-natal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Ministério da Saúde.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Portaria nº 1.996/GM/MS, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 2007.

COSTA, MV. **A Educação Interprofissional e o processo de formação em saúde no Brasil: pensando possibilidades para o futuro**. Capítulo nº 2, p45-61. In: SOUZA, RMP; COSTA, PP. **Nova formação em Saúde Pública: aprendizado coletivo e lições compartilhadas na RedEscola**. ENSP/Fiocruz, RedEscola, Rio de Janeiro/RJ, 2019. 260p.

FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA (FANEMA). **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina/Curso de Medicina**. Faculdade de Medicina de Marília: Marília, São Paulo, 2014. 46 f.

MITRE, S.M., *et al.* Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciências & Saúde Coletiva**, 2008, v. 13, n. 2, p. 2133-44.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA (NESC). Centro de Ciências da Saúde/ Universidade Federal da Paraíba. **Seminário: formação em saúde da Rede SUS/PB. 12p. Relatório Executivo**. João Pessoa/PB, 2019.

SOUZA, RMP; COSTA, PP. **Nova formação em Saúde Pública: aprendizado coletivo e lições compartilhadas na RedEscola**. ENSP/Fiocruz, RedEscola, Rio de Janeiro/RJ, 2019. 260p.

Interprofissionalidade: diferentes percepções e a produção de sentidos e conhecimentos para a melhoria da assistência

Marília Santos Fontoura
Caique de Moura Costa
Millene Moura Alves Pereira
Carolina Pereira de Jesus Piancó
Cláudia Cristiane Moura Silva Souza
Iolanda Nogueira de Sousa
Rafael da Costa Veloso

A Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis (ESPBA) constitui-se como uma das diretorias da Superintendência de Recursos Humanos, que compõem a estrutura da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Formalizada a partir do Decreto Estadual nº 19.001, de 2 de abril de 2019, que alterou o Regimento da Sesab (BAHIA, 2019), a ESPBA é resultado da junção da Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS) e da Escola Es-

tadual de Saúde Pública Francisco Peixoto de Magalhães Netto (EESP), com, respectivamente, 23 e 15 anos de existência enquanto referências no ordenamento da formação em Saúde no Estado da Bahia (ESPBA, 2022). A integração das duas escolas foi uma decisão política no sentido de fortalecer a Educação Permanente em Saúde (EPS) na Bahia.

No resguardo das Bases Legais da Educação, o Parecer nº 443, do Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE), publicado no Diário Oficial do Estado em 13 de dezembro de 2018, assegurou autonomia didática à ESPBA na organização de seus cursos, ao conceder credenciamento especial para cursos de pós-graduação *lato sensu*, habilitar para a qualificação e certificação de profissionais e trabalhadores que atuam na atenção à saúde e na gestão do SUS/BA, e integrar as ações da educação profissional técnica na Saúde (ESPBA, 2022).

No que se refere à gestão dos cursos ofertados pela escola, esses se desenvolvem em duas modalidades. A gestão centralizada é aquela que acontece dentro da instituição, com coordenação dos trabalhadores lotados na escola; e a gestão descentralizada, por sua vez, é desenvolvida nos territórios, com condução local em parceria com os Núcleos Regionais de Saúde (SOUZA, 2021).

Nesse sentido, o desenvolvimento dos processos educativos de forma regionalizada requer o envolvimento das esferas de gestão estadual, regional e municipal, a fim de acompanhar a operacionalização das turmas descentralizadas, na perspectiva de garantir o acompanhamento técnico pedagógico dos cursos desenvolvidos (SOUZA, 2021).

Schweickardt *et al.* (2015, p. 101) dizem ainda que a regionalização requer um esforço político e o envolvimento dos atores

de diferentes setores, de modo que se estabeleça um “ambiente regional vivo” com capacidade de perceber as necessidades e singularidades do território, potencializando a organização regionalizada. Ademais, a ESPBA considera o desenho regional e o modelo organizacional do Sistema Estadual de Saúde contido no Plano Diretor de Regionalização (PDR) do Estado da Bahia para estruturação das ações dessa modalidade descentralizada e regionalizada.

O **Curso de Especialização em Saúde Pública (CESP)** é um dos cursos de oferta regionalizada desenvolvidos pela ESPBA e se encontra na quarta etapa da formação de sanitaristas, em continuidade ao projeto iniciado em 2016 com a RedEscola.

Ao longo dos sete anos de implantação do referido curso, foram ofertadas 19 turmas, com trabalhadores da Rede SUS/BA de diversas categorias profissionais. Importante ressaltar que, em 2022, o CESP tornou-se uma oferta permanente da ESPBA, com a formação de cinco turmas centralizadas e sete regionalizadas, compostas por profissionais de categorias distintas, seguindo as tendências da oferta do ano anterior, que ocorreu em três diferentes Regiões de Saúde (Salvador, Centro-Leste e Sudoeste).

Em um estudo realizado no Estado da Bahia, Costa e Fontoura (2019) apresentaram resultados que evidenciaram a necessidade de descentralização e regionalização da oferta das turmas do CESP. Baseando-se em tais evidências e no reconhecimento da necessidade das ações de Educação na Saúde, conforme a lógica de organização regionalizada dos serviços na Bahia, a ESPBA assumiu o compromisso de expandir a oferta de vagas e também de territórios onde acontecem tais ações. Essa expansão pode ser observada no Quadro 1.

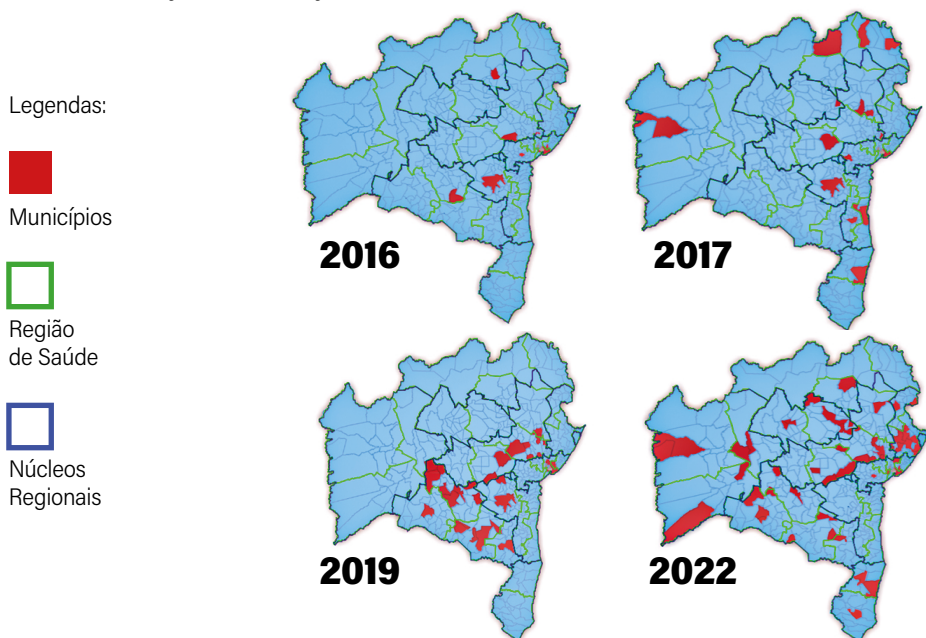
QUADRO 1. Evolução da formação de sanitaristas no Estado da Bahia.

ANOS	2016	2017	2019	2022
Tipo da oferta	Centralizada	Centralizada	Centralizada/ Regionalizada	Centralizada/ Regionalizada
Número de discentes	32	48	120	180
Categorias profissionais	5	17	23	38
Municípios contemplados	10	16	46	58
Macroregiões	1	1	3	7

FONTE: Coordenação do CESP/BA 2022

Com base no Quadro 1, percebe-se que na quarta etapa do curso foram envolvidos 58 municípios e sete Macrorregiões de Saúde, com turmas compostas por trabalhadores do nível central da Sesab e turmas da Fundação Estatal Saúde da Família (FESF-SUS), promovendo, assim, diversidade e espaços de aprendizagem interprofissionais. Esses espaços são definidos por Barr *et al.* (2000) enquanto momentos nos quais duas ou mais profissões se encontram e compreendem os processos de trabalho individuais, de modo que esse movimento colabore com a qualidade, o fortalecimento da assistência e o trabalho em equipe, produzindo novos conhecimentos e sentidos para a sua prática cotidiana e colaborativa (COSTA, 2016).

FIGURA 1. Evolução da distribuição loco-regional dos discentes do CESP/BA (2016 - 2022)



A Figura 1 também demonstra de maneira gráfica essa expansão e a distribuição loco-regional dos discentes em cada uma das etapas do curso. Fica perceptível o quanto a decisão de regionalizar o CESP promoveu o acesso de trabalhadores de regiões e municípios remotos.

Desde a primeira etapa do CESP, em 2016, a coordenação do curso já promovia, por meio de atividades em grupos na sala de aula, o desenvolvimento de práticas interprofissionais nos trabalhos propostos. Entretanto, somente em 2021 se incluiu a temática enquanto um componente curricular, que se desenvolveu em oficinas promovidas pela RedEscola – que, considerando a formação de sanitaristas e sua necessidade constante de articulação com outros profissionais, adotou a Educação Interprofissional como estratégia de potencialização daquelas articulações e ação orientadora da formação em Saúde Pública.

Na terceira turma do CESP, as competências colaborativas foram inseridas em todos os módulos do curso, sendo elas:

- Comunicação interprofissional.
- Atenção centrada no usuário, na família e na comunidade.
- Clareza dos papéis profissionais.
- Funcionamento da equipe.
- Liderança colaborativa.
- Resolução de conflitos.

Cada módulo apresentava um documento norteador que contemplava os objetivos pedagógicos, metodologias aplicadas e o processo de avaliação, além de ementas, conteúdo programático, bibliografias e orientação das atividades.

Em complemento, as estratégias e dinâmicas utilizadas em sala para a inclusão da temática na terceira etapa do CESP se deram a partir da adoção do conceito da EIP durante as discussões das atividades e trabalhos desenvolvidos em grupo, nos fóruns do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e nas visitas técnicas aos serviços.

Algumas dificuldades foram enfrentadas para adotar a EIP como estratégia orientadora da formação em Saúde Pública no Estado da Bahia. Uma delas estava relacionada ao desconhecimento dos discentes sobre o conceito e a potencialidade da EIP; outras diziam respeito às medidas contingenciais de distanciamento implantadas no contexto da pandemia de Covid-19, que demandaram alterações no planejamento, na metodologia do curso, na interação e na queda da motivação dos discentes, além do adoecimento concomitante de parte dos alunos.

O processo de compreensão e aceitação da EIP enquanto uma prática tem representado um desafio para sua consolidação como princípio e prática educativa interprofissional no CESP. Foi necessária uma busca permanente de estratégias pedagógicas que permitissem romper com as formas antigas do trabalho fragmentado, contribuindo com uma lógica de trabalho mais colaborativo e socialmente integrado.

Para além dos desafios que envolvem a EIP citados anteriormente, é preciso considerar outros aspectos críticos relacionados à oferta regionalizada, a qual requer o uso constante de diferentes tecnologias (digitais, comunicacionais, pedagógicas e ferramentas técnicas) que favoreçam o alinhamento dos temas discutidos, possibilitem o mesmo acesso e contribuam com o aprendizado interprofissional dos discentes.

As web-aulas têm sido desenvolvidas de forma síncrona para as sete regiões de Saúde que aderiram ao curso, possibilitando a formação de turmas descentralizadas nos Núcleos Regionais de Saúde e transmissão simultânea para cinco turmas centralizadas desenvolvidas na sede da ESPBA, por meio da ferramenta de webconferência Zoom, disponibilizada mediante parceria entre a Escola e o Conasems.

O EADSUS da ESPBA utiliza a plataforma Moodle, que tem se constituído como um dos espaços que favorecem a interação interprofissional, possibilitando, por meio de ferramentas digitais, as trocas e a aprendizagem coletiva entre as diversas categorias profissionais (como, por exemplo, os fóruns de discussão que têm acontecido no ambiente virtual). Além disso, emprega questões norteadoras que conferem direcionalidade às interações, favorecendo o alcance dos objetivos dos módulos. Outra

importante ferramenta tecnológica são os grupos no WhatsApp, que, além de facilitarem o processo de gestão, potencializam o compartilhamento de conhecimento extra sala de aula. Embora não sejam ferramentas institucionais, os grupos proporcionam um alcance mais abrangente, além da rapidez na comunicação entre os envolvidos.

Outra importante estratégia metodológica, que potencializa a EIP e a implementação do processo de regionalização no Estado, são os projetos de intervenção, adotados desde a terceira etapa do CESP, enquanto principal modalidade do TCC. Essa decisão contribui com a interprofissionalidade no local onde o discente trabalha, já que este é orientado a se articular aos demais trabalhadores que compõem sua equipe ou ambiente de trabalho. Destaca-se ainda que o Projeto de Intervenção favorece a regionalização na medida em que, de certa forma, induz uma série de intervenções que podem ser aplicadas, desenvolvidas e/ou reproduzidas no território/região, possibilitando mudança das práticas e reorganização dos serviços de Saúde.

Como todo processo de implantação, faz-se necessário acompanhar as contribuições da inserção da competência de EIP no curso (interação e colaboração entre profissionais no trabalho em Saúde), que poderão ser identificadas a partir do processo de avaliação baseado em níveis (contínua e em profundidade) (HAMBLIN, 1978; KIRKPATRICK, 1993; BORGES-ANDRADE, 1982, 1997, 2002; ABBAD, 2006). Tal processo de avaliação está sendo implementado nos cursos da ESPBA, atualmente na terceira e na quarta ofertas, respectivamente no momento de avaliação de mudanças na prática e no fim da avaliação de reação final do curso.

A matriz lógica elaborada e utilizada nos instrumentos de

avaliação baseia-se nas escalas e afirmações (aferição da percepção) validadas pelas(os) pesquisadoras(es) e autoras(es) TD&E, com as respectivas adaptações, de acordo com os objetivos pedagógicos. Assim, os aspectos seguidos na avaliação do curso são:

- Reação (opinião do discente quanto ao curso).
- Aprendizagem (os conhecimentos que foram aprendidos).
- Mudanças nas práticas (modificações e melhorias no processo de trabalho e de organização do serviço).
- Efeitos (resultados desencadeados pelas mudanças).

Dentre essas etapas, destaca-se a de mudanças nas práticas, quando haverá a possibilidade de aferir os aspectos relacionados às possíveis transformações na prática profissional promovidas pelo CESP e no processo de trabalho, após a possível utilização dos conhecimentos sobre a interprofissionalidade no ambiente profissional, ao apoio (suporte organizacional) recebido da chefia imediata e/ou gestão para aplicação das competências de interação e colaboração em seu ambiente de trabalho.

Essa metodologia possibilita avaliar, após o término do curso, a escala de impacto em amplitude (aferições que visam evidenciar efeitos indiretos do curso no desempenho geral das/os egressas/os) e impacto em profundidade adaptada (entendido como a aplicação eficaz, nas situações de trabalho, dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos sobre interprofissionalidade por meio da aprendizagem), em que os objetivos pedagógicos dos módulos I (Processos de Trabalho, Construção dos Sujeitos, Interprofissionalidade e Ética) e VIII (Gestão do Tra-

balho, Comunicação, Educação e Formação em Saúde na perspectiva do Trabalho Colaborativo e Prática Interprofissional) são transformados em indicadores de expressão das competências.

Podemos inferir que a diversidade dos territórios e a ampliação das categorias contempladas favoreceram a cooperação, o compartilhamento e a troca de saberes interprofissionais, já que cada discente/participante traz consigo vivências, saberes tácitos e socioculturais advindos do território e contexto de trabalho do qual faz parte. O ambiente formativo, permeado pelo uso das metodologias ativas e a problematização da realidade, potencializam a formação/Educação Interprofissional.

A interprofissionalidade promove o encontro das diferentes percepções e a produção de novos sentidos e conhecimentos, de modo a qualificar suas práticas e contribuir com a melhoria da assistência. Acredita-se que a expansão do acesso e o contexto do curso desenvolvido de forma regionalizada podem favorecer uma prática interprofissional, assim como a consolidação das diretrizes previstas no Plano Diretor de Regionalização (PDR), favorecendo processos de trabalho em rede e a compreensão da importância de uma prática interprofissional, na medida em que agrega uma série de novos saberes e práticas profissionais no campo da Saúde e na formação de sanitaristas.

REFERÊNCIAS

- ABBAD, G. S., Freitas, I. A., & Pilati, R. Contexto de trabalho, desempenho competente e necessidades em TD&E. In J. E. Borges-Andrade, G. S. Abbad, & L. Mourão (Orgs.), **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações de trabalho: Fundamentos para a gestão de pessoas** (pp. 231-254). Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BAHIA. Governo do Estado. Casa Civil. Decreto nº 19.001 de 02 de abril de 2019. Altera o Regimento da Secretaria da Saúde – SESAB, aprovado pelo Decreto nº 10.139, de 06 de novembro de 2006. 2019a. Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 03 de abril de 2019. 2019a. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19001-de-02-de-abril-de-2019>. Acesso: 20 maio 2022.
- BARR H, HAMMICK M, FREETH D, KOPPEL I, REEVES S. **Evaluating interprofessional education: a UK review for health and social care**. London: BERA/CAIPE; 2000.
- BORGES ANDRADE, Jairo E. *et al.* **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para gestão de pessoas**. Porto Alegre, Artmed, 2006.
- BORGES-ANDRADE, J. E. Desenvolvimento de medidas em avaliação de treinamento. **Estudos de Psicologia**, 7 (número especial), 31-43, 2002.
- BORGES-ANDRADE, JE. **Avaliação somativa de sistemas instrucionais: integração de três propostas**. TecnolEduc, 1982.
- COSTA, Caique de Moura; FONTOURA, Marília Santos; ROCHA, Silvia Santos. Perspectiva de descentralização e regionalização de um curso de especialização em Saúde Pública na Bahia. **Rev. baiana Saúde Pública**, p. 29-44, 2019.
- COSTA, Marcelo Viana da. A Educação Interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 20, p. 197-198, 2016.
- HAMBLIN, Anthony Crandell. **Avaliação e controle de treinamento**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. KIRKPATRICK, D. **Evaluating training programs: Four levels**. San Francisco: Berrett-Koehler, 1993.
- SOUZA, Cláudia Cristiane Moura Silva. **Regionalização e trabalho em rede para o fortalecimento das ações educativas em saúde**. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. / Bahia: Salvador, 2021.
- SCHWEICKARDT, Júlio Cesar; LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa; CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio; CHAVES, Simone Edi. **Educação permanente em gestão regionalizada em Saúde: Saberes e Fazeres no Território do Amazonas**. 1 ed. – Porto Alegre: Rede Unida. 2015.
- ZERBINI, T. *et al.* Transferência de treinamento e impacto do treinamento em profundidade. In: ABBAD, Gardênia *et al.* **Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação**. p. 127-144. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Invenções educativas para transformações no trabalho a partir da Educação Interprofissional

Dara Andrade Felipe
Célia Maria Borges da Silva Santana

O presente capítulo trata do registro das práticas de Educação Interprofissional desenvolvidas no **Curso de Especialização em Saúde Pública** (oferta 2019–2021) pela Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE), dentro do escopo do projeto Nova formação em Saúde Pública na Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública: uma abordagem interprofissional, coordenado pela RedEscola.

O texto apresenta a ESPPE e o curso de especialização e segue organizado em três blocos: o primeiro resgata o processo de incorporação do referencial da Educação Interprofissional à proposta político-pedagógica do curso e a definição das respectivas estratégias de ensino-aprendizagem. Em seguida, são detalhadas as estratégias de EIP desenvolvidas durante a formação

e, por fim, são apresentados os desafios para a continuidade e fortalecimento da Educação Interprofissional como estratégia orientadora da formação na Saúde Pública.

A ESPPE tem como missão responder às necessidades de formação, qualificação e desenvolvimento dos trabalhadores do SUS no Estado de Pernambuco, sendo protagonista na Política Estadual de Educação Permanente em Saúde (PERNAMBUCO, 2019). Em seu escopo de ações, encontram-se o desenvolvimento de processos de Educação Permanente em Saúde nas modalidades de atualização e aperfeiçoamento, a oferta de educação profissional técnica e de cursos de pós-graduação. Esses são desenvolvidos nas modalidades residências em área profissional da Saúde e de especialização *lato sensu* de maneira regionalizada e descentralizada, abarcando todo o Estado de Pernambuco.

O **Curso de Especialização em Saúde Pública** é uma das ações previstas no Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde 2019–2022, dentre aquelas que visam o fortalecimento da capacidade técnico-política das equipes de gestão estadual e municipal (PERNAMBUCO, 2018). Tem como objetivo a formação de sanitaristas comprometidos(as) ética e politicamente com a transformação das condições de Saúde a partir da formação em serviço no SUS, de forma regionalizada e interdisciplinar.

O curso de especialização foi desenvolvido de maneira regionalizada e descentralizada no Estado de Pernambuco com três turmas (entre agosto de 2019 e março de 2021), tendo como público os profissionais que atuam na gestão estadual ou municipal do SUS/PE. Ao fim da oferta, foram formados 106 sanitaristas das 12 regiões de Saúde do estado. Em virtude da pandemia

de Covid-19, o curso iniciado presencialmente foi concluído na modalidade de educação online (SANTOS, 2019).

No que se refere às diretrizes político-pedagógicas que organizaram o processo educativo, destacam-se a Educação Permanente em Saúde (EPS) e a Educação Interprofissional (EIP). A partir da EPS, desenvolve-se a noção de formar com o trabalho, articulando os conceitos de aprendizagem significativa e problematização (CECCIM E FERLA, 2009). A Educação Permanente em Saúde compreende o trabalho como potência educacional e de produção do conhecimento para a formação e aprimoramento dos trabalhadores da Saúde. A EIP direciona processos formativos voltados para as necessidades de Saúde, com a construção do aprendizado interativo entre diversas profissões, com vistas ao desenvolvimento do trabalho em equipe (OGATA *et al.*, 2021).

Ambos os referenciais da Educação Permanente em Saúde e da Educação Interprofissional têm por objetivo o desenvolvimento de processos formativos comprometidos com a reorientação da formação profissional e o desenvolvimento de práticas de gestão e de cuidado, alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde. Tanto a EIP quanto a EPS propõem uma integração entre educação e trabalho, com abordagens metodológicas apoiadas em metodologias ativas e problematizadoras (OGATA *et al.*, 2021).

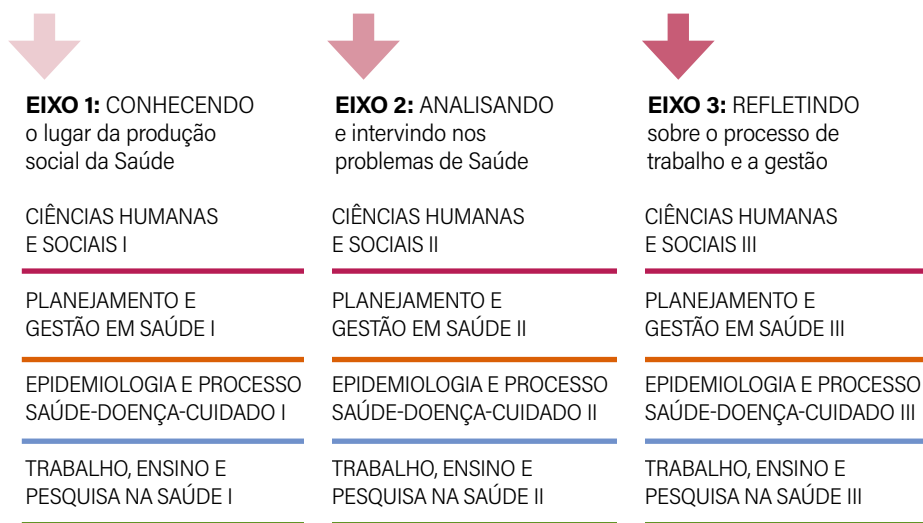
A matriz do **Curso de Especialização em Saúde Pública** da ES-PPE, desde sua oferta anterior (realizada entre os anos de 2016 e 2017), é organizada a partir de três eixos, cada um com conteúdos que contemplam quatro áreas de conhecimento, conforme a Imagem 1.

No Eixo 1, é possível conhecer qual é o lugar da produção social da Saúde pelo desenrolar das quatro áreas do conhecimento. Ao finalizar esse eixo, o educando deverá estar apto a planejar e executar diagnóstico em Saúde, articulando os conceitos e referências das diferentes áreas de conhecimento.

O conjunto de conhecimentos e práticas desenvolvidas no Eixo 2 proporcionará ao educando o *analisar* e o *intervir*. Dessa maneira, ele terá a possibilidade de intervir nos problemas e necessidades encontradas no dia a dia da gestão dos serviços nos quais insere a sua força de trabalho, pela ação dialógica e comunicativa, compreendendo o trabalho como espaço de aprendizado e construção de práticas.

No Eixo 3, o conjunto de conhecimentos e práticas desenvolvidas deverá se organizar de maneira a proporcionar aos educandos o aprofundamento do *refletir*. Ao fim do eixo, os trabalhos de conclusão de curso deverão ser apresentados e discutidos sob a forma de projeto de intervenção.

IMAGEM 1: Eixos da matriz do **Curso de Especialização em Saúde Pública** da ESPPE



A partir da organização apresentada, a equipe pedagógica do curso iniciou uma revisão dos componentes curriculares e conteúdos, da proposição das atividades de dispersão e das estratégias avaliativas. Para apoio nesse processo de revisão, o professor Marcelo Viana, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi convidado a participar de um debate sobre a Educação Interprofissional e amadurecimento das estratégias a serem adotadas no curso.

O referencial da Educação Interprofissional esteve presente, transversalmente, em todo o curso. Podem-se sistematizar três estratégias pedagógicas de Educação Interprofissional específicas acionadas ao longo da formação.

a) Consolidação dos conteúdos referentes ao trabalho interprofissional

A área de conhecimento Trabalho, Ensino e Pesquisa em Saúde, presente nos três eixos do curso, trata das reflexões acerca do trabalho na sociedade contemporânea e do trabalho em Saúde, em particular, das relações entre educação e trabalho e da produção de conhecimento no trabalho sanitário.

Com vistas à ampliação das reflexões sobre o trabalho *colaborativo e interprofissional*, foram inseridos nos componentes curriculares dessa área de conhecimento conteúdos referentes às necessidades de fortalecimento do trabalho em equipe nas práticas de cuidado e gestão e às políticas da reorientação da formação profissional em Saúde, com destaque para o desenvolvimento das ações de fortalecimento da EIP.

Para ampliar o acesso a publicações e literatura diversas sobre essa temática, foi criado no Ambiente Virtual de Aprendizagem da ESPPE um espaço nomeado “Biblioteca de Interprofiona-

lidade”. Além de referência para docentes e discentes do curso de especialização, essa “biblioteca” é uma base para as demais ações educativas da instituição.

Foi também agregado o curso Educação Interprofissional em Saúde, da Universidade do Rio Grande do Norte (plataforma Avasus), a ser realizado pelos profissionais discentes e docentes do curso.

Destaca-se que, em virtude da pandemia de Covid-19, houve um ajuste dos conteúdos de cada área de conhecimento do **Curso de Especialização em Saúde Pública** da ESPPE. Considerando que a formação é referenciada na Educação Permanente em Saúde, as questões da reorganização do trabalho para responder à emergência sanitária foram inseridas nos encontros virtuais. Dessa forma, os conteúdos e reflexões sobre a prática interprofissional passaram a ser contextualizados no cenário pandêmico.

b) Atividades de Dispersão

A Atividade de Dispersão é uma estratégia pedagógica de articulação dos conteúdos e das reflexões realizadas no espaço de sala de aula com a realidade das práticas de Saúde. Devem ser desenvolvidas no espaço de trabalho e territórios de atuação profissional, com vistas à indução da colaboração interprofissional.

Em cada um dos 12 módulos do curso, os profissionais discentes foram orientados a desenvolver atividades em seus espaços de trabalho com os objetivos de diagnosticar, analisar e propor ações para qualificação do processo de trabalho. Para a realização de cada uma das atividades de dispersão, os profissionais discentes articularam suas equipes de trabalho, atuando como articuladores de práticas colaborativas.

c) Projeto de intervenção

O projeto de intervenção (PI) é a modalidade de TCC do **Curso de Especialização em Saúde Pública**. Tal projeto se baseia no referencial da Educação Permanente em Saúde, no qual o processo formativo tem como sustentação as problemáticas e as necessidades do trabalho, visando à formulação de estratégias e respostas efetivas na superação das situações identificadas.

Enquanto modalidade de TCC, o PI traz a compreensão de que os saberes e teorias mobilizados no trabalho são produtores de conhecimento, sistematizando efeitos e resultados. Além disso, o desenvolvimento de intervenções no cenário de trabalho contribui para instituir processos sistemáticos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das práticas de Saúde, promovendo uma atitude institucional crítica e reflexiva (XAVIER *et al.*, 2018).

Durante o **Curso de Especialização em Saúde Pública**, cada profissional discente identificou uma problemática e formulou uma intervenção para sua superação, devendo o planejamento e execução das ações serem desenvolvidos a partir da colaboração interprofissional. No texto final de sistematização dos PIs, os discentes, além de apresentarem uma reflexão ampla sobre os resultados alcançados, considerando os objetivos da intervenção, deviam refletir sobre os resultados para o trabalho interprofissional. Nesse tópico, analisaram as potencialidades e desafios para o fortalecimento da interprofissionalidade em seu espaço de trabalho, articulando com a análise da intervenção desenvolvida.

Por fim, os PIs foram apresentados no formato de rodas de conversa, nas quais os profissionais discentes foram agrupados a partir da afinidade temática de suas produções. Após as apresentações, os

avaliadores e debatedores convidados falaram de suas contribuições, destacando estratégias de qualificação e efetivação das intervenções propostas.

A inserção do referencial da Educação Interprofissional e a revisão da proposição pedagógica do **Curso de Especialização em Saúde Pública** da ESPPE mostraram-se de grande relevância, tanto para o processo formativo dos sanitaristas, quanto para o desenvolvimento institucional da ESPPE.

Contudo, ainda persistem alguns desafios para o fortalecimento das ações de EIP na formação em Saúde Pública. O primeiro diz respeito à necessidade de desenvolvimento de estratégias de formação docente sobre a Educação Interprofissional. A ESPPE não tem docentes permanentes, o que dificulta o desenvolvimento conceitual e pedagógico do referencial da EIP no cotidiano de suas ações educativas.

Ao avaliarem o curso, os discentes indicaram a ampliação da compreensão e da relevância do trabalho interprofissional para a atuação profissional na Saúde. No entanto, indicaram encontrar dificuldades no cenário de trabalho e no engajamento da equipe. Assim, se faz necessário o desenvolvimento de estratégias de Educação Interprofissional a fim de impactar os profissionais que integram as equipes de trabalho dos discentes, sempre que tais equipes não estiverem no curso.

Por fim, destaca-se a relevância na continuidade do desenvolvimento institucional da ESPPE acerca da Educação Interprofissional.

REFERÊNCIAS

- PERNAMBUCO. **Experiências em educação permanente em saúde no estado de Pernambuco**: formação que se constrói em rede. Governo do Estado. Secretaria de Saúde. Recife: Secretaria de Saúde, 2019.
- SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019
- OGATA, Márcia Niituma *et al.* **Interfaces entre a educação permanente e a Educação Interprofissional em saúde**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 55, 2021.
- XAVIER, Shirlei da Silva *et al.* **Projetos de intervenção em saúde: construindo um pensamento crítico**. 2018.
- CECCIM, Ricardo B.; FERLA, Alcindo A. **Educação permanente em saúde**. Dicionário de educação profissional em saúde, v. 2, 2009.
- PERNAMBUCO. **Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (2018- 2022)**. Governo do Estado. Secretaria de Saúde. Recife: Secretaria de Saúde, 2018.

Formação de sanitaristas que contribuam para a transformação da realidade no trabalho em Saúde

Pétala Tuani Candido de Oliveira Salvador
Ewerton William Gomes Brito
Maria Jalila Vieira de Figueirêdo Leite

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva, com apoio da Escola de Saúde e do Departamento de Saúde Coletiva, ofertou, no período de agosto de 2019 a dezembro de 2020, o **Curso de Especialização em Saúde Pública (CESP)**, conforme demanda e orientações da RedEscola (SOUZA; COSTA, 2018).

O projeto se alinha à estratégia da Educação Permanente em Saúde, na medida em que contribui para superar uma problemática existente no processo de trabalho da gestão da regionalização no SUS do Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, prioriza a Educação Interprofissional como princípio de aprendizagem, cujos profissionais cursistas, com formações diferen-

ciadas, vivenciam momentos de instrução coletiva e colaborativa que resultam na melhoria dos sistemas e dos resultados da atenção à saúde (REEVES, 2016).

Com carga horária de 380 horas, o CESP/UFRN teve como propósito qualificar as equipes gestoras do Rio Grande do Norte para atuarem no processo de regionalização e organização das redes de atenção à saúde, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, seguindo os preceitos da educação e do trabalho interprofissional em Saúde.

O CESP/UFRN foi delineado a partir de quatro módulos, com um total de 12 componentes curriculares teóricos e três etapas de projetos aplicativos, componente transversal que representou o momento de articulação teórico-prática do curso a partir dos eixos da interprofissionalidade e da regionalização (Quadro 1) e que foi ministrado por um conjunto de 20 professores mestres ou doutores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

QUADRO 1. Organização Curricular do **Curso de Especialização em Saúde Pública.** Natal-RN/2022

MÓDULO	COMPONENTE CURRICULAR	CH	PROJETOS APLICATIVOS
Módulo I Sistema, política e serviços de Saúde	Metodologia da pesquisa científica	20h	Projetos aplicativos I 40h
	Políticas de Saúde	20h	
	Modelos de atenção à saúde	20h	
	Regionalização da Saúde	20h	
	Redes de atenção à saúde	20h	
Módulo II Sociedade, trabalho e saúde	Saúde e sociedade	20h	Projetos aplicativos II 40h
	Epidemiologia e Bioestatística	20h	
	Vigilância em Saúde	20h	
	Interprofissionalidade e processo de trabalho em Saúde	20h	
Módulo III Planejamento e avaliação do sistema e serviços de Saúde	Avaliação e qualidade em Saúde	20h	Projetos aplicativos III 40h
	Planejamento em Saúde	20h	
	Financiamento em Saúde	20h	
Módulo IV Trabalho de Conclusão de Curso	Seminário de apresentação dos TCCs		20h
TOTAL			380h

O processo de seleção discente do CESP/UFRN foi pactuado com a Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap/RN), o Conselho Municipal de Secretários Municipais de Saúde e o Conselho Estadual de Saúde, a partir da compreensão precípua de contribuir para a resolução do nó crítico da baixa qualificação das equipes gestoras no processo de implementação da regionalização, considerada prioritária para o SUS/RN. Dessa forma, as vagas foram destinadas às equipes gestoras que atuassem no nível central e nas unidades regionais de Saúde Pública da Sesap/RN, nas secretarias municipais de Saúde e

junto a conselheiros do Conselho Estadual de Saúde e servidores (técnico-administrativos e docentes) da UFRN.

A concepção do curso foi fundamentada na formulação de competências profissionais comuns e colaborativas, enquanto diretrizes de formação. Como competências comuns, foram definidas:

- a) Compreender as políticas de Saúde no Brasil como um processo histórico, reconhecendo a organização e a operacionalização do SUS no contexto atual e suas possibilidades de intervir na realidade local e nas condições de vida da população.
- b) Compreender a regionalização da Saúde e a rede de atenção como diretrizes prioritárias para organização dos serviços.
- c) Reconhecer os diferentes modelos de atenção à saúde e a organização da prestação do cuidado na forma de redes de atenção.
- d) Conhecer os fundamentos da gestão em Saúde, seus objetivos, organização e processo de trabalho, aplicando a legislação vigente.
- e) Compreender o processo de saúde e doença na população e sua repercussão no cuidado.
- f) Compreender a vigilância em Saúde como principal estratégia operacional para organização e execução das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde da população no território.
- g) Empregar métodos para coleta, análise e processamento de dados epidemiológicos, com uso dos sistemas de informações para o conhecimento dos determinantes e das condições de ocorrências de doenças e agravos à saúde das populações humanas.
- h) Utilizar os recursos da Epidemiologia e das tecnologias de informação no planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no território.
- i) Conhecer a evolução histórica do trabalho na sociedade e na Saúde, suas dimensões e tecnologias do trabalho.
- j) Aplicar os conceitos relacionados à qualidade com o fim de melhorar as ações desenvolvidas nos serviços de Saúde.

k) Identificar os componentes que fundamentam a regulação, o controle e a auditoria em Saúde, com vistas à adequada prestação de serviços na atenção.

l) Compreender o financiamento da Saúde e suas implicações na oferta do cuidado.

m) Conhecer e utilizar os métodos e ferramentas de planejamento e avaliação em saúde.

n) Conhecer métodos e técnicas de pesquisa e de elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos.

Como competências colaborativas, foram atribuídas:

a) Conhecer a Saúde como direito e ter compromisso social e ético com a saúde da população.

b) Conhecer a importância do trabalho em equipe, da teoria da comunicação e do relacionamento interpessoal na prestação do cuidado integral.

A organização curricular do CESP/UFRN teve como foco o currículo integrado que se fundamenta em princípios educativos para a construção do conhecimento significativo, a responsabilidade social e o desenvolvimento de competências para o fortalecimento e a consolidação do SUS, com prioridade para a utilização de métodos ativos de ensino e aprendizagem.

Os projetos aplicativos representaram a dinâmica basilar da Educação Interprofissional do curso e o seu planejamento transversal baseou-se nas etapas do Arco de Magueréz (Quadro 2). O método coloca o protagonismo dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, partindo da realidade para a construção do conhecimento e elaboração de projetos aplicativos comprometidos com a transformação dessa realidade. Tem início com uma primeira visão global da realidade, seguida pela análise, em que também

acontece a teorização dos componentes e da estrutura do tema e culmina na elaboração de um projeto de atuação nas problemáticas. Nesse processo, utiliza as grandes formas do conhecimento, que compõem quatro modelos de pensamento: o indutivo, o dedutivo, o analítico e o dialético (BORDENAVE,1999).

ETAPA DO ARCO	ATIVIDADES	MÓDULO
Problematização	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em fórum online a partir das questões norteadoras: “Qual o contexto atual da regionalização em meu território? Como esse princípio pode ser fortalecido?”. 2. Colaboração na construção de roteiro para captação da realidade a partir de wiki colaborativa da turma. 3. Lapidação do roteiro nos espaços de atuação dos discentes. 4. Lapidação final do roteiro. 	Módulo I
Captação da realidade	<ol style="list-style-type: none"> 5. Trabalho em grupos: captação da realidade dos cenários de intervenção. 	
Teorização	<ol style="list-style-type: none"> 6. Construção dos itens Contextualização e Problematização do Projeto Aplicativo a partir de wiki colaborativa do grupo. 	
Síntese e discussão	<ol style="list-style-type: none"> 7. Fórum presencial de discussão com a apresentação dos grupos acerca da Captação Realidade das Regiões de Saúde. 	
Planejamento do Projeto Aplicativo	<ol style="list-style-type: none"> 8. Planejamento do Projeto Aplicativo: construção dos itens Objetivos e Plano de Ação a partir de wiki colaborativa do grupo. 	Módulo II
Principais resultados – ajustes no Projeto Aplicativo	<ol style="list-style-type: none"> 9. Realização das ações propostas no Projeto Aplicativo. 10. Construção dos itens Resultados Alcançados e Principais Lições Aprendidas do Projeto Aplicativo a partir de wiki colaborativa do grupo. 	Módulo III
Síntese e discussão	<ol style="list-style-type: none"> 11. Apresentação da vivência dos grupos/discentes. 	Módulo IV – TCC

QUADRO 2.
Planejamento inicial dos projetos aplicativos.
Natal/RN, 2022.

A estrutura do curso, nessa perspectiva, constituiu cenário rico para o exercício da educação e do trabalho interprofissional. A apropriação da realidade se deu em intensa relação interprofissional com demais trabalhadores que constituíam as equipes gestoras dos respectivos locais de trabalho dos cursistas. Além disso, planejava-se que a execução dos projetos aplicativos acontecesse como processo coletivo, através da colaboração. Desse modo, em seu processo formativo, o sanitarista estaria contribuindo para a transformação da realidade e para a reorientação das relações interpessoais e interprofissionais no contexto do trabalho em Saúde.

Durante o processo de consolidação dos projetos aplicativos, vários ajustes foram necessários, numa perspectiva de pensar na melhor proposta pedagógica que possibilitasse o alcance do objetivo traçado. Projetos Aplicativos I foi realizado com a proposta de ser a primeira etapa da problematização, segundo o referencial do arco de Charles Maguerez (a captação da realidade). Os discentes foram organizados em seis grupos, segundo suas regiões de atuação profissional, com o objetivo de trazer uma contribuição real para todo o cenário do Rio Grande do Norte. Os alunos representantes do nível central (Sesap/RN) foram distribuídos de forma a contribuir em todos os grupos, além de compor um grupo próprio com o escopo de pensar esse processo de diagnóstico situacional de maneira estratégica.

Todavia, nesse cenário de planejamento inicialmente traçado, evidenciou-se, em março de 2020, o impacto no CESP/UFRN causado pelo necessário distanciamento social para o enfrentamento da Covid-19. Em 17 de março, a partir da Portaria nº 452, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte decidiu por:

“Art. 1º. Suspender, em caráter excepcional e por prazo indeterminado: I - as aulas do ensino básico, técnico e tecnológico, de graduação e pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*), de qualquer modalidade”.

Desse modo, o componente curricular Vigilância em Saúde, que estava previsto para acontecer na semana de publicação da Portaria, foi imediatamente suspenso.

Em 28 de abril de 2020, a equipe de coordenação do CESP/UFRN participou de reunião online promovida pela RedEscola com as turmas do Nordeste, na qual houve uma orientação quanto à necessidade de se repensar as estratégias pedagógicas previstas pelos cursos, numa perspectiva de alinhamento ao contexto daquele momento. Nesse panorama, o CESP/UFRN foi adaptado para oferta remota, decidida em comum acordo com os discentes, e foram realizadas algumas modificações nos caminhos traçados para os projetos aplicativos.

Com relação ao componente Projeto Aplicativo II (PA II), que já havia cumprido 50% de sua carga horária, decidiu-se por estimular os discentes a fazerem o curso online disponível no Avasus, Educação Interprofissional em Saúde, que perpassa os conteúdos e competências planejados para o PA II. Assim, foi possível toda a turma participar dessa importante formação (Avasus, 2018).

Adicionalmente, decidiu-se por ajustar a proposta inicial para o Trabalho de Conclusão de Curso do CESP/UFRN e, portanto, os Projetos Aplicativos III, que culminariam na produção dos TCCs dos discentes. Tal ajuste foi compreendido como um modo de valorizar a atuação dos discentes naquele importante momento para a Saúde Pública brasileira. Assim, o TCC foi con-

figurado como relatório, com descrição da atuação profissional do discente no enfrentamento à Covid-19, com reflexões teóricas acerca dos saberes trabalhados durante o CESP, em especial aqueles relacionados à interprofissionalidade e à regionalização – eixos fundantes do curso.

Dessa forma, o CESP/UFRN cumpriu com seu propósito de qualificar as equipes gestoras do Rio Grande do Norte para atuarem no processo de regionalização e organização das redes de atenção à saúde, em consonância com os princípios e diretrizes do SUS, seguindo os preceitos da educação e do trabalho interprofissional em saúde. Com 38 concluintes, teve uma taxa de êxito acadêmico de 86,4%.

REFERÊNCIAS

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – **Avasus**. Natal. 21.04.2018. Disponível em: <https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=227>. Acesso em 18.05.2022.

BORDENAVE, J.E.D. Alguns fatores pedagógicos. In: SANTANA, J.P.; CASTRO, J.L. **Capacitação em desenvolvimento de recursos humanos em saúde**. CADRHU. Natal: EDUFRN, 1999. p.261-268.

SOUZA, R.M.P.; COSTA, P.P. Formação em Saúde Pública na RedEscola — da concepção à implementação. Cap. 1. In: —. **RedEscola e a nova formação em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: ENSP/RedEscola, 2018. p. 23-42.

REEVES, S. *Why we need interprofessional education to improve the delivery of safe and effective care*. **Interface (Botucatu)**. 2016; 20(56):185-96.

Qualificar profissionais do SUS em EIP para atuar na regionalização e organização das redes de atenção à saúde

Daniele Carvalho Castro
Daniele de Araujo Travassos
Lavinia Aragão Trigo de Loureiro
Paulina Vilar Carvalho

Em cumprimento a sua missão institucional de articular e fortalecer escolas, universidades e centros formadores em Saúde Pública/Coletiva, a RedEscola atua no âmbito da Educação em Saúde, trabalhando para o desenvolvimento de ações e políticas que favoreçam a qualificação do trabalho no SUS.

No escopo dessa atuação, o projeto Nova Formação em Saúde Pública na Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública: uma abordagem Interprofissional, executado pela Secretaria Técnica Executiva da RedEscola (ENSP), em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec), consiste em inequívoco investimento na atualização das bases da nova formação em Saúde Pública em todo o país.

Nesse sentido, a proposta direciona e apoia o processo de formação de novos sanitários dos 26 estados brasileiros através da

realização do curso de pós-graduação *lato sensu* **Especialização em Saúde Pública**.

A realização do curso, pautada na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e com ênfase nas estratégias de Educação Interprofissional e de práticas colaborativas, decorre de parceria firmada entre o Ministério da Saúde (Secretaria de Gestão da Educação na Saúde – SGTES/DEGES/MA) e a ENSP/Fiocruz.

A experiência de execução regional do projeto no Estado de Sergipe constitui-se o objeto de análise deste capítulo, experiência essa que foi viabilizada através de processo de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe (SES/SE), a Escola de Saúde Pública do Estado de Sergipe (ESP-SE, no âmbito da Fundação Estadual de Saúde – Funesa) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Os contornos dessa articulação institucional serão descritos neste capítulo nos termos dos principais desafios e avanços identificados por sua equipe de execução regional, composta por coordenação local (ESP-SE), apoiador pedagógico (ESP-SE) e coordenador local (UFS/SE). O foco do texto, no entanto, extrapola o campo da mera descrição para se debruçar sobre o exercício de consolidação dos dados produzidos, do relato e do compartilhamento da experiência de implementação do curso no Estado de Sergipe.

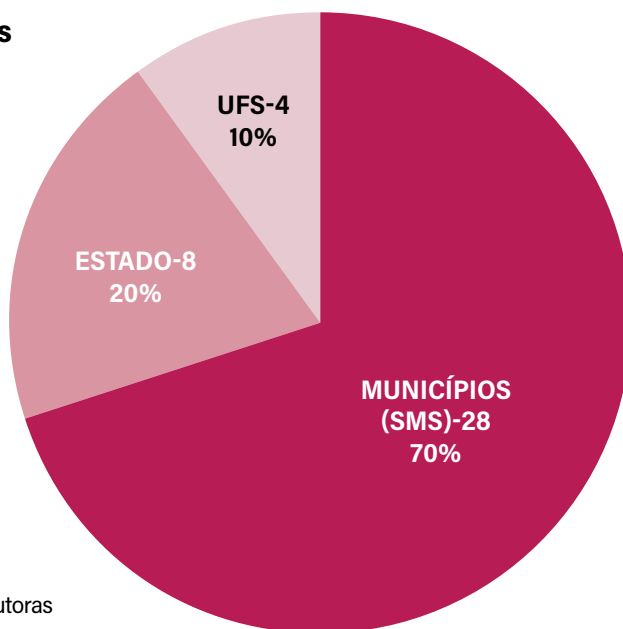
O compartilhamento dessa experiência por coordenadores ou representantes da coordenação dos cursos de **Especialização em Saúde Pública** de todo o país foi o objeto do seminário regional (Nordeste/Sergipe) As experiências da prática em Educação Interprofissional na RedEscola: compartilhando lições e aprendizados. Nele, foi reafirmada a utilização das metodologias ativas de en-

sino-aprendizagem, além do Método da Problemática, com ênfase na aprendizagem significativa e incorporação da EIP como eixo transversal às disciplinas do curso.

O **Curso de Especialização em Saúde Pública** em Sergipe teve início em novembro/2019 e término em junho/2021. Previu a oferta de 40 vagas, com distribuição aprovada pelo Colegiado Interfederativo Estadual (CIE), conforme disposto no Gráfico 1, e seleção realizada via Edital de Processo Seletivo Simplificado (PSS).

GRÁFICO 1

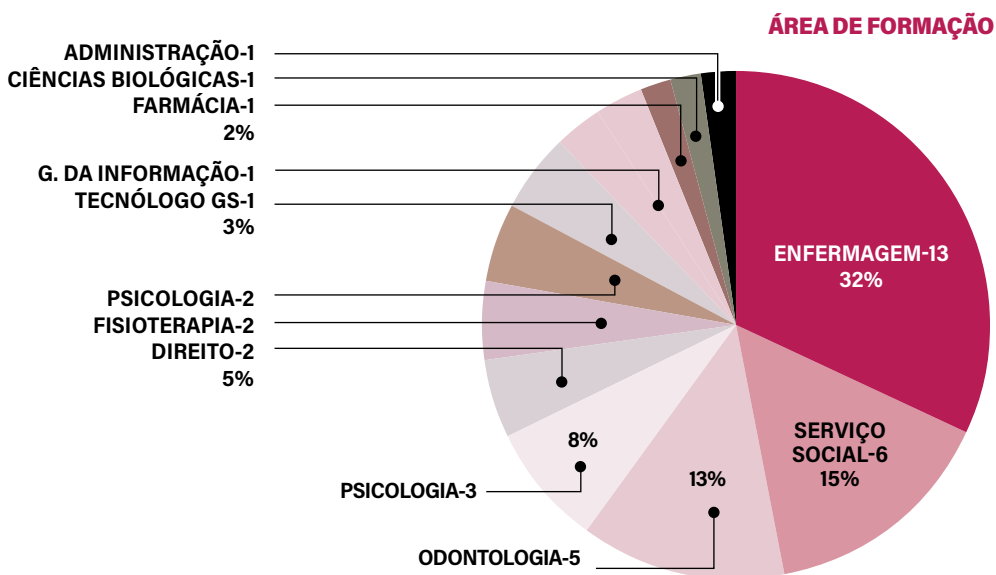
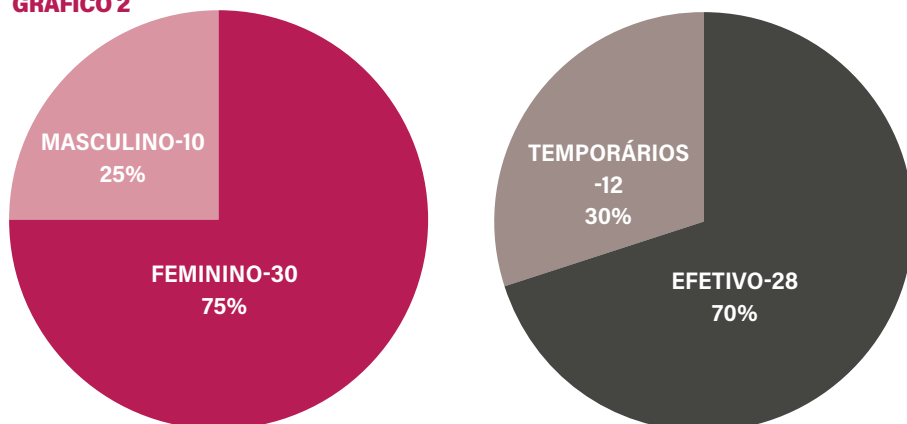
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS (APROVADAS PELO CIEE)



FONTE: elaborado pelas autoras

O Processo Seletivo Simplificado para Discentes (Edital 05/2019) foi realizado entre 24 e 31 de outubro de 2019. Teve 148 inscrições: 40 alunos foram selecionados, houve 53 excedentes (classificados, porém fora do total de vagas) e 55 acabaram desclassificados por não cumprimento dos critérios do edital. O perfil do corpo discente está detalhado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2



FONTE: elaborado pelas autoras

O corpo docente do curso, por sua vez, foi composto por professores especialistas, mestres e doutores da UFS e da Funesa, selecionados por sua atuação no SUS estadual, não somente em âmbito acadêmico, mas também prático.

O curso de pós-graduação *lato sensu* **Especialização em Saúde Pública** teve suas aulas presenciais realizadas na ESP/SE/Funesa. Entre

sua aula inaugural e o encerramento do curso transcorreu o período de um ano e seis meses, com a carga horária e estrutura curricular organizadas em três módulos (cada um pautado em eixos temáticos e com carga horária teórica e prática) e 15 disciplinas, conforme descrito na Tabela 1.

TABELA 1

MÓDULO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
I	Estado, Sociedade e Políticas Públicas	16h
	Território, Cultura e Saúde	16h
	Metodologia da Pesquisa e Inovação II	16h
	Políticas de Saúde I	32h
	Interprofissionalidade e Processo de Trabalho em Saúde	32h
	Modelos de Atenção em Saúde	16h
	Trabalho de Conclusão de Curso I e Orientação TCC I	22h
II	Vigilância em Saúde (DNC)	16h
	Planejamento, Gestão e Financiamento no SUS	32h
	Redes de Atenção à Saúde	16h
	Metodologia da Pesquisa e Inovação II	16h
	Sistemas de Informação em Saúde	32h
III	Avaliação em Saúde	16h
	Políticas de Saúde II	32h
	Gestão do Trabalho e Educação na Saúde	32h
	Controle, Auditoria e Regulação no SUS	16h
	Elaboração de Trabalho de Conclusão do Curso II	14h
	Bancas de TCC	-
	Encerramento do curso	8h

Dos 40 cursistas matriculados, destaca-se não ter havido nenhuma reprovação, com desistência de seis e formação de 34 discentes, certificada pela Universidade Federal de Sergipe, o que resultou em 85% de aproveitamento geral. O percentual de 15% de evasão foi justificado a partir dos seguintes fatores: questões pessoais; dificuldades de acompanhar o curso em for-

mato remoto; e falta de tempo, devido ao aumento das demandas de trabalho relacionadas à pandemia de Covid-19.

Pelo exposto, e considerando o objetivo principal do projeto – qualificar profissionais do SUS para atuarem no processo de regionalização e organização das redes de atenção à saúde, na perspectiva da educação e do trabalho interprofissional em Saúde – avalia-se que a experiência ora compartilhada cumpriu sua finalidade última, a despeito dos inúmeros desafios enfrentados.

Sobre as principais dificuldades identificadas no percurso formativo dessa primeira turma de sanitaristas de Sergipe formados pela Rede Estadual de Saúde, destacam-se:

- **Pandemia de Covid-19** - Impactou de forma intempestiva o planejamento do curso, de integralmente presencial para a modalidade remota. Acarretou atrasos e modificação de todo o cronograma das aulas, bem como dificuldade de adesão e permanência de docentes e discentes (sobretudo aqueles que, por qualquer razão, encontraram dificuldades relativas ao acesso digital, a exemplo dos alunos e professores residentes em área rural, onde a cobertura de sinal de internet mostrou-se insuficiente para as demandas pedagógicas do curso).
- **Plataforma de EAD** - A estrutura necessária à realização de processos educacionais em modalidade EAD encontrava-se, ao tempo do curso, em fase de implantação e desenvolvimento e, portanto, ainda sem condições de atender com prontidão às demandas de atividades remotas.
- **Manutenção do estímulo à participação ativa dos discentes** - Dificuldade de manter o estímulo à participação dos alunos, a fim de evitar a evasão, seja pela mudança intempestiva na modalidade do curso (presencial para remoto), seja devido aos processos de desadaptação de natureza didático-pedagógica.
- **Gestão compartilhada Funesa x UFS (50%-50%)** - Governança limitada no que se refere a pactuações coletivas no âmbito da gestão e também de ordem pedagógica.

- **Inviabilidade de realização de capacitação pedagógica com os docentes** - Em razão da dificuldade de conciliar a disponibilidade dos docentes com os recursos financeiros.

Contudo, nenhuma dificuldade dentre as listadas destituiu o mérito da realização desse grande feito em benefício do processo de formação e qualificação do trabalho no SUS em Sergipe, favorecendo a construção compartilhada, a circulação dos saberes e o desenvolvimento de competências para o sistema de Saúde brasileiro.

Nesse sentido, destacam-se como avanços do processo, entre outros, o alcance do objetivo do curso de operar com a diretriz de abordagem da prática e com o conceito de EIP nos TCCs (projetos aplicativos) e a participação de 100% dos discentes no curso **Educação Interprofissional em Saúde** (Avasus).

Entende-se, assim, que os obstáculos encontrados apenas iluminaram caminhos a serem melhor conhecidos no percurso formativo, a fim de que, em tempo, possam ser progressivamente sanados, o que necessariamente resultará em aperfeiçoamento contínuo da experiência.

As diversas questões norteadoras apresentadas no seminário supracitado podem, agora, findo o processo de formação da primeira turma em Sergipe, ser discutidas com a devida apropriação que não pode prescindir da dimensão da experiência e, por opção da própria equipe de execução regional no estado, esse texto discutirá a seguinte:

“Como a Educação Interprofissional (EIP) foi incorporada nos cursos de Especialização em Saúde Pública?”

A resposta, por sua vez, passa necessariamente pelo empenho desta equipe em empreender uma atuação pedagógica pla-

nejada, junto a todos os atores do processo (docentes e discentes), para a introdução/incorporação da diretriz de abordagem da prática e do conceito de EIP de forma contínua e transversal ao longo de todo o curso, e não somente na etapa de finalização dos projetos aplicativos. A própria participação de 100% dos discentes no curso **Educação Interprofissional em Saúde** (Avasus), conforme apontado anteriormente, ilustra esse empenho, além de corroborar os resultados alcançados.

Concluir o processo formativo da primeira turma de sanitistas de Sergipe formada pela rede estadual de Saúde representa muito mais do que a simples execução de um projeto, pois vem coroar o esforço contínuo e incansável de tantos outros sanitistas que, em nosso estado, lutaram e lutam por um SUS de qualidade, capaz de servir à sociedade com qualidade e de formar e qualificar seus próprios quadros técnicos.

Os desafios permanecem postos, pois que essa é apenas a primeira “colheita” de uma semeadura sonhada muito antes e vivenciada com o trabalho sério e comprometido daqueles que, agora, concluem a muitas mãos esse feito – a formação de 34 sanitistas de Sergipe no curso de pós-graduação *lato sensu* **Especialização em Saúde Pública** – já direcionando novos sonhos e esforços para a viabilização da oferta de uma segunda turma, a ser realizada com base no mesmo projeto pedagógico da primeira (EIP), mas certificada pela ESP/SE, sendo o primeiro curso certificado pela Escola de Saúde Pública de Sergipe. E avante!

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p.

CARVALHO, Paulina Vilar. **Curso de Especialização em Saúde Pública em Sergipe** – Relatório Final. Aracaju/Sergipe, Dez. / 2021.

SERGIPE. **Edital Nº 05/2019 / FUNESA-UFS**, de 07 de novembro de 2019. Processo de Seleção Simplificada de Candidatos à Discentes para o Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* – Especialização em Saúde Pública. Aracaju/Sergipe. Disponível em: www.funesa.se.gov.br.

Resolução Nº 25/2014/Conepe, de 04 de junho de 2014. Estabelece normas para a criação, coordenação, organização e funcionamento de cursos de pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/Sergipe.

SOUZA, Rosa. **I Seminário Região Nordeste: Nova formação em Saúde Pública na Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública – Uma abordagem interprofissional** – Apresentação. Fortaleza/Ceará-Mar. / 2021.

TRAVASSOS, Daniele de Araújo. Seminário regional **As experiências da prática em Educação Interprofissional na RedEscola: compartilhando lições e aprendizados**. Apresentação. Aracaju/Sergipe, Jul. / 2021.

Integração Ensino-Serviço-Comunidade para formar profissionais capazes de responder às complexas demandas de saúde

Lúcia da Silva Vilarinho
Osmar de Oliveira Cardoso
Otacílio Batista de Sousa Netto
Elisiane Gomes Bonfim
Ana Maria Menezes Neiva Eulálio
Emídio Marques de Matos Neto
Waleska Ferreira de Albuquerque

O movimento sanitário, nos anos 1980, buscou instituir uma nova cultura para a Saúde, privilegiou mudanças no arcabouço jurídico-legal a fim de reconhecer direitos, numa tentativa de transformação do sistema de Saúde, mesmo a despeito da crise econômica e fiscal do Estado brasileiro.

Para a reestruturação do sistema, fez-se necessário conquistar a saúde também no plano político, tendo em vista que nem mesmo a melhor adequação jurídico-institucional de organização dos serviços no SUS foi suficiente para fazer cumprir a lei no que diz respeito à observância dos princípios do sistema no atendimento das necessidades da população de forma universal, integral, equânime e humana.

A esses fatores, relaciona-se de forma imbricada a questão dos recursos humanos para o setor, problematizada desde a IX Conferência Nacional de Saúde, em 1992, com discussões sobre o problema crônico da não adequada capacitação técnico-científica dos trabalhadores do SUS. As universidades, como parte simultaneamente do problema e da solução, passaram a fomentar a Integração Ensino-Serviço-Comunidade, considerando a natureza e a razão de ser do saber acadêmico que não se exaure em um único saber profissional, e se abre, se consolida e se amplia com as diferentes matrizes de pensamentos, conhecimentos e práticas, em um processo que dialoga visceralmente com a pedagogia freiriana (FREIRE, 1970).

Nessa direção, Marinho (2020) afirma que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de Saúde, homologadas entre 2001 e 2004, preconizam o desafio de promover a autorreflexão do aprendiz e o processo de reconstrução de sua realidade sob a lógica da educação emancipatória, no sentido de criação de potências, de projetos e de perspectiva crítica.

Em 2004, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) fortaleceu a articulação entre as escolas de formação e o SUS. A PNEPS lista como prioridade para a sua efetivação: articulação entre formação, gestão, atenção à saúde e o controle social com a participação de professores, estudantes e profissionais; afirmação dos cenários dos serviços de saúde como *locus* para a educação profissional; e cooperação nos territórios entre ensino e serviço (CECCIM; FERLA, 2005; BRASIL, 2004).

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) institucionalizou a Integração Ensino-Serviço-Comunidade por meio do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Serviço (Coapes), firma-

do, em 2018, entre a UFPI e a Fundação Municipal de Saúde de Teresina (FMS). Todavia, essa integração e o trabalho conjunto já vinham se dando com o envolvimento de grupos de docentes, gestores, preceptores e estudantes, através de estratégias de formação envolvendo cenários de prática profissional nos serviços das redes federal, estadual e privada, além de instituições do terceiro setor, pelos estágios curriculares e extracurriculares, programas e projetos de extensão, ações dos núcleos de estudos e pesquisas e outros Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos, como oportunidade de conciliar a formação com as Diretrizes Curriculares Nacionais (UFPI, 2015).

O Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP/UFPI), instituído no fim dos anos 1980, com o objetivo de contribuir de forma estratégica para a implantação do recém-criado SUS, tem sido um grande fomentador, indutor e executor da Integração Ensino-Serviço-Comunidade, formando profissionais capazes de responder às complexas demandas de saúde da população nos dias atuais, superando a formação acadêmica uniprofissional, com alguns lampejos raros de multidisciplinaridade.

Em 2019, o NESP, como representante da UFPI na RedEscola, assumiu o desafio da formação do “novo sanitarista”, na perspectiva da interprofissionalidade, da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, e desse modo, colocou a UFPI entre as instituições de Educação em Saúde comprometidas com a qualificação de trabalhadores do SUS sob os pilares do trabalho colaborativo, integral e humano (2019-2021).

A iniciativa do curso proporcionou a inserção da Educação Interprofissional na pós-graduação *latu senso* na UFPI, uma experiência com o objetivo de qualificar trabalhadores e gestores

da Atenção Básica da rede SUS e das Equipes de Saúde da Família do Estado do Piauí para o trabalho em equipe, colaborativo e interprofissional, no qual as diferenças na formação sejam um elo fortalecedor do trabalho. Da mesma forma como concebido por Peduzzi e Agreli (2018), ou seja, permitindo aprender sobre o outro, a quebrar estigmas e a fortalecer a interdependência entre as profissões, sendo a lógica do trabalho em equipe a premissa para que possamos avançar numa atenção à saúde mais integral e resolutive.

Nessa perspectiva, o curso fortaleceu a articulação entre ensino, serviço e comunidade, consolidando a atuação do NESP no tripé universitário, favorecendo a mudança no modo de pensar e fazer saúde no Piauí e possibilitando a formação de profissionais críticos, reflexivos, pró-ativos e colaborativos, como agentes transformadores nos cenários diversos dos serviços e da gestão, contribuindo também para a produção de conhecimento técnico-científico no âmbito social e de Saúde no estado.

O **Curso de Especialização Nova Saúde Pública** foi desenvolvido a partir dos princípios que fundamentam a educação de adultos. Ao se trabalhar com adultos, é necessário considerar o conhecimento prévio e os conteúdos trabalhados precisam fazer sentido, serem relacionados com a prática, com a vivência de cada um. Nesse processo, as metodologias ativas têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor. Para tanto, foram adotadas metodologias ativas de ensino e aprendizagem dinâmica.

Segundo Cyrino e Toralles-Pereira (2004), as metodologias

ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem com o objetivo de alcançar e motivar o discente, pois, diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona com sua história e passa a ressignificar suas descobertas. A problematização pode levá-lo ao contato com as informações e à produção do conhecimento, principalmente com a finalidade de solucionar os impasses e promover o seu próprio desenvolvimento. Ao perceber que a nova aprendizagem é um instrumento necessário e significativo para ampliar suas possibilidades e caminhos, ele poderá exercitar a liberdade e a autonomia na realização de escolhas e na tomada de decisões.

O projeto pedagógico do curso adotou como ponto de partida o protagonismo dos profissionais de saúde-discentes nos seus processos educativos, a partir de seus saberes e práticas cotidianas, construídos no espaço de trabalho no Sistema de Saúde. As unidades de aprendizagem (UA) tomaram por base a mobilização desses saberes, ou seja, o conteúdo construído a partir das indagações que vêm das diferentes práticas e realidades dos discentes nesse processo formativo na interface com as diretrizes da Nova formação em Saúde Pública: Uma abordagem interprofissional (RedEscola).

Os novos sanitaristas foram desafiados a alinhar os aportes teóricos ministrados nas unidades pedagógicas a suas práticas nos mais diversos campos de trabalho da rede SUS e, desse modo, experimentaram vivências interprofissionais, propósito pedagógico adotado no intuito de melhorar o processo de pós-graduação em Saúde e superar, assim, a lógica estruturante da formação uniprofissional predominante no Brasil e na UFPI, que deu lugar à interação dos discentes e ao compartilhamento de

saberes entre estudantes de profissões diversas. Assim, as atividades educacionais desenvolvidas permitiram a aprendizagem interativa sobre os papéis de cada profissão, compartilhando competências e conhecimentos em comum e colaborando para uma formação não fragmentada.

Vale a pena destacar que a EIP, como eixo diferencial do curso, contribuiu para qualificar os 26 cursistas concludentes para o trabalho no SUS e para fortalecer o sistema, conforme asseveram Peduzzi e Agreli (2018) sobre as bases teórico-metodológicas da Educação Interprofissional, corroborado pelo depoimento de uma das cursistas, psicóloga, no seu TCC:

[...] as potencialidades foram desabrochando frente aos desafios e, com isso, o trabalho interdisciplinar e interprofissional tornou-se ferramenta essencial em todo o desdobramento das ações realizadas, desde as mais específicas de cada categoria profissional, até a real prática da saúde coletiva que é inerente a todo profissional no campo da saúde, independente da formação. Isso representa “sair da zona de conforto” para colaborar com a educação permanente, arma poderosa para a compreensão de que o modelo uniprofissional de formação não contempla o tão propagado cuidado integral em saúde tão sonhado desde as raízes do SUS. É preciso viver o território, beber da água da interprofissionalidade, contar com apoio e somar forças para que os desafios não se tornem maiores que as potencialidades (CARVALHO, 2021, p. 39).

Tal apreensão registrada na produção da cursista citada, e também de outros sanitaristas concludentes, constituem-se **prova viva** (grifo nosso) de que a interprofissionalidade como eixo diferencial do curso de especialização, trabalhada de forma transversal aos demais conteúdos, agregou significativo aporte de conhecimento aos trabalhadores do SUS discentes do curso e abriu o caminho para novas práticas de Saúde e para o traba-

lho em equipe, capazes de guiar um novo modelo de atenção, em substituição ao ainda vigente modelo biomédico centrado na doença.

Trata-se de um rico movimento de construção de conhecimento e de qualificação do trabalho, enquanto estratégia e dinâmica de formação de sanitaristas, produzido pelo **Curso de Especialização em Saúde Pública** na experiência UFPI-NESP-RedEscola. É ainda um investimento formativo em processo de construção na UFPI para a melhoria da qualidade do atendimento e o fortalecimento dos sistemas de Saúde necessários ao enfrentamento das mudanças ocorridas no Brasil nos últimos 50 anos, relacionadas à transição epidemiológica sob influência de determinantes demográficos, econômicos e sociais diretamente relacionados ao padrão e ritmo de vida dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 198/04, de 13 de fevereiro de 2004.** Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CARVALHO, A. M. M. M. **Reorganização do processo de trabalho do Núcleo Ampliado de Saúde da Família - NASF-AB e o enfrentamento da pandemia da COVID-19:** a experiência de um município do território Vale do Canindé no estado do Piauí. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) Universidade Federal do Piauí, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública, Especialização em saúde Pública, Teresina, 2021.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trab. Educ. Saúde**, v. 6, n. 3, p. 443-456, 2005.

CYRINO, E. G.; TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 780-788, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/mrrzr85SM93thZ-zwGFBm56q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MARINHO, L. C. R. P. **Os entrelaces da integração ensino-serviço-comunidade na estratégia saúde da família:** uma abordagem institucional. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família). Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina-PI, 2020.

PEDUZZI, M. AGRELI, H.F. Trabalho em equipe e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. **Interface, comunicação, saúde e educação**, 22(supl.2):1525-34,2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/MR86fMrvpMcJFSR7N-NWPbqh/?lang=pt> acesso em 10/07/2021.

UFPI - Universidade Federal do Piauí. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Medicina.** Teresina: UFPI, 2015.

Saberes necessários a práticas formativas na perspectiva da Educação Interprofissional: notas em partilha

Sylvia Helena Souza da Silva Batista

A germinação deste texto inicia-se na manhã do dia 28 de maio de 2021: uma roda de trocas e aprendizagens, profissionais comprometidos com a saúde de todos, todas e todes. Trabalhadores do SUS envolvidos com as lutas, as delícias e as dores do trabalho em Saúde. Pessoas que teceram, com afeto e cuidado, um círculo de experiências e saberes, reconhecendo-se como sujeitos em formação, aprendizes nas trajetórias educativas, copartícipes de um fecundo processo de educação permanente em Saúde.

Ao revisitar o vídeo daquela manhã, podemos observar nossos olhares atentos, nossas mãos entrelaçadas, nossos corações acolhidos pela oportunidade de estarmos juntas, juntos e juntes. O convite para o encontro abrangia **Cursos de Especialização em Saúde Pública**: pluralidade, diversidade, criações coletivas. E fomos tecendo um encontro que nos aproximou dos movi-

mentos de resistência, de sobrevivência, de defesa da vida; um encontro que nos fez solidários nas dores causadas pela pandemia e na preservação cuidadosa das vidas que seguiam.

Participar daquele encontro mobilizou afeto, saberes, estudo, escuta, diálogo. A participação de todos emergiu como uma oportunidade única de articular com a proposta educativa de Paulo Freire, em sua educação crítica, emancipatória e crítica: “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso, aprendemos sempre”. (FREIRE, 1989)

A cada experiência narrada, fomos sendo convidados a garimpar saberes. E, garimpando, fizemos movimentos inspirados no balanço das ressonâncias e ecos das palavras, dos gestos, dos atos. Os movimentos que empreendemos nos possibilitaram articular, pensar junto, trocar. Reconheço que construímos, como grupo, circulações de saberes.

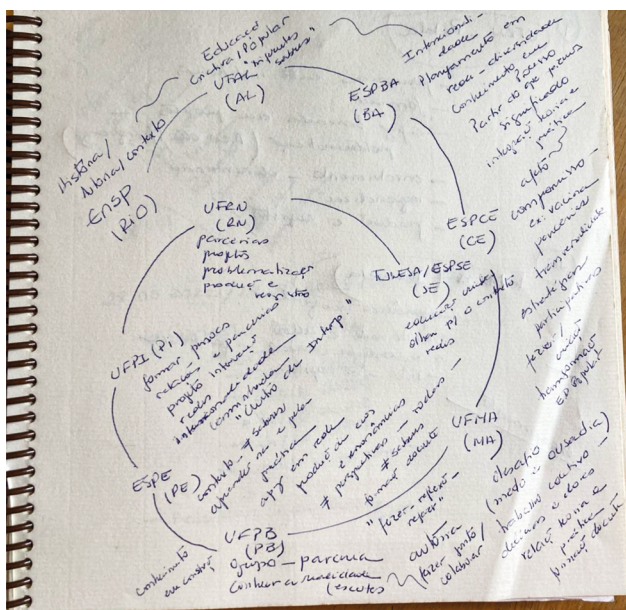


FIGURA 1. Registro da autora ao fazer a escuta das experiências partilhadas no webnário de 28 de maio de 2022.

E as circulações de saberes inscrevem-se em projetos de Educação Permanente em Saúde (EPS), que são vigorosos, pois relacionam...

[...] o processo educacional à atenção, ao manejo de situações de cuidado, à atuação dos profissionais. É fazê-lo de modo mais dialógico e instituinte, construído no encontro e diálogo/negociação com os pares. É reforçar lideranças que surgem no cotidiano do trabalho e aprender com os múltiplos modos que os trabalhadores vão construindo caminhos de diálogos e aprendizados. É ter como agente de EPS um sujeito que compartilha contexto, desafios e implicação, que tem um tipo de legitimidade junto com o outro, assentada nessa identidade e por colocar em prática o que propõe em condições semelhantes. É desenvolver uma interação pedagógica que não só ajuda o outro a mudar a sua prática, mas que o convoca a ser agente de EPS também. (PINTO, 2016, p. 51)

Dessa forma, este capítulo sistematiza os movimentos que fui produzindo em ato naquela manhã, com todas as pessoas que ali narraram, escutaram, refletiram, deslocaram-se, colocaram-se em questão. E, assim, em navegação, faz-se necessário explicitar os portos teóricos dos quais se partiu.

Compreende-se educação como prática social, historicamente condicionada e socialmente referenciada. Freire (2000, 2003, 2006), em diferentes obras, nos ensina:

“A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática, é naturalmente política, tem que ver com a pureza, jamais com o puritanismo e é em si uma experiência de boniteza.” (2000, p. 40)

“Seria uma agressiva contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse num permanente processo de esperançosa busca. Este processo é a educação.” (2003, p.52)

“[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.” (2006, p.61)

“[...] se não superarmos a prática da educação como pura transferência de um conhecimento que somente descreve a realidade, bloquearemos a emergência da consciência crítica, reforçando assim o “analfabetismo” político. Temos de superar esta espécie de educação - se nossa opção é realmente revolucionária - por uma outra, em que conhecer e transformar a realidade são exigências recíprocas.” (2003, p. 75)

Nesse contexto, a Educação Interprofissional não se reduz a mera estratégia e/ou arranjo metodológico, mas sim...

[...] a ocasião em que membros de duas ou mais profissões aprendem em conjunto, de forma interativa, com o propósito explícito de melhorar a colaboração e a qualidade dos cuidados e o bem-estar de pacientes/usuários, famílias e comunidades. (REEVES *et al.*, 2013, p. 4)

Os desenvolvimentos de Cursos de Especialização em Saúde Pública na perspectiva da EIP, com intencionalidade explícita e comprometida com as necessidades de Saúde de usuários e usuárias, conformam uma tessitura “potente e indutora de mudanças na medida em que a EIP, efetivamente, provoque deslocamentos de estudantes e trabalhadores da saúde para atitudes colaborativas de aprendizagem e de ação.” (POLETTTO: BATISTA; BATISTA, 2022, p. 28).

As lentes epistemológicas e teóricas expressadas acima favoreceram que fôssemos garimpando os saberes, agrupando-os, desdobrando-os, compondo-os. É sobre os saberes necessários às práticas educativas na EPS na perspectiva da Educação Interprofissional que propomos a continuidade dessas notas em partilha.

Se de meu projeto de ação política, por exemplo, excluo a ação educativa porque só depois da transformação é que posso me preocupar com educação, inviabilizo o projeto. Se, por outro lado, enfatizo apenas a educação com programas de natureza técnica e/ou espiritual e moral não mobilizo e organizo forças políticas indispensáveis à mudança, o projeto se perde em bla-bla-blá ou vira puro assistencialismo. Vale dizer: não importa se o projeto é de alfabetização de adultos, se de educação sanitária, se de cooperativismo, se de evangelização, a prática educativa será tão mais eficaz quanto, possibilitando aos educandos o acesso a conhecimentos fundamentais ao campo em que se formam os desafios a construir uma compreensão crítica de sua presença no mundo.

Os dez cursos de especialização que narraram seus processos formativos, explicitaram o compromisso com o SUS em seus princípios e diretrizes, comprometendo-se, dessa forma, com as necessidades e demandas dos e das usuárias, das famílias, das comunidades.

E a explicitação das intencionalidades emerge como estruturante para e no desenvolvimento de propostas e processos fundados na Educação Interprofissional:

O fortalecimento e consolidação da EIP exige clareza no reconhecimento e na intencionalidade da prática colaborativa como resultado futuro e o efetivo trabalho em equipe como horizonte dos processos adotados hoje. (COSTA, 2016, p. 198)

As experiências formativas de profissionais da Saúde no escopo dos **Cursos de Especialização em Saúde Pública** no âmbito da RedEscola – que são experiências projetadas para constituírem práticas de Educação Interprofissional – estão marcadas pelo compromisso com as necessidades dos usuários(as) e no reconhecimento dos diferentes sujeitos na defesa do SUS. (OGATA *et al.*, 2021)

Assim, processos de educação permanente em Saúde, sustentados na aprendizagem colaborativa experienciada nos campos de trabalho, emergem como potência para e nas transformações concretas no processo de trabalho. Merhy (2005, p. 173) assinala que a educação permanente permite ao profissional de Saúde “produzir autointerrogação de si mesmo no agir produtor do cuidado; colocar-se ético-politicamente em discussão, no plano individual e coletivo, do trabalho”.

Poletto, Batista e Batista (2022) e Ogata *et al.* (2021) enfatizam a Educação Interprofissional em seu compromisso intencional de fomentar práticas colaborativas interprofissionais em Saúde e as aprendizagens para trabalhar em equipe:

Historicamente a ideia de juntar estudantes ou profissionais de diferentes áreas em um mesmo espaço já se constituía como interprofissional, como se a inserção na dinâmica de trabalho em saúde - considerando o seu caráter eminentemente coletivo - fosse suficiente para estimular a colaboração interprofissional. A expressão da referida intencionalidade se materializa desde a escolha até a operacionalização dos referenciais teórico-metodológicos da EIP, com levantamento das necessidades educacionais, definição e articulação das competências específicas, comuns e colaborativas, ancoradas em teorias educacionais que promovem o protagonismo dos educandos e metodologias ativas de ensino-aprendizagem que estimulem resultados que não seriam alcançados na perspectiva uniprofissional. (OGATA *et al.* 2021, p. 6)

A superação da racionalidade uniprofissional, bem como a desmitificação do mero ato de juntar profissionais e/ou estudantes de diferentes profissões, implica na valorização dos desejos e das necessidades de aprendizagens de todos e todas que estão nos cotidianos das práticas de atenção à saúde. E, assim, bastante potentes se constituíram os projetos de intervenção: na

ancora no trabalho em equipe, na perspectiva do trabalho coletivo e favorecendo a integração e a cooperação nas práticas de atenção à saúde.

Nesse sentido, reconhecer a EIP na Educação Permanente coaduna-se com a compreensão da saúde como direito e articula-se com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde — PNEPS (BRASIL, 2004). Investe-se em situações de aprendizagem que possibilitam aos sujeitos construir itinerários formativos em redes de colaboração (KASTRUP; TEDESCO; PASSOS, 2008).

A construção de espaços que permitem aos profissionais refletirem sobre os processos de trabalho, troca de experiências, afetações e informações com base na realidade em que estão inseridos possibilita que os trabalhadores percebam estratégias coletivas para a produção do cuidado. (SOUZA *et al*, 2020, p. 16)

Ogata *et al.* (2021, p. 6) afirmam que:

[...] travou-se a crítica de que o formato pedagógico tradicionalmente adotado no ensino em cursos e treinamentos tradicionais, focados na transmissão do conhecimento de natureza estritamente cognitiva, sem articulação entre teoria e cotidiano das práticas, entre ensino e serviço, era pouco potente para a necessidade de mudanças. Nesse sentido, a EPS pressupõe que a educação e formação dos trabalhadores de saúde ocorra numa relação recíproca e dialética com as práticas de atenção à saúde, com potência de transformação dos processos de trabalho, a partir da reflexão do cotidiano vivenciado na gestão, na atenção, no controle social, na problematização dessas vivências e na construção coletiva de novas formas de fazer gestão e cuidado. Para construção de um processo de mudança ou incorporação de novas práticas, é preciso que se identifiquem incômodos, insatisfações ou insuficiências vividas e percebidas como disparadores de mudanças.

As experiências narradas por referência aos **Cursos de Especialização de Saúde Pública**, realizadas no âmbito da RedEscola, conferem visibilidade e contornos às propostas formativas, as quais apresentam potência de trançar Educação Permanente e Educação Interprofissional na formação e no trabalho em Saúde, superando as racionalidades reducionistas do cuidado e das dicotomias presentes nos processos saúde-doença-sofrimento.

DOS SABERES AOS DESAFIOS: SEGUIMOS ESPERANÇANDO!

Por entre os saberes engendram-se desafios: com processos de educação e trabalho em Saúde marcados pelas fragmentações e pelas relações de poder fortemente hierarquizadas pelos desmontes de políticas públicas, as práticas de resistência, a denúncia e o anúncio de possibilidades situam-se como fundamentais.

Dentre os desafios, apreendidos na escuta atenta e na leitura implicada das narrativas sobre as experiências nos e com os Cursos de Especialização, emergiram:

- Fortalecimento dos espaços de Educação Permanente, sintonizados com as necessidades dos e das trabalhadoras de Saúde.
- Ampliação e amplificação dos estudos e discussões sobre Educação Interprofissional, procurando a superação dos equívocos e confusões conceituais e a construção efetiva de práticas colaborativas interprofissionais.
- Articulação efetiva entre os processos e propostas de Educação Permanente e as ações de integração ensino-serviço-comunidade, empoderando trabalhadores, trabalhadoras, gestores, estudantes, professores e usuários(as) como partícipes fundamentais do cuidado à saúde na perspectiva da integralidade;
- Sistematização das trocas entre diferentes experiências locais, regionais e nacionais de Educação Permanente em Saúde e Educação Interprofissional, configurando a efetiva reflexão e análise sobre as práticas;

- Acompanhamento de todos e todas egressos/as dos cursos, formulando inovações, revisitando vivências e construindo, coletiva e interprofissionalmente, práticas de atenção à saúde emancipatórias, resolutivas e transformadoras.

Que por entre saberes e desafios possamos seguir fazendo, trabalhando e criando, pois...

É preciso ter esperança [...] enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã. (Paulo Freire, 1992, p. 11)

REFERÊNCIAS

BARR, Hugh. *Interprofessional education, today, yesterday and tomorrow – A review. Commissioned by The Learning and Teaching Support Network for Health Sciences & Practice from the UK Centre for the Advancement of Interprofessional Education*, Greenwich. Disponível em: <https://www.unmc.edu/bhecn/_documents/ipe-today-yesterday-tmmw-barr.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 198/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**; 2004.

COSTA, M V. A Educação Interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2016, v. 20, n. 56, pp. 197-198.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 57ª edição. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014.

KASTRUP, V., TEDESCO, S., PASSOS, E. **Políticas da cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MERHY, E. E. O desafio que a educação permanente tem em si: a pedagogia da implicação. **Interface: comunicação, saúde, educação**, v. 9, n. 16, p. 161-177. 2005.

OGATA, M N *et al.* Interfaces entre a educação permanente e a Educação Interprofissional em saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2021, v. e03733. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020018903733>

PEDUZZI, M. *et al.* Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 47, n.4, p. 977-983, 2013

PINTO, H. Educação permanente em Saúde: aprender para transformar: IN: GOMES, L B; BARBOSA, M G; FERLA, A (ORGS). **A educação permanente em saúde e as redes colaborativas: conexões para a produção de saberes e práticas**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016. p.23-66

POLETTO, P.; BATISTA, SH.H.S.S.; BATISTA, N. Educação interprofissional em saúde: percursos teóricos conceituais e experiências formativas. IN: QUEIRÓZ, M F Ferreira (org.) *et al.* **Em foco a formação interprofissional: experiências dos grupos PET-Saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2022.

SOUSA, F M S *et al.* Educação interprofissional e educação permanente em saúde como estratégia para a construção de cuidado integral na Rede de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 30, n. 01, e300111. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300111>>.

REEVES S, FLETCHER S, BARR H, BIRCHI, BOET S, DAVIES N, *et al.* A *BEME systematic review of the effects of interprofessional education*: BEME Guide nº 39. **Med Teach**. 2016;38(7):656-68.

Este livro foi diagramado por
André Hippertt, utilizando as fontes
Glosa Text, Acumin Variable Concept e Interstate